

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO**

SILVANA STREMEL

**A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL
NO BRASIL**

**PONTA GROSSA
2016**

SILVANA STREMEL

**A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL
NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Mainardes.

**PONTA GROSSA
2016**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S915 Stremel, Silvana
A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil/ Silvana Stremel. Ponta Grossa, 2016.
315f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Jefferson Mainardes.

1. Política educacional - Brasil.
2. Teoria dos campos. 3. Pierre Bourdieu.
I. Mainardes, Jefferson. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Educação. III. T.

CDD: 378.81

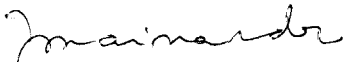
TERMO DE APROVAÇÃO

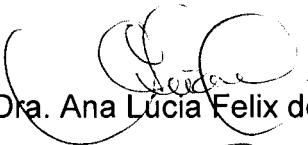
SILVANA STREMEL

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)


Prof. Dr. Jefferson Mainardes - UEPG


Profª Dra. Ana Lúcia Felix dos Santos - UFPE


Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza - UFPR


Profª Dra. Gisele Masson - UEPG


Profª Dra. Maria Julieta Weber Cordova - UEPG

Ponta Grossa, 15 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jefferson Mainardes, pela orientação sempre presente, pelos valiosos ensinamentos, por todo o incentivo ao longo da minha formação acadêmica e pela pessoa, professor e pesquisador admirável que nos serve de exemplo com sua humildade, seu comprometimento e sua competência.

Aos professores da banca, Dr.^a Ana Lúcia Felix dos Santos, Dr. Ângelo Ricardo de Souza, Dr.^a Gisele Masson e Dr.^a Maria Julieta Weber Cordova, pelas inestimáveis e imprescindíveis contribuições por ocasião do exame de qualificação e da banca de defesa.

À ReLePe e ao Prof. Dr. César Tello, que estimularam debates dos quais emergiu o desenvolvimento desta tese, pelas contribuições que vêm dando ao campo acadêmico da política educacional.

Às professoras Dr.^a Janete Maria Lins de Azevedo e Dr.^a Márcia Ângela da Silva Aguiar, pela entrevista concedida, pela atenção especial que dedicaram e por suas preciosas contribuições.

Ao Prof. Dr. Ocimar Munhoz Alavarse, pela gentileza em colaborar enviando-nos alguns materiais disponíveis na biblioteca da USP, e ao Prof. Dr. Armando de Castro Cerqueira Arosa, por fornecer-nos materiais referentes aos boletins e anais da ANPEd.

Aos professores do PPGE/UEPG, especialmente à Prof.^a Dr.^a Maria José Subtil e ao Prof. Dr. Ademir José Rosso, por serem profissionais admiráveis, comprometidos com a formação de pesquisadores, por seus ensinamentos e incentivos. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Susana Soares Tozetto, pelo companheirismo em alguns eventos, pela professora dedicada e sempre adorável. Ao Prof. Dr. Nívio de Campos, pelas ricas contribuições ao estudo do pensamento de Pierre Bourdieu por ocasião da disciplina “Pierre Bourdieu: Sociologia e Educação”.

Aos funcionários da biblioteca da UEPG, pelo atendimento atencioso em relação aos pedidos de Comut.

À Capes e à Fundação Araucária, pela bolsa concedida.

Aos colegas e aos professores do grupo de pesquisa (GPCATE), pelos momentos de estudo e pelas discussões tão importantes para a minha formação.

Aos colegas de turma, especialmente à Suzana, Maria Sueli e Roseneide, pela amizade tão especial que construímos.

À Marcia, companheira de orientador, pela amizade, pelos apoios e parceria nos eventos.

À Vera, que sempre esteve no CETEP/UEPG e disposta a auxiliar.

Às amigas Paula, Kelly e Letícia, pela amizade verdadeira e tão rara. Em especial, agradeço à Elismara, por ser amiga de todas as horas, pelo incentivo, pelas ajudas e por todo o carinho.

À minha família, pelo estímulo e apoio que sempre dispensaram.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Essa análise envolveu a investigação de processos que permeiam a história da política educacional como um campo específico, bem como a identificação de demarcações temporais no processo de constituição desse campo no contexto brasileiro. O referencial teórico baseou-se nas contribuições de Pierre Bourdieu sobre a noção de campo, de autores que apontam elementos que demarcam a institucionalização de um determinado campo (GÓMEZ CAMPO; TENTI FANFANI, 1989; SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007), de autores que fundamentam o conceito de política educacional e seus objetos de estudo (BALL, 1994; RIZVI; LINGARD, 2010; entre outros), bem como de estudos que discutem aspectos sobre a história e a produção do conhecimento do campo da política educacional (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, 2001b; SANTOS, A. L., 2009; entre outros). A pesquisa foi de natureza qualitativa e caracterizou-se por ser documental e bibliográfica, envolvendo a coleta de uma série de dados, tais como: boletins e anais da ANPEd; documentos da Capes e CNPq; currículos dos cursos de Graduação em Pedagogia; registros sobre a história de associações científicas (ANPEd, ANPAE); periódicos, eventos e redes de pesquisa específicos do campo; produções do e sobre o campo da política educacional no Brasil e em outros países. Além da análise documental e bibliográfica, a pesquisa contou com a entrevista de duas pesquisadoras do campo acadêmico da política educacional. Argumenta-se que a política educacional no Brasil emerge como um campo acadêmico específico, a partir da década de 1960, tendo como antecedentes os estudos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada. Embora a década de 1960 possa ser considerada como início da emergência do campo em detrimento de uma série de aspectos como a criação da ANPAE, a implantação da Pós-Graduação no Brasil, o uso mais frequente do termo “política(s) educacional(is)” em títulos de publicações brasileiras, um marco explícito no processo de institucionalização desse campo foi a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da ANPEd (1986/1987). Como produto de condições históricas e sociais, a partir da década de 1990, o campo adquire maior autonomia e legitimação por meio da expansão de publicações sobre política educacional; da criação de disciplinas de/sobre política educacional; da criação de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação; da criação de periódicos científicos especializados; da criação de redes de pesquisa; realização de eventos científicos específicos de política educacional. O contexto atual indica que, no Brasil, o campo acadêmico da política educacional encontra-se em fase de expansão e busca de consolidação. Os resultados da pesquisa indicaram que se trata de um campo em construção, ainda com diversas questões a serem resolvidas com vistas a sua consolidação, tais como: uma melhor definição de seus objetos de estudo (pois se caracteriza como um campo inclusivo e abrangente), a ampliação dos referenciais teóricos para a análise de políticas, a conceituação do que é política educacional, a internacionalização dos estudos de política educacional, a ampliação da interlocução com a ciência política, ciências sociais, economia, bem como com as contribuições que resultam do desenvolvimento contínuo da teoria social, em um sentido amplo.

Palavras-chave: Política educacional - Brasil. Teoria dos campos. Pierre Bourdieu.

STREMEL, Silvana. **The constitution of the academic field of educational policy in Brazil**. 2016. 315 p. Thesis (PhD in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the constitution of the academic field of educational policy in Brazil. This analysis involved the investigation of processes that permeate the history of educational policy as a specific field as well as the identification of temporal boundaries in the constitution process of this field within the Brazilian context. The theoretical framework was based on Pierre Bourdieu's contributions on the notion of field, authors who point out elements that mark the institutionalization of a particular field (GÓMEZ CAMPO; TENTI FANFANI, 1989; SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007), authors that ground the concept of educational policy and its study subjects (BALL, 1994; RIZVI; LINGARD, 2010; among others) as well as studies that discuss aspects of the history and the production of knowledge of the educational policy field (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, 2001b; SANTOS, A. L., 2009; among others). The research was of qualitative nature and characterized as documentary and bibliographic, involving a series of data collection, such as: newsletters and ANPEd conference proceedings; Capes and CNPq documents; curricula of Pedagogy undergraduate courses; records about the history of scientific associations (ANPEd, ANPAE); periodicals, conferences and specific research networks in the field; productions on and about the field of educational policy in Brazil and other countries. In addition to the documentary and bibliographical analysis, this research included an interview with two key-researchers from the academic field of educational policy. It argues that educational policy in Brazil emerges as a specific academic field, after the 1960s, having studies on school administration, educational administration and comparative education as its background. Although the 1960s can be considered the beginning of the emergence of the field over a number of aspects such as the creation of ANPAE, the implementation of Post-Graduation in Brazil, a more frequent use of the term 'Educational policy(ies)' in titles of Brazilian publications, an explicit milestone in the institutionalization process in this field, was the creation of GT 5 - State and Educational Policy within the scope of ANPEd (1986/1987). As a product of historical and social conditions, after the 1990s, the field gains more autonomy and legitimacy through the expansion of publications on educational policy; creation of disciplines on educational policy; creation of Post-Graduation research lines and groups; creation of specialized scientific journals; creation of research networks and holding specific scientific conferences related to educational policy. The current context indicates that, in Brazil, the academic field of educational policy is found in an expansion process and in search for consolidation. The research results indicate that it is a field still under construction, with several issues to be resolved towards its consolidation, such as: better definition of its study subjects (as it is characterized as an inclusive and comprehensive field), the expansion of theoretical frameworks for policy analysis, the concept of what educational policy is, the internationalization of educational policy studies, the expansion of the dialogue with political science, social science, economics, as well as the contributions that result from continuous development of social theory, in a broad sense.

Keywords: Educational policy - Brazil. Field theory. Pierre Bourdieu.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil	21
Quadro 2 - Autores que empregam as ideias de Bourdieu na análise de política educacional e os conceitos centrais utilizados	25
Quadro 3 - Autores da literatura nacional que compreendem a política educacional como campo e as terminologias utilizadas	42
Quadro 4 - Autores da literatura estrangeira que compreendem a política educacional como campo e as terminologias utilizadas	42
Quadro 5 - Fontes da pesquisa	51
Quadro 6 - Levantamento de estudos que abordam sobre aspectos da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil	53
Quadro 7 - Publicações relacionadas à política educacional que constam no levantamento organizado pelo Inep referente à bibliografia pedagógica brasileira (1812-1944)	181
Quadro 8 - Principais denominações e alterações das seções da RBEP	203
Quadro 9 - Publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (1944-2014)	208
Quadro 10 - Quantidade de publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (1944-2014)	104
Quadro 11 - Temáticas das publicações da RBEP relacionadas à política educacional (1944-2014)	106
Quadro 12 - Temas dos Simpósios Brasileiros promovidos pela ANPAE (1961-2015)	237
Quadro 13 - Temas dos Congressos Internacionais promovidos pela ANPAE (1968-2014)	238
Quadro 14 - Temas das reuniões da ANPEd (1978-2015)	239
Quadro 15 - Temas das Conferências Brasileiras de Educação - CBEs (1980-1991)	121

Quadro 16 - Linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área da educação e descrição das linhas de pesquisa de/sobre política educacional (2012)	245
Quadro 17 - Linhas de pesquisa de/sobre política educacional, organizadas por categorias (2012)	271
Quadro 18 - Grupos de pesquisa de/sobre política educacional cadastrados no CNPq (2015)	278
Quadro 19 - Periódicos especializados de política educacional	139
Quadro 20 - Disciplina de/sobre política educacional: universidades pesquisadas	312

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Quantidade de Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) no Brasil (1998-2014)	89
Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos do GT 5 publicados nos anais da ANPED por ano (1987-2015)	119
Gráfico 3 - Quantidade de livros e obras oficiais relevantes cujos títulos mencionam se tratar de política educacional (1935-2014), por década	136
Tabela 1 - Quantidade de publicações relacionadas à política educacional a partir do levantamento organizado pelo Inep referente à bibliografia pedagógica brasileira (1812-1944)	93
Tabela 2 - Temáticas das publicações da RBAE (1983-1996)	241
Tabela 3 - Temáticas das publicações da RBPAE (1997-2014)	242
Tabela 4 - Programas de Pós-Graduação em Educação e linhas de pesquisa de/sobre política educacional por ano (1998-2012)	124
Tabela 5 - Principais palavras recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa de/sobre política educacional	274
Tabela 6 - Principais segmentos recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa de/sobre política educacional	276
Tabela 7 - Quantidade de grupos de pesquisa de/sobre política educacional por região ...	126
Tabela 8 - Carga horária das disciplinas	134
Tabela 9 - Etapa em que a disciplina é cursada	135

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE	Conferência Brasileira de Educação
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CETEP	Centro Tecnológico de Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Comut	Programa de Comutação Bibliográfica
CRPE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais
DOAJ	Directory of Open Access Journals
EPENN	Encontro de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Carlos Chagas
FEPAE	Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação
FINEDUCA	Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Forpred	Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação
GESTRADO	Grupo de Estudos Sobre Trabalho Docente
GT	Grupo de Trabalho
GT 5	Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LP	Linha de Pesquisa
NuPE/UFPR	Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RBAE	Revista Brasileira de Administração da Educação
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RBPAE	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
Redalyc	Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
ReLePe	Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa

RIAIBE	Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TAC	Tabela de Áreas do Conhecimento
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Uni-FACEF	Centro Universitário de Franca
UNSAM	Universidad Nacional de San Martín
UNTREF	Universidad Nacional de Tres de Febrero
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL	25
1.1 A NOÇÃO DE CAMPO DE PIERRE BOURDIEU	29
1.2 CONTRIBUIÇÕES DA NOÇÃO DE CAMPO DE BOURDIEU PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL	36
1.3 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: ASPECTOS METODOLÓGICOS ..	45
1.4 CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDOS QUE ABORDAM ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA	52
1.5 POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, OBJETOS DE ESTUDO E PRINCIPAIS DEBATES	62
 CAPÍTULO 2 – ANTECEDENTES DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: A PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO ESTRANGEIRO E BRASILEIRO	72
2.1 A EMERGÊNCIA DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM DIFERENTES PAÍSES	73
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ESTUDO DA POLÍTICA EDUCACIONAL	81
2.3 ANTECEDENTES DA EMERGÊNCIA DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	91
2.3.1 Estudos sobre a situação do ensino no Brasil	92
2.3.2 Estudos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada	99
2.4 A RBEP E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL	102
 CAPÍTULO 3 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DOS ANOS 1960 E A SUA EXPANSÃO	112
3.1 AS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL	113
3.1.1 A ANPAE, seus eventos e suas publicações	113
3.1.2 A ANPEd e o GT 5 - Estado e Política Educacional	116

3.1.3 A ANPEd, o CEDES, a ANDE e as Conferências Brasileiras de Educação	121
3.2 A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SUAS LINHAS E GRUPOS DE PESQUISA	123
3.3 A DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA	130
3.4 AS PUBLICAÇÕES, OS PERIÓDICOS, OS EVENTOS CIENTÍFICOS E AS REDES DE PESQUISA	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A – PUBLICAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA EDUCACIONAL QUE CONSTAM NO LEVANTAMENTO ORGANIZADO PELO INEP REFERENTE À BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1812-1944)	180
APÊNDICE B – PRINCIPAIS DENOMINAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS SEÇÕES DA RBEP	202
APÊNDICE C – PUBLICAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA EDUCACIONAL DIVULGADAS NA RBEP (1944-2014)	207
APÊNDICE D – TEMAS DOS EVENTOS DA ANPAE E ANPED	236
APÊNDICE E – RBAE (1983-1996) E RBPAE (1997-2015): TEMÁTICAS DAS PUBLICAÇÕES	240
APÊNDICE F – LINHAS DE PESQUISA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL (2012)	244
APÊNDICE G – LINHAS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL, ORGANIZADAS POR CATEGORIAS (2012)	270
APÊNDICE H – PALAVRAS E SEGMENTOS RECORRENTES NAS DESCRIÇÕES DAS LINHAS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL	273

APÊNDICE I – GRUPOS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL CADASTRADOS NO CNPQ (2015)	277
APÊNDICE J – LEVANTAMENTO DE LIVROS E OBRAS OFICIAIS RELEVANTES CUJOS TÍTULOS MENCIONAM SE TRATAR DE POLÍTICA EDUCACIONAL (1935-2014)	294
APÊNDICE K – DISCIPLINA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL: UNIVERSIDADES PESQUISADAS	311
APÊNDICE L – ROTEIRO DE ENTREVISTA	314

INTRODUÇÃO

Apesar de sua história de aproximadamente meio século¹, as questões sobre a identidade, a natureza e o objeto da política educacional têm sido ainda pouco discutidas. Os pesquisadores e os interessados em política educacional utilizam-se de terminologias distintas, tais como: disciplina, área, campo (campo acadêmico, campo de investigação, campo multidisciplinar, etc.) ou subcampo da educação. Apesar dessas distinções, a literatura indica que tem havido pouco debate sobre o que a política educacional efetivamente é ou poderia ser considerada.

Uma das dificuldades para debater a questão do *status* da política educacional (ciência, disciplina, área ou um campo) é a de que isso implica em uma perspectiva epistemológica relativamente demarcacionista. Além disso, há uma forte tendência em considerar que os campos teóricos e os campos de conhecimento são porosos, flexíveis e dinâmicos. Ortiz (2003, p. 14), quando destaca a porosidade das fronteiras das ciências sociais, salienta que “pensar as relações sociais inseridas numa totalidade significa dizer que as fronteiras entre as disciplinas não podem ser rígidas, caso contrário teríamos o fracionamento de seu entendimento.”

Da mesma forma, Zaia Brandão (2002, p. 62) ressalta, como uma das características do campo científico na atualidade, a flexibilização das fronteiras entre as áreas do conhecimento. Segundo a autora, “a consciência generalizada da interdependência das diferentes áreas do conhecimento tem levado a uma intensificação das práticas inter ou pluridisciplinares, em vários campos, criando novas áreas [...]”. Por isso, tem se tornado cada vez mais difícil definir de maneira clara as fronteiras entre os campos de conhecimento. Por exemplo, “história e antropologia, antropologia e sociologia, sociologia e ciência política são áreas de pesquisa/conhecimento que tiveram suas fronteiras flexibilizadas a tal ponto que não há como trabalhar temas nestes terrenos sem recorrer amplamente aos autores das diversas tradições disciplinares.” (BRANDÃO, 2002, p. 62).

Na visão da autora, esse fato tem incentivado os pesquisadores a familiarizar-se com o vocabulário, temáticas, referências e literatura de campos afins. Assim, de acordo com Brandão (2002), a constante expansão das necessidades de informação e de conhecimento que ultrapassam os campos disciplinares vêm derrubando as fronteiras anteriormente demarcadas

¹ Nesta tese, argumentar-se-á que, no Brasil, a política educacional começa a emergir como um campo acadêmico a partir da década de 1960.

de forma clara. Para ela, “não se progride hoje, em quase nenhum campo científico, sem a interlocução com áreas circunvizinhas.” (BRANDÃO, 2002, p. 63).

Apesar de os desafios que a abordagem dessa temática coloca, consideramos que é necessário enfrentar o desafio de discutir como a política educacional vem se constituindo como um campo específico, o qual se desenvolve também na interlocução com outros campos, tais como a ciência política, ciências sociais, economia, bem como com as contribuições da teoria social².

Atualmente, há um certo consenso de que a política educacional encontra-se estabelecida institucionalmente, em diversas partes do mundo, como uma área ou um campo específico de investigação³, que foi construído em diferentes instâncias, tais como: nas universidades, nos cursos acadêmicos (Graduação e Pós-Graduação), nas associações científicas, nas redes de pesquisa, na criação de eventos científicos, em periódicos e livros específicos, entre outras.

O objetivo central desta tese é analisar a constituição da política educacional no Brasil, compreendo-a como um campo acadêmico específico. Investigar a constituição desse campo é uma tarefa desafiadora, uma vez que se trata de um campo abrangente e ainda em processo de construção, expansão e consolidação. Na qualidade de campo em construção, diversos debates e pesquisas fazem-se necessários com vistas a contribuir para seu fortalecimento e legitimação. Pesquisadores da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe) têm defendido a importância da realização de estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional, o que inclui a pesquisa sobre a constituição desse campo nos diferentes países latino-americanos. Foi a partir do envolvimento com essa rede e das reflexões sobre a necessidade de investigar a construção do campo acadêmico da política educacional no Brasil que a presente pesquisa foi delineada. Essa tarefa é também desafiadora porque é difícil demarcar o surgimento dos estudos de política educacional no Brasil como campo específico e autônomo, uma vez que, assim como em outros países, tais estudos partiram das produções vinculadas à administração escolar, administração educacional e educação comparada. Para enfrentar esse desafio, a presente

² Genericamente falando, teorias sociais são referenciais analíticos ou paradigmas usados para examinar os fenômenos sociais. Segundo Harrington (2005, p. 1, tradução nossa), o termo “teoria social” “[...] abrange ideias sobre como a sociedade muda e se desenvolve, sobre métodos de explicação do comportamento social, sobre poder e estrutura social, gênero e etnia, modernidade e ‘civilização’, revoluções e utopias, e inúmeros outros conceitos e problemas na vida social.” Ao oferecer construções teórico-conceituais interdisciplinares (incluindo sociologia, antropologia, geografia, psicologia, economia, ciência política e filosofia), a teoria social contribui para a análise de políticas, em um sentido geral.

³ Nesta tese, consideramos os termos área e campo como similares. Optamos por empregar o termo campo com o objetivo de manter a coerência com o referencial teórico utilizado.

pesquisa trabalhou com diferentes fontes de informações de forma a realizar um estudo introdutório sobre a história da constituição da política educacional no Brasil na qualidade de campo acadêmico.

Um aspecto relevante a ser destacado para explicar a complexidade da pesquisa sobre a constituição de campos acadêmicos, campos teóricos ou campos de conhecimento é que essa construção não é resultado de um esforço intelectual desinteressado, determinado puramente por critérios cognitivos (MANZON, 2011, p. 8)⁴. Segundo Manzon (2011), esse processo é entrelaçado com relações de poder. Para a autora, as contribuições de Foucault sobre a crítica às disciplinas e aos campos como formações discursivas contingentes e as relações de poder que atuam nesse processo são particularmente relevantes. Do mesmo modo, são esclarecedoras as críticas de Bourdieu sobre o campo intelectual para analisar as complexas interações entre o contexto macrosocial (agendas nacionais e internacionais), mesoestrutural (política acadêmica e institucional) e os fatores do nível micro (ação humana) na formação de um campo intelectual. De forma mais concreta, Manzon (2011), ao investigar a construção do campo da educação comparada, argumenta que a educação comparada é um campo intelectual dinamicamente configurado por uma rede de relações entre diferentes agentes ocupando várias posições intelectuais e investidas de poder por diferentes combinações de capital (econômico, social, cultural e simbólico) no campo.

Nesta tese, empregamos o conceito de campo de Pierre Bourdieu e as contribuições de autores que abordam sobre elementos que demarcam a institucionalização de um determinado campo (GÓMEZ CAMPO; TENTI FANFANI, 1989; SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007). O conceito de campo de Bourdieu constituiu-se como um elemento teórico para compreender a constituição do campo acadêmico da política educacional como “[...] produto de um processo histórico de autonomização e de diferenciação interna [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 17, tradução nossa)⁵. **Argumenta-se que a política educacional no Brasil começa a emergir como um campo acadêmico específico a partir da década de 1960, tendo como antecedentes os estudos sobre a situação do ensino no país e sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada. Esse campo desenvolveu-se como produto de condições históricas e sociais, por meio da expansão de publicações sobre política educacional; da criação de disciplinas na Graduação; da criação de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação; da criação de associações**

⁴ Citação no original: “[...] it is a body of knowledge constructed not purely out of an inner logic based on cognitive criteria [...]” (MANZON, 2011, p. 8).

⁵ Citação no original: “[...] producto de un proceso histórico de autonomización y de diferenciación interna [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 17).

científicas e grupos de trabalho dentro de associações; da criação de periódicos científicos especializados; da criação de redes de pesquisa; da realização de eventos científicos específicos de políticas educacionais, bem como pelas ações e tentativas de intervenções dos pesquisadores do campo no próprio processo de formulação de políticas. A partir da década de 1990, o campo adquire maior autonomia e legitimação, e o contexto atual indica que, no Brasil, o campo acadêmico da política educacional encontra-se em fase de expansão e busca de consolidação. Trata-se de um campo em construção, ainda com diversas questões epistemológicas a serem resolvidas, tais como: uma melhor definição de seus objetos de estudo (pois é um campo abrangente), da ampliação dos referenciais teóricos para a análise de políticas, conceituação do que é política educacional, ampliação da interlocução com a ciência política, ciências sociais, economia, bem como com as contribuições que resultam do desenvolvimento contínuo da teoria social, em um sentido amplo.

De forma mais ampla, podemos apontar a necessidade de aprofundar a discussão sobre o que constitui o núcleo epistemológico substantivo do campo da política educacional. Tal como a educação comparada, o campo da política educacional “[...] não possui regras rigorosas de filtragem e é bastante inclusivo, como visto em seus congressos mundiais e outros fóruns acadêmicos, nos quais não poucos de seus participantes têm apenas uma vaga noção do campo ou pouco se identificam com ele.” (MANZON, 2011, p. 2, tradução nossa)⁶. Essa citação, ao mesmo tempo em que mostra algumas características do campo, pode ser tomada como ponto de partida para problematizar os dilemas associados à construção do campo acadêmico da política educacional no Brasil. O fato de ser um campo mais inclusivo pode permitir uma riqueza maior nas discussões e nas análises. Por outro lado, a dispersão dos estudos pode trazer dificuldades para aprofundamento das questões epistemológicas substantivas.

Com base em Bourdieu, afirmamos que, como produto de uma história, a constituição do campo acadêmico da política educacional precisa ser compreendida a partir das “[...] condições históricas e sociais de sua integração [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 17, tradução nossa)⁷. Nessa perspectiva, a análise da construção de um campo demanda

⁶ Citação no original: “The field has no strict gate-keeping rules and is rather inclusive, as seen in its world congresses and other academic forums, where not a few of its participants have only a vague notion of the field or are weakly identified with it.” (MANZON, 2011, p. 2).

⁷ Citação no original: “[...] condiciones históricas y sociales de su integración [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 17).

considerar a “[...] totalidade concreta das relações que integram o campo intelectual como sistema.” (BOURDIEU, 2002, p. 17, tradução nossa)⁸.

Assim, na análise da constituição do campo acadêmico da política educacional, torna-se relevante reconhecer os diversos fatores que contribuem para sua institucionalização. Em sentido geral, os autores entendem que as associações, os periódicos, as reuniões técnicas e científicas, as cátedras universitárias contribuem para a estruturação dos campos (GÓMEZ CAMPO; TENTI FANFANI, 1989; SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007). Essas instâncias caracterizam-se como agentes do campo que exercem controle sobre o capital específico (produção e divulgação do conhecimento em política educacional), bem como “[...] os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer investimento.” (BOURDIEU, 2004a, p. 30).

As questões de pesquisa que orientaram a análise desenvolvida foram as seguintes: Quais os contextos, os agentes, as instituições que contribuíram para a emergência da política educacional na qualidade de campo acadêmico? Quais foram os marcos temporais da constituição desse campo no contexto brasileiro? Quais os aspectos que podem contribuir para a consolidação da política educacional como campo teórico?

A tese teve como objetivos:

- analisar a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil;
- investigar os processos que permeiam a história da política educacional como um campo específico;
- identificar demarcações temporais do processo de constituição desse campo no contexto brasileiro.

Fundamentando-se em Pierre Bourdieu, a metodologia de pesquisa foi desenvolvida a partir da ideia de que “é preciso construir o objecto” (BOURDIEU, 1989, p. 21). O conceito de campo de Bourdieu foi fundamental para orientar a construção do objeto da tese. Conforme o próprio autor:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. (BOURDIEU, 1989, p. 27).

Com base nas contribuições teóricas da noção de campo, selecionamos as fontes de pesquisa. O levantamento dessas fontes e o trabalho com os dados empíricos foram

⁸ Citação no original: “[...] totalidad concreta de las relaciones que integran el campo intelectual como sistema.” (BOURDIEU, 2002, p. 17).

fornecendo as pistas para a construção da argumentação da tese. Ao longo desse processo, levamos em conta a perspectiva de Bourdieu sobre o necessário estabelecimento das relações que abrangem o objeto de estudo. Assim, buscamos estabelecer as relações possíveis do objeto com o contexto histórico-político, o campo educacional, o contexto internacional, bem como com os outros campos de conhecimento.

Na definição das demarcações temporais do processo de constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, baseamo-nos nas contribuições de Bourdieu sobre aquilo que estrutura os campos, que são as instituições, os agentes, bem como o que se gera no interior dos campos, que são as produções dos agentes, as suas publicações. Assim, foram as fontes de pesquisa que propiciaram as possibilidades para a periodização que sintetizamos no Quadro 1, apresentado no item a seguir sobre a estrutura da tese.

Estrutura da tese

No primeiro capítulo, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos para a análise do processo de constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Tomamos como base as contribuições de Pierre Bourdieu sobre a noção de campo e de autores que apontam elementos que demarcam a institucionalização de um determinado campo (GÓMEZ CAMPO; TENTI FANFANI, 1989; SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007). Nesse capítulo, desenvolvemos uma discussão em torno do conceito de política educacional e seus objetos de estudo. A importância dessa discussão justifica-se pela certa indefinição da abrangência do campo revelada pela literatura, pela necessidade de definir a compreensão de política educacional adotada nessa pesquisa e para sintetizar as discussões recentes em torno do que tem sido entendido como objeto da política educacional. Além disso, também abordamos sobre a metodologia empregada nessa pesquisa.

No segundo e no terceiro capítulos, apresentamos a análise dos documentos e da bibliografia. Para fins didáticos, dividiu-se a análise em três momentos, a saber: a) antecedentes do campo acadêmico da política educacional (década de 1820 a 1950); b) institucionalização do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1960; c) expansão do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1990. O Quadro 1 sintetiza esses principais momentos da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. O quadro foi elaborado de modo a situar os principais fatores que contribuíram para a constituição do campo em relação ao contexto histórico-político.

Quadro 1 - Demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil

Período	Aspectos que contribuíram para a constituição do campo		Contexto histórico-político
Antecedentes do campo acadêmico da política educacional (década de 1820 a 1950)			
Décadas de 1820 a 1880	→	Publicações relacionadas a políticas educacionais, organização e administração do ensino: memórias, relatórios, discursos, descrições assistemáticas	Brasil Império (1822-1888) ↓ Conquista da autonomia política; primeiras tentativas de organização do ensino no país (descentralização da educação)
Década de 1920	1924	Fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE)	Primeira República (1889-1930) ↓ Período marcado por diversas reformas educacionais
Década de 1930	A partir de 1935	Primeiros estudos teóricos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada	Revolução de 1930 ↓ Centralização das decisões administrativas do país (criação do Ministério da Educação e Saúde Pública) e ampliação da atuação do governo na educação
	1935/1937	Primeiras publicações com o termo “política educacional” no título (BRUNO, 1935; ALVES, 1937)	Estado Novo (1937-1945) Marcado por um caráter ditatorial ↓ Fortalecimento da política centralizadora do governo e implantação de bases concretas de uma educação nacional
	1937	Criação do Inep	
Década de 1940	1944	Criação da RBEP	Regime político caracterizado por governos democráticos (1946-1964) ↓ Ótica técnico-científica e do planejamento como foco da política de desenvolvimento econômico do país; modernização da educação brasileira
Década de 1950	1955	Criação do CBPE e dos CRPEs	
A institucionalização do campo acadêmico da política educacional (a partir da década de 1960)			
Década de 1960	A partir de 1960	Uso mais frequente do termo “política educacional” ou “políticas educacionais” em títulos de teses, dissertações, livros, artigos e publicações oficiais	Regime militar (1964-1985) ↓ Planejamento como instrumento de intervenção governamental e perspectiva da racionalização técnica na educação
	1961	Criação da ANPAE	
	1965	Implantação da Pós-Graduação no Brasil	
Década de 1970	A partir de 1971	Criação de periódicos da área da educação	Abertura Política, redemocratização do país (a partir de 1986) ↓ Intensa mobilização social
	1976	Criação da ANPEd	
	1979	Fundação do CEDES e da ANDE	
Década de 1980	1980 a 1991	Realização das CBEs	
	1986/1987	Criação do GT 5 – Estado e Política Educacional	
A expansão do campo acadêmico da política educacional (a partir da década de 1990)			
Década de 1990	A partir de 1990	Criação de linhas e grupos de pesquisa de política educacional Criação de disciplinas de política educacional Criação de periódicos de política educacional	Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) ↓ Reformas educacionais de caráter neoliberal
	1996	ANPAE passou a denominar-se Associação Nacional de Política e Administração da Educação	
Anos 2000	→	Crescimento dos eventos científicos especializados e criação de redes de pesquisa	Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) Governo Dilma (2011-2014) ↓ Ampliação das políticas sociais

Fonte: Organizado pela autora.

O **primeiro momento** apresentado no Quadro 1 – antecedentes do campo acadêmico da política educacional (década de 1820 a 1950) –, indica que, desde a década de 1820, são encontrados escritos relacionados à política educacional na bibliografia pedagógica brasileira, resultado de memórias, relatórios, cartas, regulamentações, descrições assistemáticas. Nesse período, o Brasil havia conquistado a sua autonomia política com a independência (1822) e elaborado a sua primeira Constituição (1824). Assim, no chamado Brasil Império (1822-1888), surgem as primeiras tentativas de organização do ensino no país, que se caracterizou por uma orientação descentralizadora, visto que, com o Ato Adicional à Constituição (1834), as províncias passaram a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário, ficando a cargo do governo central a instrução superior (RIBEIRO, 1984). Nesse sentido, parte da bibliografia dessa época é representada por relatórios da situação da instrução pública nas províncias, discursos sobre a reorganização do ensino, cartas, atas, pareceres, entre outros.

Com a instauração da República (1889), uma série de reformas educacionais começa a ser realizada e o problema da educação nacional torna-se cada vez mais uma preocupação face às necessidades de desenvolvimento econômico e social do Brasil. É na década de 1920 que a educação como campo dá seus primeiros passos em termos de organização com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), a qual agregou diversos educadores engajados no movimento de renovação da educação brasileira. A referida associação teve papel notável no debate e na luta das questões educacionais, divulgação de ideias pedagógicas e influência na definição da política educacional brasileira.

A partir de 1930, o Brasil vive um período de centralização das decisões políticas com a Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945). Essa ampliação da atuação do Estado é evidenciada na educação que, de imediato, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e trata de reorganizar a estrutura do ensino no país de forma a assegurar a unificação e a articulação dos sistemas estaduais de ensino. A nova ordem político-econômica que se instala no país com base na expansão industrial impulsiona as demandas de uma escola universal, cuja reivindicação já vinha sendo defendida pelos educadores escolanovistas engajados no movimento de renovação da educação (AGUIAR, 1991). Assim, perante as necessidades de desenvolvimento do país e as ideias pedagógicas que defendiam a estruturação de uma política nacional de educação fundamentada cientificamente, surgem os primeiros estudos teóricos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada, bem como as primeiras publicações intituladas com o termo “política educacional” (BRUNO, 1935; ALVES, 1937). No Estado Novo, essa perspectiva fortalece-se e o governo lança bases concretas de uma educação nacional, iniciando um processo de

centralização das informações educacionais (AGUIAR, 1991). Nesse sentido, há a criação de órgãos como o Inep (1937), considerado marco no desenvolvimento mais sistemático da pesquisa em educação no Brasil, e em seu âmbito a criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP (1944), um dos periódicos pioneiros de divulgação das pesquisas educacionais.

A visão de modernização da educação brasileira é acentuada na década de 1950, na qual o desenvolvimento econômico (acelerado) do país se torna foco da política governamental. Por conseguinte, a ótica técnico-científica e do planejamento é privilegiada nas tomadas de decisões políticas (AGUIAR, 1991). É nesse contexto que são criados, em 1955, no âmbito do Inep, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs).

No **segundo momento**, são sintetizados os principais fatores que contribuíram para a institucionalização do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1960. A implantação da Pós-Graduação em Educação, a fundação de associações científicas (ANPAE, ANPED), a criação de diversos periódicos da área da educação, a realização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), cujos eventos, promovidos conjuntamente pela Associação Nacional de Educação (ANDE), pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), marcaram as discussões sobre a política educacional brasileira. Nesse momento, o país é conduzido pelo regime militar (1964-1985) cuja lógica de intervenção estatal na educação baseava-se na perspectiva do planejamento e da racionalização técnica. Com efeito, os estudos sobre política educacional nessa época surgem vinculados às discussões sobre planejamento educacional. Em detrimento da abertura política no final da década de 1980, há uma intensa mobilização social face à democratização do país. É perante essa efervescência que a política educacional adquire um espaço específico de debate com a criação do GT 5 – Estado e Política Educacional no âmbito da ANPED.

O **terceiro momento** evidencia a expansão do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1990. Em detrimento das diversas reformas educacionais de caráter neoliberal, formuladas e implantadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), vários pesquisadores começaram a dedicar-se à análise das ações do Estado nessa nova conjuntura político-econômica. Assim, há um significativo aumento dos estudos sobre política educacional bem como a criação de linhas e grupos de pesquisa de política educacional, de disciplinas de política educacional nos currículos dos cursos de Graduação em Pedagogia, de periódicos especializados. Além desses indicativos de

institucionalização do campo, nesse período, a ANPAE incorpora ao seu nome a palavra “política”, ampliando a sua esfera de atuação. Em especial, a partir dos anos 2000, com o Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e o Governo Dilma (2011-2014), há uma ampliação das políticas sociais e a implementação de um conjunto de programas em todos os níveis e modalidades de ensino. Desse modo, novos objetos de investigação tornam-se preocupação dos pesquisadores do campo acadêmico da política educacional. Nesse momento de desenvolvimento do campo, caracterizado por um certo acúmulo de conhecimento produzido, evidenciado pelas pesquisas sobre estado da arte, bem como pelo crescimento de eventos científicos especializados e a criação de redes de pesquisa que integram pesquisadores interessados no avanço do conhecimento da política educacional, novas perspectivas para o fortalecimento e a consolidação começam a pautar os debates desse campo de investigação.

Esses três momentos, que incluem as demarcações temporais da constituição do campo, foram divididos entre o segundo e o terceiro capítulos da presente tese, conforme segue.

No segundo capítulo, discorremos sobre os antecedentes do desenvolvimento do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Abordamos acerca do surgimento desse campo no contexto estrangeiro, sobre o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil e sobre a emergência dos estudos relacionados à política educacional e à administração escolar, administração educacional e educação comparada no contexto brasileiro. Examinamos a bibliografia pedagógica brasileira organizada pelo Inep (1812-1944), bem como as publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP (1944-2014), identificando como a temática da política educacional foi tornando-se objeto de preocupação de pesquisadores brasileiros.

No terceiro capítulo, analisamos a institucionalização do campo acadêmico da política educacional no Brasil a partir da década de 1960 e a sua expansão. Abordamos sobre as contribuições das associações científicas para a construção do campo, examinamos dados que indicam a expansão e a legitimação do campo com o aumento das publicações, com a criação de linhas e grupos de pesquisa, de disciplinas de/sobre política educacional, de periódicos, eventos científicos e redes de pesquisa especializados.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência. (BOURDIEU, 1989, p. 71).

O objetivo deste capítulo é apresentar fundamentos teórico-metodológicos para analisar a política educacional na qualidade de campo acadêmico. Tomamos como base as contribuições de Bourdieu (1989, 2002, 2003, 2004a, 2004b) sobre a noção de campo e de autores que empregam esse conceito no estudo da política educacional (RAWOLLE; LINGARD, 2015 e outros). Além disso, contamos com as contribuições de autores que fundamentam o conceito de política educacional e seus objetos de estudo (BALL, 1994; RIZVI; LINGARD, 2010; SOUZA, 2014a, 2016; MAINARDES, 2015a; entre outros). O aprofundamento dessa discussão emergiu dos apontamentos suscitados pela revisão da literatura, apresentada em seção específica neste capítulo, sobre as ambiguidades referentes ao aspecto conceitual da política educacional e as indefinições em relação ao que compreende seu objeto de estudo. Neste capítulo, abordamos também sobre a metodologia empregada na análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

A teoria de Bourdieu tem sido utilizada como fundamentação teórico-metodológica por muitos pesquisadores na área da educação. Dentre estes, alguns têm se dedicado a compreender especificamente aspectos relacionados à política educacional. No Quadro 2 a seguir, apresentamos alguns autores que têm interpretado a política educacional com base nos conceitos bourdieusianos. A partir dele, verificamos que a noção de campo aparece como um conceito bastante produtivo nas pesquisas de política educacional.

Quadro 2 - Autores que empregam as ideias de Bourdieu na análise de política educacional e os conceitos centrais utilizados

(continua)

Autores	Conceitos centrais utilizados
Ladwig (1994)	Campo social, <i>habitus</i> , capital
Lingard e Rawolle (2004)	Campo, lógicas da prática, <i>habitus</i>
Lingard; Rawolle e Taylor (2005)	Campo social
Maton (2005)	Campo, autonomia
Thomson (2005)	Campo
Marginson (2008)	Campo de poder, agência, posição, tomadas de posição
Rawolle e Lingard (2008)	Campo social, prática, <i>habitus</i> , capital

(conclusão)

Santos, A. L. (2008, 2009)	Campo
Martins e Lotta (2010)	Capital social
Heimans (2012)	Prática, <i>habitus</i> , capital, campo
Mangez e Hilgers (2012)	Campo
Tello (2012b)	Vigilância epistemológica, reflexividade
Gerrard e Farrell (2013)	Campo
Catani e Azevedo (2013)	Comparabilidade dos sistemas de ensino
Ladwig (2014)	Campo social
Bathmaker (2015)	Campo
Lingard; Sellar e Baroutsis (2015)	<i>Habitus</i>
Rawolle e Lingard (2015)	Campo, prática
Tello e Mainardes (2015)	Vigilância epistemológica, reflexividade
Cunha (2016)	Campo

Fonte: Organizado pela autora.

Além dessas publicações, há o trabalho de van Zanten (2005) que, ao considerar Bourdieu como um analista e especialista de política, aborda sobre as suas contribuições para o estudo da política educacional. Embora Bourdieu não tenha escrito explicitamente sobre política educacional, van Zanten (2005) e outros autores, como aqueles citados no quadro anterior, argumentam que os conceitos teóricos e as abordagens metodológicas de Bourdieu têm um significativo potencial para a investigação em política educacional. Rawolle e Lingard (2015, p. 16, tradução nossa), por exemplo, destacam que “[...] os conceitos e teorias de Bourdieu são adaptáveis como base metodológica para pesquisas sobre política educacional e útil para descrever e compreender as conexões entre o campo da política educacional e outros campos e subcampos da educação [...]”.⁹ Segundo os autores, os conceitos e as teorias de Bourdieu podem ser estendidos e aplicados a novos objetos de pesquisa, mas com a cautela de que refinamentos e teorizações adicionais podem ser necessários para análises coerentes em cada campo ou subcampo.

Na presente pesquisa, consideramos que a noção de campo de Bourdieu contribui para a investigação sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. De acordo com Rawolle e Lingard (2015, p. 19), na obra de Bourdieu “campos” (*fields*) substitui “instituições” (*institutions*) e o mundo social é visto como constituído de vários campos sociais. Assim, conforme os autores, ao invés de política, Bourdieu falaria em campo da política, ao invés de meios de comunicação, campo jornalístico, ao invés de burocracia ou Estado, campo da burocracia estatal e assim por diante. Consideramos, portanto, que a política educacional é um campo e no âmbito desta pesquisa a tratamos como campo acadêmico, o qual foi sendo constituído por meio da criação de espaços institucionais

⁹ Citação no original: “[...] Bourdieu’s concepts and theories are adaptable as a methodological base for research on education policy and useful to describe and understand the connections between the field of education policy and other education fields and sub-fields [...]” (RAWOLLE; LINGARD, 2015, p. 16).

em universidades ou centros de pesquisa, como, por exemplo, disciplinas, linhas e grupos de pesquisa, bem como da criação de associações científicas, periódicos especializados, redes de pesquisa, etc.

É relevante destacar, considerando o excerto bourdieusiano que inicia o capítulo, que na pesquisa sobre a constituição de um campo particular, de um espaço relativamente autônomo, sua essência só pode ser apreendida pela análise histórica. Nesse sentido, Bourdieu (2002) define que o campo intelectual, como sistema autônomo ou que busca a autonomia, é o

[...] producto de un proceso histórico de autonomización y de diferenciación interna, es legitimar la autonomización metodológica que permite la investigación de la lógica específica de las relaciones que se establecen en el seno de este sistema y lo integran como tal; equivale también a disipar las ilusiones nacidas de la familiaridad, al poner al descubierto que, como producto de una historia, este sistema no puede disociarse de las condiciones históricas y sociales de su integración y condenar por ello toda tentativa de considerar las proposiciones que se desprenden del estudio sincrónico de un estado del campo como verdades esenciales, transhistóricas y transculturales. Una vez conocidas las condiciones históricas y sociales que hacen posible la existencia de un campo intelectual -una vez definidos, al mismo tiempo, los límites de validez de un estudio de un estado de este campo-, este estudio adquiere entonces todo su sentido, porque puede captar “en acto” la totalidad concreta de las relaciones que integran el campo intelectual como sistema. (BOURDIEU, 2002, p. 17, grifo nosso).

Ao mesmo tempo, entender a gênese social de um campo, as suas especificidades e as questões materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar as ações “[...] dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir.” (BOURDIEU, 1989, p. 69). Assim, consideramos que analisar a constituição do campo acadêmico da política educacional é de significativa importância para os pesquisadores que atuam na área, para melhor compreender os seus desdobramentos e as suas perspectivas como um campo em processo de construção e de expansão no Brasil.

Antes de explicitar o conceito de campo, faz-se necessário, para o entendimento da epistemologia que lhe dá sustentação, situar a problemática teórica do pensamento de Bourdieu. O esforço sistemático de Bourdieu, na sua trajetória intelectual, foi contornar as oposições que definiram o debate sociológico entre modos subjetivistas e objetivistas de teorização, entre níveis micro e macro de análise, por meio da articulação dialética entre ator e estrutura social. A esse tipo de abordagem, ele denominou de conhecimento praxiológico (ORTIZ, 2002). Por conseguinte, Bourdieu desenvolveu seus estudos levando em conta as contribuições de um conjunto de tradições intelectuais (marxismo, fenomenologia, existencialismo, estruturalismo, entre outras). Assim, a característica principal da teoria de Bourdieu consiste na sua não inscrição nas correntes sociológicas tradicionais. Ele se situa em

um contexto em que o pensamento científico se fundamenta em múltiplas abordagens e empenha-se em combinar diferentes perspectivas teóricas no campo conceitual (VALLE, 2007).

Segundo Thiry-Cherques (2006), a teoria de Bourdieu pode ser entendida como uma teoria das estruturas sociais baseada em conceitos-chave, a partir dos quais o autor busca explicar as tramas lógicas ou problemáticas que evidenciem a presença de uma estrutura subjacente ao social. Nessa perspectiva, a abordagem estruturalista de Bourdieu volta-se à compreensão e à interpretação crítica da realidade (desvelar a articulação do social) (THIRY-CHERQUES, 2006). Para o autor, Bourdieu trouxe uma contribuição importante à discussão epistemológica na medida em que buscou colocar-se para além dos modelos teóricos existentes e sua rigidez em relação à explicação da vida social. Conforme explica Thiry-Cherques (2006), a epistemologia de Bourdieu aproxima-se do estruturalismo na medida em que seu método e suas análises partem do princípio da estrutura, ou seja, de uma arquitetura imanente do mundo social que entende as práticas humanas como sustentadas por sistemas de elementos universais. No entanto, Bourdieu também faz críticas ao estruturalismo por entender que a estrutura é dinâmica, compreendida como um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante, em que há uma dupla imbricação entre estruturas subjetivas e estruturas objetivas (THIRY-CHERQUES, 2006). Por isso, o próprio Bourdieu (2004b, p. 149) caracteriza seu trabalho como “estruturalista construtivista” ou “estruturalismo genético”.

[...] se eu gostasse de rótulos, [...] eu diria que tento elaborar um *estruturalismo genético*: a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes *campos* – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais) e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produto de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço). (BOURDIEU, 2004b, p. 26, grifo do autor).

Assim, consideramos que a teoria de Bourdieu oferece elementos conceituais consistentes para a análise dos diversos campos constitutivos da vida social. Um aspecto importante é o fato de seus estudos basearem-se não só em estruturas teóricas, mas também em estudos empíricos. Bourdieu, parafraseando Kant, estava convicto de que “[...] *pesquisa sem teoria é cega, e a teoria sem pesquisa é vazia.*” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 162, grifo do autor, tradução nossa)¹⁰. Portanto, o pensamento de Bourdieu, por essa

¹⁰ Citação no original: “[...] *research without theory is blind, and theory without research is empty.*” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 162, grifo do autor).

característica de ser fundamentada empírica e teoricamente, demonstra seu compromisso com a visão de que a “observação metodologicamente rigorosa” e a “interpretação conceitualmente refinada” devem caminhar juntas para se estudar o espaço social “de uma forma genuinamente científica” (SUSEN; TURNER, 2011, p. xxi-xxii, tradução nossa)¹¹.

No desenvolvimento desse capítulo, em um primeiro momento, explicitamos o conceito de campo e as principais características de funcionamento dos campos. Em um segundo momento, com base nas contribuições de Bourdieu, elencamos apontamentos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Na sequência, discorreremos sobre a metodologia empregada nesta pesquisa, sobre a revisão de literatura, bem como sobre os principais aspectos conceituais e objetos de estudo da política educacional.

1.1 A NOÇÃO DE CAMPO DE PIERRE BOURDIEU

Na teoria de Pierre Bourdieu, a noção de campo, juntamente aos conceitos de *habitus* e capital, são fundamentais para a compreensão da prática social. A noção de campo é aqui abordada como um conceito integrante de um sistema teórico, portanto, é definida na sua inter-relação com outros conceitos fundamentais: *habitus* e capital. Essa interdependência entre os conceitos é advertida pelo próprio Bourdieu. Para o autor, os conceitos definem-se como sistêmicos¹² e “[...] são elaborados para serem *empregados empiricamente de forma sistemática*. Noções como *habitus*, campo e capital podem ser definidos, mas apenas dentro do sistema teórico que constituem, nunca isoladamente.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 96, grifo do autor, tradução nossa)¹³.

O autor não dedicou uma obra específica para apresentar esses conceitos. Eles são definidos ao longo dos seus trabalhos e da sua trajetória intelectual. Em relação à gênese dos conceitos, Bourdieu (1989) explicita que o conceito de campo recebe mais desenvolvimento conceitual e aplicação empírica nos trabalhos mais recentes (comparando-se ao conceito de

¹¹ Citação no original: “The empirically grounded and theoretically informed nature of Bourdieu’s oeuvre proves his commitment to the view that methodologically rigorous observation and conceptually refined interpretation must go hand in hand if one aims to study the functioning of society in a genuinely scientific manner.” (SUSEN; TURNER, 2011, p. xxi-xxii).

¹² Bourdieu; Chamboredon e Passeron (2007, p. 47-48), quando abordam sobre a construção do objeto, fazem uma distinção entre os conceitos sistêmicos e os conceitos operatórios. Os conceitos definidos por seu caráter operacional limitam-se à mensuração empírica, a pré-noções. Já os conceitos sistêmicos são enraizados em uma problemática teórica do objeto, pressupondo “referência permanente ao sistema completo de suas inter-relações”, portanto não se separam da formulação teórica.

¹³ Citação no original: “[...] are designed to be *put to work empirically in systematic fashion*. Such notions as *habitus*, field, and capital can be defined, but only within the theoretical system they constitute, not in isolation.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 96, grifo do autor).

habitus). Segundo Swartz (1997), o debate que Bourdieu realiza nos anos 1960 com o marxismo e o estruturalismo, quando elaborou os conceitos de capital cultural, *habitus*, estratégias e práticas, gradualmente cede espaço para uma preocupação com o campo. O conceito surgiu na conjuntura da pesquisa de Bourdieu sobre a sociologia da arte e da sua releitura da obra sobre sociologia da religião de Max Weber (BOURDIEU, 2004b). É aplicado pela primeira vez no estudo sobre o “mundo” intelectual e artístico francês, como forma de chamar a atenção para os interesses específicos que regem esses “mundos”¹⁴ culturais. É interessante ressaltar que o termo não era inédito no contexto intelectual francês, já que havia sido empregado por fenomenólogos (Merleau-Ponty) e existencialistas (Sartre). (SWARTZ, 1997).

Pierre Bourdieu retoma o conceito de campo de modo elucidativo em uma conferência organizada pelo grupo *Sciences en Questions* do *Institut National de la Recherche Agronomique* (INRA), em Paris, no ano de 1997 (BOURDIEU, 2004a). Para abordar sobre o conceito, o autor parte da gênese da noção de campo, explicando que todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura, entre outros, constituem objetos de análises com pretensões científicas. Há uma história de cada um desses campos e em todos eles encontra-se o mesmo antagonismo: interpretações internalistas *versus* externalistas. Isto é, de um lado há os que defendem que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos, e de outro há os que entendem que é preciso relacionar o texto ao contexto (correlação com o mundo social ou mundo econômico) (BOURDIEU, 2004a). Como forma de recusa a essas alternativas de compreensão, Bourdieu elaborou a noção de campo. Nesse sentido, o conceito foi desenvolvido para corrigir as várias formas de subjetivismo e objetivismo criticadas por ele. Segundo Bonnewitz (2003), ao recusar inscrever-se nessas dicotomias tradicionais, Bourdieu busca superá-las, sintetizando-as. Dessa maneira, “propor uma abordagem em termos de espaço social e de campos sociais é dotar-se de conceitos e instrumentos que permitem não apenas analisar a posição dos grupos e suas relações, mas também compreender a tendência à reprodução da ordem social.” (BONNEWITZ, 2003, p. 51).

Bourdieu considera, todavia, que a noção de campo não oferece respostas prontas para todas as perguntas possíveis, assim como os grandes conceitos da “teoria teoricista” (*theoreticist theory*) que anseia explicar tudo e com uma ordem certa (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 110). Para ele, a sua grande virtude é promover um modo de

¹⁴ “Mundos” refere-se ao que Bourdieu chama de campos (BOURDIEU, 2004b).

construção que precisa ser repensado novamente a cada vez. Por isso, considera a noção de campo como um “conceito aberto”¹⁵ que implica um raciocínio relacional. Na verdade, como explica Swartz (1997), o pesquisador é incentivado a procurar as relações subjacentes e invisíveis ao invés de propriedades dadas em categorias do senso comum. Quando Bourdieu utiliza-se do termo “campos” ao invés de populações, grupos, organizações ou instituições, quer chamar a atenção para os mecanismos ocultos de interesses e de lutas que formam a existência desses “mundos” (SWARTZ, 1997). Dessa maneira, a noção de campo permite romper com as referências ao mundo social, que não exprimem suficientemente o seu caráter conflituoso, por meio do uso de palavras como “‘contexto’, ‘meio’, ‘fundo social’, ‘*social background*’” (BOURDIEU, 2004b, p. 169, grifo do autor). É importante destacar que a análise de campo considera as condições sociais das disputas no seu interior. Segundo Swartz (1997), para Bourdieu, mesmo as práticas aparentemente neutras são integradas a sistemas de distinções sociais e intelectuais¹⁶. Desse modo, a noção de campo destaca um dos pontos fundamentais das contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, de que o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações do qual retira o essencial das suas propriedades, isto é, de que “[...] é preciso pensar *relacionalmente*.” (BOURDIEU, 1989, p. 27-28, grifo do autor).

Para o sociólogo, não basta analisar o conteúdo do texto nem estabelecer uma relação direta com o seu contexto. Entre esses dois lados, há um universo intermediário, que são os campos (cultural, jurídico, científico, etc.), “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (BOURDIEU, 2004a, p. 20). A noção de campo designa um microcosmo dotado de leis próprias e específicas, que dispõe de uma autonomia relativa (parcial) em relação às imposições do macrocosmo. O grau de autonomia dos campos dá-se na medida em que essas leis próprias são mais ou menos influenciadas pelo macrocosmo (BOURDIEU, 2004a). Uma das questões que surgem na análise dos campos é o grau de autonomia (parcial) que eles possuem, pois nos diferentes campos ela pode ser mais ou menos acentuada, dependendo dos mecanismos que o microcosmo dispõe para se desprender das imposições do mundo social. A autonomia é uma característica fundamental e inerente na teoria dos campos. Bourdieu (2004a, p. 22) explica que as manifestações mais visíveis de autonomia de um campo é a

¹⁵ Bourdieu explica que a utilização dos “conceitos abertos” (*open concepts*) é uma forma de rejeitar o positivismo e dar ênfase em seu caráter sistêmico (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 95).

¹⁶ Bourdieu considera que não existe neutralidade nas ações, uma vez que sempre estarão vinculadas a um conjunto de interesses que estão em jogo (ORTIZ, 1983).

capacidade de “refratar” as pressões externas, isto é, “[...] quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis.” Quanto mais coeso for o campo internamente, maior a sua autonomia e menor o nível de interferência das pressões externas. Cabe destacar que a autonomia nunca será integral, mas envolve um processo de construção permanente (ORTIZ, 2003). De maneira inversa, a heteronomia de um campo “[...] manifesta-se essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimirem diretamente.” (BOURDIEU, 2004a, p. 22).

Bourdieu postula a existência de muitos campos possíveis (político, religioso, intelectual, artístico, científico, etc.)¹⁷. Todo o campo envolve um campo de forças, de lutas, as quais assumem características específicas em cada campo relativas à forma de capital em jogo e à posição que os agentes ocupam. Desse modo, a estrutura do campo é caracterizada como um estado de relação de força entre os seus ocupantes que têm em comum diversos interesses fundamentais ligados à própria existência do campo. Assim, a noção de campo representa um espaço de relações entre grupos que possuem diferentes posições nessa estrutura e é caracterizado por relações de conflito e disputas de poder. (BOURDIEU, 2003). Em termos analíticos, Bourdieu define um campo como:

[...] uma rede, ou configuração, de relações objetivas entre posições. Estas posições são objetivamente definidas, na sua existência e na determinação que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial (*situs*) na estrutura da distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda o acesso aos elementos específicos que estão em jogo no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação homologia, etc.). (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97, grifo do autor, tradução nossa)¹⁸.

Bourdieu (2003) faz uma analogia, comparando um campo a um jogo. Nesse sentido, cada campo funciona como um jogo em que as tomadas de posição dos seus ocupantes estão relacionadas às suas posições na estrutura do campo, ao *habitus*, aos capitais de que dispõe (econômico, cultural, simbólico, etc.), bem como aos propósitos que orientam suas ações, se é

¹⁷ Publicações traduzidas para a língua portuguesa, nas quais o autor aborda sobre campos específicos: campo religioso (BOURDIEU, 2004c), campo intelectual (BOURDIEU, 2002, 2004b, 2004c), campo econômico (BOURDIEU, 2005), campo científico (BOURDIEU, 2004a; ORTIZ, 1983), campo burocrático (BOURDIEU, 1996), campo político (BOURDIEU, 2011a), campo universitário (BOURDIEU, 2011b).

¹⁸ Citação no original: “In analytic terms, a field may be defined as a network, or a configuration, of objective relations between positions. These positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation (*situs*) in the structure of the distribution of species of power (or capital) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field, as well as by their objective relation to other positions (domination, subordination, homology, etc.).” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, grifo do autor, p. 97).

conservar ou transformar a posição que ocupa no campo. É importante salientar que o *habitus* é tanto condição de funcionamento do campo como produto desse funcionamento (BOURDIEU, 2003). Assim, as ações dos indivíduos não são somente determinadas pelo campo, pois os agentes sociais “[...] não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo [...]” (BOURDIEU, 2004a, p. 28). Ao mesmo tempo em que respondem às exigências do campo (às leis imanentes), há também possibilidade de que as ações sejam manifestadas levando em conta o *habitus*, isto é, as disposições adquiridas pelos agentes que são “[...] maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo.” (BOURDIEU, 2004a, p. 28). O sentido do jogo que Bourdieu menciona é justamente essa possibilidade dos agentes atenderem às regras do campo, mas também desenvolverem estratégias de atuação orientadas pelo *habitus*. Logo, o sentido do jogo “[...] é o que permite gerar uma infinidade de ‘lances’ adaptados a infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever.” (BOURDIEU, 2004b, p. 21).

O funcionamento de um campo pressupõe disputas internas, interesses específicos, paradas em jogo, pessoas prontas a jogar esse jogo e dotadas de *habitus*, pressupondo “[...] o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc.” (BOURDIEU, 2003, p. 120). De maneira geral, o *habitus* é um “[...] sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 125). Assim, as ações no interior de uma rede de relações (campo) são moldadas por um conjunto de disposições (*habitus*) que incluem esquemas de percepção, pensamento e ação formados no decorrer das experiências de vida¹⁹ na interação social (BOURDIEU, 2004b). É importante ressaltar que o *habitus* se apresenta como social e individual, isto é, o processo de interiorização da objetividade não pode ser atribuído apenas a um indivíduo, mas também a um grupo ou classe. O *habitus* de um grupo ou classe encontra uma certa homogeneidade na medida em que os indivíduos incorporam os esquemas objetivos conforme as posições que ocupam (ORTIZ, 1983).

Bourdieu (1989) ressalta que, quando introduziu a noção de *habitus*, ele buscou marcar uma ruptura com o estruturalismo e sua filosofia da ação, baseada no pressuposto do caráter racional de toda a ação humana. O que ele pretendia era colocar em evidência as razões práticas, “[...] as capacidades «criadoras», activas, inventivas, do *habitus* e do agente

¹⁹ Pensar o *habitus* como sistema de disposições adquiridas pela experiência implica em reconhecer que estas são “variáveis segundo o lugar e o momento” (BOURDIEU, 2004b, p. 21). Isso quer dizer que as condições diferentes de existência implicam em *habitus* diferentes.

[...].” (BOURDIEU, 1989, p. 61, destaque do autor). Todavia, ao colocar em foco a razão prática, Bourdieu não desconsiderou a ação baseada na racionalidade, apenas reconheceu a importância da razão prática na rede de relações sociais. O seu intuito, portanto, foi chamar a atenção para os conhecimentos incorporados socialmente que contribuem para os agentes decidirem suas ações (estratégias práticas) sem a necessidade de recorrer à razão a todo o instante para se orientar. Assim explica Bourdieu (2004b, p. 26, grifo do autor):

Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos.

Ao se referir aos campos como espaços de posições e relações sociais, Bourdieu lembra-nos de que as práticas²⁰ dentro de um campo não podem ser analisadas sem considerar a estrutura das relações de poder entre os ocupantes do campo. Também é constitutivo do campo, o aspecto hierárquico de relações de poder entre os sujeitos, grupos ou instituições. Na rede de relações sociais, poder, *habitus* e campo são considerados conjuntamente. “O campo é o lócus das relações de força [...]” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 103, tradução nossa)²¹ e envolve espaços de luta em torno de formas específicas de capital (econômico, cultural, científico, religioso).

A estrutura de um campo é determinada pela distribuição do capital específico entre os diferentes agentes engajados nesse campo (BOURDIEU, 2004a). No campo, os sujeitos lutam pela legitimação dos seus capitais para obterem um determinado *status*. As posições dos sujeitos no campo são determinadas pela distribuição desigual de capitais (ORTIZ, 1983). Consequentemente, os campos são espaços estruturados de posições dominantes e posições subordinadas com base nos tipos e nas quantidades de capital que os agentes detêm. A luta por posições no campo opõe aqueles que possuem uma posição dominante (detêm capital específico e exercem um poder sobre a sua distribuição) e outros que assumem uma posição subordinada (pela ausência ou mesmo raridade do capital específico). De modo geral, Bourdieu entende que essa oposição ocorre entre os agentes já estabelecidos e os recém-chegados no campo. (ORTIZ, 1983).

²⁰ Cabe ressaltar que a prática é vista por Bourdieu como uma relação dialética entre uma situação e o *habitus*, que considera tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade do espaço social (ORTIZ, 1983). Em outras palavras, segundo Wacquant (2006), a prática envolve estruturas mentais e estruturas sociais.

²¹ Citação no original: “The field is the locus of relations of force [...]” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 103).

É fundamental destacar, como já mencionado anteriormente, que o sistema de disposições que os sujeitos adquirem depende da posição que ocupam no campo, em especial da espécie e do volume de capital que possuem. Bourdieu descreve quatro espécies principais de capital (BONNEWITZ, 2003): 1) econômico (riqueza material, bens financeiros); 2) cultural (bens simbólicos, habilidades e títulos); 3) social (acumulado em virtude do relacionamento com uma rede de contatos); 4) capital simbólico (designa os efeitos das demais formas de capital, é apreendido simbolicamente em uma relação de conhecimento e reconhecimento social)²².

Embora Bourdieu defina diversas espécies de capital, ele considera que “[...] o capital econômico é a espécie dominante, em relação ao capital simbólico, ao capital social e mesmo ao capital cultural.” (BOURDIEU, 2004b, p. 133). Talvez essa seja uma influência evidente do marxismo na teoria de Bourdieu, pois ambos consideram o capital econômico como a base da estrutura social e que determina a posição que o sujeito ocupa. No entanto, Bourdieu amplia a ideia de capital para além da dimensão econômica, considerando outros aspectos que fazem parte do espaço das relações sociais. Cabe mencionar que os conceitos de capital econômico e capital cultural foram essenciais na análise de Bourdieu sobre campos específicos (religioso, intelectual, político, etc.), bem como para a sua abordagem sobre estratificação social, reprodução cultural e social.

Finalmente, Bourdieu indica três momentos necessários para a análise de um campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 104-105): 1) Analisar a posição do campo em relação ao campo de poder, ou seja, identificar as relações entre o campo específico investigado e o campo mais amplo de poder; 2) Mapear a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela legitimação. Tal etapa envolve identificar quais as formas de capital que são específicas do campo investigado, como estão distribuídas em relação às outras formas de capital diante das posições dos membros no campo (dominantes e dominados); 3) Analisar o *habitus* dos agentes, os diferentes sistemas de disposições adquiridas e determinadas pelas condições social e econômica, bem como a trajetória que os agentes se propõem dentro do campo de luta pelo poder.

A partir da explanação e da sistematização apresentada da teoria dos campos desenvolvida por Pierre Bourdieu, na próxima seção, estabelecemos uma aproximação das

²² Segundo Bourdieu (1996, p. 107), “o capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las atribuindo-lhes valor.” Exemplos: honra, reconhecimento, prestígio.

principais contribuições desse autor para a compreensão da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DA NOÇÃO DE CAMPO DE BOURDIEU PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Catani (2011, p. 200), ao apontar as possibilidades analíticas da noção de campo social, considera que o “aparato epistêmico-prático” desenvolvido por Bourdieu para desvendar os mecanismos de dominação vigentes na sociedade francesa, também pode, por meio do estabelecimento de relações de homologia²³, contribuir para o estudo dos campos sociais brasileiros. Nessa perspectiva, indicamos, na presente seção, algumas contribuições da noção de campo para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

Em primeiro lugar, argumentamos que, no estudo da constituição do campo acadêmico da política educacional, o contexto histórico (político, social, econômico) é um aspecto fundamental do qual emergirá as possibilidades de desenvolvimento do campo. Como bem se mencionou anteriormente, Bourdieu postula a necessidade de analisar um determinado campo considerando as condições históricas e sociais em que se faz possível a sua existência. Com relação ao campo acadêmico da política educacional no Brasil, os aspectos que contribuíram para a sua constituição emergiram das necessidades próprias de cada momento histórico. As temáticas da produção acadêmica do campo, por exemplo, foram se alternando, se alterando, se complexificando na medida em que o contexto político-social também se modificou, como discutiremos nos próximos capítulos.

De modo sintético, o conceito de campo refere-se aos diferentes espaços da prática social. Tais espaços possuem uma lógica própria de funcionamento, apesar das homologias que os unem, que estrutura as relações entre os agentes no interior de cada espaço social, na medida em que se organizam em torno de objetivos e práticas específicas. Nesse sentido, podemos dizer, a partir do processo histórico, que a política educacional vem adquirindo sua especificidade e se institucionalizando no Brasil como um campo acadêmico por meio de diversos aspectos, que estão relacionados à expansão da produção acadêmica sobre política educacional, à institucionalização da Pós-Graduação, à criação de linhas e grupos de pesquisa

²³ Segundo Bourdieu (2004b, p. 170), “a homologia pode ser descrita como uma semelhança na diferença”, por exemplo, “falar de homologia entre o campo político e o campo literário significa afirmar a existência de traços estruturalmente equivalentes - o que não quer dizer idênticos - em conjuntos diferentes.”

na Pós-Graduação, de disciplinas na Graduação, de associações científicas e grupos de trabalho dentro de associações, de periódicos especializados, de eventos científicos específicos e redes de pesquisa. Segundo Bourdieu (2011a, p. 195), no “pequeno mundo social” encontrar-se-á “[...] um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular.” Essa forma particular que o campo acadêmico da política educacional vai adquirindo está relacionada às especificidades, aos interesses e às instâncias próprias do campo que vão sendo definidos na medida em que a pesquisa em educação vai se desenvolvendo no Brasil e que o interesse de pesquisadores pelos estudos de política educacional vai crescendo.

Para falar de campo acadêmico da política educacional é preciso partir de uma definição elementar daquilo que caracteriza a existência de muitos campos, ou seja, é preciso levar em conta que o campo acadêmico da política educacional é um microcosmo relativamente autônomo no interior de um macrocosmo (âmbito educacional, âmbito científico, âmbito político-social)²⁴. Podemos considerar que a criação de instituições dentro do campo é uma estratégia de garantir o processo de autonomia e de legitimação do campo. Além disso, as instituições são agentes que exercem forte influência sob o capital específico do campo uma vez que detêm o capital simbólico.

Um aspecto que marcou a história do campo acadêmico da política educacional foi a criação de associações científicas como: a Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE (1961) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd (1976), bem como a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da ANPEd (1986/1987). Conforme afirma Bourdieu (2004a, p. 23), “[...] a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes [...]” (pesquisadores, grupos de pesquisa, grupos de trabalho, associações científicas) determina e orienta como o campo se desenvolve. Mangez e Hilgers (2012), ao abordarem sobre a noção de campo de Bourdieu, explicam que, em todos os campos, os agentes estão envolvidos em uma luta para a definição das estruturas simbólicas legítimas do campo que são as formas de fazer, de pensar, os princípios de

²⁴ Os pesquisadores que utilizam a teoria dos campos sociais sempre fazem referência à autonomia relativa que caracteriza os campos (e.g. WACQUANT, 2002; NAIDOO, 2004; MATON, 2005; MANGEZ; HILGERS, 2012). De acordo com Naidoo (2004, p. 458, tradução nossa), para Bourdieu, “[...] a relativa autonomia dos campos varia de um período para outro, de um campo para outro e de uma tradição nacional para outra (Bourdieu, 1993).” Portanto, quando nos referimos à autonomia do campo acadêmico da política educacional, entendemos, com base em Bourdieu, de que esta é sempre relativa. Consideramos que a política educacional é um campo autônomo na medida em que possui seus próprios espaços institucionais, princípios e regras. No entanto, está condicionado aos determinantes mais amplos do contexto político-social e possui uma relação de dependência com outros campos de conhecimento.

hierarquização, etc. Os princípios que ordenam o campo e as suas regras específicas resultam da atividade do campo e da teia de relações entre os seus diferentes agentes (MANGEZ; HILGERS, 2012). É fundamental, assim, considerar na pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional a posição que as instituições como a ANPAE e a ANPEd (GT 5) ocupam nessa estrutura. Em especial, é interessante examinar as produções desenvolvidas no âmbito dessas instituições, buscando identificar “o que” tem sido produzido e “como” o campo vem sendo discutido pelos pesquisadores, por exemplo, as temáticas e objetos de estudo que o campo tem abrangido.

Além das associações científicas, merece ser destacado que a criação de diversos periódicos da área da educação que publicam estudos sobre políticas educacionais também é um aspecto relevante para a constituição do campo. Tais periódicos também se caracterizam como agentes do campo que exercem controle sobre o capital específico (ideias, discursos, teorias), bem como os objetos de estudo interessantes, importantes, legítimos. Nessa perspectiva, a análise das produções desses periódicos é essencial para entender as discussões “em disputa” e o que tem sido legitimado como objeto de estudo no campo da política educacional. Tanto os periódicos quanto os eventos científicos e as redes de pesquisa especializados são espaços que possibilitam o fortalecimento do debate entre os pesquisadores do campo e o diálogo entre os pares, fundamental para viabilizar o processo de construção coletiva do conhecimento científico em política educacional.

Da mesma forma, para Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989), fundamentados em Bourdieu, a estruturação dos campos é constituída pelas associações profissionais mediante as suas revistas, periódicos, reuniões técnicas e científicas, etc. Na medida em que os campos adquirem uma estruturação crescente, estes alcançam um alto grau de autonomia. Assim, um determinado campo constrói a sua autonomia e legitimidade por meio de processos de institucionalização. Suasnábar e Palamidessi (2007, p. 41, tradução nossa) definem como institucionalização “[...] os processos pelos quais certas práticas se recortam como específicas, se regularizam, sancionam e constroem sua autonomia e legitimidade.”²⁵ Com base em Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989), Suasnábar e Palamidessi (2007, p. 41, tradução nossa) entendem que a criação de uma cátedra universitária ou de um departamento no âmbito estatal constituem momentos na institucionalização do campo que revelam “[...] o processo histórico de configuração e desenvolvimento de agências especializadas na produção, circulação e/ou

²⁵ Citação no original: “[...] los procesos por los cuales ciertas prácticas se recortan como específicas, se regularizan, sancionan y construyen su autonomía y legitimidad.” (SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007, p. 41).

validação de conhecimentos [...].”²⁶ De acordo com Suasnábar e Palamidessi (2007, p. 41), o grau de diferenciação e de especialização de saberes, de agentes, de instituições, de funções ou de divisões institucionais que expressa os momentos do campo pode ser analisado como “processos de institucionalização”. Também, para Faria (2013, p. 12), “[...] a institucionalização de um campo de estudos, de uma disciplina, vem tradicionalmente acompanhada da criação de associações profissionais, de conferências e de periódicos que influenciam, direta ou indiretamente, a alocação de recursos materiais e simbólicos.”

A partir das ideias sobre a institucionalização de um campo específico, destacadas pelos autores acima mencionados, afirmamos que a análise da criação dos espaços institucionais é fundamental para compreender a constituição de um campo acadêmico. Além das associações científicas e dos periódicos especializados, a cátedra universitária e a disciplina fazem parte da estrutura do campo e ocupa uma posição importante na distribuição do capital específico. Por isso, é relevante reconhecer o seu papel na trajetória de formação do campo. Desse modo, a criação de disciplinas de política educacional em cursos de Graduação, bem como a criação de linhas e de grupos de pesquisa de política educacional, de eventos e de redes de pesquisa especializados também integra os processos de institucionalização desse campo. Assim como foi abordado no início desse capítulo, na teoria de Bourdieu, a ideia de campos é uma forma de nomear e referir-se a estudos de instituições (RAWOLLE; LINGARD, 2008, 2015). Nesse sentido, argumentamos que a política educacional pode ser entendida como campo acadêmico que foi se institucionalizando a partir de vários momentos que demarcam seu processo de constituição, sintetizados no Quadro 1 da presente tese e desenvolvidos nos capítulos seguintes.

Um ponto que merece ser destacado, a partir das contribuições da noção de campo, é o aspecto peculiar que envolve o campo acadêmico da política educacional. Assim como o seu macrocosmo (campo educacional), esse campo caracteriza-se como um espaço estruturado, relativamente autônomo, de posições e de lutas, no qual os aspectos políticos interferem significativamente, ora no seu capital específico, ora no *habitus* dos seus agentes ou nas relações objetivas entre seus ocupantes. A pesquisa sobre política educacional, implícita ou explicitamente, vincula-se a certos interesses que estão em jogo, seja para legitimar uma determinada política, seja para negá-la, de tal modo que as tomadas de posição dos intelectuais nesse campo podem contribuir para certos mecanismos de reprodução social. Da mesma maneira, Catani (2004), ao apontar acerca das formas de apropriação da noção de

²⁶ Citação no original: “[...] el proceso histórico de configuración y desarrollo de agencias especializadas en la producción, circulación y/o validación de conocimientos [...]” (SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007, p. 41).

campo de Pierre Bourdieu nas produções educacionais brasileiras, destaca que o campo educacional possui particularidades, pois a produção de conhecimento foi fortemente orientada para resolver problemas, muitas vezes, com caráter prescritivo ou sem levar em conta as especificidades do espaço educacional, no qual há disputas pelo direito de impor o discurso legítimo a respeito da educação.

Ainda sobre esse aspecto peculiar que envolve o campo acadêmico da política educacional, Hey (2008) destaca que há uma “fronteira viva” entre campo acadêmico e campo de atuação política, uma vez que as ações deste é objeto de estudo daquele. As interfaces entre esses dois campos são também estreitadas pelo fato de que o campo acadêmico utiliza um aparato institucional assegurado pelo Estado (universidades e agências financiadoras: Capes, CNPq, Finep, entre outras). Por meio do apoio de agências financiadoras estatais, torna-se possível, por exemplo, a produção de periódicos, promoção de eventos científicos, formação de associações, centros e grupos de pesquisa, etc. (HEY, 2008). Nesse sentido, o campo acadêmico não escapa aos determinantes de sua fronteira, na medida em que o campo político acaba condicionando, muitas vezes, os objetos de estudo das pesquisas, bem como padrões de produção acadêmica. Por isso, faz-se necessário discutir as condições nas quais a pesquisa vem sendo produzida (KRAWCZYK, 2012), diante das exigências dos órgãos que regulam a Pós-Graduação, âmbito no qual a maior parte das pesquisas brasileiras é desenvolvida.

Compreendemos, a partir da noção de campo de Pierre Bourdieu, que um campo precisa de agentes, instituições, ideias e interesses específicos que lhe dê sustentação e legitimação. Como característica da própria epistemologia de Bourdieu, abordada no início do capítulo, sob a qual a noção de campo foi desenvolvida, não se pode deixar de pensar o campo acadêmico da política educacional na sua inter-relação com outros campos (campo educacional, campo científico, campo político, campo econômico). O campo acadêmico da política educacional é estruturado por múltiplas instituições, cujos agentes ocupam uma posição interna (como professores, pesquisadores, coordenadores de grupos de pesquisa ou de grupos de trabalho em associações, editores de periódicos, etc.), mas também podem ocupar uma posição externa, em outros campos (assumindo funções em instâncias representativas do Estado, por exemplo). O Estado intervém como mediador, pois define decisões e ações que são objetos de estudo do campo. O desafio dessa interface do campo acadêmico da política educacional com outros está na possibilidade de sua real interlocução, alcance e de efetivamente contribuir para os discursos e práticas dos campos e subcampos de sua fronteira.

Outro aspecto importante para compreender a política educacional como campo diz respeito à ideia de *habitus*. O campo é onde o *habitus* dos agentes é expresso na prática e

compartilhado coletivamente por outros. Segundo Rawolle e Lingard (2015, p. 23, tradução nossa), Bourdieu utiliza-se de divisões de *habitus*, como: *habitus* científico, *habitus* jornalístico, etc., para se referir a “[...] conjuntos específicos de disposições que são desenvolvidos e relacionados com a prática dentro de um campo social específico.”²⁷ Desse modo, os autores entendem que é possível também falar de um “*habitus* de política” (*policy habitus*). Em um outro trabalho, por exemplo, Lingard; Sellar e Baroutsis (2015), empregam o conceito de *habitus* para argumentar sobre o surgimento de um campo da política educacional global. Os autores demonstram que há um *habitus* compartilhado entre atores políticos nacionais e globais e que é central na constituição e funcionamento desse campo. Assim, um campo é caracterizado por ter um *habitus* próprio incorporado por seus agentes e que lhe possibilita atuar nesse campo. Nesse sentido, também podemos falar em campo acadêmico da política educacional no Brasil. A pesquisa de Santos (2008), por exemplo, ao discutir sobre o tratamento do tema política educacional na Pós-Graduação em Educação no Nordeste brasileiro, evidencia, por meio de entrevistas com pesquisadores vinculados a linhas de pesquisa de política educacional, que há um *habitus* que vai sendo incorporado no processo de inserção e legitimação do pesquisador nesse campo. Ao analisar as escolhas dos temas de política educacional pelos pesquisadores, Santos (2008) conclui que o pesquisador que está inserido no campo, que possui um *habitus* incorporado próprio do campo, consegue ter uma melhor percepção a respeito de novos e inovadores objetos de estudo, o que favorece a posição e a legitimação desse pesquisador dentro do campo.

É fundamental ressaltar que a política educacional é concebida como campo por diversos pesquisadores nacionais e estrangeiros. Esses pesquisadores empregam terminologias distintas para se referir a esse campo, como: campo de investigação, campo de pesquisa, campo de estudo, campo acadêmico, campo teórico, campo social da política educacional, campo da política educacional nacional, campo da política educacional global entre outros. Os quadros 3 e 4 a seguir apresentam uma síntese dos termos mais utilizados.

²⁷ Citação no original: “[...] specific sets of dispositions that are developed and related to practice within a specific social field.” (RAWOLLE; LINGARD, 2015, p. 23).

Quadro 3 - Autores da literatura nacional que compreendem a política educacional como campo e as terminologias utilizadas

Autores	Terminologia empregada
Azevedo e Aguiar (2001a)	[Política educacional como] campo de investigação/campo investigativo/campo temático/campo em constituição
Santos, A. L. (2008, 2009, 2014)	Campo acadêmico sobre política educacional Campo da política educacional Campo de estudo sobre a política educacional Campo de pesquisa sobre política educacional Campo da pesquisa em política educacional Campo acadêmico de estudos sobre política educacional
Mainardes (2009)	Campo das políticas educacionais
Santos e Azevedo (2009, 2012)	Campo da pesquisa em política educacional Campo acadêmico da política educacional
Krawczyk (2012)	Campo de pesquisa em políticas educacionais Campo das políticas educacionais
Tello e Almeida (2013)	Campo da pesquisa em política educacional Campo da investigação em política educacional
Bello; Jacomini e Minhoto (2014)	Campo das políticas educacionais Campo da política educacional Campo de estudos e de pesquisas em políticas educacionais
Diógenes (2014)	Campo teórico da política educacional Campo teórico das políticas públicas de educação Campo da pesquisa das políticas educacionais
Schneider (2014)	Campo de pesquisa em política educacional Campo da política educacional Campo acadêmico-científico da pesquisa em política educacional
Souza (2014a, 2016)	Campo de/da pesquisa em/das políticas educacionais Campo de pesquisa em política educacional Campo de investigação em/das políticas educacionais Campo das políticas educacionais

Fonte: Organizado pela autora.

Quadro 4 - Autores da literatura estrangeira que compreendem a política educacional como campo e as terminologias utilizadas

(continua)

Autores	País	Terminologia empregada
Miller (1981)	Estados Unidos	Field of educational policy studies
Cibulka (1994)	Estados Unidos	Field of the politics of education Field of educational politics Politics of education field
Ladwig (1994)	Austrália	Social field of educational policy Field of educational policy
Wong (1995)	Estados Unidos	Politics of education field Field of education politics Field of the politics of education
Johnson Jr. (2003)	Estados Unidos	Politics of education field
Scribner; Aleman e Maxcy (2003)	Estados Unidos	Politics of education field Educational policy field
Lingard; Rawolle e Taylor (2005) Rawolle e Lingard (2008) Lingard e Rawolle (2011) Sellar e Lingard (2014) Rawolle e Lingard (2015) Lingard; Sellar e Baroutsis (2015)	Austrália	Field of educational policy Educational/education policy field Global educational/education policy field Global field of educational policy Global policy field in education National education policy field Global/postnational education policy field Global policy field in education

(conclusão)

Lingard e Ozga (2007)	Austrália e Reino Unido	Field(s) of education politics and policy
Peterson (2009)	Estados Unidos	Field of education policy
Rizvi e Lingard (2010)	Estados Unidos e Austrália	Field of educational policy studies
Tello (2012a, 2012b, 2013a, 2013c, 2014, 2015a, 2015b)	Argentina	Field of education policy Education policy field Field of study of education policy Theoretical field of education policy Campo teórico de la política educacional Campo teórico de la política educativa Campo de investigación de la política educacional Campo de la política educacional Campo de la política educativa Campo de estudio de la política educativa
Garcias Franco (2014)	Argentina	Campo de la política educativa Campo teórico de la política educativa

Fonte: Organizado pela autora.

Vários dos autores indicados nos quadros anteriores fundamentam-se na teoria de Bourdieu para definir a política educacional na qualidade de campo, como, por exemplo: Ladwig (1994), Lingard; Rawolle e Taylor (2005), Rawolle e Lingard (2008), Santos, A. L. (2008, 2009, 2014); Santos e Azevedo (2009, 2012), Rizvi e Lingard (2010), Lingard e Rawolle (2011), Tello (2013c, 2014, 2015a), Sellar e Lingard (2014), Lingard; Sellar e Baroutsis (2015), Rawolle e Lingard (2015).

Por outro lado, há também na literatura nacional e internacional pesquisadores que entendem a política educacional como disciplina (FERNÁNDEZ-SORIA, 2013; PUELLES BENÍTEZ, 2013; JIMÉNEZ EGUIZÁBAL; PALMERO CÁMARA; LUIS RICO, 2013), como área (BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014); ou mesmo como temática do campo da pesquisa em educação (BITTAR; BITTAR; MOROSINI, 2012).

Verificamos, portanto, que a política educacional pode ser definida de diversas maneiras: como campo, subcampo, área, disciplina, temática, etc. Como um campo é possível compreendê-la a partir de várias abordagens: como campo teórico, campo de pesquisa, campo acadêmico, campo social, campo de atuação política, campo global, etc. É interessante destacar que, mais recentemente, autores como Lingard, Rawolle e colaboradores (LINGARD; RAWOLLE; TAYLOR, 2005; RAWOLLE; LINGARD, 2008; LINGARD; RAWOLLE, 2011; SELLAR; LINGARD, 2014; RAWOLLE; LINGARD, 2015; LINGARD; SELLAR; BAORUTSIS, 2015) consideram que está ocorrendo a emergência de políticas pós-nacionais associadas à globalização (APPADURAI, 1996 apud LINGARD; RAWOLLE, 2011), parte do que eles chamam da emergência de um campo global da política educacional, bem como de políticas educacionais globais. Com relação a essa emergência, observa-se a

criação de novas escalas de políticas que têm sido desenvolvidas como resultado de imbricações entre os campos das políticas nacionais e o campo global das políticas.

Com base nas ideias de Bourdieu e dos autores que empregam seus conceitos no estudo da política educacional, nesta tese, abordamos a política educacional como campo acadêmico. Argumentamos que, no Brasil, esse campo vem se constituindo desde a década 1960, tendo seus antecedentes ligados aos estudos sobre a situação do ensino no país e sobre a administração escolar, administração educacional e educação comparada.

É difícil demarcar o início da institucionalização da política educacional como campo acadêmico no Brasil. Um marco explícito foi a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987), no âmbito da ANPED. No entanto, deve ser levado em consideração que houve discussões anteriores para a criação do GT 5 e o tema “política educacional” já estava presente em outros GTs (1982 e 1985). Podemos argumentar que o marco da institucionalização é resultado de uma série de eventos, os quais criam as condições e dão legitimidade para que um campo inicie a sua estruturação como tal. A sua emergência como campo é produto de condições históricas, políticas e sociais. A partir desse marco, observamos que foram criados outros espaços institucionais, tais como: linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação (em virtude de mudanças na estrutura da Pós-Graduação no Brasil); a criação de disciplinas de Política Educacional nos currículos de Graduação, a criação de periódicos especializados, eventos específicos e redes de pesquisa.

É interessante destacar, por exemplo, que, desde o final da década de 1960, o termo política educacional já aparecia nos títulos de algumas teses e dissertações, como é o caso da tese de Rivadávia Marques Júnior, para concurso de doutoramento, na Cadeira de História e Filosofia da Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (MARQUES JÚNIOR, 1967); da dissertação de Luiz Antônio Cunha, no Mestrado em Planejamento Educacional - PUC-Rio (CUNHA, 1972); de Miguel Arroyo, no Mestrado em Ciência Política - UFMG (ARROYO, 1974). Podemos argumentar também que o interesse crescente pelo debate e pesquisa sobre política educacional, a partir do final dos anos 1980 e 1990, está relacionado ao contexto econômico, político e social do país, tais como: a redemocratização, as novas políticas propostas por partidos de oposição, início das reformas neoliberais, etc.

Essa argumentação foi construída com base nas contribuições teóricas indicadas acima e também a partir de diferentes fontes de informações, conforme será explicitado na próxima seção sobre a metodologia empregada na presente pesquisa.

1.3 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em termos da teoria de Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007), o objeto de estudo é construído conforme se avança na pesquisa. Assim, no processo analítico de pesquisa em política educacional, o ponto inicial torna-se mais complexo porque não há respostas prévias e fixas e, portanto, o objeto de estudo torna-se mais dinâmico e vai sendo construído ao longo do processo de pesquisa. Na fase inicial, tínhamos apenas clareza de que havia pouca bibliografia sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, e os textos disponíveis tratavam de aspectos isolados. Partimos das contribuições do referencial teórico, da revisão de literatura e, simultaneamente, buscamos diversas fontes de informação que fornecessem evidências para a pesquisa.

Neste estudo, de abordagem qualitativa, a coleta de dados envolveu pesquisa documental e bibliográfica bem como entrevista com duas pesquisadoras do campo acadêmico da política educacional. Além disso, utilizamos como recurso auxiliar um *software* de análise quali-quantitativa. É importante mencionar que o projeto referente a esta pesquisa foi submetido para avaliação ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP/UEPG) via Plataforma Brasil e aprovado pelo parecer nº 397.122, em 17 de setembro de 2013.

Conforme destaca Cellard (2014), o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa e insubstituível para alguns tipos de reconstrução referente a um passado relativamente distante. Segundo ele, o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social e por meio dele é possível também operar um corte longitudinal que possibilita a observação de processos de evolução e da gênese de conceitos, conhecimentos, práticas, comportamentos, etc. Em uma abordagem ampla, uma grande diversidade de materiais pode ser considerada como documento ou fonte (RICHARDSON et al., 1999; CELLARD, 2014). “Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica ou cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.” (CELLARD, 2014, p. 296-297). No caso da presente pesquisa, definimos como documento, as publicações, os documentos oficiais, os registros, os materiais impressos e digitais que constituíram o conjunto de fontes desse estudo.

Empreender uma pesquisa documental demanda um trabalho exaustivo de busca de pistas para construir um *corpus* satisfatório para a investigação (CELLARD, 2014). Como forma de identificar a emergência dos estudos sobre política educacional no Brasil, fizemos um levantamento das publicações brasileiras da área da educação que empregavam o termo

“política(s) educacional(is)” nos títulos, para localizar os primeiros estudos relacionados ao campo e em que período o termo começou a ser usado no Brasil. Utilizamos, para o levantamento, mecanismos de busca *online* por meio de consulta aos acervos digitais de bibliotecas de universidades brasileiras. A busca envolveu a consulta em 111 catálogos *online*, abrangendo instituições públicas e privadas de cada estado brasileiro²⁸. Os termos buscados foram “política educacional” e “políticas educacionais” e o campo da busca foi o título. Como resultado, localizamos teses, dissertações, livros, artigos e publicações oficiais que datavam desde 1935 até 2014. Todas as produções localizadas foram sistematicamente organizadas em um banco de dados e a partir dele organizamos uma lista de livros e obras oficiais relevantes cujos títulos mencionam se tratar de política educacional (Apêndice J). Consideramos que esse levantamento foi um ponto inicial bastante relevante na pesquisa, pois nos proporcionou alguns achados de pesquisa pouco explorados pela literatura da área, como, por exemplo, as primeiras publicações intituladas com o termo política educacional (BRUNO, 1935; ALVES, 1937). Foi relevante também porque nos ofereceu pistas para compreender a constituição do campo levando em conta o contexto em que o termo passou a ser mais frequentemente utilizado, contribuindo para subsidiar a definição das demarcações temporais.

Ainda, com o intuito de identificar a emergência do campo, elencamos como fonte a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), por se tratar de uma das revistas pioneiras na divulgação do conhecimento na área da educação. Na análise das publicações da revista, consideramos desde a primeira edição publicada em 1944 até 2014. O levantamento dos números da RBEP demandou um trabalho de busca, organização e sistematização bastante meticuloso. Algumas edições da década de 1940 e as publicadas a partir do ano de 1991 possuíam acesso *online* no *site* da revista. Os números mais antigos, especialmente entre as décadas de 1940 e 1980, demandaram uma busca no acervo físico das bibliotecas da UEPG e da UFPR. No entanto, as coleções disponíveis nas bibliotecas não estavam completas e foi

²⁸ Levou-se em conta, especialmente, as instituições que possuíam Programas de Pós-Graduação em Educação e que disponibilizavam o acesso *online* ao acervo. Foram consultados os acervos das seguintes instituições: CEFET-MG, FCC, FURG, PUC-Campinas, PUC-Goiás, PUC-Minas, PUC-PR, PUC-Rio, PUC-RS, PUC-SP, UCB, UCDB, UCS, UDESC, UEFS, UEG, UEL, UEM, UEMA, UEMG, UEMS, UEPA, UEPB, UEPG, UERJ, UERN, UESB, UESC, UFAC, UFAL, UFAM, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFFS, UFG, UFGD, UFJF, UFLA, UFMA, UFMG, UFMS, UFMT, UFOB, UFOP, UFOPA, UFPA, UFPB, UFPE, UFPEL, UFPI, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRPE, UFRR, UFRRJ, UFS, UFSC, UFSCar, UFSM, UFT, UFTM, UFU, UFV, UFVJM, ULBRA, UMESp, UnB, UNEB, UNEMAT, UNESA, UNESC, UNESP, UNICAMP, UNICENTRO, UNIFAL-MG, UNIFAP, UNIFESP, UNIJuÍ, UNILASALLE, UNIMEP, UNINTER, UNIOESTE, UNIPAMPA, UNIPLAC, UNIR, UNIRIO, UNISANTOS, UNISC, UNISINOS, UNISO, UNISUL, UNIT, UNITAU, UNITINS, UNIUBE, UNIVALI, UNIVILLE, UNOCHAPECÓ, UNOESC, UNOESTE, UPE, UPF, URI, USF, USP, UTP.

necessária a localização em acervos de outras bibliotecas brasileiras bem como a solicitação por meio do sistema de comutação bibliográfica (Comut).

Com o material da RBEP levantado, realizamos a leitura e a garimpagem dos textos, identificando aqueles relacionados à política educacional. Essa leitura e identificação foi feita a partir dos títulos e em alguns casos recorremos ao resumo e ao texto na íntegra. As publicações selecionadas foram sistematizadas no Apêndice C. Esse material ofereceu evidências valiosas para a argumentação da tese, em parte porque nele encontramos a publicação da bibliografia pedagógica brasileira do período de 1812 a 1944, que foi organizada pelo Inep. A partir da leitura dos títulos e das súmulas dessa bibliografia, identificamos aquelas relacionadas ao que hoje chamamos de política educacional e sistematizamos no quadro do Apêndice A. A análise das publicações da RBEP e da bibliografia pedagógica brasileira permitiu construir um primeiro esboço da argumentação, ou seja, de que os antecedentes do campo acadêmico da política educacional no Brasil são caracterizados por estudos sobre a situação do ensino no país e estudos sobre administração da educação, administração escolar e educação comparada.

Tendo em vista que as associações científicas configuram-se como agentes importantes no processo de constituição de um campo, selecionamos também como fonte os boletins e os anais da ANPEd (1979-2015) bem como as publicações realizadas no âmbito da ANPAE (1961-2015). Os boletins e os anais da ANPEd foram levantados por meio de acesso ao *site* da associação, de material impresso do próprio acervo pessoal e de material digitalizado cedido por um professor e pesquisador (Armando de Castro Cerqueira Arosa). A leitura dos boletins indicou-nos novas pistas para a compreensão da constituição do campo, como, por exemplo, o papel de outras associações como a ANDE e o CEDES, as quais, juntamente à ANPEd, promoveram as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs). Assim, incluímos também como fonte a Coletânea CBE, que reúne os textos das exposições e debates realizados na época.

Os boletins da ANPEd foram fontes relevantes porque apresentaram informações sobre o momento de criação do GT 5 - Estado e Política Educacional. Além disso, foi possível verificar que, antes da criação desse GT, os estudos relacionados à política educacional estavam dispersos em outros GTs. O levantamento e a catalogação dos trabalhos do GT 5 apresentados nas reuniões da ANPEd (1987-2015) forneceram um panorama das principais temáticas discutidas no seu âmbito. Além dos trabalhos, com base nos boletins e nos anais, organizamos um quadro com os temas das reuniões da ANPEd (Apêndice D) com o intuito de observar as contribuições da associação para o debate da política educacional no Brasil.

Em relação às publicações da ANPAE, as informações foram coletadas por meio do *site* da associação bem como do *site* da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE). A fim de também observar a contribuição dessa associação para o campo acadêmico da política educacional, organizamos, no Apêndice D, os eventos nacionais e internacionais promovidos por ela. Fizemos a leitura das publicações da ANPAE que tratam da sua história, como, por exemplo, Sander (2011a) e outros artigos publicados na RBPAE. Com o propósito de compreender as mudanças ocorridas em virtude da alteração do nome da ANPAE (1996) e, por conseguinte, da revista (1997), fizemos o levantamento das edições da RBPAE (1983-2014). Parte das publicações foi consultada no acervo *online* da revista, outras edições foram localizadas no acervo físico da biblioteca da UEPG e algumas foram solicitadas pelo sistema de comutação bibliográfica (Comut). A leitura e a sistematização dos títulos dos artigos permitiram uma análise geral das principais temáticas publicadas na revista na fase anterior e posterior à alteração do nome da RBPAE.

Levando em conta a representatividade e a importância da revista Educação & Sociedade na área da educação, realizamos um levantamento das publicações desde o início da revista em 1978 até 2014. A consulta foi realizada no *site* do CEDES e da SciELO bem como no acervo físico da biblioteca da UEPG. Fizemos a sistematização dos sumários da revista e posterior leitura, buscando identificar em que medida a política educacional aparecia como temática no decorrer das edições. Esses dados, em conjunto aos outros levantamentos, permitiu evidenciar o crescimento das produções sobre política educacional no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000 com a publicação de diversos dossiês sobre a temática. Também, como aspecto de constituição do campo, fizemos o levantamento dos periódicos especializados em política educacional no Brasil assim como eventos científicos específicos e redes de pesquisa de política educacional.

Os Cadernos de Indicadores da Capes (1998-2012) foram outra fonte fundamental no âmbito desta pesquisa. Por meio de consulta ao *site* da Capes, sistematizamos os dados referentes aos Programas de Pós-Graduação em Educação²⁹ e às linhas de pesquisa de/sobre política educacional, resultando nos Apêndices F e G, bem como no Gráfico 1 e Tabela 4 apresentados nos capítulos 2 e 3 respectivamente. Após a organização do material, utilizamos o *software* Sphinx³⁰ para a análise lexical das descrições das linhas de pesquisa de 2012,

²⁹ Os dados sobre os Programas de Pós-Graduação em Educação foram complementados com informações da Plataforma Sucupira e do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG (Cursos Recomendados/Reconhecidos).

³⁰ O Sphinx é um sistema para pesquisa e análise de dados desenvolvido na França e comercializado desde 1989. No Brasil, tem sido adaptado e utilizado desde 1995. Dentre as várias ferramentas e funções, esse *software*

último ano em que o Caderno de Indicadores foi publicado. A opção pelo Sphinx deu-se em virtude da sua disponibilidade, para a comunidade acadêmica da UEPG, no Centro Tecnológico de Pesquisa (CETEP), como recurso para análises quali-quantitativas. O processamento do conteúdo das descrições das linhas de pesquisa no *software* Sphinx possibilitou uma dimensão quantitativa de um conjunto de elementos textuais. Ao executar a análise das informações, o *software* classificou as palavras e os segmentos textuais de acordo com o número de ocorrências (Apêndice H). Dessa forma, com o auxílio do Sphinx foi possível identificar os tópicos mais recorrentes nas linhas de pesquisa.

Em consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq³¹, levantamos os grupos de pesquisa de/sobre política educacional no Brasil. Como termos da busca, inserimos as seguintes palavras-chave: política(s) educacional(is); política(s) educação; Estado educação; política(s) educativa(s); política(s) pública(s). Os filtros de busca incluíram: todas as palavras; nome do grupo; certificado; grande área: Ciências Humanas. Nessa busca, optamos por incluir os grupos não atualizados. Os resultados foram cuidadosamente analisados e selecionados. As informações coletadas foram organizadas no quadro do Apêndice I. Outro documento do CNPq que elencamos para a pesquisa foi a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), cuja primeira versão é de 1976. A TAC passou por reformulações e, em 2005, houve uma proposta de discussão aberta à comunidade científica. Consideramos importante observar a partir desse material como a política educacional foi sendo reconhecida pelos pesquisadores brasileiros como área ou subárea.

A partir de uma pesquisa exploratória, levantamos os currículos de cursos de Pedagogia no Brasil. Para Gil (1999, p. 43), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” Assim, o objetivo foi identificar a presença da disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia de universidades públicas brasileiras. Na definição do *corpus* de análise, contamos com dados oficiais do Sistema do Ministério da Educação e-MEC³², o qual disponibiliza informações referentes às Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados no país. Na consulta realizada, optamos por tomar como amostra as Instituições de Ensino Superior públicas de categoria administrativa: pública municipal, pública federal e

oferece recursos de análise de textos, tais como: análise a partir de categorias de uma variável, análise temática, análise de léxicos, análise de segmentos repetidos, entre outras (FREITAS et al., 2008).

³¹ Site: <<http://dgp.cnpq.br>>. Consulta realizada no mês de julho de 2015.

³² Site: <<http://emec.mec.gov.br>>.

pública estadual. O relatório da consulta listou 288 Instituições de Ensino Superior com a seguinte organização acadêmica: Faculdades (138 instituições), Universidades (103 instituições), Institutos Federais (40 instituições) e Centros Universitários (7 instituições). Para essa pesquisa, definimos como amostra apenas as 103 universidades públicas (Apêndice K).³³

A partir de consulta aos *sites* de cada uma das 103 universidades selecionadas, buscamos informações sobre os cursos ofertados, especificamente sobre o curso de Pedagogia e seus dados curriculares mais atuais (em vigência). Todos os documentos curriculares localizados nos *sites* dessas universidades (matrizes curriculares, projetos de curso, planos e programas de ensino, catálogos de cursos das universidades) foram organizados em um banco de dados. Das instituições selecionadas para a amostra, algumas disponibilizavam informações curriculares de propostas curriculares anteriores, a partir das quais foi possível constatar em que momento a disciplina Política Educacional começa a ser assim denominada nos currículos de Pedagogia.

Das 103 universidades, 89 ofertavam o curso de Pedagogia. Dessas 89 universidades, em 18 delas os dados estavam indisponíveis no momento da realização da coleta de dados. Em uma das universidades pesquisadas, a organização curricular não apresentava a disciplina Política Educacional (ou outra variação de designação para se referir a ela), uma vez que o currículo estruturava-se por blocos e eixos temáticos, sendo as questões de política educacional trabalhadas no eixo “Escola, Cultura e Sociedade”.

Assim, do total de universidades pesquisadas, analisamos as informações curriculares (denominação da disciplina, carga horária e etapa em que é cursada) de 70 instituições. É importante salientar que algumas universidades ofertavam o curso de Pedagogia em mais de um campus. Na maioria dos casos, os projetos de curso eram distintos em cada campus. Em algumas matrizes curriculares, havia a oferta de mais de uma disciplina de/sobre política educacional. Portanto, das instituições com informações curriculares disponíveis (70 instituições), foram identificadas 128 disciplinas de/sobre política educacional.

Conforme exposto anteriormente, a pesquisa realizada envolveu um conjunto bastante amplo de dados empíricos que foram cuidadosa e rigorosamente compilados, sistematizados e analisados. O levantamento de cada fonte foi fornecendo pistas para a construção do objeto de estudo, bem como da argumentação da tese. No Quadro 5 a seguir, apresentamos uma síntese das fontes mencionadas.

³³ A consulta ao sistema e-MEC e as buscas nos *sites* das universidades foram realizadas durante o mês de março de 2015.

Quadro 5 - Fontes da pesquisa

Fontes	Período
Bibliografia pedagógica brasileira (organizada pelo Inep)	1812-1944
Publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	1944-2014
Boletins e anais da ANPED	1979-2015
Publicações realizadas no âmbito da ANPAE	1961-2015
Publicações da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	1983-2014
Publicações da Revista Educação & Sociedade	1978-2014
Teses, dissertações e artigos com o termo política(s) educacional(is) no título	Décadas de 1960/70/80
Livros e obras oficiais relevantes cujos títulos mencionam referir-se à política educacional	1935-2014
Coletânea CBE	1992
Cadernos de Indicadores da Capes (dados sobre PPGEs e linhas de pesquisa)	1998-2012
Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - CNPq (dados sobre os grupos de pesquisa de política educacional)	2015
Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	1976-2005
Currículo de cursos de Graduação em Pedagogia de universidades brasileiras (dados sobre a disciplina Política Educacional)	(*)
Periódicos especializados, eventos científicos específicos e redes de pesquisa de política educacional	1993-2015

Fonte: Organizado pela autora.

Nota: (*) As propostas curriculares dos cursos referiam-se a períodos distintos nas instituições analisadas. A amostra envolveu as informações curriculares vigentes no momento da pesquisa (2015) e, no caso de algumas universidades que disponibilizavam, as formulações anteriores do currículo.

Além das fontes apresentadas, realizamos entrevista com duas pesquisadoras do campo acadêmico da política educacional: Prof.^a Dr.^a Márcia Angela da Silva Aguiar (com mais de 40 anos de experiência no Ensino Superior)³⁴ e Prof.^a Dr.^a Janete Maria Lins de Azevedo (com mais de 35 anos de experiência no Ensino Superior)³⁵. As entrevistas foram possíveis por ocasião da *II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa*, realizada em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), de 18 a 20 de agosto de 2014. Na ocasião, as professoras foram convidadas para compor mesa nos debates. Tendo em vista a contribuição dessas duas pesquisadoras para o campo acadêmico da política educacional no Brasil, seja em termos de produção teórica, seja pela atuação na coordenação do GT 5 - Estado e Política Educacional da ANPED, na editoria da RBPAE e na presidência da ANPAE, consideramos oportuno realizar uma entrevista com questões sobre a percepção das pesquisadoras em relação à constituição do campo acadêmico da política

³⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (1969). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (1987). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. (Informações obtidas do currículo Lattes).

³⁵ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco, bacharelado (1973) e licenciatura (1975). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1981). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. (Informações obtidas do currículo Lattes).

educacional no Brasil (Apêndice L)³⁶. A entrevista possibilitou a compreensão de vários elementos do cenário político e educacional que são contexto da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. No âmbito dessa tese, o objetivo não foi realizar análise de conteúdo das respostas. O conteúdo das entrevistas teve como propósito complementar e esclarecer as discussões da pesquisa. As contribuições das pesquisadoras foram identificadas no decorrer da tese da seguinte maneira: Aguiar e Azevedo (entrevista) ou (AGUIAR; AZEVEDO, entrevista).

É importante reiterar que, no âmbito desta tese, o referencial teórico forneceu elementos para entender aquilo que caracteriza e constitui um campo e pistas para definirmos as fontes de pesquisa. A argumentação foi construída com base naquilo que estrutura os campos, ou seja, as instituições, os agentes. A partir dos dados empíricos foi possível fazer uma interpretação daquilo que podemos considerar como demarcações temporais de constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Tais demarcações levaram em conta a criação de espaços institucionais, bem como o processo de desenvolvimento do campo em termos de produção e pesquisa.

Não podemos deixar de salientar que, no processo de construção do objeto de estudo, foi bastante significativa a contribuição dos estudos da literatura estrangeira sobre o campo da política educacional. Em países como Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, a produção teórica sobre o campo da política educacional apresenta-se em um estágio mais consolidado. Assim, o diálogo com esses estudos propiciou alguns elementos para pensar a constituição do campo no Brasil bem como os desafios e as perspectivas para a sua consolidação.

Como ponto inicial do processo de pesquisa, contamos com as contribuições dos estudos que abordam aspectos da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Dessa maneira, na próxima seção, apresentamos o levantamento bibliográfico que constituiu a revisão de literatura desta tese.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDOS QUE ABORDAM ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA

Com o objetivo de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o processo de constituição e de institucionalização do campo acadêmico da política educacional no Brasil,

³⁶ As pesquisadoras autorizaram a utilização do conteúdo da entrevista para essa pesquisa e a identificação de seus nomes. A entrevista foi realizada no dia 20 de agosto de 2014, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Prédio D. Pedro I, 1º andar, sala 113, com duração de 1 hora e 15 minutos.

realizamos um levantamento dos estudos sobre a temática no Brasil. No levantamento bibliográfico realizado³⁷, localizamos duas teses, dois livros, três capítulos de livro e dez artigos que discutem aspectos da constituição da política educacional como campo específico no Brasil, conforme apresenta o Quadro 6 a seguir. Esse levantamento evidenciou que ainda são poucos os estudos sobre essa temática, sendo, em alguns casos, a constituição como um campo acadêmico, tangencialmente abordada.

Quadro 6 - Levantamento de estudos que abordam sobre aspectos da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil

Teses	Santos (2008); Arosa (2013)
Livros	Wittmann e Gracindo (2001); Santos, A. L. (2009)
Capítulos de livro	Bittar; Bittar e Morosini (2012); Santos e Azevedo (2012, 2014)
Artigos	Azevedo e Aguiar (2001a); Gonçalves (2005); Sander (2007a); Santos e Azevedo (2009); Krawczyk (2012); Weber (2012); Bello; Jacomini e Minhoto (2014); Santos (2014); Schneider (2014); Souza (2014a)

Fonte: Organizado pela autora.

Santos (2008)³⁸, fundamentando-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, analisou como a pesquisa sobre política educacional desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) se insere no campo da educação e como a produção do conhecimento desenvolvida nos PPGEs se articula com as proposições da política educacional brasileira. A pesquisadora faz uma abordagem sociológica do objeto de estudo, de forma a desenvolver uma investigação diferenciada das já elaboradas sobre o estado da arte e sobre as bases epistemológicas da produção do conhecimento. Tomando como ponto de partida de que a Pós-Graduação é um espaço privilegiado de produção do conhecimento, Santos (2008) analisa a sua institucionalização no Brasil, elucidando a influência do cenário histórico na preocupação da política educacional como tema de pesquisa. Nesse sentido, ela mostra que há uma temporalidade marcando o discurso sobre a temática, de modo que os temas privilegiados nas pesquisas denunciam o período histórico que se vive.

Com base na ideia de Bourdieu de que a existência de cada campo está marcada por estratégias de delimitação e conservação que têm por objetivo a manutenção, a legitimação e o seu reconhecimento, Santos (2008) destaca a ação do Estado, por meio da implementação de programas e projetos educacionais e o sistema de regulação e avaliação da Capes, como estratégias que contribuem para a legitimação e consolidação desse campo acadêmico. Ela

³⁷ Para o levantamento bibliográfico, utilizamos mecanismos de busca *online* com consulta aos catálogos de bibliotecas brasileiras, aos indexadores de periódicos (SciELO, Redalyc, Dialnet, DOAJ), aos sistemas eletrônicos de periódicos da área, ao portal de periódicos da Capes, ao banco de teses da Capes, IBICT, Domínio Público e ao Banco Digital de Teses e Dissertações de instituições de Ensino Superior.

³⁸ A tese foi também publicada em formato de livro (SANTOS, A. L., 2009).

analisa elementos que apontam para a consolidação e a legitimação, considerando que é um campo que já possui legitimação no espaço acadêmico em virtude da grande quantidade de publicações na área, dos grupos de trabalho em instituições científicas (como a ANPED, que é amplamente reconhecida), dos grupos de pesquisa sobre o tema registrados no CNPq. No entanto, a pesquisa revela que o campo é marcado por muitas fragilidades, ambiguidades e contradições, o que leva Santos (2008, p. 229) a concluir que se trata de “[...] um campo acadêmico em processo de consolidação.”

Assim, a pesquisa traz contribuições importantes para compreender como o campo acadêmico da política educacional foi se desenvolvendo mediante as configurações da Pós-Graduação no Brasil. A partir do recorte de pesquisa (PPGEs do Nordeste brasileiro), Santos (2008), ao mapear as linhas de pesquisa (LPs), identifica que há diferentes construções discursivas presentes nos seus títulos e nas suas descrições. Há dois grupos principais: os que tomam a política educacional como objeto privilegiado de estudos e os que trabalham com outros temas em articulação com a política educacional. Na análise da pesquisadora, isso mostra como “[...] a pluralidade e as multi-significações do termo política educacional estão presentes nos discursos.” (SANTOS, 2008, p. 230). Na análise das LPs, a pesquisadora também identificou que alguns objetos de estudo presentes nos projetos de pesquisa versavam sobre temáticas diferentes da descrição da LPs, mostrando ambiguidades e inconsistências. Essas são, para ela, frutos das lógicas interna e externa que marcam o campo: de um lado o próprio formato assumido pelas LPs e pelos PPGEs mostra uma busca de adequação aos determinantes da Capes, e, de outro, há os arranjos necessários para a inserção de novos pesquisadores no campo. Sobre isso, Santos (2008, p. 231) argumenta que, para a Capes, “[...] não é possível construir tantas linhas quanto pesquisadores e objetos de estudos que vão surgindo nos programas, é necessário lançar mão de arranjos que permitam construir mentas/descrições nas quais cabem mais do que a coerência e a consistência permitam.” Isso demonstra a “[...] evidência de um campo que é marcado pelos condicionantes advindos da política educacional (enquanto ação do Estado) [...]” (SANTOS, 2008, p. 231). Além disso, a pesquisa revela que “[...] a escolha pelo tema política educacional é algo contingencial, movida por interesses que são ao mesmo tempo científicos e políticos”, envolvendo: convites para desenvolver determinados projetos ou programas, “modismos”, temáticas pouco exploradas, influência de grupo ou pesquisador mais experiente, etc. (SANTOS, 2008, p. 231). Contudo, não é algo desinteressado, as circunstâncias e os fatores que mobilizam o interesse vinculam-se à possibilidade de aumento do capital científico e social por parte do pesquisador.

Arosa (2013) analisou a produção acadêmica apresentada no GT 5 - Estado e Política Educacional da ANPEd, entre os anos de 2000 e 2009. O pesquisador investigou os elementos organizadores dessa produção, relacionando-a ao contexto sociopolítico e econômico, buscando compreender seus traços político-institucionais e teórico-metodológicos. Na sua análise, levou em conta as contribuições de autores como John Pocock, Gramsci, Fairclough e outros. O pesquisador analisa a ANPEd como constituída de uma arena de disputas de ordens diversas e inserida em um processo mais amplo de lutas por ocupação de espaços institucionais, no âmbito acadêmico-científico e político, em busca de hegemonia. Ele considera a ANPEd como espaço importante na organização do meio acadêmico-científico e também um instrumento regulador do modo de conceber a construção de conhecimento em educação. Da mesma forma, para Arosa (2013), o GT 5 - Estado e Política Educacional também pode ser visto como um importante ente regulador da produção acadêmico-científica em política educacional, representando, para os pesquisadores iniciantes, a principal porta de ingresso na associação. Os grupos de trabalho viabilizam o contato entre os intelectuais de maior reconhecimento e outros interessados na temática. Para Arosa (2013, p. 217), “é nesse contato mediado pelo GT que se processam as trocas, os embates e a ocupação dos espaços, por dentro da associação, por esses associados individuais.”

Como resultado da pesquisa, Arosa (2013) identifica como principais traços político-institucionais a centralidade do Estado na origem dos trabalhos apresentados no GT 5, a rotatividade de autores dos trabalhos apresentados e a presença de um grupo reduzido de pesquisadores que participa com maior frequência. Quanto aos traços teórico-metodológicos, o pesquisador verifica que, de maneira frequente, os trabalhos tomam as políticas públicas como um conjunto de ações produzidas no interior do Estado tendo em vista a solução de demandas sociais. Para analisar essas políticas, os pesquisadores mobilizam recursos analíticos diversos fundamentando-se em distintas correntes teórico-metodológicas. A partir disso, Arosa (2013) conclui que se trata de uma produção que se caracteriza por uma dispersão teórico-metodológica que repercute também na diversidade de temas abordados. O pesquisador pondera que essa heterogeneidade pode se mostrar um problema, “[...] na medida em que provoca, pela dificuldade de se formar uma base consolidada de conceitos e categorias, uma dificuldade em se estabelecer um debate capaz de produzir maior acúmulo.” (AROSA, 2013, p. 220).

As duas teses mencionadas estudam de maneira aprofundada duas instâncias importantes que fazem parte da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: a Pós-Graduação em Educação (SANTOS, 2008) e a ANPEd (AROSA, 2013). Ambas

mostram a complexidade que envolve esse campo, especialmente no que se refere à diversidade dos objetos de estudo que se articula com a política educacional; às lutas dentro do campo em busca de legitimidade e de hegemonia de discursos; bem como à influência mútua entre campo político (Estado) e campo acadêmico, uma vez que, por meio de suas regulações, o Estado influencia a configuração desse campo, mas é também influenciado pela atuação política de representantes do campo que ocupam espaços oficiais.

Dentre os artigos, livros e capítulos de livros localizados, oito publicações abordam sobre a produção do conhecimento no campo (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a; WITTMANN; GRACINDO, 2001; GONÇALVES, 2005; SANDER, 2007a; WEBER, 2012; BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014; SANTOS; AZEVEDO, 2014; SOUZA, 2014a) e sete destacam aspectos históricos e de constituição do campo (SANTOS, A. L., 2009; SANTOS; AZEVEDO, 2009, 2012; BITTAR; BITTAR; MOROSINI, 2012; KRAWCZYK, 2012; SANTOS, 2014; SCHNEIDER, 2014).

As publicações que tratam da produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil trazem contribuições relevantes ao focalizar as principais características, o que e o como a política educacional vem sendo abordada. De maneira geral, o traço comum que se identifica nas conclusões dessas publicações é a abrangência do campo em virtude da heterogeneidade dos seus objetos de estudo. Embora diversa, a especificidade das análises desse campo está na categoria Estado e as demandas sociais por educação.

O estudo coordenado por Wittmann e Gracindo (2001) apresenta o estado da arte em política e gestão da educação no Brasil, no período de 1991-1997. O levantamento realizado envolveu um total de 1.170 trabalhos, dos quais 922 foram selecionados para análise e distribuídos em 11 categorias³⁹. Cada categoria compõe um capítulo do livro, cujo texto foi escrito por pesquisadores envolvidos na produção da pesquisa. Os resultados demonstram que as temáticas preponderantes nas pesquisas do período referem-se à formação e à prática dos profissionais de educação (143 trabalhos) e às políticas de educação (139 trabalhos).

A produção concernente à categoria “políticas de educação” foi analisada por Azevedo e Aguiar (2001b). As autoras dividem os 139 trabalhos em três subcategorias: 1) Análise sobre as concepções das políticas de educação; 2) Análise sobre o papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil; 3) Análise e avaliação de programas e projetos. Essa última concentra maior número de trabalhos (102 trabalhos), envolvendo análise de

³⁹ 1) Direito à educação e legislação; 2) Escola, instituições educativas e sociedade; 3) Financiamento da educação; 4) Gestão da escola; 5) Gestão da universidade; 6) Gestão de sistemas educacionais; 7) Municipalização e gestão municipal; 8) Planejamento e avaliação educacionais; 9) Políticas de educação; 10) Profissionais de educação; 11) Público e Privado na educação. (WITTMANN; GRACINDO, 2001, p. 17).

programas e projetos relativos a: níveis e modalidades específicas de ensino, formação e capacitação de professores, gestão escolar e educacional; bem como análise sobre planejamento governamental. A primeira subcategoria apresenta 22 trabalhos e a segunda, 15 trabalhos. As pesquisadoras não deixam de esclarecer o sentido atribuído a “concepções” e a “programas”. Definem “concepções” como “[...] expressão dos referenciais normativos subjacentes às políticas e que podem se materializar nas distintas filosofias de ação.” Enquanto que o termo “programas” é compreendido “[...] no sentido *strictu* quando referenciado às políticas, como *policy*: programa de ação, que também se desmembra em projetos.” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001b, p. 73-74, grifo das autoras). As conclusões das autoras são semelhantes a outro trabalho que será mencionado a seguir (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a).

Azevedo e Aguiar (2001a) e Souza (2014a) fazem um estudo sobre os trabalhos apresentados no GT 5 - Estado e Política Educacional da ANPEd, cada um enfocando períodos diferentes, 1993-2000 e 2000-2011 respectivamente. Azevedo e Aguiar (2001a) resgatam a trajetória do GT 5 no contexto da ANPEd, destacando o seu processo de institucionalização (surgimento, embates e o contexto sociopolítico), bem como o seu papel no processo de legitimação daquilo que é produzido pela comunidade acadêmica. Ao analisar as características e as tendências das investigações sobre a política educacional no Brasil, as autoras verificam que há uma abrangência peculiar do campo, conduzindo a uma dispersão dos objetos e das questões de investigação. Para as autoras, se por um lado essa condição possibilita um debate amplo e rico sobre os mais diversos aspectos da política educacional, por outro se torna problemático no que se refere ao “[...] refinamento de ferramentas analíticas que permitam uma melhor abordagem dos objetos teóricos e empíricos e de suas inter-relações.” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, p. 66). As autoras concluem como importante a dimensão interdisciplinar que caracteriza as investigações do campo e que se trata de um campo em construção e ainda sem tradição.

Da mesma forma, Souza (2014a), ao analisar os trabalhos apresentados no GT 5 da ANPEd, também evidencia a diversidade de temas abordados. Todavia, identifica uma linha agregadora nessa diversidade, que é a relação Estado e sociedade diante das demandas por educação. Para o pesquisador, apesar de se ter uma linha agregadora, essa diversidade que marca o campo tem contribuído para não se ter, ainda, no Brasil, uma definição precisa sobre quais são os objetos de investigação do campo, ou seja, de que “[...] há uma tensão na definição do estatuto epistemológico do próprio campo.” (SOUZA, 2014a, p. 362). Contudo, o autor salienta que são os próprios pesquisadores do campo que definem o que se estuda em

política educacional ao colocar em disputa a presença de suas temáticas nesse campo – temáticas relacionadas ao próprio movimento da política e de suas demandas no contexto social.

Santos e Azevedo (2014) analisam a produção do conhecimento em Estado e Política Educacional dos Encontros de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste (EPENN), no período de 1999 a 2011. As autoras apresentam um resgate histórico da criação do evento (anos 1970) e do Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional (final da década de 1980). Discutem as características e as tendências dos trabalhos apresentados no GT Estado e Política Educacional do EPENN. No período considerado, o GT está entre os três, dos 24 GTs, que contam com maior número de trabalhos. Os 376 trabalhos analisados foram agrupados em cinco categorias: 1) estudos sobre a gestão educacional e a gestão escolar; 2) estudos sobre programas e projetos educacionais em nível federal, estadual e municipal; 3) estudos sobre financiamento da educação; 4) estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam investigações a respeito do objeto do GT; 5) outros temas. A análise permitiu a identificação das principais temáticas abordadas em cada categoria. Tais temáticas, segundo as autoras, possuem estreita sintonia com as mudanças nas ações do Estado em termos de programas e projetos educacionais. A produção analisada confirma, ainda, a tendência expressiva dos estudos sobre gestão educacional e gestão escolar, bem como avaliação de programas e projetos educacionais.

Bello; Jacomini e Minhoto (2014) apresentam uma análise de teses e dissertações sobre políticas educacionais, tendo como recorte o período de 2000-2010. De modo semelhante à tendência identificada por Arosa (2013) e Souza (2014a), as autoras demonstram que o tema referente ao Estado e suas ações é o mais pesquisado. Além disso, as autoras identificaram que não só as linhas de pesquisa (LPs) relacionadas à política educacional abordam a temática, mas que os estudos estão também pulverizados em outras LPs. Além da dispersão, as pesquisadoras verificaram como uma fragilidade a baixa produção das LPs específicas de política educacional. Há, também, uma concentração das pesquisas na região Sudeste e Sul do Brasil, revelando que a tendência histórica de desigualdade de produção do conhecimento entre as regiões do país ainda se mantém.

Gonçalves (2005) analisa como a relação Estado e educação foi abordada em anais e revistas das áreas de Educação, História, Administração, Economia e Ciências Sociais, no período de 1971 a 2000. A autora faz uma categorização temática da produção acadêmica, tendo como pano de fundo da sua análise, o contexto histórico brasileiro das décadas em que foi produzida. Os dados revelaram que a área da educação é a que concentra maior produção

sobre o tema, em relação às outras analisadas. Uma das principais constatações pontuadas pela autora é o estabelecimento de interfaces entre o papel do Estado e a educação. Na sua análise, é nítida a relação entre o contexto sociopolítico de cada período com a construção das interpretações sobre o tema abordado. Nos anos 1970, a produção é caracterizada por uma denúncia da atuação do Estado sob as diretrizes capitalistas. Os anos 1980 apresentam a mesma característica, com predominância da referência à ineficiência e à omissão do Estado. Já, na década de 1990, há maior concentração no modelo neoliberal e aos elementos a ele relacionados. Além disso, as expectativas em relação à educação também mudam ao longo do tempo, como, por exemplo, a democratização da educação nos anos 1970 era entendida como acesso e permanência e nos anos posteriores as demandas voltam-se à revisão do papel da escola e à sua gestão participativa. Nos anos 1990, além desse enfoque anterior, a democratização passa a ser compreendida principalmente pela busca de qualidade e maior participação da sociedade civil. Gonçalves (2005), assim como outros pesquisadores já citados, conclui indicando que há uma grande fragmentação em relação aos temas e às perspectivas da produção analisada. Nesse sentido, uma organização da área quanto aos estudos nela desenvolvidos poderia contribuir para minimizar algumas das suas lacunas.

Weber (2012) faz análise de conteúdo de vinte textos sobre políticas educacionais, publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período de 1997-2011. A autora realiza um balanço sobre a temática, identificando temas e tópicos dominantes, assim organizados: a) considerações teórico-metodológicas para o estudo e implementação de políticas educacionais; b) debate sobre a relação Estado e educação; c) interpretação de dados educacionais; d) análise de políticas educacionais específicas. A pesquisadora examina cada conjunto de textos explicitando suas principais contribuições para o estudo das políticas educacionais. Evidencia que, de modo geral, a tônica que perpassa o conjunto de textos é o de que as políticas educacionais estabelecidas mesclam demandas de contextos determinados com linhas gerais do debate internacional sobre a educação. É também um processo que envolve relações de conflito e de negociação entre grupos sociais e esferas governamentais, sendo a efetivação concreta das políticas educacionais passível de ressignificações pelos seus envolvidos (comunidade escolar, professores, gestores, esferas governamentais, entre outros). Outra premissa destacada por Weber (2012), a partir dos trabalhos analisados, é a importância da educação como direito social básico e o compromisso das políticas educacionais na materialidade desse direito.

O ensaio de Sander (2007a) apresenta uma leitura sobre a pesquisa e a construção do conhecimento no campo da administração da educação. Dessa maneira, o enfoque dado pelo

ensaio são os conhecimentos relacionados à administração da educação. A partir do exame da produção científica publicada na Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)⁴⁰ entre 1983 e 1996, bem como das pesquisas de mestrado e doutorado realizadas nas décadas de 1980 e 1990, o autor discute sobre as orientações teóricas e as perspectivas analíticas adotadas nos estudos sobre organização e gestão da educação ao longo da história da educação brasileira. Atualmente, a gestão democrática tem motivado cada vez mais o interesse de pesquisadores, sendo o tema de pesquisa que acolhe o maior número de estudos e publicações no âmbito da gestão da educação brasileira. O pesquisador infere que, embora o conceito de gestão democrática tenha dominado o discurso político e administrativo, bem como as pesquisas sobre gestão da educação, “[...] ainda enfrentamos o desafio de traduzir o conteúdo do discurso político para efetivas práticas democráticas em numerosas instituições de ensino do país.” (SANDER, 2007a, p. 437). É interessante destacar que uma das contribuições relevantes do trabalho de Sander (2007a) para a presente tese é a retomada dos aspectos históricos da trajetória da pesquisa sobre política e gestão da educação, com destaque para o papel da ANPAE e da ANPEd como marcos importantes.

Dentre as produções localizadas que destacam aspectos históricos e de constituição do campo, está o livro e o artigo de Santos, A. L. (2009, 2014) e o artigo e o capítulo de livro de Santos e Azevedo (2009, 2012). Tais produções envolvem os resultados da pesquisa de doutorado de Santos (2008), já mencionada anteriormente. Ainda considerando o referido conjunto de produções, Krawczyk (2012) apresenta uma discussão sobre a trajetória da constituição do campo de pesquisa da política educacional. A autora parte da consolidação da pesquisa em educação no Brasil a partir dos anos 1940 para situar a emergência de temáticas sobre políticas educacionais como objetos de investigação. Além disso, destaca a implantação da Pós-Graduação no final da década de 1960 como fator importante de desenvolvimento da pesquisa em educação e em política educacional. Krawczyk (2012) demonstra como os fatores sociopolíticos do contexto brasileiro (reforma política, educacional e o próprio movimento do pensamento pedagógico brasileiro) foram suscitando a escolha por temas de estudo no campo da política educacional, especialmente a partir da década de 1980. Nesse contexto, a autora destaca a influência das perspectivas da administração da educação, bem como da pesquisa comparada nos estudos sobre política educacional no Brasil. Desse modo, a pesquisadora defende que, para compreender a pesquisa em política educacional, é necessário considerar o conjunto de fatores que afetam a produção científica (os espaços institucionais

⁴⁰ A partir de 1997, passou a ser designada Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE).

em que se realizam as pesquisas, as especificidades nacionais e sua historicidade, o contexto histórico, político e internacional que influenciam os olhares dos pesquisadores e suas escolhas). Assim como Azevedo e Aguiar (2001a, 2001b), a autora não deixa de realçar o caráter interdisciplinar dos estudos na área da educação e da necessidade de aprofundar o diálogo com outras abordagens disciplinares.

Bittar; Bittar e Morosini (2012), a partir de uma abordagem de caráter histórico e panorâmico, desde o período colonial até o início do século XXI, retratam sobre o desenvolvimento socioeconômico, político e educativo do Brasil e das implicações desse contexto na consolidação de um sistema de pesquisa e de Pós-Graduação que contribuiu para o desenvolvimento da produção científica brasileira e de um saber especializado para as políticas educacionais. De modo particular, as autoras abordam o desenvolvimento da pesquisa em educação a partir dos anos 1930, remetendo-se ao papel de instâncias que fizeram parte do movimento de organização do campo da educação, como: o Inep e seus Centros Regionais de Pesquisa, as associações e entidades (ANPEd, ANDE, CEDES, ANDES), os eventos de discussões acadêmico-científicas (CBEs, reuniões anuais da ANPOCS e SBPC) e a implantação da Pós-Graduação. Assim, as pesquisadoras demonstram que, configurando-se em um campo complexo e dinâmico, uma multiplicidade de grupos de trabalho e temas começou a emergir como preocupação na pesquisa em educação, em especial, as políticas educacionais. Nesse sentido, as autoras abordam a política educacional como uma temática de estudo do campo da educação.

Schneider (2014) faz uma reflexão a respeito das especificidades da pesquisa sobre política educacional, sua problemática e os desafios da sua consolidação no Brasil. A autora situa o contexto da constituição do campo de pesquisa em política educacional no Brasil, relacionando-o ao desenvolvimento da pesquisa em educação, bem como ao campo disciplinar das políticas públicas. A autora destaca que, na pesquisa em política educacional, há necessidade de ser considerado como pressuposto analítico as relações entre Estado, sociedade e política. Segundo ela, analisar o Estado em ação é o objeto com o qual os pesquisadores em política educacional se preocupam. Além disso, como problema e desafio para a constituição do campo acadêmico da política educacional, a autora aponta a importância da delimitação de uma fundamentação teórico-metodológica consistente para o campo, bem como o uso consciente e reflexivo dessas abordagens pelos pesquisadores.

Os trabalhos acima apresentados enfocam elementos que ajudam a compreender a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil e abordam vários aspectos, seja relacionado às publicações e à produção do conhecimento, às associações

científicas, à institucionalização da Pós-Graduação, ou ao próprio contexto histórico. Contudo, consideramos que a constituição da política educacional no Brasil como um campo acadêmico ainda necessita ser investigada de forma abrangente e integrada.

Um apontamento que pode ser levantado a partir das discussões desses trabalhos refere-se à pluralidade de significados que abrange o conceito de política educacional e a diversidade que caracteriza seus objetos de estudo. Assim, como forma de compreender mais aprofundadamente os aspectos conceituais que caracterizam o campo acadêmico da política educacional, apresentamos na próxima seção, como a política educacional tem sido definida e os principais debates sobre o assunto.

1.5 POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, OBJETOS DE ESTUDO E PRINCIPAIS DEBATES

Um tema recorrente encontrado na maioria das críticas da pesquisa e produção sobre política educacional é a necessidade de maior clareza conceitual e teórica. Conforme aponta Ball (1994, p. 15, tradução nossa)⁴¹:

Um dos problemas conceituais atualmente observados em muitas pesquisas de políticas e de sociologia das políticas é que, frequentemente, os analistas não conseguem definir conceitualmente o que eles entendem por política. [...] Não é difícil encontrar o termo política sendo usado para descrever ‘coisas’ muito diferentes, em diferentes pontos de um mesmo estudo. Para mim, muitas questões repousam no significado ou possíveis significados que damos à política, algo que afeta ‘como’ nós pesquisamos e como nós interpretamos o que encontramos.

Assim, ao estudar o campo acadêmico da política educacional, faz-se relevante explorar o significado do conceito de política e suas implicações nas pesquisas do campo.

Trata-se de um campo abrangente cujas pesquisas possuem interfaces com outras áreas do conhecimento (ciência política, ciências sociais, economia, entre outras). Para Teodoro (2003, p. 36), “as políticas educacionais constituem um campo de estudo privilegiado, onde se podem ultrapassar muitas das divisões artificiais criadas entre disciplinas e campos científicos.” Da mesma maneira, para Oliveira (2011, p. 71), a discussão acerca das políticas públicas em educação “[...] ultrapassa em muito o domínio da pedagogia, das teorias pedagógicas e exige a contribuição de outros campos do conhecimento para sua

⁴¹ Citação no original: “One of the conceptual problems currently lurking within much policy research and policy sociology is that more often than not analysts fail to define conceptually what they mean by policy. [...] It is not difficult to find the term policy being used to describe very different ‘things’ at different points in the same study. For me, much rests on the meaning or possible meanings that we give to policy, it affects ‘how’ we research and how we interpret what we find.” (BALL, 1994, p. 15).

análise.” Também, para Tello (2014), os regulamentos internos do campo da política educacional são estruturados com base em sua relação com outros campos complexos de estudo. Assim, parece ser evidente que a perspectiva multidisciplinar é central na forma como os estudos sobre políticas educacionais vêm se desenvolvendo (CIBULKA, 1994; WONG, 1995; SCRIBNER; ALEMAN; MAXCY, 2003; JOHNSON JR., 2003).

Em função da referida abrangência, pode-se observar uma certa indefinição do próprio campo. Como pondera Teodoro (2003, p. 25), “o campo de estudo das políticas de educação tem sido marcado por uma evidente ambiguidade, consequência, em grande medida, da diversidade de preocupações e de metodologias que o têm atravessado.” A ambiguidade de que trata o autor pode ser interpretada com o sentido de imprecisão ou indefinição, caracterizada pela dimensão multifacetada e diversa do campo, o qual é composto por uma pluralidade de objetos de estudo e metodologias. De modo semelhante, a literatura reportada na seção anterior indica que, no Brasil, o campo acadêmico da política educacional é marcado por uma ampla variedade de temas e metodologias de estudo (e.g. AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, 2001b; SANTOS, A. L., 2008, 2009; AROSA, 2013; SOUZA, 2014a).

Outro exemplo de imprecisão é a dificuldade de conceituar política educacional e o que ela abrange. Isso pode ser constatado nos eventos científicos, dossiês, coletâneas e outros espaços de discussão sobre o campo. Devido a sua abrangência e, em certa medida, pelas já mencionadas indefinições do campo, nem sempre é fácil delimitar o que é efetivamente um trabalho de pesquisa ou estudo em políticas educacionais e o que não se caracterizaria como tal. Em virtude disso, é possível notar que há trabalhos e publicações que fazem referência à política educacional, mas que abordam apenas tangencialmente questões desse campo. Essa questão está relacionada ao próprio processo de construção e consolidação do campo, o qual tende a ser bastante inclusivo.

Esclarecer sobre o conceito de política e sua abrangência tem uma importância fundamental, pois, como enfatizado por Ball (1994), o significado que o pesquisador atribui à política influencia a forma como ele interpreta e pesquisa as políticas educacionais. Em primeiro lugar, é importante compreender a noção de política educacional como “terreno de contestação” (OZGA, 2000), visto que há diferentes modos de definir e de entender o que é política. É bastante complexo explicitar uma definição concisa do conceito de política⁴², pois

⁴² Discussões a respeito do conceito de políticas públicas e políticas educacionais podem ser encontradas nos estudos de: Ball (1994), Cibulka (1994), Trowler (1998), Melo (1999), Frey (2000), Ozga (2000), Azevedo e Aguiar (2001b), Höfling (2001), Muller e Surel (2002), Johnson Jr. (2003), Azevedo (2004), Souza, C. (2006), Hochman; Arretche e Marques (2007), Lingard e Ozga (2007), Vieira (2007, 2009), Rizvi e Lingard (2010), Lima e Guimarães (2011), entre outros.

há uma diversidade de conceituações possíveis que são, muitas vezes, carregadas de sentidos ambíguos (WEDEL et al., 2005).

Na língua portuguesa, há um único termo para se referir aos diversos sentidos da política. Já na língua inglesa há termos diferentes: *polity*, *politics* e *policy*. A definição desses termos pode ser tomada como um ponto inicial que ajuda a compreender determinados componentes conceituais da política. De acordo com o Dicionário *Pocket Fowler's Modern English Usage* (ALLEN, 2008), *polity* significa: a) a forma ou o processo do governo civil ou constituição; e b) uma sociedade ou país como entidade política. Segundo o *Dictionary of the Social Sciences* (CALHOUM, 2002), *polity* é sinônimo de governo, regime e sistema político. Assim, de forma genérica, o termo *polity* possui um sentido mais amplo e é utilizado para designar o sistema político geral.

O termo *politics* faz referência ao conflito que resulta do enfrentamento de interesses. Refere-se à atividade política, aos interesses e aos valores subjacentes às relações de poder, aos fenômenos que ocorrem no âmbito mais amplo de relacionamento do Estado (DUTRA, 1993). Dessa maneira, *politics* pode ser definida como “[...] conjunto de atividades humanas que envolvem decisões autorizadas. Consiste em esforços para mobilizar interesses em direção à realização de valores partidários nos resultados de decisões [...]” (JOHNSON JR., 2003, p. 46, tradução nossa)⁴³. Tais esforços envolvem disputas, ou seja, indivíduos e grupos que contestam, debatem, mobilizam, pressionam, negociam na tentativa de influenciar os resultados de decisões em diferentes fases do ciclo político. Portanto, *politics* implica em interação social, negociação e luta (JOHNSON JR., 2003).

Policy, no plural *policies*, diz respeito à ação pública, às ações dos governos. Envolve planejamento e implementação de medidas, práticas e estratégias. Nesse sentido, o termo *policies* pode ser entendido como políticas públicas ou simplesmente políticas (DUTRA, 1993). *Policy* e *politics* são termos intrinsecamente ligados. Para esclarecê-los, podemos exemplificar que mudanças na *politics* (após um processo eleitoral, por exemplo) levam ou podem levar a mudanças nas *policies* (políticas e programas), pois diferentes arquiteturas partidárias possuem interesses e prioridades específicas (DUTRA, 1993)⁴⁴.

⁴³ Citação no original: “Politics is that set of human activities which surrounds authoritative decisions. It consists of efforts to mobilize interests toward the realization of partisan values in decision outcomes [...]” (JOHNSON JR., 2003, p. 46).

⁴⁴ As analisar a política de alfabetização do município do Rio de Janeiro, Dutra (1993, p. 36) tece três considerações, a partir desses conceitos básicos, que ajudam a elucidar as implicações da relação entre eles: “1 – A mudança de elite [*politics*] pode levar a uma mudança nas políticas públicas (*policy*), se, e apenas se, a nova elite do governo tiver concepção, percepção e ideologia diferentes da elite que a precedeu; 2 – A mudança no conhecimento especializado, que se refere a determinadas questões políticas, pode levar a uma mudança nas políticas; 3 – Tanto no primeiro como no segundo caso, essa nova concepção de políticas deverá ser absorvida e

Johnson Jr. (2003), ao discutir a necessidade de aumentar a clareza teórica e conceitual no campo da política educacional, ressalta que o aprofundamento da distinção entre ambos os termos possibilita analisar, por exemplo, o papel, muitas vezes negligenciado, da *politics* em relação às *policies*.

Dale (2010), ao apresentar as questões de educação, as quais podem servir para orientar a análise de políticas, faz a distinção entre *education policy* (que pode ser traduzido como políticas educacionais) e *politics of education* (políticas de educação). O primeiro termo refere-se “[...] ao processo de tomada de decisões diretas, no cotidiano, e aos seus resultados imediatos (textos políticos, por exemplo) [...].” (DALE, 2010, p. 1118). O segundo designa “[...] os processos e as estruturas que enquadram as agendas de ‘políticas educacionais’ e as dirigem. As ‘políticas de educação’ também poderiam ser chamadas de ‘economia política de educação’.” (DALE, 2010, p. 1118). Essa distinção pode ser compreendida, heurísticamente, da seguinte maneira: as políticas de educação são concepções mais amplas e abrangentes definidas no âmbito do Estado em sua relação com a sociedade civil e com a sociedade política (nas sociedades democráticas). As políticas de educação resultam de concepções de Estado, projetos de sociedade e de consensos possíveis em torno do que se entende por educação e papel da escola em cada momento histórico. Já as políticas educacionais são mais específicas. São decisões e desdobramentos das políticas de educação. Nesse caso, reafirmando a explicação de Dutra (1993), mudanças na *politics* levam ou podem levar a mudanças na *politics of education* (cosmovisão) e, de forma mais específica, a mudanças na *education policy* (políticas e programas).

Outro aspecto a ser destacado é a distinção que pode ser feita entre política educacional e políticas educacionais. A expressão “política educacional” possui um sentido mais amplo e é empregada para referir-se ao campo da política educacional (em geral) ou à área de conhecimento. Já “políticas educacionais” refere-se a algo mais específico. Diz respeito a políticas e programas que são formulados no âmbito da política educacional, desenvolvidas pelos governos, organizações intergovernamentais e corporações (RIZVI; LINGARD, 2010). Além dessas duas expressões, no Brasil, outros termos têm sido empregados para fazer referência às políticas educacionais, como: políticas públicas de/para/em educação, políticas públicas educacionais, políticas de/para educação, políticas educativas, entre outras. Essa variedade de expressões demonstra que o campo da política

educacional, em virtude da sua relação com outros campos de conhecimento, é atravessado por uma heterogeneidade de concepções e abordagens.⁴⁵

Em uma definição clássica, política refere-se àquilo que os governos fazem ou deixam de fazer (DYE, 1972). No entanto, em uma abordagem mais abrangente, essa definição pode ser problematizada por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, porque as políticas não se caracterizam como iniciativas advindas unicamente do governo. A definição de políticas compreende um processo de negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos que estão fora das estruturas governamentais formais (OZGA, 2000). Envolve, portanto, forças sociais em disputa no interior do sistema político, social e econômico (VIEIRA, 2007). No contexto contemporâneo, por exemplo, uma série de parcerias entre público-privado tem resultado na participação do setor privado em processos políticos (RIZVI; LINGARD, 2010). Em segundo lugar, como a definição sugere, a política pode ser vista como as omissões dos governos, aquilo que eles optam por não fazer, e não exclusivamente o que eles fazem (CIBULKA, 1994). Tanto as decisões tomadas como as decisões não tomadas são manifestações da política. Contudo, é igualmente importante considerar que as decisões não tomadas podem ser intencionais ou mesmo não planejadas, refletindo a falta de consciência de um problema ou necessidade (CIBULKA, 1994; RIZVI; LINGARD, 2010). Essa “desatenção” pode ser interpretada como reflexo de processos políticos ocultos (CIBULKA, 1994, p. 106). Tem-se, então, que aquilo que os governos não fazem na educação, de modo intencional ou não, é importante quando se adota uma definição ampla de política⁴⁶.

Em termos mais convencionais, política tem sido caracterizada como “alocação autorizada de valores”⁴⁷ (*the authoritative allocation of values*), conceito explicitado por David Easton (LINGARD; OZGA, 2007, p. 3). Essa definição, por sua vez, levanta questões complexas a respeito de quais valores são alocados, quem tem autoridade para exercer poder ou para alocar valores, quem se beneficia desse tipo de alocação (LINGARD; OZGA, 2007). Em linhas gerais, as “autoridades” na alocação de valores podem abranger o âmbito local,

⁴⁵ Nesta tese entendemos que o uso da expressão “políticas públicas de educação” implica em realçar a ação do Estado. Adotamos o termo “políticas educacionais”, com base em uma definição ampla de política, que a compreende como arena de contestação, luta e negociação entre múltiplos atores que podem operar fora das estruturas do Estado (GULSON; CLARKE; PETERSEN, 2015).

⁴⁶ Não podemos deixar de mencionar que uma definição ampla de política pressupõe considerar também que as razões para as ações e não ações (intencionais ou não) do Estado estão articuladas diretamente às disputas pelo poder. Na relação Estado-sociedade, a disputa pelo poder é uma questão central.

⁴⁷ Gomes e Oliveira (2012, p. 20), ao utilizarem essa acepção em seu trabalho, explicam que a palavra “autorizada” (em inglês *authoritative*) significa “autoridade competente” em formular os valores, exprimi-los e exercer poder sobre pensamentos ou comportamentos.

nacional e global, como, por exemplo: Estado e suas agências, organizações internacionais, supranacionais, etc.

Nas pesquisas em política educacional, o Estado é um dos elementos essenciais que não pode ser desconsiderado. De acordo com Ball (1994, p. 10, tradução nossa)⁴⁸, “qualquer teoria decente de política educacional deve atender ao funcionamento do Estado. Porém, qualquer teoria decente de política educacional não deve limitar-se à perspectiva do controle estatal.” Na verdade, Ball (1994) considera que o Estado é importante na configuração de políticas educacionais, entretanto não se restringe apenas à análise dele, pois admite que uma multiplicidade de fatores interfere no processo de formulação e tradução das políticas no contexto da prática. Assim, na sua concepção, o estudo de políticas educacionais deve consistir na tentativa de articulação entre o contexto mais amplo (macrocontexto) e o contexto da prática (microcontexto). Power (1995), ao debater o papel da abordagem centrada no Estado e das pesquisas que envolvem o microcontexto, explica que, em vez de serem pensadas como pares opostos, é preciso partilhar o ônus da responsabilidade. Isso significa que os pesquisadores que desenvolvem pesquisas no microcontexto necessitam mostrar o seu papel no macrocontexto. Da mesma forma, os teóricos da abordagem centrada no Estado deveriam demonstrar o papel que o macrocontexto exerce nas pesquisas que envolvem o microcontexto.

Para Ball (1994), a política pode ser compreendida a partir de duas conceituações: política como texto e política como discurso. Segundo ele, essas duas conceituações são distintas e simultaneamente complementares, pois a política não denota um ou outro, mas ambos os sentidos. Em suas palavras, “política é texto e ação, palavras e atos, é o que é decretado, bem como o que se pretende.” (BALL, 1994, p. 10, tradução nossa)⁴⁹. A política como texto é produto de múltiplas influências e agendas, envolvendo lutas, negociações e interpretação das políticas pelos diferentes atores envolvidos no processo de formulação e tradução das políticas na prática. Enquanto que a política como discurso reflete aquilo que pode ser dito e pensado, quem pode falar, quando, onde e com que autoridade, sendo apenas algumas influências, agendas, vozes reconhecidas como legítimas nesse processo. Assim, mesmo que existam diferentes interpretações das políticas em diferentes contextos, estas são limitadas pelos discursos. O conceito de política, portanto, não deve ser entendido apenas como “coisas” (documentos), políticas também são processos e resultados (BALL, 1994).

⁴⁸ Citação no original: “Any decent theory of education policy must attend to the workings of the state. But any decent theory of education policy must not be limited to a state control perspective.” (BALL, 1994, p. 10).

⁴⁹ Citação no original: “Policy is both text and action, words and deeds, it is what is enacted as well as what is intended.” (BALL, 1994, p. 10).

Entender a política como processo significa considerar que ela não representa apenas uma declaração que especifica princípios e ações em um documento escrito. Política inclui processos políticos e processos de implementação (RIZVI; LINGARD, 2010). Em termos de Ball (1994), as políticas estão sempre sujeitas a múltiplas interpretações pelos envolvidos no processo de tradução das políticas. Isso sugere que, no contexto da prática, os resultados das políticas podem ser mais ou menos distantes das declarações políticas (textos). Ball (1994) questiona a ideia de que as políticas sejam meramente “implementadas”. Segundo ele, no contexto da prática, as políticas são reinterpretadas. Em um trabalho mais recente, Ball e colaboradores (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012), ao rejeitarem a ideia de “implementação”, indicam que as políticas são interpretadas e traduzidas para contextos específicos. Interpretações e traduções são formas de colocação da política em prática (*policy enactment*), as quais estão sujeitas a diferentes dimensões contextuais (contexto do cenário local, contextos materiais, culturas profissionais dos envolvidos, contexto político mais amplo, etc.) (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012).

Em detrimento das diversas formas de compreensão da política, as possibilidades e abordagens de análise de políticas são igualmente diversas: há tanto análises etapistas e sequenciais como análises mais complexas e relacionais. As diversas abordagens etapistas de análise de política compreendem o processo político como uma série de passos ou sequência e são baseadas em ideias de autores clássicos da ciência política (Harold Lasswell, Herbert Simon, David Easton, Gabriel Almond). Nessa abordagem, o processo político envolve, por exemplo, as seguintes fases: iniciação, informação, consideração, decisão, implementação, avaliação, finalização (ROBERTS apud JENKINS, 1978). Entre os autores desse modelo podem ser destacados Jones (1970), Anderson (1975), Jenkins (1978), Hogwood e Gunn (1984). Essas abordagens compreendem as políticas como um processo racional, ordenado, sistemático, o qual pode ser pesquisado pela aplicação da racionalidade analítica (CARLEY, 1980). Uma parte significativa das abordagens que foram desenvolvidas a partir da década de 1980, na literatura internacional, partiu da crítica a esses modelos. Webb e Gulson (2015a) mostram que, a partir da década de 1980, diversas abordagens inovadoras e críticas foram formuladas, tais como a *policy sociology* (sociologia das políticas), com as contribuições de Roger Dale, Stephen Ball, Jenny Ozga, etc.; “arqueologia das políticas” (SCHEURICH, 1994); “historiografia das políticas” (GALE, 2001); “antropologia das políticas” (SHORE;

WRIGHT, 1997), bem como abordagens interdisciplinares de estudos de política educacional (WEBB; GULSON, 2015a).⁵⁰

Como sugerem as definições sobre a noção de política e as abordagens de análise de políticas, o estudo da política educacional é um processo complexo, em grande medida, pela abrangência dos aspectos que envolvem o seu objeto de estudo. Uma questão importante a ser enfatizada é que o campo acadêmico da política educacional é amplo na medida em que inclui discussões que não se restringem às ações do poder público (nas suas diferentes esferas: federal, estadual e municipal; e instâncias: secretarias de educação, etc.). O campo compreende discussões que emergem das relações que se estabelecem entre as ações (ou omissões) do poder público e as demandas educacionais, como: direito à educação, movimentos sociais de luta pela educação (por exemplo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação e fóruns variados). Nessa perspectiva, Souza (2016, p. 9) entende “[...] como objeto do campo de pesquisa em políticas educacionais a relação entre demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda.” O referido autor evidencia, em suas pesquisas sobre a produção do campo, que, no Brasil, os estudos em política educacional estão articulados, de maneira predominante, à leitura da ação (ou não) do Estado diante das demandas da população por educação (SOUZA, 2014a, 2014b, 2016).

Em termos da teoria de Bourdieu, podemos compreender que os diferentes agentes (pesquisadores, periódicos, associações científicas), envolvidos na luta para a definição das estruturas simbólicas do campo, contribuem para delimitar e legitimar os objetos de estudo que vão compondo a agenda de investigação do campo acadêmico da política educacional. Na análise da constituição desse campo, verificamos que, no Brasil, os estudos de política educacional envolvem diferentes aspectos, tais como:

- estudo de questões de natureza teórica (Estado, mudanças no papel do Estado, neoliberalismo, gerencialismo, estudos epistemológicos de política educacional, etc.);
- análise de políticas e programas;
- política e gestão educacional e escolar;
- políticas curriculares;
- trabalho docente (valorização, carreira, etc.);

⁵⁰ Vale citar aqui a visão de Stephen Ball sobre as análises de políticas. Em uma entrevista recente, ele diz: “[...] eu penso que a maioria das análises de políticas é dominada por um pressuposto implícito não discutido de racionalidade, que os processos de políticas são racionais, que é um processo ordenado, coerente. E eu penso que isso traz distorções ao trabalho empírico de muitos pesquisadores, eles assumem essa racionalidade quando eles se envolvem com a política. E muito do trabalho em política não é muito racional, não muito ordenado, não muito bem organizado. Por isso, temos de pensar teoricamente sobre a possibilidade de irracionalidade, de confusão, de desordem, de caos.” (MAINARDES, 2015b, p. 161-162).

- legislação educacional;
- financiamento da educação; entre outros.

Tais aspectos também são mencionados por Souza (2014b). Ao analisar a produção acadêmica brasileira sobre política educacional, o autor identifica as principais tendências acerca do que tem sido tomado como objeto de estudo pelos pesquisadores⁵¹. Segundo ele:

Os principais temas tomados pelo campo são: a constituição da agenda política; a relação público e privado na educação; a Avaliação educacional; o Direito à educação; o Financiamento da educação; a Gestão escolar ou educacional (Municipalização; Sistemas de ensino; gestão democrática: eleições; conselhos; projetos e práticas; etc.); a História da política (ou dos políticos) da educação; a Legislação educacional; os Levantamentos da produção acadêmica; o Planejamento (escolar ou educacional) (PNE; PDE; planejamento participativo; etc.); as Políticas ou programas específicos (Bolsa família; formação de professores; etc.); as Políticas para etapas ou modalidades de ensino; as Reflexões teóricas em políticas educacionais; as Reformas educacionais e; o Trabalho docente. (SOUZA, 2014b, p. 1).

No que se refere à análise de políticas educacionais, Mainardes (2015a) explica que o campo abrange estudos de natureza teórica, estudos com base empírica e estudos para a superação da realidade. As pesquisas contemplam diferentes dimensões do objeto da política educacional: a análise do processo de formulação de políticas; o conteúdo propriamente dito da política ou do programa (discurso da política); os processos de implementação, tradução e interpretação da política ou programa no contexto da prática (escolas, salas de aula, etc.); a avaliação de políticas, que pode abranger análise de resultados e consequências. Desse modo, o objeto de estudo com o qual se ocupa o pesquisador de políticas educacionais é essencialmente a análise de políticas educacionais, tarefa que é enfrentada pelos pesquisadores de formas diferenciadas (MAINARDES, 2015a).

Outro aspecto relevante a ser destacado é que o objeto de estudo da política educacional é uma “construção contextual e histórica” e “definida por sua episteme da época” (TELLO, 2014, p. 199, tradução nossa)⁵², ou seja, é construído no desenvolvimento histórico de cada contexto em particular (país). Assim, não é possível estabelecer caracterizações universais do objeto de estudo da política educacional, pois o próprio desenvolvimento histórico do campo vai definindo novos objetos de investigação ou transformando o existente. (TELLO, 2014, 2015b). O campo e seus objetos de estudo não estão livres das determinações do seu macrocosmo (BOURDIEU, 2004a), ou seja, do campo político, econômico e social. As temáticas revelam, portanto, interesses próprios de um determinado tempo histórico e estão

⁵¹ O levantamento de temas é também apresentado em Souza (2014a).

⁵² Citação no original: “[...] the object of study of education policy is defined by its episteme of epoch, [...] the object of study of education policy is just a contextual and historical construction.” (TELLO, 2014, p. 199).

relacionadas à própria constituição e à consolidação do campo que vai ampliando suas análises e seus objetos de estudo.

Como Souza (2016, p. 12) pondera, é necessário

[...] conhecer mais e melhor o campo, seus objetos e abordagens novas que vêm surgindo com o avanço da investigação científica. Isto é necessário para compreendermos melhor o que são as políticas educacionais e ampliarmos as possibilidades de contribuir com o desenvolvimento da ciência e da educação.

Assim, a pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil pode trazer contribuições relevantes para conhecermos mais e melhor as questões a respeito do desenvolvimento desse campo. No caso da presente tese, com base em Bourdieu, consideramos que tomar o objeto de estudo como produto de um processo histórico é um primeiro passo para apreendermos muitos “elementos constituidores” (SOUZA, 2016, p. 11) desse campo. Assim, a investigação a que nos propomos foi analisar aspectos que permeiam a história da política educacional como um campo acadêmico no contexto brasileiro, indicando o que consideramos como demarcações temporais da constituição desse campo: antecedentes, institucionalização e expansão.

Nos dois próximos capítulos, apresentamos o processo de constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil com base nas fontes empíricas selecionadas e na literatura sobre o campo. A partir das fontes, definimos as demarcações temporais da constituição desse campo, que foram sintetizadas no Quadro 1 apresentado na introdução da tese. O capítulo a seguir trata do primeiro momento que se refere aos antecedentes do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Nesse próximo capítulo, evidenciamos que os antecedentes desse campo no contexto brasileiro estão relacionados aos estudos sobre a situação do ensino no Brasil e sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada. Além disso, como forma de considerar um conjunto de relações na análise da constituição do campo acadêmico da política educacional, abordamos sobre a sua emergência em outros países e sobre o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil.

CAPÍTULO 2

ANTECEDENTES DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: A PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO ESTRANGEIRO E BRASILEIRO

O real é relacional (BOURDIEU, 1989, p. 28).

O objetivo deste capítulo é apresentar os antecedentes da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. É difícil demarcar o ponto de origem de uma disciplina, um campo ou uma área de investigação. Com relação à política educacional, alguns pesquisadores têm indicado elementos da emergência da política educacional como campo específico em diversos países como: Argentina, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Reino Unido (SCRIBNER; LAYTON, 1995; WONG, 1995; JOHNSON JR., 2003; SCRIBNER; ALEMAN; MAXCY, 2003; LINGARD; OZGA, 2007; PUELLES BENÍTEZ, 2013; TELLO, 2012a, 2013a, 2014; CARVALHO, 2014; GARCIAS FRANCO, 2014). Com relação ao Brasil, podem ser citados os estudos de Azevedo (2004), Santos e Azevedo (2009), Krawczyk (2012) e Schneider (2014).

De maneira geral, os estudos históricos (CIBULKA, 1994; SCRIBNER; LAYTON, 1995; WONG, 1995; SCRIBNER; ALEMAN; MAXCY, 2003; JOHNSON JR., 2003; AZEVEDO, 2004; TELLO, 2015a) consideram que, em sua fase inicial, as pesquisas sobre política educacional e políticas públicas em geral, se desenvolveram a partir da ciência política. A partir da sua constituição como um campo acadêmico específico e relativamente autônomo, em cada contexto, esses campos assumem características próprias. No caso do Brasil, em sua fase inicial, a política educacional estava ligada à administração da educação (tal como ocorreu nos Estados Unidos) e à educação comparada. No Reino Unido, a política educacional emerge mais alinhada à sociologia da educação. Já, em Portugal, os estudos de política educacional surgem vinculados tanto à sociologia da educação como à administração da educação. Na Argentina, o início da constituição do campo ocorre de forma muito relacionada à legislação (assim como na Espanha) e à educação comparada.

Um das contribuições teórico-metodológicas da noção de campo de Pierre Bourdieu, conforme excerto acima, é que o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações no mundo social. Portanto, de forma a estabelecer relações com o desenvolvimento do campo no âmbito internacional, neste capítulo serão abordados, em um

primeiro momento, aspectos da emergência do campo acadêmico da política educacional relacionada à ciência política e em diferentes países (Argentina, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, Portugal). Posteriormente, apresentamos um panorama do desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil, bem como a emergência dos estudos relacionados à política educacional na bibliografia pedagógica brasileira e nas publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Tendo em conta o quadro sinótico das demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil (Quadro 1), apresentado na introdução desta tese, neste capítulo exploramos aspectos do primeiro momento que se refere aos antecedentes do campo (década de 1820 a 1950). No entanto, alguns aspectos dos outros momentos que chamamos de institucionalização do campo (a partir da década de 1960) e expansão do campo (a partir da década de 1990) são também contemplados na análise dos dados apresentada.

2.1 A EMERGÊNCIA DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM DIFERENTES PAÍSES

Conforme mencionado anteriormente, alguns autores consideram que a emergência da política educacional, como um campo específico e autônomo de investigação, surge no contexto da ciência política. O ano de 1948 constitui-se em um marco fundacional da ciência política. A pedido da UNESCO, reuniram-se em Paris *experts* e estudiosos de diversos países, com a finalidade de definir e acordar o seu objeto de estudo. Nessa reunião, decidiu-se que seria empregado o termo “ciência política” (no singular) e definiram-se os campos e temas de investigação⁵³. Desse modo, a partir da década de 1940, com a institucionalização do campo da ciência política, começam a desenvolver-se, nas universidades, estudos com pretensão “científica” e, quase exclusivamente, a partir do enfoque jurídico-institucionalista (TELLO, 2015a).

Na ocasião, o Brasil foi representado com o texto de Djacir Menezes, da Universidade do Brasil (atualmente UFRJ). Menezes (1950) produziu o texto *Political*

⁵³ Os campos e os temas de investigação definidos são os seguintes:

I. Teoria política: 1) Teoria política; 2) História das ideias políticas.

II. Instituições políticas: 1) A constituição; 2) Governo nacional; 3) Governo local e regional; 4) Administração pública; 5) Funções sociais e econômicas do governo; 6) Comparação de instituições políticas (*comparative political institutions*).

III. Partidos, grupos e opinião pública: 1) Partido político; 2) Grupos e associações; 3) Participação do cidadão no governo e na administração; 4) Opinião pública.

IV. Relações internacionais: 1) Política internacional; 2) Organização e administração internacional; 3) Direito internacional. (UNESCO, 1950, p. 4, tradução nossa).

Science in Brazil during the Last Thirty Years. Em seu texto, ele menciona os principais autores brasileiros (e obras) da época. Segundo ele, após a criação das faculdades de Filosofia no Rio de Janeiro e São Paulo, o governo contratou notáveis professores estrangeiros de ciência política e política econômica, tais como: Maurice Bré e André Gros. Entre os autores brasileiros, são mencionados Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Pinto Ferreira, Mario Lins, Costa Pinto, Joaquim Pimenta, Hermes Lima, Caio Prado Jr., Hermes Lima, Arthur Ramos, Josué de Castro, Tristão de Athayde, Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Vitor Nunes Leal, Carneiro Leão. Esses autores haviam produzido obras nas áreas de História, Economia, Sociologia e Antropologia.

Menezes (1950) destacou as publicações de Carneiro Leão, da Faculdade Nacional de Filosofia, cujas produções se enquadravam na administração escolar e política educacional⁵⁴, bem como fez menção às seguintes obras de Carneiro Leão: *Introdução à administração escolar* (1939), *A sociedade rural* (1940), *Fundamentos da Sociologia* (1940) e *A educação para o após guerra* (1944).

Webb e Gulson (2015a) apresentam elementos relevantes para a compreensão do início do ciência política e suas relações com o campo da política educacional. Os autores apresentam uma tipologia e heurística, composta por três períodos da cientificidade da política: a) *policy scientificity 1.0* (ciências políticas); b) *policy scientificity 2.0* (estudos críticos de política educacional e sociologia das políticas) e c) *policy scientificity 3.0* (estudos pós-humanistas, pós-estruturais). Os autores utilizam o termo “cientificidade” com base nas formulações originais das ciências políticas, articuladas por Lerner e Lasswell (1951).

Segundo Webb e Gulson (2015a), o trabalho de Lerner e Lasswell (1951) representa um ponto de partida para as ciências políticas. Esses autores referiam-se ao papel que a política pública deveria ter em oferecer soluções aos problemas do estado de bem-estar social, incluindo a reconstrução no período do pós-guerra e a disseminação dos valores democráticos ocidentais (por exemplo, emprego, seguridade social e igualdade). Rizvi e Lingard (2010 apud WEBB; GULSON, 2015a) sintetizam as ciências políticas como uma forma de acompanhar o desenvolvimento das prioridades e programas e determinar formas de garantir a sua eficiência e eficácia⁵⁵. Webb e Gulson (2015a) consideram que esse primeiro estágio das ciências políticas configurava uma abordagem “técnico-racional” para referirem-se aos tipos de

⁵⁴ Menezes (1950, p. 231), assim se refere: “Professor Carneiro Leão, Dean of the National Faculty of Philosophy, particularly concerned with school administration and with political education.”

⁵⁵ Citação no original: “Rizvi and Lingard (2010) sum up the policy sciences as ways to assist the state ‘develop priorities and programs, and determine ways to ensure their efficiency and effectiveness.’ (p. 1).” (WEBB; GULSON, 2015a, p. 163).

pressuposições positivistas que orientavam a análise de políticas e a perspectiva instrumental do governo nas quais as “soluções” deveriam ser “implementadas”.

As abordagens posteriores à *policy scientificity 1.0*, desenvolvidas a partir da década de 1980, mencionadas no capítulo anterior, buscaram superar esse modelo técnico-racional, embora ainda seja empregado por alguns autores.

No Brasil, conforme Melo (1999, p. 65), “do ponto de vista de sua institucionalização, o campo de estudo de políticas é bastante incipiente [...]” e a sua “genealogia intelectual” é relativamente curta. O campo das políticas públicas teve sua institucionalização relacionada à criação do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas no âmbito da ANPOCS (1983) e a criação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) na Unicamp (1984) (MELO, 1999).

No decorrer do tempo, o campo da política educacional foi afirmando-se como um campo relativamente autônomo. No caso do campo da política educacional no Brasil, observa-se que, embora exista uma interlocução dos pesquisadores com as contribuições da ciência política, sociologia, economia, etc., podemos considerar que a interlocução, em muitos casos, tem sido restrita.

Na América Latina, e em especial na Argentina, Tello (2012a, 2013a, 2014) e Garcias Franco (2014) argumentam que é na década de 1950 que se pode demarcar a emergência desse campo, com a criação de cátedras de política educacional nas universidades. Ao longo das décadas de 1950 e 1970, essas cátedras tiveram várias denominações, como: Política e Legislação Escolar, Política e Educação Comparada, Política e Organização Escolar, Política Educacional (TELLO, 2012a). Assim, conforme Tello (2012a), a formação do campo e sua consolidação com as cátedras universitárias entre 1950 e 1970 são marcadas por uma visão fortemente centrada na legislação e na educação comparada. O autor destaca ainda quatro etapas históricas que marcaram o desenvolvimento do campo na América Latina (TELLO, 2012a, p. 289-290): 1) “Política educativa e enfoque jurídico-institucionalista”, período que vai até 1960, caracterizado pela análise com foco no normativo-legal; 2) “Política educativa na perspectiva do planejamento”, período do início da década de 1960, marcado pelo protagonismo da economia, da sociologia e da ciência política no âmbito acadêmico, bem como pela forte vinculação da política educacional com as teorias sobre planejamento; 3) “Política educativa e perspectiva crítica”, período final da década de 1960 e os anos da década de 1970, momento em que as teorias crítico-reprodutivistas começam a questionar o funcionamento da escola, abrindo espaço para os estudos de etnografia dentro das políticas educacionais, desenvolvimento da sociologia política, perspectivas neomarxistas, pós-

estruturalistas, etc. Segundo Tello (2012a), na década de 1970, com os governos ditatoriais, o campo acaba paralisando seu desenvolvimento, especialmente em relação às concepções neomarxistas; 4) “Política e administração da educação” e “política e gestão da educação,” período do fim das ditaduras militares em que são instauradas as democracias na América Latina.

Na Espanha, a disciplina Política Educacional surge como plano de estudo das faculdades de Educação em 1974, também em uma conexão com a ciência política (PUELLES BENÍTEZ, 2013). Segundo Puelles Benítez (2013), a política educacional nasceu como uma disciplina eletiva. Somente com a reforma curricular de 1992, tornou-se uma disciplina obrigatória. Nos currículos das licenciaturas em Ciência da Educação na Espanha, a disciplina aparece com uma pluralidade de denominações, dentre elas: Política e Legislação Educacional (*Educational Politics and Legislation*); Política de Educação (*Education Policy*); Política e Administração da Educação (*Education Policy and Administration*); Política de Educação (*Education Politics*). Todavia, a denominação Política e Legislação Educacional (*Educational Politics and Legislation*) é o que tem se mantido depois das diversas reformas curriculares, ainda que a denominação Política Educacional (*Educational Politics*) se ajuste mais à natureza da disciplina na concepção de Puelles Benítez (2013). Como uma disciplina ainda jovem, Puelles Benítez (2013), a partir da perspectiva da história das disciplinas acadêmicas, considera que ela ainda está em fase de implantação e não de consolidação no âmbito dos saberes universitários. Para sua consolidação, é preciso resolver problemas que ainda não estão claros sobre a natureza da política educacional e sobre a delimitação dos campos de conhecimento que serão objeto de estudo da disciplina. Para isso, na visão do autor, é fundamental que a disciplina esteja cada vez mais respaldada na metodologia científica, no aparato categorial e nos paradigmas da ciência política (PUELLES BENÍTEZ, 2013).⁵⁶

No Reino Unido, a pesquisa sobre política educacional desenvolveu-se no contexto da sociologia da educação (LINGARD; OZGA, 2007). Os estudos sobre reformas educacionais, políticas e programas têm sido desenvolvidos no âmbito desse campo. A partir dos anos 1960, começaram a surgir estudos mais específicos de política educacional, embora sempre relacionados à sociologia da educação. Segundo Mainardes e Alferes (2014), o conceito de *policy sociology* (sociologia das políticas) surgiu no contexto britânico, na área de origem de diversos pesquisadores de políticas educacionais, tais como: Roger Dale, Jenny

⁵⁶ Um conjunto de estudos sobre a política educacional na Espanha foi publicado no periódico *New Approaches in Educational Research* (NAER) que dedicou um número específico para essa temática (v. 2, n. 2, 2013).

Ozga, Geoffrey Walford, Stephen J. Ball, Sharon Gewirtz, Allan Cribb, Sally Power, Geoff Whitty, entre outros⁵⁷. Ozga (1987) definiu sociologia das políticas como a aplicação de teorias e procedimentos metodológicos da sociologia para o estudo da política educacional. A abordagem da chamada sociologia das políticas educacionais tem sido bastante empregada na Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Europa continental. No entanto, podemos considerar que essa abordagem tem se disseminado na América Latina e outras partes do mundo (MAINARDES; ALFERES, 2014). Os estudos da sociologia das políticas educacionais têm influenciado sobremaneira as pesquisas de política educacional no mundo. A principal razão dessa rápida e forte disseminação é o fato de que são estudos publicados em língua inglesa e também por serem estudos críticos sobre: neoliberalismo, reformas educacionais, impacto das políticas nas diferentes classes sociais, participação do setor privado na educação pública, vozes dos sujeitos envolvidos nas políticas, etc.

Em Portugal, Carvalho (2014), a partir da análise de estudos de política educacional em teses, faz apontamentos sobre o surgimento da área de especialidade de doutoramento em política educacional. O autor indica que a área emerge vinculada à sociologia da educação e à administração educacional. No contexto português, a sociologia das políticas consistiu em um conceito relevante na construção do conhecimento sobre política educacional. Pesquisadores do país, como Almerindo Janela Afonso (2001, 2003) e Licínio Lima, são alguns exemplos daqueles que adotaram essa perspectiva na investigação em política educacional e que contribuíram para o desenvolvimento teórico do campo.

Scribner e Layton (1995) indicam que nos EUA o campo da política educacional emerge como um campo distinto na década de 1960, impulsionado pelas reformas educacionais que marcaram a época. Eles destacam que as origens dos estudos de política educacional nos EUA estão ligadas à ciência política⁵⁸. Segundo os autores, o campo emergente da década de 1960, com uma literatura de pesquisa ainda escassa, torna-se um campo de estudo rico e amadurecido, embora díspar e fragmentado, em meados da década de 1990. Nesse sentido, Scribner; Aleman e Maxcy (2003, p. 15, tradução nossa)⁵⁹ argumentam que “[...] o desenvolvimento do campo reflete uma disputa entre um desejo de um campo

⁵⁷ Algumas obras: Dale (1989), Ball (1990, 1994), Bowe; Ball e Gold (1992), Ozga (1987, 2000), Gewirtz e Cribb (2006, 2009), entre outras.

⁵⁸ O primeiro trabalho que marca as origens do campo é o ensaio do cientista político Thomas H. Eliot (ELIOT, T. H. Toward an understanding of public school politics. **American Political Science Review**, v. 53, n. 4, p. 1032-1051, 1959). (CIBULKA, 1994).

⁵⁹ Citação no original: “[...] the development of the field reflects a contest between a desire for an integrated and disciplined field of study and a desire for a broad and inclusive field seeking out new problems, theories, and methods.” (SCRIBNER; ALEMAN; MAXCY, 2003, p. 15).

integrado e disciplinado de estudo e um desejo de um campo amplo e inclusivo buscando novos problemas, teorias e métodos.” Para eles, essa “tensão integrativa-agregativa” (*integrative-aggregative tension*) é necessária e produtiva para o avanço do campo.

O ano de 1969 pode ser considerado como marco oficial do surgimento do campo da política educacional nos EUA, quando pesquisadores interessados se manifestaram a respeito da criação de um *Special Interest Group* (SIG) sobre política educacional, em uma reunião anual da *American Educational Research Association* (AERA). As discussões evoluíram a partir de uma conferência especial em 1977, realizada por estudiosos da Universidade de Columbia, e, em 1978, na Conferência da AERA em Toronto, denominou-se o grupo *Politics of Education Association* (PEA) (SCRIBNER; ALEMAN; MAXCY, 2003).

Scribner; Aleman e Maxcy (2003) explicam que, embora os estudiosos de política educacional tenham buscado fundamentos nas construções teóricas da ciência política, o estudo da política educacional, em geral, ocorreu dentro do campo da administração da educação. De acordo com os autores, o campo da política educacional foi entendido como uma subespecialidade da administração da educação. Isso é reforçado na década de 1990, quando a *National Policy Board for Educational Administration* (NPBEA) recomenda, e a *University Council for Educational Administration* (UCEA) apoia, que a política educacional e os estudos de política se tornem uma das dimensões da base de conhecimento em administração educacional. Nesse sentido, Cibulka (1994) também discute que os estudiosos que contribuíram para o campo da política educacional, em geral, formaram-se no campo da administração da educação.

No Brasil, até a década de 1920, “[...] as publicações sobre políticas educacionais e práticas de organização e administração do ensino eram memórias, relatórios e descrições assistemáticas, de caráter subjetivo, normativo, prescritivo e legalista” (SANDER, 2005, p. 44). Foi a partir da década 1930 que os primeiros escritos especializados em políticas, administração da educação e educação comparada surgem no Brasil, com os trabalhos de Anísio Teixeira (1935), Isaías Alves (1937), José Querino Ribeiro (1938) e Antônio Carneiro Leão (1939/1945). Foi nessa época também que a disciplina Administração Escolar e Educação Comparada passou a integrar os currículos dos cursos de Graduação destinados à formação de professores (SANDER, 2005). É importante considerar que os pioneiros do campo da administração da educação, como Anísio Teixeira e Carneiro Leão, desenvolveram

atividades de estudo e trabalho nos EUA⁶⁰. Assim sendo, suas ideias tiveram certa influência das discussões que se estabeleceram no campo educacional norte-americano.

Contudo, assim como em outros países (EUA e Reino Unido), no Brasil, a emergência da política educacional como campo acadêmico começa a ganhar impulso, especialmente a partir da década de 1960. Esse marco na constituição do campo no Brasil está relacionado a três aspectos: 1) a criação da ANPAE em 1961; 2) o uso mais frequente do termo política(s) educacional(is) nos títulos de teses, dissertações, artigos e livros; e 3) a implantação da Pós-Graduação (1965) e do primeiro Mestrado em Educação (PUC-Rio, 1966), momento em que a pesquisa em educação no Brasil é incorporada pelo campo acadêmico. Apesar de ser possível demarcar a emergência do campo a partir da década de 1960, um marco explícito da institucionalização do campo dá-se na década de 1980 com a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987) no âmbito da ANPEd. Da década de 1990 em diante, a institucionalização do campo expande-se a outros espaços acadêmicos com a criação de: disciplinas de/sobre política educacional nos currículos de cursos de Graduação, de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação, de periódicos especializados, de eventos científicos específicos e redes de pesquisa de política educacional. No decorrer desse e do próximo capítulo, abordaremos sobre os referidos aspectos que contribuíram para a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

É importante reiterar aqui que a política educacional emerge alinhada a diferentes campos de conhecimento nos vários países. Uma questão consensual entre os autores é que o campo da política educacional tem grande parte da sua constituição vinculada às ciências sociais e ciência política. Embora associado principalmente com a ciência política, o campo adotou perspectivas de uma variedade de disciplinas para produzir sua base de conhecimento, o que contribuiu para o avanço do campo (WONG, 1995). Em países do contexto europeu e norte-americano, bem como na Austrália, essa interlocução do campo da política educacional com a ciência política e ciências sociais tem sido bastante produtiva para o desenvolvimento teórico e a consolidação do campo. Nesses países, o nível de teorização construída própria do campo, em detrimento da disponibilidade de teorias, conceitos e abordagens de outros campos de conhecimento, é um dos elementos que tem caracterizado a consolidação do campo nesses

⁶⁰ Anísio Teixeira, na qualidade de inspetor-geral do ensino da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública (cargo que exerceu de 1924 a 1929), fez sua primeira viagem aos EUA para estudos de organização escolar (1927). Posteriormente (1928), fez curso na Universidade de Columbia, obtendo o título de *Master of Arts*, com especialização em Educação. Por ocasião do regime militar (1964), foi afastado de suas funções e embarcou para os EUA para lecionar como professor visitante nas Universidades de Columbia, Nova Iorque e da Califórnia. (FARIAS; AMARAL; SOARES, 2001). Carneiro Leão também atuou como professor visitante em universidades dos Estados Unidos.

contextos. Conforme já mencionado, a partir dos anos 1980, houve uma explosão de teorias sobre análise de políticas (sociologia das políticas, arqueologia das políticas, historiografia das políticas, antropologia das políticas, abordagens interdisciplinares de estudos de política educacional) como crítica aos modelos clássicos (Harold Lasswell, David Easton, William I. Jenkins, entre outros) baseados na racionalidade do processo das políticas. Em decorrência desse desenvolvimento teórico do campo, na língua inglesa, encontramos um número considerável de publicações sobre teoria e metodologia na pesquisa em política educacional (e.g. HALPIN; TROYNA, 1994; CIZEK, 1999; WHITTY, 2002; WALFORD, 2003; HECK, 2004; OLSEN; CODD; O'NEILL, 2004; BASCIA et al., 2005; BELL; STEVENSON, 2006; FUHRMAN; COHEN; MOSHER, 2007; LINGARD; OZGA, 2007; SYKES; SCHNEIDER; PLANK, 2009; COOPER; CIBULKA; FUSARELLI, 2015; WEBB; GULSON, 2015b; EVERS; KNEYBER, 2016; GIBTON, 2016, entre outras)⁶¹.

Embora a década de 1960 possa ser considerada marco da emergência do campo da política educacional em vários países, observamos que o desenvolvimento teórico ao longo do tempo avançou em níveis distintos. No caso do Brasil e, de maneira geral, na América Latina, ainda se trata de um campo em construção, pois ainda faz-se necessário ampliar as formulações e teorizações próprias do campo. Além disso, destaca-se a importância de ampliar a interlocução com o desenvolvimento teórico de outros países da América Latina, da Europa e América do Norte.

É preciso também levar em conta que a construção do campo é contextual e histórica (TELLO, 2014). O seu avanço também depende das condições do contexto econômico e social, ou seja, de avanços estruturais e do que Bourdieu denomina de capital econômico e cultural. A realidade brasileira e de países da América Latina é bastante adversa nesse sentido. O acesso à bibliografia estrangeira, o domínio de uma outra língua, os estímulos para a internacionalização da pesquisa, os financiamentos, as condições materiais para desenvolvimento de pesquisa e as condições de trabalho dos pesquisadores são alguns impasses existentes e que causam impacto no avanço da investigação científica.

Pensar o conjunto de relações que abrange a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil pressupõe, também, que o compreendamos contextual e historicamente situado no âmbito do desenvolvimento da pesquisa educacional brasileira.

⁶¹ No Brasil, as discussões sobre teoria e metodologia na pesquisa em política educacional ainda são temas pouco explorados. Como exemplo podemos citar os estudos de: Barretto (1994, 2009), Barretto e Pinto (2001), Mainardes (2006, 2009), Rus Perez (2009, 2010), Mainardes; Ferreira e Tello (2011), Martins (2011), Tello e Mainardes (2015), etc. Outro exemplo é o dossiê *Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional* publicado pela Revista Práxis Educativa (v. 9, n. 2, 2014).

Assim, na seção a seguir, abordamos sobre aspectos históricos, instituições e agentes que contribuíram para a construção do campo da educação e, de maneira particular, da política educacional.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ESTUDO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Diversos estudos explicitam aspectos da trajetória da pesquisa em educação no Brasil. Dentre eles podemos citar: Gouveia (1971, 1976), Mello (1983), Gatti (1983, 1987, 2001), Campos e Fávero (1994), Alvarenga (1996), André (2006), Silva (2008), Bittar (2009), Santos e Azevedo (2009), Bittar; Bittar e Morosini (2012). Os pesquisadores apontam que os estudos sobre educação no Brasil vêm sendo desenvolvidos desde o início do século XX. No entanto, desde o século XIX, encontramos publicações relacionadas a diversos aspectos da educação nacional na bibliografia pedagógica brasileira (INEP, 1944a).

Logo após a independência do Brasil, em 1822, ocorreram as primeiras tentativas de organização do ensino no país. No entanto, essas tentativas foram caracterizadas por uma descentralização da educação. Com o Ato Adicional de 1834 à primeira Constituição (1824), o ensino primário e secundário ficou a cargo das províncias, enquanto que o governo central ficou responsável pela instrução superior (RIBEIRO, 1984). Após a instauração da República, em 1889, a preocupação em relação ao desenvolvimento econômico e social e a necessidade de reorganização do ensino no país levaram à realização de uma série de reformas educacionais. Assim, nesse contexto do chamado Brasil Império (1822-1888) e Primeira República (1889-1930), as publicações de temas da educação e, especialmente, temas relacionados a políticas educacionais, até a década de 1920, eram representadas por relatórios e descrições assistemáticas sobre a situação da instrução pública nas províncias, discursos sobre a reorganização do ensino, cartas, pareceres, memórias, atas, textos legais, etc.

Os passos iniciais da formação do campo educacional brasileiro estão relacionados à primeira organização dos profissionais da área da educação que agregou diversos educadores engajados no movimento de renovação da educação brasileira. A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada em 1924 por 13 intelectuais cariocas, sob iniciativa de Heitor Lyra da Silva⁶² (SAVIANI, 2008a). Tal associação caracterizava-se, principalmente, pelo importante papel que desempenhou nas lutas educacionais até a década de 1950 e pela

⁶² Dentre os intelectuais que assumiram posteriormente a presidência da ABE estão, por exemplo: Anísio Teixeira, Antonio Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, entre outros.

influência na definição da política educacional brasileira (SAVIANI, 2008a). Foi a principal instância de debate nas décadas de 1920 e 1930 acerca dos problemas da educação brasileira, por meio de congressos, conferências e reuniões. Por ocasião de discussões realizadas no âmbito de uma das Conferências Nacionais de Educação, organizadas pela ABE, que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi redigido, importante documento que marcou a história da educação brasileira (SAVIANI, 2008a). Foi também nos congressos promovidos pela ABE que a ideia da criação de um órgão de pesquisa que oferecesse subsídios para as políticas públicas teve a sua gênese (ROTHEN, 2005).

Foi, portanto, com a criação do Inep, inicialmente denominado Instituto Nacional de Pedagogia⁶³, em 1937, que a pesquisa em educação passou a se tornar mais sistemática. Até então havia apenas estudos isolados. A sua fundação é considerada o primeiro momento da pesquisa educacional brasileira (GOUVEIA, 1971; ANDRÉ, 2006). A criação do Inep, como órgão vinculado ao Ministério da Educação, foi proposta por Lourenço Filho ao então ministro Gustavo Capanema⁶⁴. O propósito era criar um órgão para coordenar estudos e pesquisas sobre os problemas do ensino em seus diferentes aspectos, bem como sistematizar os conhecimentos educacionais para subsidiar as ações governamentais. A instalação e a organização inicial do Inep foram, então, conduzidas por Lourenço Filho, que ocupou o cargo de diretor geral no período de 1938 a 1945 (ROTHEN, 2005; OLIVEIRA, 2013).

Os propósitos de criação do Inep fizeram parte de um contexto de centralização das decisões políticas, que se iniciou com a Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945). A ampliação da atuação do Estado é evidenciada na educação pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, e pelas ações de reorganização da estrutura do ensino no país como forma de unificar e articular os sistemas estaduais de ensino (AGUIAR, 1991). É um momento caracterizado pela industrialização e urbanização do país, bem como do movimento das ideias pedagógicas que defendiam a necessidade de um caráter mais científico para o campo educacional. É nesse contexto de necessário desenvolvimento do país que o Inep é criado, como forma de centralizar as informações educacionais e de fornecer subsídios com uma base mais científica à política educacional brasileira.

⁶³ O Inep foi instituído por meio da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, com o nome Instituto Nacional de Pedagogia. Entretanto, inicia as suas atividades em 1938 com o Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938, que dispõe sobre a sua organização e altera a denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Somente a partir de 1972, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

⁶⁴ Gustavo Capanema (1900-1985) foi ministro da Educação de 1934 a 1945 e responsável por vários projetos de reforma do ensino no país e pela reorganização administrativa do Ministério da Educação. Uma das características da sua gestão foi a assessoria de intelectuais brasileiros que compuseram a sua equipe de trabalho. (HORTA, 2010).

Tendo em vista esses propósitos, o Inep cria, em 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). A RBEP foi um dos periódicos científicos pioneiros da área da educação e um dos principais instrumentos de divulgação científica da área no Brasil. No primeiro número da revista, apresentado por Capanema (1944), é enfatizado o papel do periódico em reunir, divulgar e colocar em debate discussões gerais da pedagogia e, sobretudo, os problemas da educação nacional brasileira. Em virtude da contribuição da RBEP como um dos periódicos pioneiros da Educação, nesta tese dedicamos uma seção para analisar a emergência e o desenvolvimento dos estudos sobre política educacional no âmbito dessa revista.

Com o fim do Estado Novo, marcado por um sistema político ditatorial, dá-se início a uma nova fase na política brasileira caracterizada por um regime democrático⁶⁵. Configura-se, também, a partir da década de 1950, uma nova etapa de modernização da sociedade brasileira e, por conseguinte, da educação. Segundo Aguiar (1991), essa fase é marcada pelo pensamento técnico-científico e pela visão do planejamento no âmbito do Estado. Tal perspectiva é decorrente da necessidade de um desenvolvimento econômico e social acelerado com vistas a superar a condição de subdesenvolvimento do país. Nesse sentido, são tomados os parâmetros da economia moderna dos países capitalistas avançados, os quais se configuravam como modelos a serem alcançados. A educação é percebida como fator de desenvolvimento e, portanto, de investimento econômico (AGUIAR, 1991).

Nesse contexto, o desenvolvimento de pesquisas em educação ganhou maior impulso e encontrou um espaço mais específico com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre (GATTI, 1983, 1987). O CBPE e os Centros Regionais foram instituídos pelo Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Vinculados à estrutura do Inep, foram idealizados por Anísio Teixeira, quando este assume a direção do Instituto em 1952, permanecendo no cargo até 1964. Conforme Rothen (2005), a nova estrutura do Inep, mediante a implantação do CBPE e dos CRPEs, tinha o propósito de fortalecer a pesquisa em educação, bem como descentralizar as ações do Inep, estabelecendo uma posição de ruptura com o seu passado, ligado ao Estado Novo.

⁶⁵ Posteriormente ao Estado Novo, assumem os governos de: Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), o qual foi deposto pelo golpe militar de 1964.

O Inep teve, então, duas fases. Azevedo (informação verbal)⁶⁶ explica que a primeira fase corresponde ao momento em que o Inep foi criado no Estado Novo. Nessa época, os estudos e as pesquisas eram desenvolvidos por recomendação do Estado. Tais pesquisas caracterizavam-se por ser do tipo inquéritos, enquetes, de caráter quantitativo e aplicadas. A segunda fase é quando Anísio Teixeira assume a direção do Inep e cria o CBPE para desenvolver estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos, históricos sobre a realidade brasileira, bem como os CRPEs para realizar estudos em articulação com universidades e secretarias de educação. Os centros de pesquisa também desenvolveram estudos em articulação com pesquisadores de outros países. Segundo a referida pesquisadora, a criação do CBPE e do CRPEs foi considerada um meio de fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. Ela esclarece que, nesse período, havia uma tensão entre educadores, que defendiam a pesquisa aplicada como meio para resolver os problemas educacionais, e os cientistas sociais, que estavam mais voltados para a educação como processo de socialização e preocupados com o conhecimento das especificidades das diferentes regiões e contextos.

Assim, considerando as mudanças no cenário político nacional dos anos 1930 e dos anos 1950, podem ser ressaltadas algumas relações entre as tarefas centrais assumidas pelo Estado em cada momento e os propósitos que impulsionaram o desenvolvimento de pesquisas em educação por instituições do governo. De acordo com Ferreira (2008), os anos entre 1930 e 1940 foram um período de fortalecimento e modernização do Estado, durante o qual o Inep especializou-se em “[...] atividades voltadas à padronização do ensino e à elaboração de estatísticas educacionais, com o intuito de contribuir para o estabelecimento da uniformização do sistema nacional de educação e para a promoção de sua expansão” (FERREIRA, 2008, p. 282). Já na década de 1950, momento em que o desenvolvimento econômico e social é fomentado pelo Estado, o CBPE e os CRPEs iniciam suas atividades com a intenção de

[...] promover a realização de pesquisas em ciências sociais acerca das relações existentes entre a educação e os processos de mudança para uma sociedade de tipo urbano-industrial, que se estava estabelecendo, em diferentes ritmos, nas diversas regiões do país. (FERREIRA, 2008, p. 282).

No primeiro período indicado anteriormente, Gouveia (1971) explica que a produção da pesquisa era marcada pela predominância do enfoque psicopedagógico, enfocando temáticas como: processos de ensino, instrumentos de avaliação da aprendizagem e

⁶⁶ Janete Maria Lins de Azevedo, mesa redonda “A pesquisa de/sobre políticas educacionais em diferentes países: panoramas e perspectivas”, realizada no âmbito da *II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa*, Curitiba, 20 de agosto de 2014. O resumo da palestra proferida (AZEVEDO, 2014) encontra-se nos anais do evento disponível em: <<http://www.jornadasrelepe.com.br/index.php?id=280>>. Acesso em: 10 out. 2014.

desenvolvimento psicológico. Conforme Bittar (2009), é possível relacionar essa influência com o próprio pensamento educacional da época que é marcado pelo ideário da Escola Nova, o qual tem seus fundamentos na Psicologia. O segundo período, caracterizado pela criação dos Centros de Pesquisa, a ênfase desloca-se para estudos de base sociológica, em que o foco de atenção é as relações entre escola e determinados aspectos da sociedade. Os objetos de estudo estavam, portanto, relacionados a temas como: mobilidade social, relações entre etnias, processos de socialização, estrutura social da escola, entre outros (GOUVEIA, 1971).

A partir de meados da década de 1960, período em que se instalou o regime militar (1964-1985), o qual deu nova direção às perspectivas sociopolíticas do Brasil, enfatizando a perspectiva da racionalização técnica na educação e do planejamento como instrumento de intervenção governamental, começaram a se desenvolver estudos de natureza econômica, tais como: a educação como investimento, custos da educação, demandas profissionais na escola, formação de recursos humanos, técnicas programadas de ensino, tecnologias no ensino, etc. (GOUVEIA, 1971; GATTI, 2001).

É importante ressaltar que, com o golpe militar, os CBPE e CRPEs são fechados e o Inep tem sua força reduzida como órgão principal de pesquisa. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) toma frente às atividades de pesquisa. O referido instituto foi criado em 1964 com o nome de Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Com Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passou a ser denominado IPEA, instituído como uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O IPEA tinha o propósito de desenvolver pesquisa aplicada e fornecer suporte às ações governamentais para a definição de políticas públicas e para o planejamento. Desse modo, a perspectiva das pesquisas nesse momento se torna mais relacionada à teoria do capital humano⁶⁷ (AZEVEDO, informação verbal)⁶⁸.

⁶⁷ Segundo Machado (2010), a teoria do capital humano foi desenvolvida nos anos 1960 pelos economistas Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz. No entanto, seus precursores foram Adam Smith, J. Stuart Mill e Alfred Marshall. Capital humano refere-se ao conjunto de conhecimentos e habilidades dos trabalhadores aplicado na força produtiva. Assim, uma certa quantidade desse capital seria acumulada por cada pessoa dependendo do quanto adquiriu em aprendizados e capacidades de trabalho (MACHADO, 2010). Em detrimento disso, da educação “[...] derivaria a redistribuição da renda e o desenvolvimento econômico, pois esse capital, de propriedade individual de cada trabalhador, também poderia ser visto como um bem social, capaz de indicar a riqueza humana existente numa determinada sociedade.” (MACHADO, 2010, p. 1). Essa teoria, portanto, atribui à educação, um grande valor econômico. Além disso, apregoa que o capital humano pode ser planejado e produzido deliberadamente, por isso preconiza a necessidade de “[...] investigar formas de tornar vantajosa a correlação entre custos dos investimentos educacionais e os benefícios a serem alcançados.” (MACHADO, 2010, p. 3). Uma análise crítica dessa teoria no contexto educacional brasileiro é feita por Frigotto (1989).

⁶⁸ Janete Maria Lins de Azevedo, mesa redonda “A pesquisa de/sobre políticas educacionais em diferentes países: panoramas e perspectivas” realizada no âmbito da *II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa*, Curitiba, 20 de agosto de 2014. O resumo da palestra proferida

Com essa explanação sobre o surgimento da pesquisa educacional no Brasil, observamos a contribuição de instituições e agentes como a ABE, o Inep, a RBEP, o CBPE e os CRPEs para o desenvolvimento da pesquisa em educação e para a emergência dos primeiros estudos relacionados à política educacional. Assim como as instituições (Inep, CBPE, CRPEs), os intelectuais envolvidos na emergência do campo educacional (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão, etc.), ocupavam uma posição vinculada ao campo mais amplo do poder, que garantiu legitimidade, estrutura e condições para a emergência, o desenvolvimento e a divulgação dos estudos e pesquisas em educação e política educacional.

Desse modo, verificamos que a pesquisa em educação não teve inicialmente seu desenvolvimento no espaço da universidade, mas sim impulsionada por órgãos governamentais com finalidades bem definidas de subsidiar a política educacional brasileira (GOUVEIA, 1971; ANDRÉ, 2006; BITTAR, 2009). Importante mencionar que haviam alguns trabalhos individualizados realizados por docentes nas universidades com interesses intelectuais e acadêmicos. No entanto, como explicita Gouveia (1971, p. 214), a pesquisa era “[...] praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha[va] papel secundário na carreira do professor universitário.” Assim, o desenvolvimento da produção na área da educação tem duas fases distintas, caracterizadas por um período anterior e posterior à implantação da Pós-Graduação, quando a pesquisa é incorporada pelo campo acadêmico.

Portanto, é na década em que a pesquisa em educação ganha maior autonomia em relação aos órgãos estatais e é incorporada ao âmbito universitário que situamos o marco temporal do processo de institucionalização do campo acadêmico da política educacional. É quando ocorre o fortalecimento da pesquisa em educação no Brasil com a institucionalização da Pós-Graduação em meados da década de 1960⁶⁹. Implantada durante o regime militar, sua valorização e a decisão de institucionalizá-la, segundo Saviani (2008b), decorriam da perspectiva de modernização da sociedade brasileira, em que se definiu como área estratégica, o desenvolvimento científico e tecnológico. O modelo de Pós-Graduação adotado foi inspirado na experiência norte-americana. Se por um lado houve a influência norte-americana na estrutura organizacional; por outro, houve também a influência do modelo europeu, pois os professores que foram chamados a lecionar nos primeiros Programas de Pós-Graduação

(AZEVEDO, 2014) encontra-se nos anais do evento disponível em: <<http://www.jornadasrelepe.com.br/index.php?id=280>>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁶⁹ A implantação oficial da Pós-Graduação deu-se a partir do parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 3 de dezembro de 1965. No entanto, antes da aprovação do parecer, já havia cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em funcionamento, mas sem uma definição clara dos fins, objetivos e estrutura da Pós-Graduação (SANTOS, A. L., 2009).

tiveram formação europeia ou se formaram dentro do espírito de universidades europeias (SAVIANI, 2008b).

Dados apresentados por Santos e Azevedo (2009) mostram que, na década de 1960, havia 38 cursos: 11 de doutorado e 27 de mestrado em diversas áreas. No caso da Pós-Graduação em Educação, o seu surgimento data o ano de 1966, quando foi criado o primeiro Mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No entanto, a efetiva expansão dos programas só ocorreu nos anos de 1970 com a implantação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Com a expansão do Ensino Superior e da Pós-Graduação a partir da década de 1970, a pesquisa em educação passa a consolidar-se mediante a ampliação das temáticas de estudo, bem como do aprimoramento metodológico na área. Sobretudo, dos anos 1980 em diante, com o fim da ditadura militar, há uma diversificação maior das problemáticas de estudo e o campo assume dimensões mais complexas (GATTI, 2001; BITTAR, 2009).

Um fator significativo nesse período refere-se à necessidade de publicar os resultados de pesquisas, o que levou à criação de diversos periódicos científicos da área de Educação a partir de 1971 (PEREIRA; ANDRADE, 2005). Dentre esses periódicos, podemos elencar: Cadernos de Pesquisa (1971); Educação e Pesquisa, cuja denominação anterior era Revista da Faculdade de Educação (1975); Educação & Sociedade (1978); Cadernos CEDES (1980); Revista Brasileira de Administração da Educação - RBAE (1983), que, em 1997, passa a denominar-se Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), entre outros.

A partir da década de 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) propôs mudanças para a organização dos Programas de Pós-Graduação. De acordo com Santos e Azevedo (2009), à medida que os Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) foram se ampliando, uma pluralidade de temas foi surgindo. Aliado a isso, as áreas de concentração começaram a serem revistas, uma vez que se exigia dos alunos o curso de um amplo leque de disciplinas antes de elaborar a pesquisa, dificultando o tempo de titulação. Assim, a Capes propôs que os programas fossem organizados em linhas de pesquisa. Nesse sentido, Santos e Azevedo (2009, p. 341) explicitam que

[...] as disciplinas tornaram-se secundárias e o que importava era que o aluno desde o início dos cursos possuísse um projeto vinculado a uma linha. Em tese, isso significava colocar a pesquisa como o centro do desenvolvimento do curso e também supunha maior articulação e aproximação entre os pesquisadores, já que o desenvolvimento de linhas de pesquisa previa a formação de grupos que a integrassem.

As linhas de pesquisa representam, portanto, um núcleo temático no qual os projetos de pesquisa passaram a ser desenvolvidos por assuntos afins. Podem ser entendidas como “[...] um centro temático suficientemente delimitado [...]” que expressa “[...] a especialidade e as competências dos docentes/pesquisadores do programa.” (SANTOS, A. L., 2009, p. 160-161). Essa organização em linhas demandou a definição de grupos de pesquisa com vistas a integrar os pesquisadores segundo as afinidades das suas especialidades. Desse modo, uma variedade de linhas e grupos de pesquisa sobre as mais diversas temáticas da área da educação começaram a ser definidas nos PPGEs, inclusive relacionadas à política educacional. Um panorama sobre as linhas e os grupos de pesquisa de/sobre política educacional no Brasil é explorado no Capítulo 3.

Importa destacar aqui que a criação de linhas e grupos de pesquisa denota um momento importante na constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, pois representa uma forma de demarcação da pesquisa nessa área temática no âmbito da Pós-Graduação em Educação, bem como de maior integração de pesquisadores interessados nos estudos específicos de política educacional. Tal fato traz contribuições para a estruturação do campo no sentido da formação e aquisição de um *habitus* próprio por aqueles que são seus agentes. É preciso considerar, no entanto, que essas mudanças na Pós-Graduação foram propostas pela Capes. A organização em linhas e grupos de pesquisa não emergiu de uma estruturação interna do campo, mas sim de regulações do seu macrocosmo (BOURDIEU, 2004a).

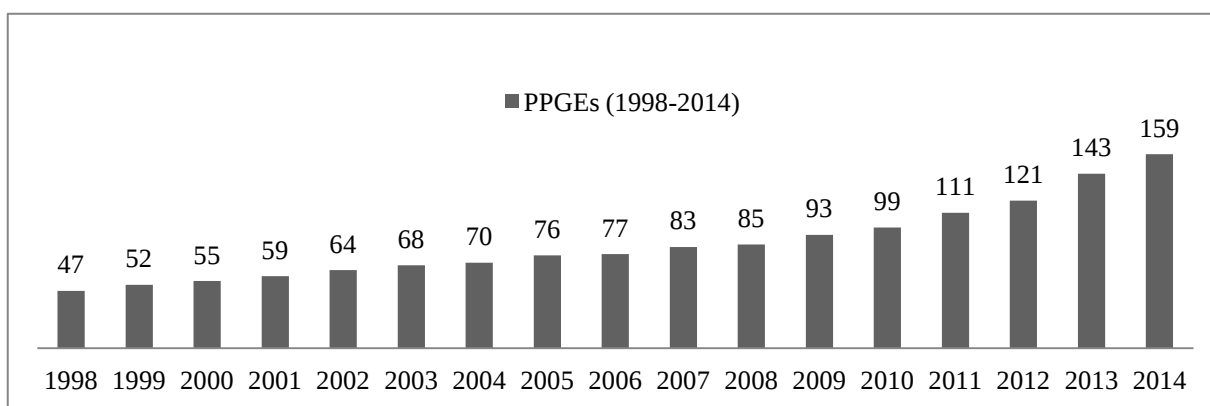
Em relação aos dados mais atuais da Pós-Graduação, no ano de 2014, de acordo com informações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) disponibilizadas pela Capes, havia no Brasil 159 Programas de Pós-Graduação em Educação reconhecidos pela Capes⁷⁰ (66 PPGEs com Mestrado e Doutorado, 60 PPGEs com Mestrado Acadêmico e 33 PPGEs com Mestrado Profissional), representando 4,18% de um total de 3.806 Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Capes (1.883 com Mestrado e Doutorado, 1.282 com Mestrado Acadêmico, 579 com Mestrado Profissional e 62 com Doutorado).

Ainda, segundo esses dados do SNPG, em 2014, os 159 Programas de Pós-Graduação em Educação ofertaram 225 cursos, representando 3,96% de um total de 5.689 cursos de Pós-Graduação (3.165 Mestrados Acadêmicos, 1.945 Doutorados, 579 Mestrados Profissionais). Desses 225 cursos de Pós-Graduação em Educação, 126 eram de Mestrado Acadêmico, 66 de Doutorado e 33 de Mestrado Profissional.

⁷⁰ Os 159 PPGEs estão assim distribuídos pelas regiões do país: Sudeste - 65 (40,9%); Sul - 39 (24,5%); Nordeste - 29 (18,2%); Centro-Oeste - 16 (10,1%); Norte - 10 (6,3%).

Conforme esses dados, verificamos que das 49 áreas de avaliação⁷¹ da Capes, a Educação é uma das áreas com o maior número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil, ocupando o terceiro lugar. Os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar e em Ciências Agrárias ocupam os primeiros lugares com 289 e 217 PPGs respectivamente. Isso indica que a área da educação tem tido um crescimento significativo em relação às outras áreas de conhecimento. O Gráfico 1 a seguir apresenta o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 1998 a 2014, a partir de dados dos Cadernos de Indicadores da Capes, da Plataforma Sucupira⁷² e do SNPG (cursos recomendados e reconhecidos).

Gráfico 1 - Quantidade de Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) no Brasil (1998-2014)



Fonte: Organizado pela autora com base nos dados dos Cadernos de Indicadores disponibilizados pela Capes (1998-2012), Plataforma Sucupira (2013) e dados do SNPG (2014).

A expansão dos PPGEs demonstra a amplitude que a área da educação vem adquirindo no contexto brasileiro, que, por conseguinte, vem produzindo um volume elevado de teses, dissertações, livros, capítulos, artigos. Esse crescimento também implicou na demanda por periódicos. Os periódicos ocupam uma posição relevante na estruturação do campo, de divulgação do seu “capital específico”. Na medida em que a produção é avaliada por seus pares, os periódicos constituem-se em agentes que contribuem para a legitimação do

⁷¹ Áreas de avaliação da Capes no ano de 2014: Administração, Ciências Contábeis e Turismo; Antropologia/Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Artes/Música; Astronomia/Física; Biodiversidade; Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciência de Alimentos; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Agrárias I; Ciências Ambientais; Ciências Biológicas I; Ciências Biológicas II; Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Economia; Educação; Educação Física; Enfermagem; Engenharias I; Engenharias II; Engenharias III; Engenharias IV; Ensino; Farmácia; Filosofia/Teologia: Subcomissão Filosofia; Filosofia/Teologia: Subcomissão Teologia; Geociências; Geografia; História; Interdisciplinar; Letras/Linguística; Matemática/Probabilidade e Estatística; Materiais; Medicina I; Medicina II; Medicina III; Medicina Veterinária; Nutrição; Odontologia; Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Psicologia; Química; Saúde Coletiva; Serviço Social; Sociologia; Zootecnia/Recursos Pesqueiros. (Informações disponíveis no site da Capes <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2015).

⁷² Ferramenta de coleta de informações dos Programas de Pós-Graduação para a avaliação dos cursos pela Capes: <<https://sucupira.capes.gov.br>>.

conhecimento que é produzido no interior do campo. Eles também revelam as disputas em relação ao “capital específico” do campo (BOURDIEU, 2003, 2004b).

No caso da área da educação, atualmente há um número significativo de periódicos especializados. Em 2013, o Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação (FEPAE), a partir de um questionário aplicado na rede FEPAE, identificou 100 títulos de periódicos em educação: 48 títulos na região Sudeste, 32 títulos na região Sul, 9 títulos na região Centro-Oeste, 8 títulos na região Nordeste e 3 títulos na região Norte (CIRINO et al., 2013). No entanto, esse número tende a ser muito maior, pois esse panorama apresentado pelo FEPAE contemplou apenas periódicos participantes das reuniões nacionais do referido fórum. Dados do fórum regional (FEPAE Sul), por exemplo, indica que a região Sul contava com 44 periódicos da área de Educação no ano de 2014⁷³. Já os dados veiculados pelo Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Forpred) apontam, a partir de um levantamento baseado em informações disponibilizadas pela Capes, que a área da educação possuía 204 periódicos em 2013.

Essa expansão dos PPGEs e dos periódicos em educação possibilitou também o crescimento de pesquisas e publicações de política educacional. No próximo capítulo, apresentamos dados a respeito de linhas e grupos de pesquisa de política educacional, de publicações, de periódicos especializados, bem como de outros aspectos que evidenciam o processo de institucionalização e de expansão do campo acadêmico da política educacional no âmbito da área da educação, como: a criação de associações, de disciplina de/sobre política educacional, de eventos científicos e de redes de pesquisa.

Esse panorama apresentado sobre o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil oferece uma visão ampla de um conjunto de fatores que contribuíram para a constituição do campo acadêmico política educacional no Brasil. Em especial, destacamos o papel do Inep, com seu periódico (RBEP) e seus centros de pesquisa (CBPE e CRPEs), na emergência da pesquisa em educação e dos estudos de política educacional. Posteriormente, apontamos o papel da Pós-Graduação, com suas linhas e grupos de pesquisa, para a institucionalização do campo acadêmico da política educacional. Apesar de propormo-nos abordar, neste capítulo, os antecedentes do campo acadêmico da política educacional, consideramos fundamental apresentar, nesta seção, o desenvolvimento da pesquisa em educação desde sua emergência até dados mais recentes. Por um lado, como forma de

⁷³ Lista de periódicos da área da educação da região Sul organizada pelo FEPAE Sul e disponibilizada em: <http://www.pitangui.uepg.br/gppepe/download.php?file=Periodicos_Regiao_Sul.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

organização das ideias, de modo que se tenha uma visão ampla do conjunto de relações que envolve a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional. De outro, para contextualizar e situar a análise dos dados que será apresentada nas próximas seções.

Na seção a seguir, abordamos os primeiros estudos relacionados à política educacional no cenário educacional brasileiro, tomando como fonte a bibliografia pedagógica brasileira, organizada pelo Inep (INEP, 1944a, 1944b, 1944c, 1944d, 1944e, 1945).

2.3 ANTECEDENTES DA EMERGÊNCIA DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Na pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional, a análise de um conjunto de fatores que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa em educação e da pesquisa sobre política educacional no Brasil, bem como o levantamento da produção sobre políticas educacionais, ofereceram evidências para uma periodização do campo. A tentativa de elaborar uma periodização é sempre um desafio porque demanda a busca de inúmeros dados e evidências para subsidiar o fracionamento de um todo específico em sucessões temporais. É, sem dúvida, um processo de construção que resulta em um trabalho de síntese, o qual pode contribuir significativamente para a área de estudo. Todavia, o seccionamento rígido pode levar a imprecisões e análises precipitadas (ALMEIDA, 1988).

Um ponto importante a ser considerado é que não existe uma divisão temporal absoluta, mas uma periodização que pode ser considerada mais adequada, a partir das fontes e dos instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Conforme sugere a própria noção de campo de Bourdieu, as categorias não devem ser tomadas como dadas, elas devem emergir do processo de construção do objeto (BOURDIEU, 1989). Assim, as demarcações temporais que construímos representam uma interpretação a partir das fontes selecionadas para o *corpus* empírico da tese.

Definimos como antecedentes do campo acadêmico da política educacional o período anterior à implantação da Pós-Graduação na década de 1960, quando as pesquisas em educação e política educacional ainda não tinham como principal espaço de desenvolvimento, o âmbito universitário. Consideramos o período desde a década de 1820, tendo em vista que, na análise da bibliografia pedagógica brasileira, localizamos, já nessa época, publicações que abordavam sobre assuntos que atualmente compreendemos como relacionados à política educacional.

Assim, a partir da análise da bibliografia pedagógica brasileira (INEP, 1944a, 1944b, 1944c, 1944d, 1944e, 1945), observamos que os antecedentes da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil (década de 1820 a 1950) são caracterizados por dois principais eixos: 1) Estudos sobre a situação do ensino no Brasil; e 2) Estudos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada. A seguir, apresentamos uma análise de cada um dos referidos eixos.

2.3.1 Estudos sobre a situação do ensino no Brasil

Como já abordado anteriormente, a pesquisa em educação começou a ser realizada de forma mais sistemática a partir do final da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e desenvolveu-se a partir da década de 1950, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), ambos vinculados à estrutura do Inep. Apesar disso, com base na análise da bibliografia pedagógica brasileira, publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), observa-se que, desde meados da década de 1820, existiam estudos e publicações de temas da educação, bem como de temas que, atualmente, são considerados como objeto de estudo da política educacional.

Em 1935, o então ministro Gustavo Capanema recomendou que fosse feito um levantamento da bibliografia brasileira referente à educação. Tal tarefa inicialmente foi desenvolvida pela Diretoria Nacional de Educação e, posteriormente, ficou a cargo do Inep. Esse levantamento foi publicado na RBEP, separados em seis períodos: 1812 a 1900 (INEP, 1944a); 1901 a 1930 (INEP, 1944b); 1931 a 1940 (INEP, 1944c); 1941 e 1942 (INEP, 1944d); ano de 1943 (INEP, 1944e); ano de 1944 (INEP, 1945). Esse material, que sistematiza os trabalhos sobre educação publicados até então no país, apresenta várias publicações que tratam da situação do ensino no país, resultado de relatórios, cartas, discursos, memórias, inquéritos, manifestos, conferências, atas, pareceres, legislações, planos, projetos, estudos, etc. A Tabela 1 sintetiza, em cada década, o número total de trabalhos e o número de trabalhos que estão relacionados à política educacional, que representa 25,9% do total de publicações entre 1812 a 1944.

Tabela 1 - Quantidade de publicações relacionadas à política educacional a partir do levantamento organizado pelo Inep referente à bibliografia pedagógica brasileira (1812-1944)

Década	Quantidade de publicações relacionadas à política educacional	Quantidade total de publicações
1810	0	1
1820	1	4
1830	2	4
1840	3	7
1850	9	20
1860	5	18
1870	32	52
1880	18	42
1890	13	22
1900	8	23
1910	31	79
1920	38	144
1930	45	264
1940 (*)	106	522
TOTAL	311	1202

Fonte: Organizada pela autora com base na bibliografia pedagógica brasileira (1812-1944) publicada pelo INEP.

Nota: (*) Inclui os trabalhos publicados na RBEP.

O Quadro 7 (Apêndice A) apresenta a lista dos trabalhos selecionados, a partir do levantamento do Inep (INEP, 1944a, 1944b, 1944c, 1944d, 1944e, 1945), que estão relacionados a assuntos que integram o objeto de estudo da política educacional. É importante ressaltar que essa seleção foi realizada considerando o título e a breve descrição da obra (quando presente). Desse modo, trata-se de um panorama geral e não de uma análise acurada do conteúdo das publicações.

São encontrados, portanto, nesses materiais, temas e abordagens que, atualmente, integram discussões do campo da política educacional. No período das décadas de 1810 a 1920 (INEP, 1944a, 1944b), as temáticas referem-se a relatórios sobre a situação da instrução pública no país e nas províncias (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe); regulamentações e legislação do ensino; projetos de lei e pareceres; discursos e cartas sobre a obrigatoriedade e a reorganização do ensino; manifesto de professores; estatísticas de instrução; estudos sobre o sistema de ensino de outros países (Prússia, Reino Unido e Irlanda); conferências, comentários, informações e coletânea de estudos sobre a situação geral do ensino no país, a reforma do ensino e a organização da educação em sentido nacional (ensinos primário, secundário, técnico e superior).

O período entre as décadas de 1900 e 1920 foi marcado por dois movimentos significativos: a) o trabalho de professores, administradores e parlamentares que cuidavam da criação de serviços que dessem coordenação nacional ao ensino; e b) a introdução das novas correntes de ideias sobre a psicologia da criança e das práticas do ensino ativo no pensamento pedagógico brasileiro (INEP, 1944b). Em especial, os anos que se seguiram à década de 1920 caracterizaram-se por uma série de reformas educacionais⁷⁴ em sentido amplo e renovador. Nessa década foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), a qual teve um papel importante no debate de questões educacionais, na disseminação do ideário pedagógico e na influência em relação à elaboração de leis e planos educacionais. Foi na ABE que se reuniu o grupo de educadores brasileiros responsável pelas reformas educacionais empreendidas nessa época. Segundo Britto (1993, p. 476),

[...] o amplo debate promovido pela ABE, ao lado dos inquéritos e pesquisas sobre o ensino, de sua iniciativa, elevaram a questão educacional ao plano das mais relevantes questões sociais e políticas do País. E a agenda, então defendida, centrava-se, principalmente, na universalização do ensino primário, sua gratuidade e democratização, atentando-se também para a modernização do sistema de ensino, com ênfase na aplicação do método científico em sua práxis.

Ainda, em relação aos temas e às abordagens da bibliografia pedagógica brasileira que atualmente integram discussões do campo da política educacional, a partir da década de 1930 (INEP, 1944c, 1944d, 1944e, 1945), além de publicações como: legislação, regulamentos, atos oficiais; conferências e estudos sobre o problema do ensino; programas de ensino; históricos do ensino no Brasil; planos de organização do ensino; estudos sobre a situação estatística do ensino; começam a surgir estudos sobre educação comparada (e.g. Apêndice A: LEÃO, 1936; RODRIGUES, 1938), bem como sobre administração da educação (e.g. Apêndice A: TEIXEIRA, 1935; LEÃO, 1939). A partir da década de 1940, são publicados também vários trabalhos sobre o sistema educacional dos Estados Unidos (e. g. Apêndice A: LEÃO, 1940, 1943; SILVA, 1943; LOURENÇO FILHO, 1943; PINTO, 1943). Tais estudos integravam, também, discussões de políticas educacionais, conforme será abordado no segundo eixo dos antecedentes da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

⁷⁴ Reformas da década de 1920: Sampaio Dória (São Paulo - 1920), Lourenço Filho (Ceará - 1922), Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez (Paraná - 1923), José Augusto (Rio Grande do Norte - 1924), Anísio Teixeira (Bahia - 1925), Francisco Campos e Mário Casasanta (Minas Gerais - 1927), Fernando de Azevedo (Distrito Federal - 1928), Carneiro Leão (Pernambuco - 1929) (SAVIANI, 2008a). Esse processo de reformas, segundo Saviani (2008a, p. 177), alterou a instrução pública em vários aspectos como: “[...] a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista.”

Na análise dessa bibliografia, a partir da década de 1930, nota-se, também, o início do uso da palavra “política” nos títulos das publicações pedagógicas: política e ensino (Apêndice A: FONTES, 1931). Para além da bibliografia pedagógica brasileira, as primeiras publicações localizadas que utilizaram o termo “política educacional” foram a obra *Um programa de política educacional*, de Bruno (1935)⁷⁵, e o livro de Alves (1937), intitulado *Técnica e política educacional*. Posteriormente, nota-se o emprego do termo “política educacional” em título de obra da bibliografia pedagógica brasileira⁷⁶ (Apêndice A: PINTO, A., 1941), bem como do termo “política de educação” em títulos de artigos da RBEP (ALMEIDA, 1944; AUGUSTO, 1944). É somente a partir da década de 1960 que o termo começou a ser utilizado de modo mais frequente em títulos de teses, de dissertações, de livros, de artigos e de publicações oficiais (Capítulo 3). É quando a pesquisa mais sistemática sobre políticas educacionais começa a desenvolver-se no contexto de fortalecimento da pesquisa em educação com a implantação da Pós-Graduação no Brasil.

No que concerne ao primeiro livro localizado que se intitula como sendo de política educacional, cabe aqui algumas considerações sobre a obra e seu autor. Isaías Alves (1888-1968) foi um educador baiano que se preocupou com grandes questões educacionais como: combate ao analfabetismo, expansão e qualidade de ensino, valorização do magistério, entre outras. Foi um importante pensador na história da educação brasileira, tendo assumido vários cargos de relevância na educação (MELLO, 2005). Como um representante exemplar do pensamento conservador, fazia parte da geração que defendia a formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira no governo de Vargas (1930-1945). De acordo com Mello (2005, p. 126), “noções de objetividade, fundamentada na experimentação, de homogeneidade e ainda de progressão evolutiva ou mesmo o exemplar ‘Ordem e Progresso’ do catecismo positivista são pilares das suas formulações tanto políticas como pedagógicas.”

A temática central de sua produção teórica concentrou-se na política educacional⁷⁷, cuja perspectiva estava intimamente ligada à militância política como um defensor do Estado Novo (MELLO, 2005). No movimento do pensamento pedagógico brasileiro da época, a concepção de Isaías Alves estabeleceu apreciações críticas quanto às discussões da Escola

⁷⁵ A obra de Bruno (1935) refere-se a uma exposição apresentada ao Secretário do Interior do Estado de Pernambuco. O texto foi escrito quando Aníbal Bruno de Oliveira Firmo (1890-1976) esteve a cargo da Diretoria Técnica de Educação de Pernambuco no período de 1931 a 1935.

⁷⁶ É interessante salientar que o termo “política educacional” é mencionado na descrição de algumas publicações da bibliografia pedagógica brasileira (INEP, 1944b, 1944c, 1944d), conforme Apêndice A (CARVALHO, 1910; SERVA, 1923; ALVES, 1936; LEÃO, 1940; GRANDE, 1941; BACKHEUSER, 1942).

⁷⁷ Outras publicações de Isaías Alves que abordam sobre política educacional: Apêndice A (ALVES, 1936, 1939).

Nova. Segundo Mello (2005, p. 132), “o combate à Escola Nova está focado nas suas questões políticas sobre a função social da Educação.” Para ele:

A educação brasileira deveria adotar como filosofia o sentido do dever e do esforço, ao contrário do que querem os escolanovistas, pregando apenas o direito e o conforto pessoal, que terminam por desagregar as forças morais que deveriam unir-se para a construção da disciplina social. Na nova ordem social, a educação não poderia ter a função de servir às individualidades, como a queriam os escolanovistas; deveria, ao contrário, assumir um papel de destaque como força de homogeneização de toda sociedade, como estratégia mobilizadora da Reconstrução Nacional ou da própria nacionalidade. (MELLO, 2005, p. 132).

Ainda, para Isaías Alves, nas palavras de Mello (2005 p. 132-133), o Brasil necessitava de “[...] uma política educacional clara, objetiva e pragmática que solucione seus problemas educacionais.” Nesse sentido, Isaías Alves enfatizava a importância da pesquisa educacional como imprescindível para a tomada de decisões de política educacional. Alves (1937, p. 10-11) compreendia que “a ciência tenta, no momento, intervir na política: é preciso planejar, é mister verificar as possibilidades sociais e cósmicas e submeter a vida das nações ao método dos raciocínios controlados pela experiência científica [...].” Assim, “a educação, mais que todas, precisa organizar-se sob a influência de conclusões técnicas.” É esse o sentido de “técnica” dado por Isaías Alves no título da obra, entendendo como essencial o domínio do conhecimento técnico pelos administradores educacionais e professores. Nessa perspectiva, a sua preocupação na obra foi muito mais técnica, tomando como base as experiências de outros países (Alemanha, França, Rússia, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Suécia, Inglaterra, entre outros) e a psicologia experimental para fundamentar a sua análise crítica da situação do ensino e as suas propostas para a política educacional, em uma obra composta de oito capítulos (1 - Técnicos e educadores; 2 - Diretrizes e possibilidades na educação; 3 - Educação militar na escola; 4 - Psicotécnica e sociologia econômica; 5 - Orientação vocacional na escola; 6 - Formação de líderes; 7 - O ensino rural na universidade; 8 - O ensino normal e o governo federal).

Outras publicações que merecem destaque, dentre as indicadas na bibliografia pedagógica brasileira, são as obras de Primitivo Moacyr⁷⁸, que, em meados da década de 1930 e início de 1940, escreveu sobre a instrução pública no Império, nas províncias e na República. Essas obras reúnem subsídios relevantes para a história da educação no Brasil.

⁷⁸ Primitivo Moacyr (1869-1942) nasceu na Bahia, foi professor primário, bacharelou-se em Direito, foi funcionário público da Câmara Federal, pesquisador, articulista de temas da educação em jornal da época (Jornal do Comércio). As informações sobre a biografia de Primitivo Moacyr ainda são esparsas, bem como são poucas as pesquisas sobre Primitivo Moacyr e sua produção, embora seja considerado um clássico para a bibliografia da educação e citado em muitos estudos da História da Educação. (OLIVEIRA, 2009).

Primitivo Moacyr apresenta e analisa, dentre outras questões, as principais reformas do ensino naquele momento, a legislação, os programas de ensino, as estatísticas e as despesas escolares. O trabalho de Moacyr resultou nas seguintes obras publicadas⁷⁹: três volumes sobre a instrução no Império, publicados entre 1936 e 1938 (MOACYR, 1936, 1937, 1938); três volumes referentes à instrução nas províncias, publicados entre 1939 e 1940 (MOACYR, 1939a, 1939b, 1940); sete volumes sobre a instrução na República, publicados entre 1941 e 1944 (MOACYR, 1941a, 1941b, 1941c, 1942c, 1942d, 1942e, 1944); dois volumes nos quais trata da instrução pública no Estado de São Paulo, publicados em 1942 (MOACYR, 1942a, 1942b). Além dessas obras, há escritos em anais de evento (Apêndice A: MOACYR, 1940, 1942), jornal (Apêndice A: MOACYR, 1916) e revista (Apêndice A: MOACYR, 1944).

É importante destacar que algumas obras de Primitivo Moacyr demonstram a sua ligação ao Inep e uma proximidade com os educadores Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira (OLIVEIRA, 2009). Os sete volumes sobre a instrução e a República foram editados pelo Inep (cujo diretor-geral era Lourenço Filho) e os seis volumes sobre a instrução no Império e nas Províncias foram publicados na série *Brasiliana*, dirigida por Fernando de Azevedo. As obras de Primitivo Moacyr contribuíram para o propósito inicial do Inep como órgão de “fonte primária de documentação e investigação” da educação brasileira (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 10). Segundo o artigo 2º (item “a”) do Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, que dispôs sobre a organização do Inep, competia a esse órgão, dentre outras funções, “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas”. Nesse contexto, Lourenço Filho (1964, p. 14), ao mencionar acerca das atividades dos primeiros anos do Inep, destacou a figura de Primitivo Moacyr como um “colaborador espontâneo” do aspecto histórico da educação.

Com base nos escritos de Primitivo Moacyr, Oliveira (2009) analisa as contribuições de Moacyr para o processo de construção da escola pública primária no Brasil. Em seu trabalho, Oliveira (2009) ressalta como aspectos centrais das produções a insistência de Primitivo Moacyr na necessidade de um sistema de ensino ancorado no adequado financiamento público, na qualidade da formação dos professores, na centralidade e na emergência da instrução na escola primária, na reforma do secundário e superior. A perspectiva de Primitivo Moacyr era de que a organização da instrução pública dependia de

⁷⁹ Algumas das obras citadas encontram-se disponibilizadas para acesso na íntegra no portal da Coleção *Brasiliana* (UFRJ): <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/55/Primitivo>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

estrutura legal, estrutura humana e estrutura física. O que se evidenciava era que, na estrutura física e humana, prevaleciam a ausência e a carência; já na estrutura legal

[...] abundavam textos de projetos, reformas, proposições tanto do executivo como do legislativo. Mas estas quase sempre esbarravam nas condições de orçamento, na inconstância, na falta de persistência e continuidade e mesmo na impropriedade dada ao contexto e condições. (OLIVEIRA, 2009, p. 159).

Nesse primeiro momento dos antecedentes da constituição do campo acadêmico da política educacional, caracterizado principalmente por publicações sobre a situação do ensino no Brasil, pode-se observar que a política educacional é abordada, também, no âmbito da história da educação. Cabe reiterar o papel do Inep nesse momento e sua contribuição na sistematização da documentação pedagógica do país (organização do material bibliográfico, estatístico, legislativo), na realização de pesquisas e na divulgação delas.

Notamos que as discussões precursoras sobre a política educacional no Brasil são caracterizadas por concepções distintas de política educacional. De um lado, intelectuais conservadores (como Isaías Alves) e de outro, intelectuais escolanovistas (como Anísio Teixeira, Lourenço Filho). Embora almejassem igualmente resolver os problemas da educação brasileira, o debate sustentado nas diferentes correntes pedagógicas e respectivos interesses assinalam as disputas na produção do conhecimento que marcam o surgimento dos primeiros escritos teóricos⁸⁰ relacionados aos antecedentes do campo acadêmico da política educacional.

O discurso dos principais intelectuais brasileiros escolanovistas, que se expressou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), também indicava a necessidade de um caráter mais científico para o campo educacional. No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), mencionava-se sobre a falta “da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da educação”, ou, dito de outra forma, “na falta de espírito filosófico e científico na resolução dos problemas da administração escolar” (MANIFESTO, 1932 apud SAVIANI, 2008a, p. 242). É na conjuntura dessas aspirações que começam a emergir os primeiros escritos teóricos sobre a administração escolar, administração educacional e educação comparada, conforme abordaremos a seguir.

⁸⁰ Como indicado anteriormente, até a década de 1920, as publicações tinham caráter mais assistemático, resultado de memórias, cartas, relatórios, discursos, regulamentações, etc.

2.3.2 Estudos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada

Como já mencionado, a partir da década de 1930, observa-se que, além dos temas relacionados à situação do ensino público no país, começaram a surgir estudos teóricos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada. Essa década é marcada pela efervescência intelectual que já se manifestava no contexto educacional desde a fundação da ABE (1924) e que se materializou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Nessa época, com o Estado Novo, o país vive um momento de ampliação da atuação estatal e centralização política. Assim, na administração pública, havia uma preocupação com a adoção de soluções racionais para resolver os problemas de ordem administrativa e organizacional (SANDER, 2007b). É nesse movimento de reforma administrativa que surgem os primeiros ensaios teóricos sobre administração escolar, administração educacional e educação comparada no Brasil.

Dentre os chamados pioneiros da administração escolar ou administração educacional no Brasil, podemos destacar: Anísio Teixeira (1900-1971), Antônio Carneiro Leão (1887-1966), José Querino Ribeiro (1907-1990) e Lourenço Filho (1897-1970). É importante salientar que esses autores utilizavam em seus trabalhos a denominação “administração escolar”. Contudo, Anísio Teixeira também mencionava o termo “administração educacional”. Sobre o uso dos termos administração escolar e administração educacional, Querino Ribeiro explica da seguinte maneira, conforme Meneses (1997, p. 265, grifo do autor):

Como ensinava Querino Ribeiro, o uso dos termos *educação*, *instrução*, *ensino*, *escolar* adjetivando a administração não é um mero capricho semântico. Ao contrário, o adjetivo qualifica e até define o conceito substantivo. Assim, a *Administração Educacional* envolve aspectos muito mais amplos e complexos que a *Administração Escolar*. Enquanto esta restringe-se ao campo das atividades relacionadas com o processo ensino-aprendizagem que ocorre na instituição, aquela abrange as condições sócio-culturais. “Por educação (diz Querino) entendemos sempre o processo geral que envolve a vida toda dos indivíduos e dos grupos humanos, abrangendo não só os aspectos informativos, como também, e ao mesmo tempo, os formativos que baseiam e orientam todas as suas atividades”. (op. cit.). Assim, continua, “A Administração Escolar envolverá, portanto, apenas os aspectos da educação e da instrução que se enquadrem e se desenvolvam dentro do processo de escolarização”... “ela não poderá ser chamada, indiferentemente, por exemplo, “administração educacional”, pois isso seria outra coisa, pelo menos mais extensa e mais complexa”. (op. cit.)”.

Os escritos desses autores estabeleceram as primeiras bases conceituais da administração escolar no Brasil. Antes de 1930, “[...] existia pouca teoria e reduzida sistematização do conhecimento no campo da administração da educação no Brasil.”

(SANDER, 2007b, p. 20), embora muitas das publicações abordassem temas de organização e de administração da educação, como é possível constatar na bibliografia pedagógica brasileira (Apêndice A).

O primeiro trabalho referente à administração educacional é de Anísio Teixeira, escrito em 1935. É resultado de um relatório produzido quando ele exercia o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal. Posteriormente, foi publicado com o título *Educação para a democracia: introdução à administração educacional* (TEIXEIRA, 1997). Assim declara Teixeira (1997, p. 36): “O livro na sua parte doutrinária, como nos relatos e comentários, é apenas uma exposição do que se pregou e se fez naquela Secretaria de Educação e Cultura, [...] no período em que, a serviço da educação e do Brasil, ocupei, sucessivamente, os seus postos de direção.” Portanto, trata-se de uma obra baseada em dados empíricos. Em anos posteriores, Anísio Teixeira publicou textos mais conceituais sobre administração escolar (TEIXEIRA, 1961, 1964).

O trabalho de Antônio Carneiro Leão, publicado originalmente em 1939 (LEÃO, 1945) é considerado um dos primeiros esforços de sistematização na área e um dos mais citados referenciais para o estudo da administração escolar e da educação comparada (SOUZA, A., 2006). O campo da administração escolar e da educação comparada atuaram próximos um do outro por muito tempo. Segundo Souza, A. (2006), essa proximidade fica muito nítida no referido trabalho de Carneiro Leão, o qual buscou articular conceitos e exemplos da administração escolar nos diferentes países e sistemas de ensino.

Outra obra considerada de extrema relevância na área da administração escolar foi o livro *Ensaio de uma teoria da administração escolar*, de autoria de José Querino Ribeiro⁸¹, publicado em 1952 (RIBEIRO, 1978). Souza, A. (2006, p. 30) analisa que esse texto “[...] representa talvez a primeira bem sucedida tentativa no país de apresentação de um ensaio que busca ao mesmo tempo sugerir formas de organização e administração da escola e teorizar sobre esses aspectos.” Conforme aponta Ribeiro (2006), a teoria elaborada por Querino Ribeiro teve um papel impulsionador tanto pelo pioneirismo como pelas contribuições que deixou para os trabalhos posteriormente elaborados no Brasil, como, por exemplo, o de Lourenço Filho (1963), o qual também publicou sobre a educação comparada (LOURENÇO FILHO, 1961).

⁸¹ Dentre os estudos sobre José Querino Ribeiro, destaca-se a tese de Ribeiro (2006) e os artigos de Dias (2007), Meneses (2007), Paro (2007, 2009), Ribeiro e Machado (2007). Cabe ressaltar, também, que, antes do livro de 1952, Querino Ribeiro já havia escrito em 1938 suas primeiras ideias em *Fayolismo na Administração de Escolas Públicas* (RIBEIRO, 1938). Em 1965, também publicou o texto *Introdução à administração escolar* na série Caderno de Administração Escolar da ANPAE (RIBEIRO, 1965).

Na referida obra de Querino Ribeiro (RIBEIRO, 1978), a política de educação é compreendida como um dos fundamentos da teoria da administração escolar, juntamente à filosofia da educação e ciências correlatas (biologia, psicologia e sociologia) (SOUZA, A., 2006; DRABACH; MOUSQUER, 2009). Nas palavras de Ribeiro (1978, p. 36, grifo do autor), “[...] a *Administração Escolar* tem seus primeiros fundamentos nos pressupostos da filosofia e da política escolares (derivadas da filosofia e da política gerais de educação) e sem elas não teria sentido por falta de raízes essenciais.”

Ao reconhecer a política de educação, Querino Ribeiro demonstra uma compreensão ampliada da administração escolar, “[...] percebendo nela um papel político, de governo, que transcende o simples domínio técnico das tarefas concernentes ao ato administrativo.” (SOUZA, A., 2006, p. 32). Essa concepção ampliada é também percebida na relação entre política e filosofia expressa por Querino Ribeiro: “[...] a política para ele é a face executiva dos objetivos educacionais apresentados pela filosofia da educação [...]” (SOUZA, A., 2006, p. 32). Ribeiro (1978, p. 34-35, grifo do autor) assim enuncia:

Por política de educação entendemos, [...] que *estilo* de ação, o *modus faciendi* com que se pretende realizar, através de um sistema educacional, os objetivos propostos pela filosofia de educação. Queremos dizer que a filosofia estabelece os ideais a atingir, a administração oferece os meios de ação e a política determina em que estilo, de que maneira, os meios [que] devem ser estabelecidos e usados.

Podemos dizer que o campo de estudo da administração da educação, que começa a emergir nesse momento, contempla em seus primeiros contornos conceituais as discussões de política educacional. Esses estudos surgem como necessidade própria da realidade social, política e econômica, ou seja, como produto do momento histórico (BOURDIEU, 2002), e na interface da “fronteira viva” (HEY, 2008) entre o campo científico e o campo de atuação política. Conforme discutido no Capítulo 1, essa é uma das principais particularidades que caracteriza o campo da política educacional, cuja interlocução entre atividade política e campo científico impulsionará as possibilidades de desenvolvimento como campo acadêmico no Brasil.

Em certa medida, a participação do Estado na constituição do campo acadêmico da política educacional mostra-se determinante na medida em que é a partir de órgãos vinculados a ele, como o Inep, o CBPE e os CRPEs, que a pesquisa em educação começa a se desenvolver no contexto brasileiro. Por conseguinte, a produção do conhecimento em política educacional emerge fortemente orientada para subsidiar a resolução de problemas educacionais (referentes à organização de uma educação nacional). É na inter-relação com os

campos (político, econômico, científico, educacional) que os estudos sobre administração escolar, administração educacional, educação comparada e política educacional vão ganhando relevância e sendo construídos como campos específicos (BOURDIEU, 2002, 2004a). Desse modo, com o objetivo de compreender como a política educacional foi sendo incorporada como objeto de estudo nas discussões do campo educacional brasileiro, na próxima seção, apresentamos uma análise da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), um dos principais veículos de divulgação da produção do conhecimento em educação desse momento.

2.4 A RBEP E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

A criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), em 1944, no âmbito do Inep, pode ser considerada como um fator altamente relevante para a emergência e a sistematização do campo acadêmico da política educacional no Brasil. As publicações da RBEP oferecem evidências relevantes para o estudo da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, pois, dentre outros aspectos, foi um dos primeiros periódicos criados para divulgação das pesquisas no âmbito da educação. Desde seu primeiro número, a RBEP publicou artigos sobre a situação da educação nacional envolvendo aspectos daquilo que se compreende por política educacional: documentação a respeito da situação da educação nos estados, informações sobre o país, atos oficiais, editoriais e artigos de educadores brasileiros (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Durmeval Trigueiro, Brandão Filho, Antônio Almeida Júnior, Sampaio Dória, entre outros) analisando questões relacionadas à política educacional no Brasil (oferta educacional, qualidade de ensino, problemas e desafios dos diferentes níveis de ensino, reformas educacionais, financiamento da educação, administração da educação, planejamento educacional, legislação educacional, etc.).

Considerado um dos periódicos representativos da área da educação, diversos pesquisadores utilizaram-no como fonte privilegiada para o estudo de diversas temáticas (e.g. CASTRO, 1984; ROSAS, 1984; SAVIANI, 1984; VIDAL; CAMARGO, 1992; ALVAREGA, 1996, 2000; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 1998; FERNANDES, 2000; BRAGANÇA, 2001; ROTHEN, 2004, 2005; ALMEIDA, 2012; entre outros). Nos estudos citados, encontram-se aspectos sobre a trajetória da RBEP no campo educacional brasileiro, em especial os trabalhos de Rothen (2004, 2005) e Saviani (2012) apresentam uma análise detalhada da história da RBEP conjuntamente ao Inep. A RBEP surge como uma publicação oficial do Ministério da Educação, publicada sob a responsabilidade do Inep, como

instrumento de divulgação científica dos estudos educacionais. As três primeiras décadas da RBEP (1944-1971) são marcadas pela influência de Lourenço Filho e Anísio Teixeira, o que assegurou a “hegemonia do pensamento renovador” no periódico (SAVIANI, 2012, p. 317). Somente a partir de 1983, a RBEP se define como “[...] uma revista científica segundo os cânones de praxe, ou seja, com Comitê Editorial, Conselho Editorial e recepção de matérias para publicação a partir de demanda espontânea, submetidas à avaliação de consultores *ad hoc*.” (SAVIANI, 2012, p. 317, grifo do autor). Com isso, a RBEP estabelece um diálogo maior com a comunidade acadêmica e aos poucos deixa de refletir os movimentos internos do Inep que caracterizavam o periódico até aquele momento (ROTHEN, 2005).

A RBEP teve periodicidade mensal de 1944 a 1946, bimestral de 1946-1947, trimestral de 1948 a 1976 e posteriormente passou a ser quadrimestral. O periódico ficou suspenso durante o período de abril de 1980 a abril de 1983. Até 1980, as seções que compõem a RBEP não se alteraram significativamente. As principais seções que se mantiveram nos números desse período de 1944 a 1980 são: “ideias e debates” (a partir de 1960 passou a denominar-se “estudos e debates”) e “documentação”. Até esse período, verifica-se que a RBEP tinha como preocupação editorial a publicação de documentação e legislação referentes à educação. Tal preocupação está relacionada a uma das competências iniciais do Inep de sistematização da documentação relativa à história e à situação da educação brasileira. Com os novos encaminhamentos dados quanto à organização do processo editorial no ano de 1983, a estrutura da revista foi reformulada e novas seções foram criadas para divulgação de trabalhos acadêmicos (como: notas de pesquisa, dissertações e teses, comunicações e informações), enquanto que outras seções deixaram de fazer parte do conteúdo da revista (como: documentação e legislação/atos oficiais). A partir do levantamento e exame dos sumários da revista, desde seu primeiro número publicado em 1944 até 2014, sistematizamos, no Quadro 8 (Apêndice B), as principais denominações e alterações nas seções da revista.

Na análise aqui apresentada, embora o enfoque seja na emergência dos estudos sobre política educacional na RBEP, optamos por abranger e apresentar o período completo de publicação do periódico, de 1944 a 2014. A partir da sistematização das publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (Quadro 9 - Apêndice C), verificamos que já em seu primeiro número foram publicados artigos sobre a situação da educação nacional envolvendo aspectos daquilo que atualmente compreendemos por política educacional (LOURENÇO FILHO, 1944; BASTOS, 1944). Ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, os estudos relacionados à política educacional tiveram

uma maior ou menor centralidade em virtude de fatores históricos, como: a aprovação de novas leis de educação; implantação de reformas educacionais ou políticas educacionais inovadoras, principalmente a partir da redemocratização; expansão de políticas neoliberais (a partir dos anos 1990); criação de políticas e programas de abrangência nacional, etc. O Quadro 10 a seguir sintetiza a quantidade dessas publicações da RBEP relacionadas à política educacional e as seções em que foram publicadas por década.

Quadro 10 - Quantidade de publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (1944-2014)

(continua)

Década	Quantidade de trabalhos relacionados à política educacional	Seções em que foram publicados	Quantidade de trabalhos que apresentam o termo no título (*)	Seções em que foram publicados
1940	49	Ideias e debates (19) Documentação (13) Editorial (9) Através de revistas e jornais (7) Sem seção específica (1)	2	Ideias e debates (2)
1950	91	Ideias e debates (40) Documentação (31) Através de revistas e jornais (13) Editorial (7)	-	-
1960	144	Documentação (64) Estudos e debates (51) Através de revistas e jornais (18) Editorial (7) Jornais (3) Notas para a História da Educação (1)	6	Através de revistas e jornais (5) Documentação (1)
1970	44	Estudos e debates (26) Documentação (12) Editorial (5) Através de revistas e jornais (1)	3	Estudos e debates (1) Através de revistas e jornais (1) Documentação (1)
1980	48	Estudos (22) Debates e propostas (13) 2ª edição (6) Notas de pesquisa (5) Destaque (2)	1	2ª edição (1)
1990	39	Estudos (18) Comunicação e informação (6) Avaliação (5) 2ª edição (4) Estatística (3) Notas de pesquisa (3)	6	Estudos (3) Avaliação (1) Comunicação e informação (1) Notas de pesquisa (1)
2000	37	Estudos (29) Avaliação (5) Apresentação (1) Documentação (1) Estatística (1)	4	Estudos (4)
2010	54	Estudos (54)	3	Estudos (3)

(conclusão)

TOTAL	506	Ideias e debates / Estudos e debates / Estudos (259) Documentação (121) Através de revistas e jornais (39) Editorial (28) Debates e propostas (13) 2ª edição (10) Avaliação (10) Notas de pesquisa (8) Comunicação e informação (6) Estatística (4) Jornais (3) Destaque (2) Apresentação (1) Notas para a História da Educação (1) Sem seção específica (1)	25	Ideias e debates / Estudos e debates / Estudos (13) Através de revistas e jornais (6) Documentação (2) 2ª edição (1) Avaliação (1) Comunicação e informação (1) Notas de pesquisa (1)
-------	-----	--	----	---

Fonte: Organizado pela autora com base nas publicações da RBEP (1944-2014).

Nota: (*) Termos: política educacional, políticas educacionais, políticas públicas de educação, políticas públicas educativas, políticas públicas educacionais, políticas educativas, política de/da educação.

Observação: Na seção “2ª edição”, considerou-se apenas os trabalhos que não se repetiram.

A partir do Quadro 10, verifica-se que a maior parte dos trabalhos são resultados de estudos ou pesquisas, publicados na seção específica (Ideias e debates/ Estudos e debates/ Estudos). Nesse levantamento é possível notar que o termo “política de educação” aparece nos títulos dos trabalhos da RBEP desde 1944 (ALMEIDA, 1944; AUGUSTO, 1944). Posteriormente, na década de 1960, os termos “política educacional”, “políticas educacionais” e “políticas da educação” são utilizados na seção “documentação” como título de discurso oficial (RBEP, 1964), bem como em títulos de artigos na seção “Através de jornais e revistas” (SÁ, 1965; HUSEN, 1969; LAUWERYS, 1969; MARTINS, 1969; SILVA, 1969). Alguns desses trabalhos são traduções (HUSEN, 1969; LAUWERYS, 1969) e tratam da política educacional nos Estados Unidos ou no contexto europeu (SÁ, 1965; LAUWERYS, 1969). No contexto mais amplo, é também a partir dessa década que a utilização desses termos nos títulos das publicações brasileiras da área da educação tornou-se mais frequente, como será mencionado no capítulo 3. Assim, podemos dizer que a RBEP, como um dos principais meios de debates de temas sobre a educação brasileira, foi uma das pioneiras no uso do termo e contribuiu para difundi-lo.

É interessante ressaltar que em alguns títulos a palavra “política” aparece associada a níveis de ensino ou a outros assuntos, como: política para o Ensino Superior (TRIGUEIRO, 1962), política nacional de investimento em educação (RBEP, 1970), política brasileira de financiamento em educação (PASQUALE, 1970), política de Pós-Graduação (CAMPOS, 1972), entre outros. Assim, diversas temáticas começam a compor o debate sobre políticas educacionais. Com base na sistematização das principais temáticas das publicações da RBEP que estão relacionadas à política educacional, é possível constatar quais assuntos foram

ganhando maior destaque no processo de construção do campo. Embora a maior parte dos trabalhos não utilize o termo “política educacional” (ou as variações: políticas educacionais, políticas de educação, políticas públicas de educação, políticas educativas, etc.) na designação do estudo (título), estes abordam assuntos que, atualmente, têm sido considerados como objeto de estudo da política educacional, tais como: oferta educacional, qualidade de ensino, problemas e desafios dos níveis de ensino, necessidades de reformas educacionais, financiamento da educação, administração da educação, planejamento educacional, legislação educacional, programas oficiais específicos, democratização da educação, valorização do trabalho docente, avaliação educacional, etc. O Quadro 11 a seguir apresenta uma síntese das principais temáticas das publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (1944-2014).

Quadro 11 - Temáticas das publicações da RBEP relacionadas à política educacional (1944-2014)

(continua)

Década	Temáticas (*)
1940	Ensino primário (10) Ensino secundário (7) Gastos públicos com educação (4) Legislação educacional (4) Aspectos históricos da instrução (3) Ensino industrial (3) Sistema educacional (3) Situação da educação (3) Democratização do ensino (2) Oportunidades educacionais (2) Política educacional (2) Discurso oficial sobre educação (1) Educação em geral (1) Ensino superior (1) Ensino técnico (1) Planos educacionais (1) Remuneração de professores (1)
1950	Legislação educacional (16) Educação em geral (14) Ensino primário (11) Financiamento da educação (7) Sistema educacional (7) Ensino secundário (4) Ensino superior (4) Promoção automática (4) Discurso oficial sobre educação (3) Reforma do ensino (3) Administração da educação (2) Educação rural (2) Ensino elementar (2) Ensino industrial (2) Ensino médio (2) Funções do Estado (2) Democratização do ensino (1) Ensino normal (1)

	Formação de professores (1) Metas educacionais (1) Obrigatoriedade do ensino (1) Promoção, avaliação e seriação (1)
1960	Legislação educacional (40) Financiamento da educação (18) Planejamento educacional (17) Ensino superior (14) Ensino médio (8) Educação em geral (7) Ensino primário (7) Discurso oficial sobre educação (6) Política educacional (6) Plano Nacional de Educação (5) Plano de/para a educação (4) Situação da educação (3) Reforma universitária (2) Sistema educacional (2) Administração escolar (1) Ensino industrial (1) Ensino secundário (1) Ensino técnico (1) Estado (1)
1970	Reforma do ensino (6) Legislação educacional (5) Ensino superior (4) Financiamento da educação (4) Pós-Graduação (3) Reformulação Curricular (3) Política educacional (3) Ensino fundamental (2) Ensino médio (2) Ensino primário (2) Avaliação educacional (1) Democratização do ensino (1) Ensino supletivo (1) Ensino técnico (1) Formação de professores (1) Indicadores educacionais (1) Planejamento educacional (1) Plano de educação (1) Reforma administrativa (1) Reprovação (1)
1980	Legislação educacional (18) Sistema educacional (6) Ensino médio (3) Ensino superior (3) Democratização do ensino (2) Educação de Jovens e Adultos (2) Ensino supletivo (2) Educação e política (1) Educação em geral (1) Educação pré-escolar (1) Financiamento da educação (1) Formação de professores (1) Gestão educacional (1) Implementação de política (1) Planejamento educacional (1) Política educacional (1) Políticas públicas e educação (1)

	Programas (1) Situação da educação (1)
1990	Política educacional (6) Legislação educacional (5) Financiamento da educação (3) Gestão da educação (3) Avaliação educacional (2) Ensino fundamental (2) Gastos públicos educacionais (2) Educação e política (1) Educação em geral (1) Ensino médio (1) Ensino primário (1) Ensino superior (1) Implementação de política (1) Indicadores educacionais (1) Oportunidades educacionais (1) Política de alfabetização (1) Políticas públicas (1) Promoção automática (1) Público-privado na educação (1) Reforma do ensino (1) Reforma universitária (1) Sistema educacional (1) Situação da educação (1)
2000	Financiamento da educação (7) Política educacional (4) Gestão da educação (3) Ensino superior (2) Ensino técnico (2) Indicadores educacionais (2) Legislação educacional (2) Qualidade da educação (2) Avaliação educacional (1) Democratização da educação (1) Educação em geral (1) Ensino médio (1) Estado (1) Estatísticas educacionais (1) Planejamento educacional (1) Políticas de inclusão (1) Programa (1) Progressão continuada (1) Promoção automática (1) Reforma do ensino (1) Sistema educacional (1)
2010	Políticas de inclusão (19) Ensino superior (5) Ensino médio (4) Programa (4) Avaliação educacional (3) Política educacional (3) Democratização do ensino (2) Formação de professores (2) Público-privado na educação (2) Carreira docente (1) Educação de Jovens e Adultos (1) Estatísticas educacionais (1) Financiamento da educação (1) Implementação de política (1)

	Legislação educacional (1) Plano Nacional de Educação (1) Políticas curriculares (1) Qualidade da educação (1) Remuneração de professores (1)
--	---

Fonte: Organizado pela autora com base nas publicações da RBEP (1944-2014).

Nota: (*) Inclui artigos, editoriais, documentação e outras seções de publicação da revista conforme Quadro 5. O número entre parênteses indica a quantidade de publicações por temática.

Observação: Categorizou-se como política educacional aqueles trabalhos que possuem o termo (e suas variações) no título.

Conforme o quadro acima, nos anos 1940, os estudos focalizavam uma preocupação com a situação do sistema educacional brasileiro, no que se refere à necessidade de expansão do ensino primário, bem como ao papel do poder público na organização e na manutenção da educação nacional. Nos anos 1950, o problema do ensino primário ainda foi foco de discussão das políticas educacionais, entrando em cena a questão da promoção automática. As discussões sobre legislação educacional destacaram-se no período dos anos 1950 até os anos 1990. Nos anos 1960, houve predominância de estudos que abordaram sobre financiamento da educação, planejamento educacional, Ensino Superior, temáticas que continuaram sendo objeto de estudo nos anos 1970, em que também aparece o olhar sobre a Pós-Graduação. Na década de 1980, sobressaíram-se as discussões sobre a educação na constituição brasileira e sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nos anos 1990, as questões pertinentes à gestão da educação começaram a se destacar e, a partir dos anos 2000, observa-se uma ampliação da diversidade de temáticas, tais como: políticas de inclusão, políticas curriculares, qualidade da educação pública, programas oficiais, público-privado na educação, etc.

Essas temáticas revelam o que Souza (2014a) e outros autores que discutiram a produção do conhecimento em política educacional (e.g. GONÇALVES, 2005; SANTOS; AZEVEDO, 2014) já analisaram, ou seja, que os objetos de estudo da política educacional estão relacionados ao movimento da política em sentido mais amplo e das demandas no contexto social. Desse modo, as discussões sobre as políticas educacionais em cada período histórico acima mencionados expressam a configuração que o Estado vai assumindo na sociedade brasileira. Nesse sentido, a ação governamental é como uma “bússola” que orienta as dimensões do objeto de estudo do campo. Tal ação é fruto das relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil, na qual as pressões sociais em disputa intervêm pelas garantias de atendimento de seus interesses e das demandas educacionais. Reafirma-se, assim, que os objetos de estudo da política educacional são contextual e historicamente construídos. Isso significa que a constituição do campo acadêmico da política educacional é definida pelo movimento do contexto político-social de cada realidade em específico (país) (TELLO, 2014).

No que se refere as 25 publicações que utilizam o termo política educacional (ou suas variações) para intitular seus estudos, 16 trabalhos enfocam estudos mais específicos sobre as políticas educacionais em um determinado período, contexto ou aspecto particular (ALMEIDA, 1944; AUGUSTO, 1944; RBEP, 1964; SÁ, 1965; LAUWERYS, 1969; LIMA, 1970; RBEP, 1973; SCHIEFELBEIN; CARIOLA, 1989; NOGUEIRA, 1991; CHRISPINO, 1999; REALI; CALVO, 1999; SILVEIRA, 1999; PAULILO, 2003; BEZERRA, 2009; SANTOS, A. V., 2009; SILVA; NEGRÃO, 2012). Outros oito trabalhos referem-se a discussões mais amplas do campo, tais como: os fundamentos, a elaboração de políticas, questões sobre o Estado, pesquisa em políticas, legislação (HUSEN, 1969; MARTINS, 1969; SILVA, 1969; CUNHA, 1974; DALL'IGNA, 1991; ALBUQUERQUE NETO, 1995; GOUVEIA, 2009; PAULILO, 2010). Somente um artigo trata da revisão de literatura sobre políticas educacionais (WEBER, 2012), cujas contribuições foram apontadas na introdução da presente tese. Esse artigo foi publicado no número especial em comemoração aos 75 anos do Inep (v. 93, n. 234, maio/ago. 2012), juntamente a outros artigos. O referido número apresenta um balanço das temáticas mais abordadas no período entre 1997 e 2011. São elas: políticas educacionais, financiamento da educação, avaliação educacional, Ensino Superior, ações afirmativas, formação de professores, didática, alfabetização, ensino de ciências e matemática, história da educação, filosofia da educação.

A análise das temáticas dos artigos da RBEP, segundo o momento histórico em que foram produzidos, oferecem evidências de como as discussões do campo foram sendo construídas, os temas predominantes e os posicionamentos frente a eles, ou seja, as disputas em relação ao capital específico do campo. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), como uma das pioneiras na divulgação do conhecimento na área da educação e de políticas educacionais, contribuiu de forma muito peculiar para a emergência e o desenvolvimento do campo e ainda vem contribuindo para a sua consolidação. A análise apresentada deteve-se mais na identificação dos trabalhos e das temáticas sobre políticas educacionais. Esse material oferece diversas possibilidades de análise, tais como: análise do conteúdo dos artigos, análise das perspectivas epistemológicas e posicionamentos epistemológicos, análise das concepções de política educacional dos autores dos trabalhos publicados na RBEP. Essas possibilidades de aprofundamento constituem-se em perspectivas para as pesquisas futuras sobre o estudo do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

O próximo capítulo apresenta a constituição do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1960, quando começa a emergir como campo acadêmico.

Conforme apresentado no Quadro 1 (Introdução), uma série de fatores contribuíram para a sua emergência, institucionalização e expansão a partir desse período, dentre os quais: a implantação da Pós-Graduação em Educação, a criação de associações científicas e grupos de trabalho, de periódicos, de disciplina, de linhas e grupos de pesquisa, de eventos e redes de pesquisa. Assim, no capítulo a seguir, exploramos aspectos do segundo e terceiro momentos indicados no quadro das demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

CAPÍTULO 3

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DOS ANOS 1960 E A SUA EXPANSÃO

A questão dos limites do campo é uma questão bastante difícil, mesmo porque o que está *sempre em jogo é o próprio campo*, portanto, não admite uma resposta *a priori*. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 100, grifo dos autores, tradução nossa).⁸²

Nesta tese, argumentamos que a política educacional no Brasil emergiu como campo acadêmico a partir da década de 1960. Contudo, esse fato é decorrente de antecedentes explorados no Capítulo 2. Consideramos que a institucionalização do campo acadêmico da política educacional representa o momento de consolidação de ideias que foram sendo construídas, desenvolvidas e debatidas no âmbito econômico, político, social e educacional brasileiro. Não podemos deixar de reafirmar que a construção desse campo vem se desenvolvendo em articulação com o contexto histórico de cada período.

O objetivo deste capítulo é explorar o processo de institucionalização e expansão da política educacional como campo específico a partir da criação de associações científicas e grupos de trabalho, de disciplinas, de linhas e grupos de pesquisa nas universidades, de publicações especializadas, de eventos científicos e redes de pesquisa que contribuíram para delinear os contornos desse campo. Assim, são explorados o segundo e o terceiro momento do quadro das demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, a saber: a institucionalização do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1960 e a expansão do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1990. Apesar da Pós-Graduação em Educação ter sido implantada na década de 1960, optamos por abordá-la no momento da explanação sobre o surgimento e o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil (Capítulo 2).

Como afirma Bourdieu e Wacquant (1992) no excerto que inicia o capítulo, é difícil apreender os limites de um determinado campo. No caso da política educacional, o seu processo de constituição está relacionado a outros campos de conhecimento. No Brasil, seus antecedentes estão ligados ao campo da administração da educação, administração educacional e educação comparada. Tendo em vista essa relação da política educacional com a administração da educação, consideramos, nesta tese, como um primeiro marco no processo

⁸² Citação no original: “The question of the limits of the field is a very difficult one, if only because it is *always at stake in the field itself* and therefore admits of no *a priori* answer.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 100, grifo dos autores).

de institucionalização do campo, a criação da ANPAE em 1961. Posteriormente, um marco que pode ser considerado mais explícito foi a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da ANPEd (1986/1987). A partir da década de 1990, a política educacional institucionaliza-se em outros espaços acadêmicos. Assim, na seção a seguir, exploramos as contribuições das associações científicas para o processo de constituição do campo. Em seguida, tratamos sobre as linhas e os grupos de pesquisa, sobre a disciplina Política Educacional nos currículos dos cursos de Pedagogia, bem como sobre as publicações, os periódicos, os eventos científicos e as redes de pesquisa.

3.1 AS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

3.1.1 A ANPAE, seus eventos e suas publicações

Um dos momentos importantes que marcou a história do campo acadêmico da política educacional no Brasil, a partir da década de 1960, foi a criação das associações científicas. Uma delas foi a Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE), em 1961⁸³. A associação foi fundada por um grupo de professores de administração escolar e educação comparada, reunidos sob a liderança do José Querino Ribeiro e Anísio Teixeira, por proposta de Antonio Pithon Pinto, na Universidade de São Paulo por ocasião do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Depois da ABE, foi a primeira associação brasileira de pesquisadores e de professores universitários na área da educação. Segundo Sander (2011a, p. 271-272):

A ANPAE foi concebida com a missão de lutar pelo exercício do direito à educação de qualidade para todos, através de sua participação na formulação de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos princípios e valores da solidariedade e justiça social e da liberdade e igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade.

No decorrer de sua trajetória, a ANPAE teve outras quatro denominações. Em 1971, a associação amplia o seu quadro associativo, alterando o seu nome para Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar. Em 1976, passou a nominar-se Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional. Em 1980, modificou para Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação e, finalmente, em 1996,

⁸³ A história da ANPAE é abordada por diversos autores, entre os quais se destacam: Pinto, F. (1986), Sander (1986, 2001, 2006, 2007a, 2007b, 2011a, 2011b), Sousa (1986), Meneses (2001, 2012), Madeira (2002a, 2002b), Maia (2008).

amplia o seu foco com a denominação Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Cada uma dessas denominações reflete, segundo Sander (2011a, p. 273), “[...] distintos saberes, costumes, epistemologias, compromissos políticos e práticas sociais em matéria de políticas públicas e gestão da educação.” Essas mudanças expressam tanto os movimentos internos de concepções dos grupos que assumem a presidência da ANPAE, quanto as mudanças no contexto político-social brasileiro. Aguiar e Azevedo (entrevista) destacam que “essa mudança para introduzir a política educacional dentro da ANPAE também era uma forma de ver o campo, porque antes era muito mais voltado para administração escolar”.

Observamos, com as mencionadas mudanças, que a constituição do campo foi permeada por diversos capitais em jogo (diferentes concepções) e que o campo do poder (os grupos que assumem a gestão da associação) é um elemento definidor na legitimação de tais capitais. Segundo Bourdieu (1996, p. 52):

O campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão [...].

Esse movimento em relação ao foco dos debates é notado, também, nos temas dos Simpósios Brasileiros e dos Congressos Internacionais. Conforme os quadros 12 e 13 (Apêndice D), na década de 1960, a orientação da ação do Estado mostrou-se expressa nas temáticas dos Simpósios Brasileiros e Congressos Internacionais, que revelaram uma ênfase na questão do planejamento (Simpósios Brasileiros de 1966; Simpósio Interamericano de 1968). Os Simpósios Brasileiros de 1961, 1963 e 1969 mostraram uma preocupação com a organização do ensino e da formação de profissionais da administração escolar. Essa perspectiva da ênfase no papel da administração como instrumento dos planos de desenvolvimento educacional e a preocupação com a formação de especialistas permaneceram na década de 1970 (Simpósios Brasileiros de 1971, 1974, 1975; Congresso Interamericano de 1979).

A partir do final da década de 1980, os temas acompanharam, também, as novas mudanças do Estado, com o fim do regime militar e o processo de redemocratização do país. As discussões mostraram-se relacionadas à democratização da educação, gestão democrática e legislação (Simpósios Brasileiros de 1986 e 1989). A partir da década de 1990, foi incorporado nas temáticas dos eventos o termo “política educacional” (Simpósio Brasileiro de

1991 e Congresso Ibero Americano de 2012) e de modo mais frequente o termo “política(s)” a partir dos anos 2000 (Simpósio de 2001, 2003, 2009, 2011, 2013, 2015; Congresso Luso-Brasileiro de 2001, Congresso Latinoamericano de 2002, Congresso Interamericano de 2009, Congresso Luso-Brasileiro e Ibero-Brasileiro de 2010, Congresso Ibero Americano de 2011, Congresso Ibero Americano e Luso Brasileiro de 2014).

Esse movimento dos debates evidencia as interfaces entre o Estado e o campo acadêmico da política educacional. O Estado aparece como um elemento constituidor do campo. Com o processo de democratização do país, por exemplo, novas construções discursivas sobre o tema política educacional emergem e o campo expande-se significativamente, seja em termos de produção do seu capital específico por meio dos debates nos eventos científicos, das publicações, das pesquisas, seja em termos de institucionalização em diferentes espaços acadêmicos.

Além dos eventos realizados, como forma de atingir seus propósitos, a ANPAE começou a publicar, a partir de 1962, o “Informativo ANPAE” e, entre 1964 e 1982, publicou uma série de Cadernos de Administração Escolar, totalizando sete volumes: Teixeira (1964), Ribeiro (1965), Brejon (1966), Mascaro (1968), Dias (1972), Melchior (1972), Sander (1982)⁸⁴. A ANPAE também organizou um programa editorial chamado Coleção Biblioteca ANPAE para publicar obras especializadas sobre temas de política e de gestão da educação, compreendendo duas séries de publicações: série Livros (iniciada em 2000) e série Cadernos ANPAE (iniciada em 2002)⁸⁵.

Outra contribuição relevante da ANPAE para o campo foi a criação da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) em 1983, a qual, a partir de 1997, amplia seu foco e escopo passando a denominar-se Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE). Esse fato está relacionado à reestruturação na abrangência de atuação da ANPAE que modificou seu nome. Desse modo, o periódico teve duas fases: a) de 1983 a 1996 como RBAE⁸⁶, e b) de 1997 até o presente como RBPAE.

No levantamento realizado das edições da RBAE/RBPAE⁸⁷ nessas duas fases, foi possível identificar a ampliação das temáticas contempladas pela revista e como a produção

⁸⁴ Os textos de Teixeira (1964), Ribeiro (1965), Brejon (1966) e Mascaro (1968) foram publicados em uma edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar (TEIXEIRA et al., 1968).

⁸⁵ A lista das publicações que compõe as séries organizadas pela ANPAE encontra-se disponível no *site* da associação: <<http://www.anpae.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁸⁶ Alguns autores como Pereira e Andrade (2005) e Sander (2007a) analisaram as publicações dessa primeira fase da RBAE, buscando interpretar como a administração da educação foi abordada nesse período.

⁸⁷ O levantamento incluiu as edições de 1983 a 2014 (v. 1, n. 1 ao v. 30, n. 3). Até 2006, a sua periodicidade foi semestral, posteriormente passou a ser quadrimestral.

sobre política educacional se tornou quantitativamente significativa com a mudança ocorrida. Conforme apresentam as tabelas 2 e 3 (Apêndice E), na primeira fase, as produções caracterizavam-se por serem focalizadas nas discussões sobre administração da educação, administração dos sistemas de ensino, administração escolar, administração universitária, organização e gestão educacional e escolar, qualidade da educação, eleição de diretores, formação de administradores, etc. Já, na segunda fase, uma pluralidade de questões, temas e problemas começou a ser considerada de modo mais frequente no campo de atuação da revista. Estudos sobre: política educacional, financiamento da educação, formação de profissionais da educação (professores, diretores, conselheiros, etc.), avaliação institucional, gestão democrática, direito à educação, trabalho docente, valorização dos profissionais da educação, reformas de ensino (Educação Superior, Ensino Médio), entre outros.

O olhar sobre a história, especificamente sobre as mudanças de nomenclatura, da ANPAE e da RBPAE, demonstra que o campo está sempre em jogo como um espaço de lutas, embates, interesses específicos, disputas entre diferentes capitais. O campo do poder, nos termos de Bourdieu (1996), aparece como elemento determinante na estruturação do campo. Esses embates são observados também no processo de institucionalização do campo em outros espaços, como com a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional que abordaremos a seguir.

3.1.2 A ANPED e o GT 5 - Estado e Política Educacional

A criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 1976⁸⁸, e dos Grupos de Trabalho (GTs) foi um fator importante para a institucionalização do campo acadêmico da política educacional. Na verdade, o primeiro momento de legitimação do campo foi a criação do Grupo de Trabalho *Estado e Política Educacional no Brasil*, que iniciou suas atividades junto aos 13 GTs da ANPED em 1987, por ocasião da 10ª Reunião Anual⁸⁹. O GT foi efetivamente criado em 1986 durante a 9ª Reunião Anual. No entanto, já estava em pauta a discussão da criação de um GT sobre “Política,

⁸⁸ A história da emergência da ANPED é abordada em um de seus boletins (ANPED, 1986b).

⁸⁹ Os primeiros nove GTs criados que iniciaram seus encontros a partir da 5ª Reunião Anual (1982) foram os seguintes (ANPED, 1982a): 1) Educação de 1º grau; 2) Educação de 2º grau; 3) Educação Pré-Escolar; 4) Educação Superior; 5) Educação para o Meio Rural; 6) Educação Popular; 7) Educação e Linguagem; 8) Educação da Mulher; 9) Educação e Trabalho. No decorrer das próximas reuniões, houve várias mudanças nos GTs. Na ocasião da 10ª Reunião Anual (1987), os 13 GTs eram assim denominados (ANPED, 1987): 1) Política do Ensino de 1º Grau; 2) Ensino de 2º Grau; 3) Política de Ensino Superior; 4) Educação Pré-Escolar; 5) Educação Rural; 6) Educação Popular; 7) Educação e Trabalho; 8) Metodologia Didática; 9) História da Educação; 10) Licenciatura; 11) Currículo; 12) Alfabetização; 13) Estado e Política Educacional no Brasil.

Administração e Planejamento da Educação” (ANPED, 1986a, p. 3) desde 1984 (7ª Reunião Anual). Como GT “em formação” recebe inicialmente a denominação “Administração e Planejamento da Educação” (ANPED, 1985, p. 19). A partir de 1995, o GT *Estado e Política Educacional no Brasil* passou a compor os GTs da 18ª Reunião Anual com a denominação *GT 5 - Estado e Política Educacional*, ampliando a sua abrangência para além do âmbito nacional.

Concomitante à criação do GT *Estado e Política Educacional no Brasil*, verificamos, com base nos informativos e boletins da ANPED, a alteração da denominação de alguns Grupos de Trabalho, os quais incluíram o termo “política”. A partir de 1987, o GT *Ensino de 1º Grau* passou a denominar-se *Política do Ensino de 1º Grau*⁹⁰, e o GT *Ensino Superior* passou a ser designado *Política de Ensino Superior*⁹¹ (ANPED, 1987). Esses fatos reúnem mais evidências a partir das quais é possível inferirmos que o período de 1986/1987 pode ser entendido como um marco explícito na institucionalização do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

O momento da criação do GT 5 e as mudanças nas denominações dos GTs mencionados acima revelam as lutas no processo de construção do campo em função das concepções de seus agentes e dos capitais em jogo (BOURDIEU, 2003, 2004a). No caso do processo de formação do GT 5, houve embates entre pesquisadores com uma concepção baseada no planejamento e na administração da educação, e outros com uma perspectiva mais voltada à política educacional (AGUIAR; AZEVEDO, entrevista). No contexto político-social da década de 1980 em que foi formado, os anseios democráticos mobilizavam a sociedade em virtude da abertura política do país. Nesse sentido, a perspectiva da política educacional acabou sendo favorecida e o GT foi constituído. Na sua proposta de formação privilegiaram-se as “abordagens macroestruturais da política educacional” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, p. 55), foco que é demarcado na própria denominação do GT por meio da palavra “Estado”.

No texto de conclusão de gestão de coordenação do GT 5, Aguiar e Azevedo (1993, p. 54) explicam que a proposta orientadora definida em 1987 “[...] estabeleceu que as relações entre Estado, sociedade e educação no Brasil seriam o eixo central dos estudos de interesse do GT.” Essa ênfase mais ampla foi definida com o intuito de superar a orientação tecnicista que foi consolidada durante o regime militar. Segundo ponderam as, então, coordenadoras do GT, “não se deve esquecer a predominância da noção de planejamento como ‘técnica neutra’ e a de política educacional como sinônimo de ‘estrutura e organização do ensino’ que orientavam

⁹⁰ A partir de 1995, passou a denominar-se GT 13 - Ensino Fundamental.

⁹¹ A partir de 1995, passou a denominar-se GT 11 - Política da Educação Superior.

e consolidaram as pesquisas naquele período e que chegaram a transcendê-lo.” (AGUIAR; AZEVEDO, 1993, p. 54). A referida proposta surgiu do encontro com pesquisadores que coletivamente definiram uma especificidade para o GT, o qual deveria configurar-se como “[...] campo de aprofundamento da análise: *dos padrões de intervenção do Estado; dos seus mecanismos e formas de gestão das políticas públicas, em especial das chamadas políticas sociais, entre as quais se inscreve a política educacional.*” (AGUIAR; AZEVEDO, 1993, p. 54, grifo das autoras). Sob esse ponto de vista, o foco que orientaria o interesse do GT incluiria, dentre outras, investigações sobre:

- estruturas de poder e a política educacional;
 - as transformações tecnológicas e suas implicações no setor;
 - gastos públicos com a educação;
 - *as formas de articulação entre as diversas esferas jurídico-administrativas;*
- na definição e na condução das políticas educacionais. (AGUIAR; AZEVEDO, 1993, p. 54, grifo das autoras).

Atualmente o GT 5 conta com a seguinte ementa:

Campo de confluência de estudos e pesquisas, de âmbito nacional e internacional, sobre políticas públicas em educação: relações governamentais e de articulação entre atores diversos. Processos de formulação e implementação de políticas em educação. Análise das repercussões das políticas públicas na educação básica, superior e nas modalidades de ensino. Gestão pública do sistema educacional brasileiro e pesquisas comparadas. Relações entre mudanças institucionais e mudanças sociais no campo educacional. Modelos de formulação e análise de políticas públicas em educação. Relações de poder e governo no campo educacional. (ANPED, 2015).

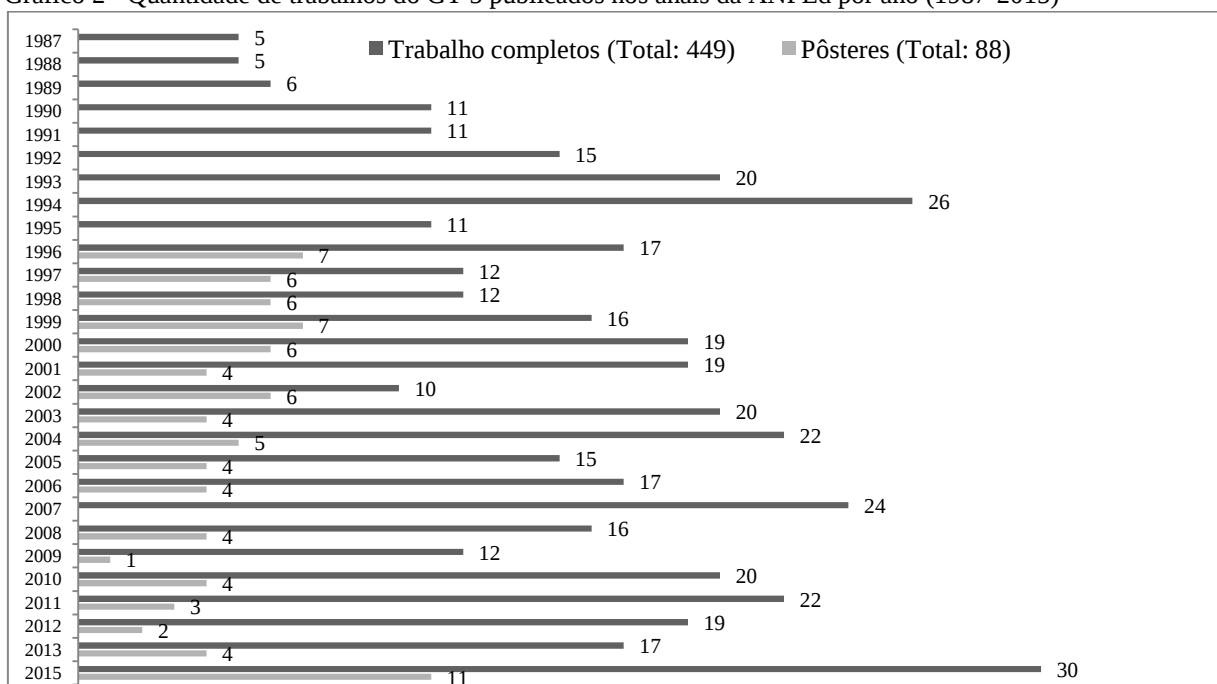
As ementas do GT demonstram que, desde a sua proposta inicial (1987), o GT 5 vem contribuindo significativamente para definir a identidade e o objeto de estudo do campo da política educacional no Brasil. Nesse sentido, a criação e a consolidação do GT 5 pode ser considerado como um marco no processo da institucionalização da política educacional no Brasil, na qualidade de campo de estudo e pesquisa específico. É um momento de rompimento com perspectivas que predominavam, bem como a busca por novos enfoques na construção do campo acadêmico da política educacional. Embora a criação da ANPAE possa ser considerada um primeiro marco na institucionalização do campo, em virtude da relação entre o campo da administração da educação e dos estudos de política educacional, é com a criação do GT 5 que de maneira mais explícita a política educacional é definida no âmbito de um espaço institucional.

O processo de consolidação do GT é notado com o crescimento dos trabalhos publicados nos anais dos eventos da ANPEd (Gráfico 2). Esse fato está relacionado à própria demanda por parte dos pesquisadores, o que, segundo Azevedo e Aguiar (2001a, p. 56), indica

a “[...] presença de vitalidade da área temática em questão, na medida em que sugere que investigações sobre ela estão em desenvolvimento e que há interesse em compartilhar seus resultados num fórum de discussão nacional.”

Com base no levantamento e na catalogação dos anais e dos boletins da ANPED, desde 1981, quando são institucionalizados os Grupos de Trabalho (4ª Reunião Anual), até 2015 (37ª Reunião Nacional), verificamos que, antes de 1987, as discussões sobre políticas educacionais eram abordadas em outros GTs. Podemos citar pelo menos quatro trabalhos sobre políticas educacionais que foram apresentados nos GTs: Ensino Superior (VIEIRA, 1982) e Educação de 1º Grau (ABRAMOWICZ, 1985; OLIVEIRA, 1985; MARTINS, 1985). Até o ano de 1989, o GT 5 contou com poucos trabalhos. Esses trabalhos tematizavam sobre: a) administração, supervisão, orientação e planejamento escolar (1987); b) política educacional, ensino a distância, vestibular, municipalização da educação e gestão democrática (1988); c) gestão educacional, ensino básico, descentralização de políticas, municipalização e financiamento da educação (1989). A partir da década de 1990, um número maior de trabalhos passou a ser apresentado no GT 5, como mostra o Gráfico 2. Esses trabalhos enfocavam estudos sobre a produção do conhecimento em política educacional, questões teóricas para a análise de políticas educacionais, mudanças no papel do Estado e a relação Estado e políticas públicas na área da educação, políticas e programas (formulação, implementação e avaliação de políticas), políticas e gestão educacional e escolar, financiamento da educação, etc.

Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos do GT 5 publicados nos anais da ANPED por ano (1987-2015)



Fonte: Organizado pela autora com base nos boletins e anais da ANPED.

É importante destacar que, apesar de o foco específico do GT 5 de agregar estudos sobre política educacional, outros GTs também vão receber e debater trabalhos ligados à política educacional de acordo com a sua especificidade, como, por exemplo: Formação de Professores, Trabalho e Educação, Política de Educação Superior, Currículo, Educação Fundamental, Educação Especial, Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Educação de Crianças de 0 a 6 anos, entre outros. Isso expressa a abrangência do campo e que inferir sobre seus limites é uma questão bastante complexa.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a analisar a trajetória e a produção do conhecimento do GT 5, a saber: Aguiar e Azevedo (1993), Azevedo e Aguiar (1998, 2001a), Arosa (2013), Souza (2014a). Esses autores têm demonstrado as potencialidades e as fragilidades que têm marcado a produção do GT 5. De um lado, há uma diversidade de temas de pesquisa, permitindo um amplo debate sobre os vários aspectos que o campo tem abrangido e sob diversos olhares. Por outro lado, parece consenso entre esses pesquisadores que o maior desafio para a pesquisa de/sobre política educacional é o aprofundamento teórico-metodológico, especialmente a necessidade de mais diálogo entre as produções do campo, contribuindo de modo mais significativo para o avanço do conhecimento (SOUZA, 2014a). Essa questão não é específica do campo da política educacional, o próprio campo da educação é avaliado criticamente por sua fragilidade em termos teóricos e de tradição de pesquisa (AGUIAR; AZEVEDO, entrevista).

A atuação e a contribuição da ANPEd para a constituição do campo acadêmico da política educacional não se restringe apenas à criação do GT 5 - Estado e Política Educacional. O engajamento com as discussões sobre a política educacional brasileira é revelada nos temas das reuniões nacionais apresentadas no Quadro 14 (Apêndice D). É possível verificar que a maioria das reuniões referiu-se a temas emergentes de política educacional, como, por exemplo: ensino de 1º grau (1979), educação e Constituição (1986, 2008), Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1987, 1988, 1989), neoliberalismo (1990), política nacional de educação (1991), poder, política e educação (1995), política de educação, globalização e exclusão social (1996), tensões entre a pesquisa e a política (1997), universidade pública (1998, 2004), manifestações, lutas e utopias (2002), governo e políticas (2003), educação e novas regulações (2009), balanço da educação brasileira (2010), educação e justiça social (2011), Sistema Nacional de Educação (2013), Plano Nacional de Educação (2015).

Dando continuidade à contribuição da ANPED, apresentamos na próxima seção a sua articulação com outras entidades na promoção de amplos debates sobre a política educacional brasileira durante a década de 1980 e início dos anos 1990.

3.1.3 A ANPED, o CEDES, a ANDE e as Conferências Brasileiras de Educação

A organização do campo educacional a partir do final da década de 1970 é caracterizada pela fundação de diversas entidades. Além da ANPED (1976), outras duas importantes entidades foram criadas: o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), e a Associação Nacional de Educação (ANDE), ambas fundadas em 1979. O CEDES, após a sua criação, passou a editar a revista Educação & Sociedade, cujo primeiro número foi publicado em 1978, bem como o Caderno CEDES (1979) (EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, 2009). As articulações que conduziram à criação do CEDES e da revista Educação & Sociedade ocorreram na ocasião do I Seminário de Educação Brasileira, realizado em 1978 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com isso, os anos 1980 são inaugurados com um grande movimento coletivo de entidades engajadas na luta pela redemocratização do país e comprometidas com o amplo debate sobre a problemática da educação nacional, que culminou nas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).

Essas três entidades (ANPED, ANDE e CEDES) mobilizaram-se conjuntamente na organização das CBEs que ocorreram no período de 1980 a 1991. Na verdade, o antecedente das CBEs foi o I Seminário de Educação Brasileira, promovido pelo CEDES, durante o qual predominou a crítica em relação à política educacional oficial (SAVIANI, 2008a). Quando o CEDES preparava-se para a realização do II Seminário de Educação Brasileira, a ANPED e a ANDE a ele se juntaram e decidiram promover um evento unificado e maior, a I CBE. A preocupação principal que caracterizou os eventos das CBEs voltou-se não apenas à crítica, mas, especialmente, à busca de propostas e de encaminhamentos aos problemas da educação brasileira (SAVIANI, 2008a). Os temas centrais das CBEs, apresentados no Quadro 15 a seguir, revelam o conteúdo que direcionou as discussões realizadas.

Quadro 15 - Temas das Conferências Brasileiras de Educação - CBEs (1980-1991)

Nº	Ano	Cidade	Tema
I	1980	São Paulo/SP	Política Educacional
II	1982	Belo Horizonte/MG	Educação: Perspectivas na Democratização da Sociedade
III	1984	Niterói/RJ	Das Críticas às Propostas de Ação
IV	1986	Goiânia/GO	A Educação e a Constituinte
V	1988	Brasília/DF	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
VI	1991	São Paulo/SP	Política Nacional de Educação

Fonte: Organizado pela autora com base em informações dos Boletins da ANPED (ANPED, 1980, 1981, 1982a, 1982b, 1984, 1986b, 1988) e Coletânea CBE (1992).

Os temas das CBEs refletem o momento histórico e político de cada época. Assim, as CBEs tematizaram discussões sobre questões altamente necessárias e relevantes para cada contexto, tais como a questão da democratização da sociedade, em 1980; a educação e a constituinte, em 1984; a política nacional de educação, em 1991. No entanto, as discussões da CBE ocorreram em consonância com outras entidades tais como a ANPED, ANPAE, CEDES, ANFOPE, Fórum Nacional em defesa da Escola Pública. Nesse movimento de discussão e de proposição de ações, observa-se a forte presença de pesquisadores do campo acadêmico da política educacional. No Brasil, há uma forte tendência entre os pesquisadores do campo acadêmico da política educacional em combinar a atividade de pesquisa com a ação política e isso pode ser constatado nas publicações acadêmicas, pois uma parte significativa dessa produção refere-se a questões prementes de cada época (temas da atualidade), cujas publicações se constituem, em muitos casos, em comentários ou críticas, as quais podem ser consideradas necessárias e relevantes para o contexto político e educacional brasileiro, bem como para o avanço do campo da política educacional.

Assim, essas associações científicas tiveram uma contribuição importante na medida em que participaram dos movimentos do campo educacional para a reorganização da educação brasileira e promoveram eventos que agregaram diversos pesquisadores e educadores para debater amplamente temas da política educacional brasileira. No âmbito desses eventos, pode-se considerar que os conhecimentos produzidos colaboraram para avanços no processo de amadurecimento das discussões do campo da política educacional. A VI CBE realizada em 1991, por exemplo, organizou uma série composta por seis volumes com os textos dos simpósios e mesas redondas. Um dos volumes da série (COLETÂNEA CBE, 1992) foi dedicado ao exame da trajetória e das contradições da relação entre Estado e educação. Entre os assuntos abordados nesse volume estão: o público e o privado em educação; financiamento da educação no Brasil; o Sistema Nacional de Educação na nova Lei de Diretrizes e Bases; a gestão, a autonomia e a qualidade da educação; as políticas governamentais na perspectiva da descentralização; o papel dos Conselhos Federais e Estaduais de Educação.

Reitera-se, assim, a dupla dimensão que caracteriza a construção do campo da política educacional no Brasil: como campo de investigação e como ação/articulação política. Esse campo abrange, portanto, uma agenda acadêmica e uma agenda política que não estão dissociadas no processo do seu desenvolvimento. Esse fato é evidente na atuação das associações científicas e da sua contribuição para as conquistas em termos de políticas educacionais. Em alguns momentos, a agenda política assume um caráter mais emergencial

em virtude das demandas, conflitos, reformas, que geram necessidade de mobilização, articulação, engajamento. No entanto, uma das características do campo da política educacional é que a agenda política e a agenda acadêmica desenvolvem-se, muitas vezes, de modo paralelo nas atividades desenvolvidas pelos agentes do campo.

É necessário ressaltar que, no caso da pesquisa em política educacional e do movimento da própria política na realidade, estes envolvem tempos diferentes. Segundo Paiva (1998, p. 125):

O tempo da pesquisa é diferente do tempo da política. Em política, tudo é para ontem. O conhecimento, porém, precisa não apenas ser de hoje, mas ter caráter prospectivo. Em pesquisa, tudo é para amanhã. Não apenas por eventuais descomprometimentos com o mundo concreto e sua transformação, mas porque é preciso ócio e tempo para poder digerir adequadamente bibliografias e analisar dados concretos.

Assim, conforme discute a autora, os interesses e as preocupações daqueles que atuam na “máquina política”, ou seja, dos que estão na gestão, são diferentes daqueles que atuam na pesquisa acadêmica. Além disso, é preciso considerar que a realidade é dinâmica e muito mais complexa do que aquilo que a pesquisa acadêmica consegue apreender. A pesquisa acadêmica não consegue acompanhar simultaneamente e extensivamente a totalidade dos fatos do mundo da política educacional. Os objetos de estudo do campo representam aquilo que é abstraído, escolhido, selecionado, expressando frações dessa realidade priorizadas pelos pesquisadores do campo.

Tratando-se de pesquisa acadêmica, na próxima seção, versamos sobre o âmbito na qual ela é desenvolvida, a Pós-Graduação. Em especial, abordamos sobre a criação de linhas e grupos de pesquisa de/sobre política educacional, apresentando dados que possibilitam observar a expansão que o campo adquire no seu processo de constituição a partir dos anos 1990.

3.2 A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SUAS LINHAS E GRUPOS DE PESQUISA

Uma questão que marca a expansão do campo acadêmico da política educacional a partir dos anos 1990 é o conjunto de propostas apresentado pela Capes para a organização dos Programas de Pós-Graduação em linhas de pesquisa (Capítulo 2). Foi nesse contexto que começaram a surgir linhas de pesquisa de/sobre política educacional, bem como grupos de pesquisa que se ocuparam do estudo das temáticas relacionadas à política educacional. A criação das linhas e dos grupos de pesquisa trouxeram contribuições importantes para a estruturação do campo de pesquisa em política educacional. No entanto, essas mudanças não

partiram de demandas internas, mas foram propostas por instâncias de regulação do campo. Assim, cabe observar o papel do Estado na constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Como destaca Bourdieu (1996, p. 51), em virtude de concentrar um conjunto de recursos materiais e simbólicos, “[...] o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos”, por meio de “intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino)” ou mesmo por meio de “intervenções jurídicas (como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou do comportamento dos agentes individuais).”

Conforme apresenta a Tabela 4, organizada a partir dos dados dos Cadernos de Indicadores disponibilizados pela Capes (1998-2012), verifica-se o crescimento gradativo das linhas de pesquisa de/sobre política educacional. Em 1998, representava 10% (30 LPs) do total de linhas de pesquisa na área da educação (290 LPs). Em 2012, esse valor aumentou para 23% (93 LPs) de um total de 412 linhas de pesquisa na área da educação. É interessante ressaltar que, nesse levantamento, consideramos as linhas de pesquisa que explicitamente indicavam que abrangem estudos de políticas em sua denominação e/ou descrição⁹².

Tabela 4 - Programas de Pós-Graduação em Educação e linhas de pesquisa de/sobre política educacional por ano (1998-2012)

Ano	Total de PPGEs	Total de LPs	Quantidade de PPGEs com LP de/sobre política educacional		Quantidade de LPs de/sobre política educacional	
1998	47	290	25	53%	30	10%
1999	52	296	25	48%	30	10%
2000	55	248	29	53%	34	14%
2001	59	272	42	71%	47	17%
2002	64	272	47	73%	51	19%
2003	68	269	48	71%	51	19%
2004	70	283	47	67%	49	17%
2005	76	301	51	67%	52	17%
2006	77	300	54	70%	56	19%
2007	83	327	60	72%	66	20%
2008	85	333	63	74%	68	20%
2009	93	344	69	74%	74	22%
2010	99	358	72	73%	79	22%
2011	111	385	80	72%	87	23%
2012	121	412	88	73%	93	23%

Fonte: Organizada pela autora com base nos dados disponibilizados no Caderno de Indicadores da Capes (1998-2012).

Observação: As linhas de pesquisa (LPs) cuja situação constava como “desativada” no Caderno de Indicadores não foram consideradas. Alguns Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) estavam listados no *site* da Capes, no entanto, o Caderno de Indicadores dos respectivos PPGEs estava indisponível.

⁹² Embora algumas linhas de pesquisa tivessem o termo “política” na sua denominação, a sua descrição não indicava explicitamente que abrangiam pesquisas de/sobre política educacional. Outras, porém, embora não mencionassem o termo “política” na denominação, sua descrição explicitava que envolviam pesquisas de/sobre política educacional, como foi o caso de algumas linhas sobre gestão da educação, sobre Estado, etc.

Esses dados quantitativos, que revelam maior consolidação do campo, precisam ser compreendidos em uma perspectiva relacional (BOURDIEU, 1989), ou seja, na sua relação com o contexto educacional e político-social do período. Esse quadro de crescimento das linhas de pesquisa decorre da própria dinâmica do Estado democrático pós-1986, do acirramento das reformas educacionais de cunho neoliberal a partir da década de 1990, da ampliação da Pós-Graduação e a necessidade de organização em linhas de pesquisa, do movimento internacional de interesse pelos estudos de política educacional e dos movimentos de luta pela educação. Todos esses aspectos contribuíram para o aumento do interesse pela pesquisa de/sobre política educacional e o consequente crescimento das publicações (livros, artigos, etc.).

Levando em conta os dados mais recentes apresentados no quadro, verifica-se que, dos 121 Programas de Pós-Graduação em Educação avaliados em 2012, 88 programas possuem linhas de pesquisa relacionadas à política educacional. De um total de 412 linhas de pesquisa na área da educação, 93 referem-se a linhas de pesquisa de/sobre política educacional, conforme Quadro 16 (Apêndice F). Na análise das linhas de pesquisa de/sobre política educacional observa-se que se trata de um campo bastante amplo, uma vez que possui interfaces com outras áreas e temáticas (gestão educacional, movimentos sociais, direito à educação, currículo, financiamento, trabalho, formação de professores, etc.). Assim, as 93 linhas de pesquisa, que possuem denominações diferentes, foram organizadas em 14 categorias dispostas no Quadro 17 (Apêndice G) e assim sintetizadas:

- Políticas e gestão da educação (35 linhas de pesquisa);
- História e política educacionais (12 linhas de pesquisa);
- Políticas educacionais (10 linhas de pesquisa);
- Estado e educação (9 linhas de pesquisa);
- Políticas educacionais e formação (8 linhas de pesquisa);
- Políticas educacionais e direito à educação (6 linhas de pesquisa);
- Políticas e práticas educativas (3 linhas de pesquisa);
- Políticas e financiamento da educação (2 linhas de pesquisa);
- Educação, movimentos sociais e políticas públicas (2 linhas de pesquisa);
- Políticas e instituições educacionais (2 linhas de pesquisa);
- Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional (1 linha de pesquisa);
- Educação, políticas e currículo (1 linha de pesquisa);
- Democratização da educação (1 linha de pesquisa);
- Política, trabalho e formação humana (1 linha de pesquisa).

É possível observar um panorama daquilo que essas linhas de pesquisa abrangem por meio da análise das suas descrições (ementas). Com base nas descrições indicadas no Caderno de Indicadores da Capes de 2012⁹³, das 93 linhas de pesquisa mencionadas acima e utilizando o *software* Sphinx, apresentamos nas tabelas 5 e 6 (Apêndice H) as principais palavras e segmentos recorrentes. Combinando os dados das tabelas 5 e 6, podemos compreender que, de modo geral, os tópicos mais presentes nas descrições são os seguintes: análise de políticas e programas educacionais nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como nos diferentes âmbitos (nacional, estadual e local); relação Estado, educação e sociedade; gestão da educação; políticas e formação de profissionais da educação. É preciso levar em conta que as descrições das linhas de pesquisa, embora constituam um núcleo temático delimitado, são de caráter abrangente, como forma de contemplar os diversos projetos de pesquisa dos docentes e discentes dos Programas de Pós-Graduação. Santos (2008) em sua pesquisa sobre as linhas de pesquisa de política educacional nos PPGEs do nordeste brasileiro, discute que, como forma de incluir os projetos de pesquisa nas linhas de pesquisa, são feitos diversos arranjos nas suas descrições. Ela verifica que, em alguns casos, há inconsistências entre os projetos desenvolvidos e as descrições das linhas. Assim, as palavras e os segmentos recorrentes nas descrições expressam alguns dos aspectos que compõem a agenda investigativa do campo.

Além das linhas de pesquisa, a partir da consulta no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, foi possível constatar o panorama dos grupos de pesquisa relacionados à política educacional no Brasil no ano de 2015, os quais foram sistematizados no Quadro 18 (Apêndice I). Os 255 grupos de pesquisa de/sobre política educacional estão distribuídos nas cinco regiões do Brasil conforme apresenta a Tabela 7 a seguir. As regiões Sudeste e Sul, respectivamente, concentram o maior número de grupos de pesquisa. Esse dado está relacionado ao fato de que o Sudeste e o Sul concentram o maior número de PPGEs.

Tabela 7 - Quantidade de grupos de pesquisa de/sobre política educacional por região

Região	Quantidade	%
Sudeste	82	32,2
Sul	70	27,5
Nordeste	52	20,4
Centro-Oeste	27	10,6
Norte	24	9,4
TOTAL	255	100

Fonte: Organizada pela autora com base em dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

⁹³ A descrição de algumas linhas de pesquisa no Caderno de Indicadores da Capes de 2012 estavam indisponíveis ou incompletas. Nesses casos, utilizou-se a ementa das linhas de pesquisa disponíveis nos sites dos respectivos Programas de Pós-Graduação.

Os 255 grupos de pesquisa de/sobre política educacional estão vinculados a diferentes áreas: educação (243), sociologia (5), ciência política (2), filosofia (2), psicologia (2) e história (1). Observamos, portanto, que os limites do campo acadêmico da política educacional não se restringe à área da educação, constituindo-se em um campo multidisciplinar.

Assim como nas linhas de pesquisa, nos grupos de pesquisa de/sobre política educacional, verificamos que uma diversidade de temáticas específicas tem sido associada às denominações dos grupos, como: gestão, financiamento da educação, avaliação, ensino superior, planejamento educacional, currículo, trabalho docente, formação de professores, direito à educação, sociologia da educação, educação especial, educação de jovens e adultos, inclusão social, educação infantil, educação comparada, trabalho e educação, entre outros. Reiteramos, portanto, que se trata de um campo bastante amplo, abrangendo uma multiplicidade de objetos de estudo.

Dos 255 grupos de pesquisa de/sobre política educacional, um grupo foi criado na década de 1980, 22 grupos na década de 1990, 114 grupos entre 2000-2009 e 118 grupos entre 2010-2015. Assim, notamos um crescimento significativo dos grupos a partir dos anos 2000. No âmbito desses grupos de pesquisa, há um total de 406 pesquisadores líderes, 2270 professores, 2531 estudantes (de Graduação e Pós-Graduação), 50 técnicos e 25 colaboradores estrangeiros envolvidos.

A partir desses dados, podemos problematizar a questão da internacionalização da pesquisa no campo acadêmico da política educacional. Observamos que ainda há um número reduzido de colaboradores estrangeiros cadastrados nos grupos de pesquisa. É possível que esse número esteja subestimado, na medida em que alguns coordenadores de grupo deixam de informar a existência de intercâmbios com pesquisadores estrangeiros. O que pode ser destacado é que a ampliação da interlocução com a produção de pesquisadores estrangeiros e a participação em grupos de pesquisa de países estrangeiros, redes de pesquisa e projetos internacionais são estratégias fundamentais para a consolidação do campo acadêmico da política educacional.

No âmbito do CNPq, um instrumento utilizado para organizar as informações das atividades de agências de fomento é a Tabela de Áreas de Conhecimento (TAC). Segundo Souza e Stumpf (2009), a primeira TAC foi formulada em 1976. Organizou-se em uma estrutura hierárquica de três níveis: área, subárea e especialidade, nomeando-se, em ordem alfabética, 42 áreas do conhecimento. Em 1982, uma nova TAC foi proposta com uma estrutura hierárquica em quatro níveis: grande área, área, subárea e especialidade. O conjunto

de seis grandes áreas foi organizado em ordem alfabética da seguinte maneira: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Engenharia; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas, Sociais e Artes; e Ciências da Saúde. No ano de 1984, ocorreu uma nova reformulação da TAC, a qual passou a contemplar oito grandes áreas, subdivididas em áreas, subáreas e especialidades, a saber: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguísticas, Letras e Artes. Essa TAC encontra-se atualmente em vigor (SOUZA; STUMPF, 2009).

Na última versão da TAC, disponibilizada no *site* do CNPq⁹⁴, a Política Educacional é reconhecida como uma especialidade da subárea Planejamento e Avaliação Educacional⁹⁵. No ano de 2005, houve uma discussão para a reformulação da TAC (CNPQ/CAPES/ FINEP, 2005), considerada obsoleta frente às mudanças e ao desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento. Uma Comissão Especial de Estudos do CNPq, Capes e Finep foi organizada com o objetivo de propor uma nova TAC e abriu-se para o debate com a comunidade científica. Nessa versão preliminar proposta para discussão, a Política Educacional é parte das 5 subáreas definidas para a área da educação, as outras são: Fundamentos da Educação, Educação do Indivíduo Especial, Educação Ambiental e Ensino em Ciências. A ANPED apresentou seu posicionamento a respeito dessa nova configuração da TAC. Em relação à subárea “Política Educacional” propôs que fosse renomeada para “Política e Gestão Educacional” e como especialidade dessa subárea incluísse: Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais; Planejamento Educacional; Política Educacional; Administração de Sistemas Educacionais; Administração de Unidades Educativas (ANPED, 2005).

Como salienta Souza e Stumpf (2009), a representação de uma área do saber e a determinação dos seus principais campos de atuação é uma atividade difícil e complexa. No caso da política educacional, embora seja um campo relativamente recente, tem sido reconhecido pelos pesquisadores nas discussões sobre a TAC como uma subárea de conhecimento. Isso mostra a legitimidade que o campo vem ganhando perante a abrangência da produção do conhecimento em educação. Esse fato está atrelado às demandas dos projetos

⁹⁴ Disponível no *site* do CNPq em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/6296cc63-a5f2-4312-b1b2-2ae209727382>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

⁹⁵ Na versão em vigor, a área da educação é organizada em 7 subáreas: Fundamentos da Educação; Administração Educacional; Planejamento e Avaliação Educacional; Ensino-Aprendizagem; Currículo; Orientação e Aconselhamento; Tópicos Específicos de Educação. Essas subáreas abrangem um total de 26 especialidades.

de pesquisa e das solicitações de apoio, que necessitam vincular-se a uma subárea para o processo de avaliação pelas agências de fomento.

A proposta de designar a subárea como “Política e Gestão Educacional” parece fundamentar-se no fato de que as pesquisas e as discussões de política educacional estão relacionadas à gestão educacional⁹⁶. Vieira (2007) explica que as políticas traduzem as intenções do poder público. Ao serem transformadas em práticas, as políticas materializam-se na gestão. Da mesma forma, como explica Souza, A. (2006), a gestão refere-se à execução da política, é por meio dela que a política opera e o poder se realiza. Desse modo, a gestão envolve o modo pelo qual as decisões de políticas traduzem-se em ações. A própria noção de gestão educacional, que passou a ser utilizada com maior frequência nos últimos anos, representa um avanço do conceito de administração escolar e administração da educação. Drabach e Mousquer (2009), ao abordar sobre a crítica aos primeiros escritos de administração escolar (Anísio Teixeira, Querino Ribeiro, Carneiro Leão e Lourenço Filho), ressalta que a partir do final da década de 1980, inicia-se uma nova fase de elaborações teóricas no campo da administração escolar. É a partir das críticas ao conceito e à prática de administração escolar, fundamentada no enfoque tecnocrático, que o conceito de gestão escolar emerge na literatura. Dessa maneira, as autoras esclarecem que o conceito de gestão escolar desenvolveu-se com base nas discussões e nas preocupações com o caráter de essência política e com o pedagógico. Essa nova perspectiva distanciou-se “[...] da visão técnica que historicamente permeou o conceito de administração escolar.” (DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 274). Embora ainda seja possível observar o emprego do termo “administração” nos estudos da área, esse, geralmente, adquire uma acepção distinta daquela historicamente utilizada, ou seja, agrega em seu sentido o aspecto político-pedagógico (DRABACH; MOUSQUER, 2009).

Assim, essas discussões seja em relação à denominação das áreas de conhecimento no âmbito de agências de fomento como o CNPq, seja em relação ao próprio conceito de gestão e administração e a sua relação com a política, demonstram que o processo de constituição do campo acadêmico da política educacional é um espaço de relações permeado por posições diversas. As lutas para a definição das estruturas simbólicas legítimas coloca em

⁹⁶ Vale observar a definição do conceito de gestão educacional e de gestão escolar. Vieira (2007) explica que a gestão educacional refere-se ao âmbito dos sistemas educacionais, às iniciativas desenvolvidas pelas instâncias de governo. Enquanto que a gestão escolar diz respeito aos estabelecimentos de ensino, às tarefas que estão sob a esfera de abrangência da escola. Assim, a autora exemplifica que “[...] a política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar.” (VIEIRA, 2007, p. 63).

jogo o próprio campo e determinam e orientam como o campo se desenvolve (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Um outro elemento que demarca a institucionalização do campo e que faz parte da sua estrutura, ocupando uma posição importante na distribuição do seu capital específico, é a criação da disciplina Política Educacional, assunto que abordaremos a seguir.

3.3 A DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

O momento da criação da disciplina Política Educacional nos currículos de cursos de Graduação pode ser considerado um marco no processo de institucionalização do campo acadêmico da política educacional. Por meio da retomada da trajetória do curso de Pedagogia no Brasil, bem como do levantamento de dados curriculares desse curso em universidades brasileiras, foi possível identificar como a política educacional como disciplina tem integrado os currículos de Graduação em Pedagogia.

No Brasil, o curso de Pedagogia foi instituído por meio do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que estabeleceu as providências para a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Assim, juntamente ao curso de Pedagogia surge a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada⁹⁷. No final da década de 1960, o curso passa por reformulações com o parecer CFE nº 252/69, que cria habilitações específicas, tendo em vista a formação de professores para o ensino normal e especialistas para as atividades de orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e inspeção escolar (SILVA, 2003). O curso passa a ter uma base comum e uma parte diversificada para as habilitações, deixando a disciplina de Administração Escolar e Educação Comparada de fazer parte da base comum⁹⁸. As habilitações constituíram-se das seguintes disciplinas comuns: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau. Da sua criação até o momento atual, a legislação sobre o curso de Pedagogia sofreu diversas alterações e outras disciplinas passaram a compor o currículo do curso. No âmbito da presente pesquisa, importa destacar que as disciplinas de

⁹⁷ A duração do curso de Pedagogia foi estabelecida em três anos para a formação do bacharel. Em seguida, adicionando-se um ano de Didática, formava-se o licenciado. O curso organizou-se da seguinte maneira: 1ª série: Complementos de Matemática; História da Filosofia; Sociologia; Fundamentos Biológicos da Educação; Psicologia Educacional. 2ª série: Estatística Educacional; História da Educação; Fundamentos Sociológicos da Educação; Psicologia Educacional; Administração Escolar. 3ª série: História da Educação; Psicologia Educacional; Administração Escolar; Educação Comparada; Filosofia da Educação (SILVA, 2003).

⁹⁸ A parte comum ficou composta pelas seguintes disciplinas: Sociologia Geral; Sociologia da Educação; Psicologia da Educação; História da Educação; Filosofia da Educação; e Didática (SILVA, 2003).

Administração Escolar e Educação Comparada constituem-se como precedentes da disciplina Política Educacional. Com essa denominação, a disciplina Política Educacional, começa a fazer parte dos currículos dos cursos de Pedagogia a partir da década de 1990.

Como mencionado na metodologia da pesquisa apresentada no Capítulo 1, a partir do levantamento das informações curriculares (denominação da disciplina, carga horária e etapa em que é cursada) dos cursos de Pedagogia de 70 instituições públicas de Ensino Superior, identificou-se 128 disciplinas de/sobre política educacional presentes nos currículos. Em relação à denominação da disciplina, constatamos que uma diversidade de designações é empregada, conforme apresentado na lista a seguir, cujo número entre parênteses indica a quantidade de vezes que a nomenclatura foi empregada nas 128 disciplinas:

1. Política Educacional (9)
2. Políticas Educacionais (5)
3. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica (5)
4. Organização da Educação Brasileira (3)
5. Políticas Públicas e Educação (3)
6. Políticas Públicas em Educação (3)
7. Legislação da Educação Básica (2)
8. Legislação Educacional (2)
9. Organização da Educação no Brasil (2)
10. Organização e Funcionamento do Sistema Educacional – Educação Básica (2)
11. Política e Organização da Educação Básica (2)
12. Política Educacional Brasileira (2)
13. Política Educacional I (2)
14. Política Educacional II (2)
15. Políticas Públicas da Educação (2)
16. Ciência Política e Educação
17. Educação Brasileira: Legislação e Sistema
18. Estado e Políticas Educacionais
19. Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira
20. Estrutura e Funcionamento do Ensino
21. Legislação Aplicada à Educação Básica
22. Legislação da Educação Brasileira
23. Legislação do Ensino
24. Organização da Educação Brasileira e Legislação I
25. Organização da Educação Brasileira e Legislação II
26. Organização da Educação Nacional
27. Organização do Ensino no Brasil
28. Organização e Funcionamento da Educação Básica
29. Organização e Funcionamento da Educação Brasileira
30. Organização e Gestão da Educação Básica
31. Organização e Política da Educação Brasileira
32. Organização Educacional e Escolar I
33. Organização Educacional e Escolar II
34. Organização Escolar Brasileira

35. Política da Educação no Brasil
36. Política e Educação
37. Política e Gestão da Educação
38. Política e Gestão Educacional I
39. Política e Gestão Educacional II
40. Política e Legislação da Educação Básica
41. Política e Legislação Educacional
42. Política e Legislação Educacional Brasileira
43. Política e o Estado Brasileiro
44. Política e Organização da Educação Básica I
45. Política e Organização da Educação Básica II
46. Política e Organização da Educação Básica no Brasil
47. Política e Organização da Educação Brasileira
48. Política e Organização da Educação I
49. Política e Planejamento da Educação
50. Política e Planejamento Educacional
51. Política e Planejamento Educacional I
52. Política e Planejamento Educacional II
53. Política e Planejamento na Educação Básica
54. Política Educacional – Ensino Fundamental
55. Política Educacional Brasileira I
56. Política Educacional Brasileira II
57. Política Educacional e Legislação da Educação Infantil e Ensino Fundamental
58. Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil
59. Política Educacional e Organização da Educação Básica I
60. Política Educacional e Organização da Educação Básica II
61. Política Educacional e Organização da Educação Brasileira
62. Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil
63. Política Educacional: Organização da Educação Brasileira
64. Política Pública da Educação I
65. Política Pública da Educação II
66. Políticas de Educação Básica
67. Políticas de Educação Infantil
68. Políticas e Legislação da Educação
69. Políticas e Legislação da Educação Básica
70. Políticas e Organização da Educação Básica
71. Políticas e Planejamento da Educação no Brasil
72. Políticas Educacionais Brasileiras
73. Políticas Educacionais e Educação Básica
74. Políticas Educacionais I
75. Políticas Educacionais II
76. Políticas Educacionais, Organização e Funcionamento da Educação Básica
77. Políticas para a Educação Básica
78. Políticas Públicas
79. Políticas Públicas da Educação Brasileira
80. Políticas Públicas de Educação
81. Políticas Públicas de Educação para a Infância
82. Políticas Públicas e Gestão da Educação
83. Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira
84. Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural

85. Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares
86. Políticas Públicas e Legislação da Educação I
87. Políticas Públicas e Legislação da Educação II
88. Políticas Públicas e Legislação do Ensino Básico
89. Políticas Públicas e Legislação Educacional
90. Políticas Públicas e Legislação em Educação
91. Políticas Públicas Educacionais
92. Políticas Públicas em Educação I
93. Políticas Públicas em Educação II
94. Políticas Públicas na Educação Básica
95. Políticas Públicas para a Infância e a Juventude
96. Políticas Públicas para Educação Básica
97. Políticas, Estado e Educação

O número elevado de designações empregadas indica uma certa dispersão do campo, pois os termos “política educacional” ou “políticas educacionais” e, ainda, “políticas e gestão da educação” são mais comumente utilizados para referir-se a esse campo, seja para designar grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação, disciplinas na Graduação e Pós-Graduação. No entanto, no momento da criação de novos cursos de Pedagogia ou da reestruturação curricular de cursos já existentes, uma série de fatores interfere na composição das matrizes curriculares, tais como: o quadro docente da instituição, a tradição em pesquisa e pós-graduação, etc.

Embora sejam utilizadas diferentes denominações, o aspecto comum das disciplinas é a discussão sobre a análise das relações entre Estado e educação, organização dos sistemas de ensino, reformas educacionais, políticas para os níveis e para as modalidades de ensino, legislação do ensino, estrutura e funcionamento da educação, etc. Além disso, as ementas e os programas das disciplinas expressam as mudanças das políticas no contexto mais amplo, uma vez que incorporam em suas discussões temáticas emergentes do campo político e educacional. A análise dos programas das disciplinas de/sobre política educacional, bem como das disciplinas que antecederam o que atualmente é considerado como política educacional (Administração Escolar, Administração da Educação, Educação Comparada), constitui-se um campo rico e promissor para futuras pesquisas. No âmbito desta tese, não foi objetivo desenvolver essa pesquisa, pois o propósito foi indicar a contribuição e o papel da disciplina na institucionalização do campo.⁹⁹

⁹⁹ Uma análise introdutória das ementas e da bibliografia das disciplinas de/sobre política educacional é apresentada em Stremel e Mainardes (2015, No prelo). Além desses trabalhos, podemos citar outros que discutem aspectos da disciplina Política Educacional: Bonals; Arens e Trujillo (2015); Costa; Muranaka e Borghi (2015); Flach e Masson (2015); Martignoni (2015); Mendes (2015); Pronko (2015); Quiané e López (2015); Romero e Garcia (2015); Tello (2015d); Visacovsky (2015).

Com relação à carga horária, observamos que, na maioria das instituições, a disciplina relacionada à política educacional possui 60 horas/aula (Tabela 8). No entanto, devemos destacar que algumas instituições possuem mais de uma disciplina de/sobre política educacional, como é o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Campus de Vitória da Conquista, que oferta as disciplinas Política Educacional I (60 horas) e Política Educacional II (60 horas). Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), são ofertadas as disciplinas Política e Gestão Educacional I (60 horas), Política e Gestão Educacional II (60 horas), Política e Educação (60 horas) e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica (60 horas). Na Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto, há duas disciplinas: Política Educacional e Organização da Educação Básica I (90 horas) e Política Educacional e Organização da Educação Básica II (60 horas). Esses são apenas alguns exemplos de universidades que oferecem mais de uma disciplina de Política Educacional.

Tabela 8 - Carga horária das disciplinas

Carga Horária (CH)	Qt. de disciplinas
60h	59
75h	10
72h	10
68h	10
102h	5
45h	5
80h	4
136h	3
90h	3
30h	3
64h	2
128h	1
120h	1
108h	1
54h	1
34h	1
CH não indicada	9
Total	128

Fonte: Organizada pela autora com base nas informações curriculares dos cursos da amostra.

As matrizes curriculares estavam organizadas em períodos/semestres ou em ano/série. Para fins de apresentação dos dados, na Tabela 9 a seguir, consideramos o primeiro e o segundo períodos/semestres equivalente ao 1º ano de curso e assim por diante. A maior parte é ofertada nos dois primeiros anos do curso.

Tabela 9 - Etapa em que a disciplina é cursada

Etapas	Qt. de disciplinas
1ª ano de curso	38
2ª ano de curso	50
3ª ano de curso	18
4ª ano de curso	19
Etapa não indicada	3
Total	128

Fonte: Organizada pela autora com base nas informações curriculares dos cursos da amostra.

Esses dados sobre a disciplina de/sobre política educacional demonstram que se trata de um campo cujas discussões contribuem para o processo de formação de professores e pedagogos que atuam ou atuarão nos sistemas de ensino. É uma disciplina que pode proporcionar aos futuros educadores uma compreensão crítica das políticas educacionais, dos fundamentos das políticas, de aspectos essenciais relacionados à organização e à legislação da educação brasileira, bem como da análise de políticas nacionais, estaduais e locais. Além disso, a disciplina Política Educacional pode servir como ponto de partida para a formação de futuros pesquisadores desse campo, principalmente quando optam pela realização de pesquisas sobre políticas educacionais em nível de Pós-Graduação.

Além da disciplina, outro aspecto que pode ser compreendido como integrante do processo de institucionalização do campo acadêmico da política educacional é a criação de periódicos, eventos científicos, redes de pesquisa. Do mesmo modo, levando em conta a noção de campo de Pierre Bourdieu, é fundamental considerar, nesse processo, aquilo que é gerado no interior do campo, ou seja, as publicações de seus agentes. Tais pontos são analisados na próxima seção.

3.4 AS PUBLICAÇÕES, OS PERIÓDICOS, OS EVENTOS CIENTÍFICOS E AS REDES DE PESQUISA

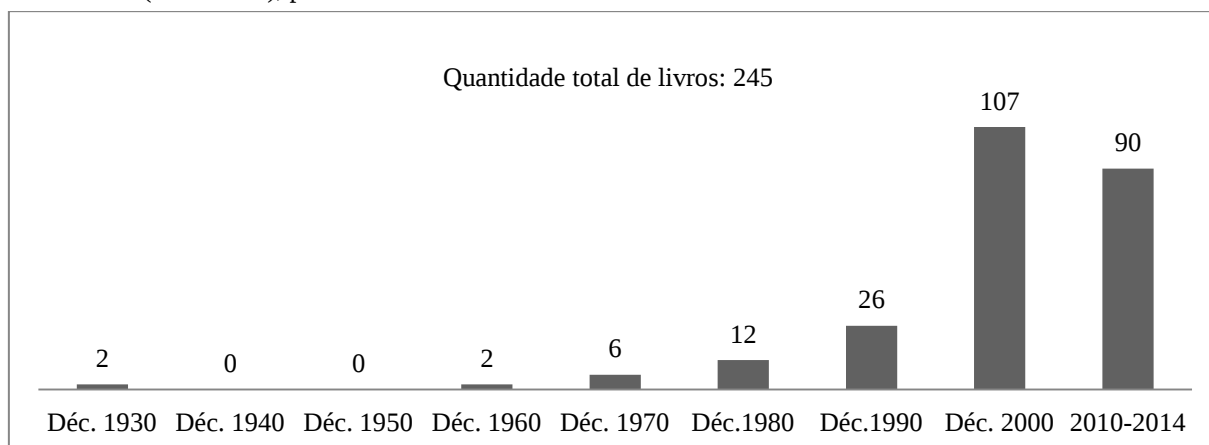
A partir do levantamento das produções e das publicações sobre política educacional no Brasil, observamos que é a partir da década de 1960 que a utilização do termo “política(s) educacional(is)” em títulos de teses, dissertações, livros, artigos e publicações oficiais tornou-se mais frequente (e.g. SANTOS, 1960; PORTO ALEGRE, 1966; MARQUES JÚNIOR, 1967; MARTINS, 1969; SILVA, 1969; SODRÉ; CINTRA; AZANHA, 1969; LIMA, 1970; CUNHA, 1973; CUNHA, 1974; ARROYO, 1974; ADESG, 1975; COSTA, 1976; GOMES, 1976; DIDONET, 1977; SILVA JÚNIOR, 1977; LOBO, 1978; ARAGÃO, 1979; MACHADO, 1979; RODRIGUES, 1979; SÁ, 1979; SARTI, 1979; GONÇALVES, 1981;

SOUZA, 1981; ASSIS, 1982; DOMINGUEZ PASTORELO, 1982; ALGARTE, 1983; SÃO PAULO, 1982; DIAS, 1985; ESPOSITO, 1985; PAIVA, 1985; PINTO, R., 1986; FREITAG, 1987; AGUIAR, 1986; NAPOLEÃO, 1988; BERNARDO, 1989; LEITE, 1989; SPOSITO, 1989; GERMANO, 1990; VIEIRA, 1990; NEVES, 1991; etc.).

O referido levantamento levou em conta as publicações que utilizam o termo no título. A partir das contribuições da noção de campo de Bourdieu, entendemos que identificar o uso do termo é importante, uma vez que o seu uso é uma forma de caracterizar o conhecimento, ou até mesmo o capital específico que é abordado. Nessa perspectiva, argumentamos que a década de 1960 pode ser considerada um marco no processo de institucionalização do campo, pois, além de outros aspectos já mencionados, é a partir desse período que o emprego do termo “política(s) educacional(is)” em títulos das produções acadêmicas e oficiais torna-se mais usual. No entanto, é preciso considerar que outras produções da época, embora não utilizem explicitamente o termo, referem-se a estudos sobre política educacional (e.g. BEISIEGEL, 1964).

No levantamento e na catalogação de livros e de obras oficiais relevantes (Apêndice J), realizado com base nos acervos digitais de bibliotecas brasileiras¹⁰⁰, localizamos 245 obras (1935 a 2014) que tratam de política educacional a partir da identificação do título. O Gráfico 3 a seguir sintetiza o número das publicações por década:

Gráfico 3 - Quantidade de livros e obras oficiais relevantes cujos títulos mencionam se tratar de política educacional (1935-2014), por década



Fonte: Organizado pela autora com base no levantamento realizado nos acervos digitais de bibliotecas de universidades brasileiras.

¹⁰⁰ O levantamento inclui apenas os livros e obras oficiais que estavam disponíveis em bibliotecas. Não é exaustivo em relação à produção do campo. Vale mencionar que a área de educação no Brasil possui uma peculiaridade que é a publicação de livros de grupos de pesquisa em editoras locais (editoras universitárias, não comerciais ou com pouca distribuição), o que, muitas vezes, dificulta o acesso.

Observamos que as publicações de livros sobre políticas educacionais no Brasil apresentaram uma expansão significativa, especialmente a partir dos anos 2000, o que demonstra que é um campo ainda recente e em processo de consolidação. No entanto, desde a década de 1990, é possível notar que as discussões sobre políticas educacionais começaram a adquirir maior centralidade. Alguns fatos históricos contribuíram para isso, como o processo de redemocratização do país e a expansão de políticas neoliberais (a partir dos anos 1990), que se tornaram objeto de estudo de diversos pesquisadores (e.g. NEVES, 1995; BIANCHETTI, 1996; AZEVEDO, 2004; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000). Assim, a expansão do campo é marcada pelo cenário de mudança e de abertura política no país, o que influenciou significativamente as tendências das análises das pesquisas desenvolvidas diante dos processos de reforma de Estado, enfocando aspectos concernentes às mudanças no papel do Estado e a relação Estado e políticas públicas na área da educação, políticas e programas (formulação, implementação e avaliação de políticas), políticas e gestão educacional e escolar, financiamento da educação, entre outros.

Assim como evidenciado na análise das publicações da RBEP, há uma variedade de termos/expressões utilizados para indicar que o estudo se trata de política educacional. No caso dos livros, os termos/expressões empregados para intitulá-los com mais frequência foram: políticas educacionais (89); política educacional (81); política(s) - relacionada a um aspecto específico (18); política(s) e gestão (13); política(s) pública(s) educacional(is) (10); políticas públicas - relacionada a um aspecto específico (6); políticas educativas (4); políticas de/da educação (5); políticas públicas e gestão (4); educação e políticas públicas (2); política e educação (2); políticas para a educação (2); políticas públicas de educação (2); políticas públicas em educação (2); educação como política pública (1); Estado e escola (1); políticas públicas no campo da educação (1); políticas públicas para educação (1); políticas de escolarização (1). Essa diversidade de expressões utilizadas pelos pesquisadores do campo sugere que não há uma expressão considerada mais adequada ou um consenso quanto à designação para se referir aos estudos. Esse fato também parece estar relacionado à concepção ou à maneira de interpretar a política expressa pelos autores. Em detrimento da interface do campo da política educacional com outros campos de conhecimento, uma variedade de concepções e de abordagens contribuem para orientar a forma como os pesquisadores abordam o campo, conforme mencionado no capítulo 1.

Uma das críticas feita por Mitchell (1984), a partir do levantamento que realizou sobre a pesquisa em política educacional nos Estados Unidos de 1950 a 1980, referiu-se à falta de produção de textos mais didáticos diante da vasta literatura do campo. Constatamos que, ao

longo do processo de constituição do campo acadêmico da política educacional e no caso do Brasil, o campo tem contado com uma produção de livros que podem ser considerados como livros de natureza didática para o ensino da política educacional nos cursos de Graduação, especialmente a partir da década de 1990 (e.g. Apêndice J: MARTINS, 1993; AZEVEDO, 1997; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000; VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2001; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003¹⁰¹; VIEIRA; FARIAS, 2007; NEY, 2008; KFOURI, 2009; VIEIRA, 2009; BRUEL, 2010; SOUZA; GOUVEIA; TAVARES, 2011; SANTOS, 2012; CARVALHO, 2012; entre outros). É interessante assinalar que a publicação de livros de natureza didática pode contribuir para a consolidação e a valorização da disciplina Política Educacional nos cursos de Graduação em Pedagogia e licenciaturas. No entanto, os desafios para a utilização de um livro para a disciplina é algo complexo, pois se trata de uma disciplina abrangente, que envolve uma grande diversidade de temáticas. Além disso, uma parte do conteúdo da disciplina refere-se a aspectos legais que são bastante dinâmicos e que demandam constante atualização.

Com relação às publicações do campo, é importante salientar que até meados da década de 1970 uma parte significativa dos trabalhos, que atualmente são considerados estudos de política educacional, eram considerados como pesquisas e discussões de administração da educação ou administração escolar/educacional ou ainda de planejamento educacional. Podemos citar a dissertação de mestrado de Cunha (1972), intitulada *O ensino técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio*, que se enquadrava na área de planejamento educacional. Posteriormente, foi publicada em formato de livro com o título *Política educacional no Brasil: a profissionalização no Ensino Médio* (CUNHA, 1973). No referido livro, Cunha (1973, p. 9) apresenta-o mencionando que os estudos sobre política educacional no Brasil eram bastante escassos e ficavam “[...] quase sempre limitados pelas circunstâncias sociais e/ou educacionais que os motivaram.” Para ele, as análises elaboradas tinham uma finalidade exclusiva de crítica ou, em menor frequência, apoiar medidas parciais de política educacional.

Outro exemplo é a dissertação de mestrado de José Silvério Baia Horta (PUC-Rio, 1975), orientada por Durmeval Trigueiro Mendes e publicada posteriormente em formato de livro com o título *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970* (HORTA, 1982). Trata-se de um estudo sobre a influência do Conselho Federal da Educação no desenvolvimento do

¹⁰¹ No caso do livro de Libâneo; Oliveira e Toschi, esse teve a sua primeira edição em 2003. Em 2012, atingiu a sua 10ª edição.

planejamento educacional brasileiro, abordando-se, portanto, as relações entre Estado e educação.

Assim, no processo de institucionalização do campo ao longo da década de 1960 e 1970, a política educacional era abordada como estudo de planejamento educacional ou administração da educação. A política educacional começa a ganhar uma maior legitimidade e diferenciação interna (BOURDIEU, 2002) na década de 1980, em que a “[...] política educacional com esse nome vai aparecer na luta contra o regime autoritário desse período e numa nova definição das questões educacionais em uma perspectiva da democratização da sociedade e das instâncias” (AGUIAR; AZEVEDO, entrevista). Há, portanto, uma mudança no foco do campo da perspectiva do planejamento educacional para política educacional. Desse modo, a política educacional foi se estabelecendo como linha de pesquisa constituída por pesquisadores interessados nessa temática, ou na mudança das linhas de pesquisa já existentes nos Programas de Pós-Graduação (de planejamento para política educacional) (AGUIAR; AZEVEDO, entrevista).

Também contribuíram para o processo de institucionalização e de consolidação do campo, a criação de diversos periódicos científicos especializados de política educacional a partir da década de 1990, como mostra o Quadro 19 a seguir.

Quadro 19 - Periódicos especializados de política educacional

Periódico	Ano de início
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE)	1983 (*)
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (CESGRANRIO)	1993
Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional (UNESP)	2001
Jornal de Políticas Educacionais (UFPR)	2007
Políticas Educativas (Associação de Universidades Grupo Montevideo)	2007
FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação)	2011
Educação e Políticas em Debate (UFU)	2012
Laplage em Revista (Laboratório de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – UFSCar)	2015
Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe)	2015

Fonte: Organizado pela autora.

Notas: (*) A Revista Brasileira de Política e Administração da Educação ampliou seu foco a partir de 1997. Até 1996 denominava-se Revista Brasileira de Administração da Educação.

Uma iniciativa interessante a ser mencionada é da revista Jornal de Políticas Educacionais. Em comemoração ao 10º aniversário do Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná (NuPE/UFPR), a revista publicou um número com textos que apresentam a trajetória de diversos grupos brasileiros de investigação em política educacional (JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 2012). Essas publicações abordam as

experiências de grupos de pesquisa, revelando os problemas e os avanços do desenvolvimento de pesquisa em política educacional.

Além das revistas específicas de política educacional, diversos periódicos da área da educação têm publicado dossiês temáticos sobre políticas educacionais, por exemplo: *Educar em revista* (Políticas públicas para educação: tendências e debates entre o global e o local - n. 22, 2003); *Perspectiva* (Política Educacional, Formação e Trabalho Docente - v. 26, n. 2, 2008); *Temas & Matizes* (Políticas Educacionais na América Latina - v. 7, n. 13, 2008); *Nuances: estudos sobre educação* (Política Educacional - v. 17, n. 18, 2010); *Revista Teoria e Prática da Educação* (Políticas Públicas Educacionais - v. 15, n. 2, 2012); *Atos de Pesquisa em Educação* (Gestão e Políticas da Educação - v. 7, n. 1, 2012); *Revista Diálogo Educacional* (Políticas Educacionais em Direitos Humanos - v. 13, n. 39, 2013); *Práxis Educativa* (Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional - v. 9, n. 2, 2014); *Olh@res* (Pesquisa e produção de conhecimento em políticas educacionais: contribuições para a formação de professores e gestores - v. 3, n. 2, 2015); entre outros.

Em especial, merece ser destacada a representatividade e a legitimidade da revista *Educação & Sociedade* tendo em vista a sua contribuição para a área da educação e para a construção do campo acadêmico da política educacional. Desde os primeiros números, essa revista tem publicado temáticas de política educacional e já dedicou vários dossiês sobre o assunto, a saber: “Políticas Educacionais” (v. 22, n. 75, 2001); “Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002” (v. 23, n. 80, 2002); “Políticas Educativas em Portugal e no Brasil” (v. 24, n. 82, 2003); “Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional?” (v. 25, n. 87, 2004); “Políticas públicas de regulação: problemas e perspectivas da educação básica” (v. 26, n. 92, 2005); “Políticas educacionais e diferenças culturais” (v. 27, n. 95, 2006); “Conhecimento e Política” (v. 30, n. 109, 2009); “As políticas educacionais dos novos governos na América Latina” (v. 32, n. 115, 2011); “Políticas públicas de responsabilização na educação” (v. 33, n. 119, 2012).

Castro e Werle (2009), ao fazerem um levantamento das temáticas privilegiadas em periódicos nacionais no campo da administração da educação, no período de 1982 a 2000, mostram que a *Educação & Sociedade* é uma das revistas que contribuiu significativamente com produções na área. A *Revista Educação & Sociedade*, segundo as autoras, está em quarto lugar entre os 54 periódicos da área da educação analisados com maior número de publicações no âmbito da administração da educação. Dentre as três temáticas que mais predominam nos artigos selecionados da *Educação & Sociedade* para o banco de dados das autoras, está o tema política educacional. Na análise geral, a partir dos 54 periódicos

considerados bem avaliados segundo critérios da Capes (como nacional A e B em 2001), foram catalogados pelas autoras 8067 artigos, dos quais 391 referem-se à política educacional (CASTRO; WERLE, 2009). Isso significa, portanto, cerca de 5% do total de publicações que fazem parte do banco de dados das pesquisadoras, representado a terceira temática, das 59 que as autoras categorizaram, com maior número de artigos. Apesar da política educacional ser uma das temáticas em destaque, esses dados demonstram a pluralidade de outros estudos específicos que têm constituído a área, resultado também do desenvolvimento da pesquisa em educação frente à expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, e, por conseguinte, do crescimento do número de pesquisadores interessados nos diferentes aspectos da realidade educacional.

Vale ressaltar, também, que vários eventos científicos específicos de políticas educacionais têm sido organizados, como: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (ANPAE); Congressos Internacionais de Política e Administração da Educação (ANPAE); Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente (UFU); Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Educacionais (UFPR); Encontro Internacional de Políticas Públicas em Educação (Uni-FACEF/UNESP); Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo (UFPA); *Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe); *Encuentro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa* (ReLePe); Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores (URI); Seminário de Educação Brasileira (CEDES), entre outros. Além dos eventos específicos, a política educacional tem sido incluída como eixo temático ou mesmo abordada como tema principal de vários eventos na área da educação. Tanto os periódicos quanto os eventos científicos são espaços que possibilitam o fortalecimento do debate entre os pesquisadores do campo e o diálogo entre os pares.

É fundamental mencionar que a pesquisa no campo da política educacional ainda possui muitos desafios. Krawczyk (2012) aponta que um desses desafios é o debate teórico e histórico do campo. Nesse sentido, é interessante ressaltar o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe)¹⁰², criada em 2010 por iniciativa de pesquisadores da UNTREF, UNSAM (Argentina) e da UEPG (Brasil). Um dos principais fatores motivadores da criação dessa rede de pesquisa foi a constatação da pouca literatura latino-americana sobre questões teóricas

¹⁰² A denominação inicial era *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa*. Site: <www.relepe.org>. Acesso em: 15 dez. 2015.

relacionadas à pesquisa em política educacional. Para atingir seu principal objetivo, a ReLePe organizou-se a partir de oito eixos temáticos de estudo: 1) Problemas e limitações no desenvolvimento investigativo em política educacional; 2) Enfoques e perspectivas epistemológicas em política educacional; 3) Metodologias para a análise e a investigação em políticas educacionais; 4) História do campo da política educacional; 5) Investigação analítica de autores referentes em política educacional; 6) Produção de conhecimento e tomada de decisões em perspectiva epistemológica; 7) Epistemologia, política educacional e realidade latino-americana; 8) Ensino de política educacional e formação de investigadores no campo.

Nessa perspectiva, a partir desses oito núcleos temáticos, os pesquisadores têm se dedicado ao estudo de temas relacionados às epistemologias da política educacional, problematizando como se produz o conhecimento no campo e como as diferentes teorias se relacionam com a realidade. São estudos relativamente recentes e relevantes para a análise e para o avanço da pesquisa do campo. Pesquisadores como Tello (2012b), Tello e Mainardes (2012, 2015) têm destacado a importância desses estudos para a compreensão da situação do campo da política educacional e dos rumos que o campo tem tomado, no sentido de investigar as contribuições e as limitações das diversas perspectivas epistemológicas para a produção do conhecimento no campo da política educacional. Recentemente, duas obras publicadas no Brasil (TELLO, 2013b; TELLO; ALMEIDA, 2013) e uma na Argentina (TELLO, 2015c) trazem para o debate do campo essas discussões que vêm sendo realizadas. Além das publicações, a rede tem desenvolvido diversas atividades, dentre elas a realização de eventos como as *Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos de Política Educativa* e o *Encuentro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa*¹⁰³.

Outras redes de pesquisa cujo foco envolve o debate sobre política educacional têm contribuído para as discussões do campo da política educacional, como, por exemplo: a Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Rede ESTRADO), a Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação (RIAIPE). A Rede ESTRADO foi fundada em 1999 no âmbito do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* - CLACSO (OLIVEIRA, 2003). Sua criação teve como objetivo a consolidação do campo de estudos sobre o trabalho docente. A rede integra pesquisadores de diferentes países, como: Brasil, Argentina, México, Chile, Cuba, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela. As atividades da rede envolvem a realização de seminários internacionais, encontros nacionais entre pesquisadores e

¹⁰³ A *I Jornadas* organizada pela ReLePe foi realizada em Buenos Aires (2012) e a *II Jornadas* em Curitiba (2014). O *I Encuentro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa* foi realizado em Guarulhos/SP (2015).

trabalhos conjuntos entre seus membros. No Brasil, a Rede ESTRADO teve início a partir do Grupo de Estudos Sobre Trabalho Docente (GESTRADO) da Faculdade de Educação da UFMG (OLIVEIRA, 2003). Tanto os temas dos eventos promovidos pela rede têm abordado aspectos da política educacional, como os eixos temáticos de pesquisa, os quais são: 1) Natureza, processos e condições do trabalho docente; 2) Regulações da carreira docente; 3) Políticas educativas e trabalho docente; 4) Formação docente: políticas e processos; 5) Os docentes nas políticas de avaliação; 6) Organização do trabalho e sindicalismo docente; 7) Saúde e trabalho docente; 8) Trabalho docente na Universidade; 9) Debates teóricos e metodológicos nas investigações sobre trabalho docente; 10) Condição docente e relações de gênero; 11) Trabalho docente e diversidade cultural¹⁰⁴.

A RIAIPE iniciou suas atividades em 2007 (SACCHETTI, 2007) e conta com a participação de equipes de investigação de instituições de Ensino Superior de países da América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Costa Rica, El Salvador, México, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai) e países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido)¹⁰⁵. O propósito de criação da RIAIPE envolveu a investigação sobre os impactos da globalização nas políticas educacionais nos países a que pertencem às equipes de investigação, especialmente no que se refere à inclusão e à equidade, bem como à construção de um quadro teórico e analítico que possibilitasse mapear e analisar as políticas educacionais das últimas décadas. Nesse sentido, o trabalho da rede busca a construção de indicadores, ou de alternativa aos indicadores, que possam ser utilizados na educação comparada e na avaliação de políticas públicas e que privilegiem a equidade e a inclusão (SACCHETTI, 2007; MARRERO; TEODORO, 2008; TEODORO, 2011).

Além das redes de pesquisa citadas, há também a fundação da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) em 2011. Essa entidade foi criada com o objetivo de “[...] contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, mediante um financiamento adequado, com a garantia de fiscalização e controle social”¹⁰⁶. Assim sendo, agrega pesquisadores da área com o propósito de debater e aprofundar os estudos sobre financiamento da educação, bem como criar espaços de mobilização em defesa do direito à

¹⁰⁴ Informações disponíveis no site da Rede ESTRADO: <<http://www.redeestrado.org>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

¹⁰⁵ Informações disponíveis no site da RIAIPE: <<http://www.riaipe-alfa.eu>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

¹⁰⁶ Informações disponíveis no site da FINEDUCA: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

educação. Dentre as atividades desenvolvidas por essa rede, vale destacar os eventos nacionais e a editoração do periódico FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação.

Assim, as redes de pesquisa e as entidades científicas, cada qual com os seus objetivos, demonstram a organização crescente que o campo da política educacional vem adquirindo. Tudo isso oferece possibilidades para a consolidação da política educacional como campo acadêmico. Como observam Aguiar e Azevedo (entrevista), embora a criação de redes de pesquisa seja impulsionada, muitas vezes, pelas exigências da política de Pós-Graduação, para cumprir requisitos de internacionalização da pesquisa, o estabelecimento de redes parece apontar para uma possibilidade de fortalecimento do campo da política educacional.

González Hernández (2015) explica que uma rede configura-se por envolver especialistas, intercâmbios e elementos em conexão, gerando vínculos com distintos graus de intensidade. Algumas das suas características: a) não tem um espaço físico determinado, seu território pode ser amplo ou limitado dependendo da distribuição de seus membros; b) o exercício de poder é variável, dependendo de como se organiza ou de quem toma a iniciativa de organizar a rede; c) a afiliação é voluntária e a participação na rede é flexível e depende do tempo e das necessidades dos membros (GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, 2012).

Segundo a autora, as redes acadêmicas ou científicas agregam pessoas vinculadas à docência e à pesquisa em instituições educacionais. Essas pessoas compõem equipes de estudo e trabalho com a finalidade de obter objetivos específicos em uma determinada área de conhecimento (GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, 2015). Dessa maneira, uma rede acadêmica permite potencialmente avançar na constituição de equipes acadêmicas para enfrentar, aumentar e aplicar novos conhecimentos, bem como promover diálogos, geração de espaços acadêmicos de cooperação e estabelecimento de projetos conjuntos (CHAVOYA PEÑA; GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, 2012). Entretanto, conforme González Hernández (2012), embora alguns membros da rede participem de suas atividades e compartilhem valores e práticas, pode ocorrer que não se sintam parte dela, pois, muitas vezes, o processo de construção da identidade da rede é túbio.

Trabalhar em rede implica em diversos desafios para os pesquisadores: a) requer uma abertura para outras línguas e outras culturas acadêmicas; b) demanda a construção de relações mais horizontais, de forma a propiciar a participação de pesquisadores mais experientes e de pesquisadores em formação; c) no caso de redes internacionais, requer a participação de representantes de diversos países nas decisões, bem como na alternância da coordenação da rede; d) demanda a criação de estratégias de divulgação que sejam eficazes;

e) requer a busca de apoios institucionais e a busca de recursos financeiros, por meio de projetos, para viabilizar o funcionamento da rede e a realização de pesquisas conjuntas; f) demanda a organização contínua de publicações, preferencialmente em acesso aberto, de forma a facilitar a disseminação das produções da rede.

Apesar desses desafios, as redes de pesquisa têm possibilitado ações de colaboração e esforço coletivo que contribuem para a consolidação e a legitimação do campo acadêmico da política educacional. É justamente em virtude da heterogeneidade nos intercâmbios (nacionais e internacionais), ou seja, dos diferentes capitais (interesses e concepções) e *habitus* (trajetórias) dos agentes que integram as redes de pesquisa, que se alicerça a potencialidade de avanços no desenvolvimento teórico do campo, assim como no debate sobre as muitas questões epistemológicas e metodológicas da investigação em política educacional, apontadas pelos pesquisadores que estudam o campo, como aqueles mencionados na revisão de literatura e que, ainda, precisam ser resolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] não podemos captar a dinâmica de um campo senão mediante uma análise sincrônica de sua estrutura e, simultaneamente, não podemos captar esta estrutura sem uma análise histórica, isto é, genética, de sua constituição e das tensões que existem entre as posições em seu seio, assim como entre esse campo e os outros campos e, especialmente, o campo de poder. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 90, tradução nossa).¹⁰⁷

Nesta tese, apresentamos uma análise histórica da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Na fase inicial da pesquisa, tínhamos apenas clareza de que se tratava de uma temática relevante e sobre a qual existiam apenas alguns textos sobre temas específicos. Assim, enfrentamos o desafio de abordar o processo de constituição do campo acadêmico da política educacional em uma pesquisa ampla e integrada. A teoria dos campos de Bourdieu mostrou-se bastante profícua para essa tarefa, pois oferece elementos teóricos importantes sobre a formação e o funcionamento dos campos acadêmicos. Dentro do conjunto teórico de Bourdieu, incluindo os conceitos de campo, *habitus* e capital, que estão ligados sinergicamente, especialmente importante, é a ênfase na relacionalidade (RAWOLLE; LINGARD, 2015). Pesquisar um campo envolve uma análise sincrônica, ou seja, o olhar sobre um conjunto de fatos que determinam o objeto de estudo. Envolve, também, uma análise diacrônica, isto é, examinar as mudanças que foram ocorrendo no campo ao longo do tempo. O pensar sobre o real como relacional (BOURDIEU, 1989) demandou, portanto, compreender o objeto no interior do contexto histórico, político e educacional brasileiro, no âmbito internacional, na interface com outros campos de conhecimento, assim como a partir dos vários aspectos (agentes, instituições) que contribuíram para a estruturação do campo.

Para essa pesquisa, a relacionalidade foi um dos principais pontos fortes do pensamento de Bourdieu, em termos teóricos e metodológicos. Ao rejeitar o “teorismo”, Bourdieu (1989) entende que a operação mais importante se trata da construção do objeto de estudo, em que as opções teóricas caminham juntas às opções técnicas (empíricas). A construção do objeto “[...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 26-27). A construção do objeto pressupõe o encontro com o empírico e realiza-se pouco a pouco na inter-relação entre os achados pesquisa, os conceitos teóricos e os aspectos contextuais pertinentes. Mediante esse trabalho de construção, que a argumentação da tese foi sendo elaborada e que desenvolvemos

¹⁰⁷ Citação no original: “[...] we cannot grasp the dynamics of a field if not by a synchronic analysis of its structure and, simultaneously, we cannot grasp this structure with-out a historical, that is, genetic analysis of its constitution and of the tensions that exist between positions in it, as well as between this field and others fields, and especially the field of power.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 90).

a análise histórica do campo. Foi um trabalho de garimpagem dos primeiros estudos sobre política educacional, de levantamento das produções do campo e sobre o campo nacional e internacionalmente, bem como de coleta de uma série de outros dados empíricos: trabalhos apresentados no GT 5 da ANPEd, publicações de periódicos específicos, dados das linhas e grupos de pesquisa em Programas de Pós-Graduação, dados da disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia, entre outros dados relevantes.

No decorrer desse processo de construção, organizamos um quadro apresentando as demarcações temporais da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil (Quadro 1). Esse quadro, a partir de uma periodização, sintetizou aspectos que contribuíram para a constituição do campo, bem como situou algumas características do contexto histórico-político. Essa síntese auxiliou significativamente na organização e no desenvolvimento da escrita e da argumentação da tese. As demarcações temporais foram divididas em três momentos: a) antecedentes do campo acadêmico da política educacional (década de 1820 a 1950); b) institucionalização do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1960; e c) expansão do campo acadêmico da política educacional a partir da década de 1990.

No primeiro momento, a pesquisa evidenciou que o campo acadêmico da política educacional no Brasil tem parte da sua constituição vinculada à administração da educação, administração escolar e educação comparada, bem como possui seus antecedentes ligados aos estudos sobre a situação do ensino no país. A vinculação da emergência do campo acadêmico da política educacional com a administração da educação esteve presente também em outros países, como: Estados Unidos e Portugal. Além disso, de maneira ampla, foi possível compreender a emergência dos estudos sobre política educacional relacionados ao contexto de desenvolvimento da ciência política.

Os estudos de política educacional no Brasil, nesse primeiro momento, desenvolveram-se a partir da necessidade de organização de uma educação nacional diante do processo de desenvolvimento do país. Realizados no âmbito de instâncias vinculadas ao Estado (Inep, CBPE, CRPEs), tinham o propósito de fornecer subsídios para as ações do Estado.

O segundo momento é caracterizado pela institucionalização do campo acadêmico da política educacional. O marco situado na década de 1960 teve como base três fatores: a) a criação da ANPAE (1961), tendo em vista a relação da política educacional com a administração da educação; b) o uso mais frequente do termo política(s) educacional(is) nos títulos de teses, dissertações, artigos e livros; e c) a implantação da Pós-Graduação (1965) e

do primeiro Mestrado em Educação (PUC-Rio, 1966), momento em que a pesquisa em educação no Brasil é incorporada pelo campo acadêmico. Apesar disso, de maneira mais explícita, foi possível demarcar a institucionalização do campo acadêmico da política educacional na década de 1980 com a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987) no âmbito da ANPEd.

O terceiro momento é caracterizado pela expansão do campo acadêmico da política educacional. A partir da década de 1990, diversos aspectos puderam demonstrar o desenvolvimento e a ampliação do campo: aumento das publicações sobre política educacional, criação de disciplinas de política educacional na Graduação, criação de linhas e grupos de pesquisa de política educacional na Pós-Graduação, criação de periódicos científicos e de redes de pesquisa de política educacional e realização de eventos científicos específicos de política educacional.

É significativo no pensamento de Bourdieu a sustentação de que todas as relações no campo são afetadas por e envolvem poder. As diferentes formas de capital adquirido pelos agentes (específico, cultural, social, simbólico, etc.) são foco das lutas dentro do campo. (RAWOLLE; LINGARD, 2015). Assim, o campo é construído na interação das relações de poder, como resultado da determinação dos capitais mais valorizados ou que, em certo momento histórico-político, emergem como necessários e pertinentes. No caso do campo acadêmico da política educacional no Brasil, foi no contexto da década de 1980, com a redemocratização do país, que os debates sobre a política educacional ganharam força e o campo começa a adquirir maior legitimidade em espaços institucionais com a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da ANPEd e, posteriormente, a partir da década de 1990, com a criação de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação, disciplinas, periódicos, eventos e redes de pesquisa, bem como com o reconhecimento como subárea/especialidade de conhecimento no âmbito de agências de fomento (CNPq).

A fundamentação teórica e os dados empíricos permitiram afirmar que a política educacional é um campo acadêmico específico e institucionalmente legitimado em vários países. Contudo, no caso do Brasil, os dados e as análises realizadas ofereceram evidências de que se trata de um campo em expansão e ainda em construção. A sua consolidação, como campo, demanda uma série de ações sincrônicas, tais como: a) a ampliação e o aprofundamento das discussões sobre o objeto de estudo da política educacional; b) o desenvolvimento das questões teórico-metodológicas da pesquisa em política educacional; c) a ampliação dos estudos de política educacional que extrapolem a descrição e a análise de políticas em direção a estudos de compreensão (MAINARDES; TELLO, 2016). Para

Bourdieu (1996, p. 70), “o que se produz no campo é cada vez mais dependente da história específica do campo [...]”. Dessa forma, entendemos que são os sujeitos do próprio campo que, em conjunto, constroem o desenvolvimento do campo em direção à sua consolidação.

Em nossa perspectiva, o processo de consolidação do campo envolve alguns desafios. O primeiro desafio está relacionado às relações e às interlocuções do campo da política educacional com outros campos, tais como o campo das ciências sociais, da ciência política, da economia, bem como com o desenvolvimento da teoria social. No Brasil, a partir da análise das pesquisas e das publicações de política educacional, constata-se que muitos estudos desse campo restringem-se a autores do próprio campo ou do mesmo tema de investigação. Tendo em vista que o campo das ciências sociais, da ciência política, da economia e da teoria social em geral estão em permanente desenvolvimento, os estudos de política educacional poderiam ganhar mais densidade teórica e analítica. Da mesma forma, consideramos que os outros campos também possuem uma fraca interlocução com os estudos de política educacional.

O segundo desafio está relacionado ao primeiro e refere-se à internacionalização dos estudos de política educacional. Assim como o campo da política educacional no Brasil expande-se e gradualmente adquire maior densidade, o mesmo ocorre com os demais campos (ciências sociais, ciência política, etc.). No entanto, a produção internacional, especialmente por meio das publicações em língua inglesa, indica que há avanços muito significativos no uso de teorias, bem como na análise de políticas educacionais específicas. Webb e Gulson (2015a), ao fazerem uma retrospectiva dos avanços das teorias da análise de políticas, indicam que, na década de 1980, ocorreu uma “explosão” de referenciais teóricos e interdisciplinares, a partir da crítica ao positivismo e a abordagens racionalistas que predominavam. Nesse conjunto, estão as publicações da sociologia das políticas (*policy sociology*), representada pelos estudos de Roger Dale, Jenny Ozga, Stephen J. Ball e outros. A partir da década de 1990, Webb e Gulson (2015a) fazem menção à proliferação de abordagens multidisciplinares (arqueologia das políticas, historiografia das políticas, antropologia das políticas). Isso ilustra a necessidade de considerar tais avanços para poder compreender o que e como a política educacional vem sendo pesquisada e compreendida em outros contextos. Dessa forma, consideramos que é essencial que os pesquisadores do campo da política educacional no Brasil ampliem a interlocução com esses estudos. Embora uma parte dos periódicos em língua inglesa esteja disponibilizada pelo Portal de Periódicos da Capes, destacamos que os pesquisadores brasileiros em geral têm limitado acesso às publicações de periódicos e livros, em virtude do capital econômico, bem como do capital cultural (linguístico) e da forma como

as bibliotecas universitárias são organizadas. Na maioria das universidades de países centrais, o acesso a periódicos e livros é facilitado e bastante estimulado. Muitos livros (principalmente recém-publicados) são disponibilizados *online* para professores e estudantes. Essas facilidades permitem que as pesquisas não fiquem restritas ao contexto nacional.

A inclusão de artigos internacionais na revisão de literatura contribui para a ampliação da visão sobre o objeto da pesquisa. Além disso, o acesso à literatura internacional é particularmente relevante para a ampliação e para o aprofundamento do referencial teórico das pesquisas. Na língua inglesa, há uma grande variedade de artigos que buscam debater e atualizar perspectivas epistemológicas, teorias e conceitos que são utilizados como fundamento para as pesquisas sobre políticas. No entanto, a internacionalização está também relacionada à interlocução com outras línguas, além da língua inglesa, como com a dos países da América Latina. Em virtude da proximidade geográfica, cultural e linguística, uma série de ações conjuntas de pesquisadores de política educacional tem permitido a ampliação da interlocução com países latino-americanos, o que tem resultado em avanços importantes para a pesquisa em política educacional na região, por exemplo, a criação de redes de pesquisa como a ReLePe.

Um outro desafio refere-se à necessidade de desenvolver estudos de natureza teórica e epistemológica. Uma parte significativa das pesquisas e das publicações sobre política educacional refere-se ao estudo de políticas educacionais específicas. No entanto, é necessário também aprofundar os referenciais teóricos e analisar a produção do próprio campo. Johnson Jr. (2003) considera que é fundamental que o próprio campo seja avaliado permanentemente, de forma a compreender o que está sendo produzido e quais aspectos poderiam ser aprofundados.

Consideramos que o desenvolvimento epistemológico e teórico-metodológico que vem sendo produzido pelos agentes do campo poderão contribuir para uma melhor definição desse campo, de forma a encontrar um equilíbrio entre as regras de filtragem que o campo utiliza e as possibilidades de cobrir a diversidade de temas que integram o campo.

Por fim, é importante mencionar que a pesquisa realizada envolveu um conjunto amplo de dados que suscitam perspectivas de aprofundamento em investigações futuras. A análise das publicações das revistas que compuseram o *corpus* empírico da tese envolveu a indicação de temáticas. No entanto, uma possibilidade relevante de estudo é a análise do conteúdo e dos aspectos teórico-metodológicos dessas produções. Outra perspectiva refere-se à disciplina Política Educacional. A pesquisa compreendeu a identificação de alguns dados curriculares, todavia uma ampliação dessa discussão seria possível por meio da análise dos

programas das disciplinas (conteúdos, bibliografia, enfoques teóricos, etc.). Seria igualmente interessante a análise dos primeiros programas das disciplinas de Administração Escolar, Administração da Educação e Educação Comparada, identificando quem foram os professores, os conteúdos e a bibliografia utilizada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, M. Análise crítica do processo de implantação de um programa de ensino inovador no sistema educacional paulista. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 8., 1985, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPED, 1985.
- ADESG. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. **Política educacional mato-grossense**. Campo Grande: ADESG, 1975.
- AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estadonação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001.
- AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 35-46, jan./abr. 2003.
- AGUIAR, M. A. da S. **Supervisão escolar e política educacional**. 1989. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.
- AGUIAR, M. A. da S. **Supervisão escolar e política educacional**. São Paulo: Cortez; Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado de Pernambuco, 1991. (Biblioteca da educação. Série 1 – Escola, v. 14).
- AGUIAR, M. A. da S.; AZEVEDO, J. M. L. de. Reflexões sobre a trajetória do GT Estado e Política Educacional no Brasil: gestão 1991/1993. **Boletim ANPED**, Belo Horizonte, n. 2, p. 53-63, out./dez. 1993. (16ª Reunião Anual).
- ALBUQUERQUE NETO, A. S. de. Legislação e Política Educacional Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 725-734, set./dez. 1995.
- ALGARTE, R. A. **A reforma administrativa do MEC e a política educacional brasileira: um estudo da relação entre fins e meios**. 1983. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- ALLEN, R. (Ed.). **Pocket Fowler's Modern English Usage**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ALMEIDA, M. A. V. de. História da educação brasileira: o problema de sua periodização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 69, n. 161, p. 112-141, jan./abr. 1988.
- ALMEIDA, R. G. de. A política de educação de Alberto Tôrres. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 212-220, nov. 1944.
- ALMEIDA, S. O. de. **As representações sobre o desenvolvimento na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1952-1964)**. 2012. 150 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.
- ALVARENGA, L. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944-74**.

1996. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ALVARENGA, L. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 244-272, maio/ago. 2000.

ALVES, I. **Técnica e política educacional**. Rio de Janeiro: Revista Infância e Juventude, 1937.

ANDERSON, J. E. **Public policy-making**. New York: Praeger, 1975.

ANDRÉ, M. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 11-24, set./dez. 2006.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./mar. 1980.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, out. 1981.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, fev. 1982a.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 1982b.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, João Pessoa, v. 6, n. 3, set. 1984.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, João Pessoa, v. 7, n. 1, jan. 1985.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Niterói, v. 8, n. 1, jan./mar. 1986a.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Boletim ANPED**, Niterói, v. 8, n. 3-4, jul./dez. 1986b.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 10ª Reunião Anual. **Boletim ANPED**, Niterói, v. 9, n. 2-3, abr./set. 1987.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 11ª Reunião Anual. **Boletim ANPED**, Niterói, v. 10, n. 2-3, abr./set. 1988.

ANPED. **Proposta da ANPED: nova Tabela das Áreas do Conhecimento em Educação**. Rio de Janeiro, 30 out. 2005. (Integrantes da Comissão: Elza Garrido; Inês Barbosa de Oliveira; José Gonçalves Gondra, Betania Leite Ramalho).

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **GT05 – Estado e Política Educacional**. Histórico. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ARAGÃO, J. G. **A política educacional**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1979.

AROSA, A. de C. C. **A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT – 5 da ANPEd (2000 a 2009)**. 2013. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARROYO, M. G. **Estrutura de poder local e política educacional**. 1974. 87 f. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1974.

ASSIS, M. C. de. **Política educacional, democratização do ensino e fracasso escolar: do discurso à realidade**. 1982. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

AUGUSTO, J. Política americana de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 339-350, dez. 1944.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Polêmicas do Nosso Tempo, 56).

AZEVEDO, J. M. L. de. A pesquisa sobre as políticas de educação no Brasil: panorama e perspectivas. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 2., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014. p. 1-2. (Resumo de mesa redonda).

AZEVEDO, J. M. L. de.; AGUIAR, M. A. da S. O GT Estado e Política Educacional: identidade, trajetória, perspectivas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1998. (Trabalho encomendado).

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, set./dez. 2001a.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas: Editora Autores Associados, 2001b. p. 73-87.

BALL, S. J. **Politics and policy making in education: explorations in policy sociology**. New York: Routledge, 1990.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy**: policy enactments in secondary schools. London/New York: Routledge, 2012.

BARRETTO, E. S. de S. Políticas públicas de educação: atual marcos de análise. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 90, p. 5-14, 1994.

BARRETTO, E. S. de S. Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 44, p. 493-506, 2009.

BARRETTO, E. S. de S.; PINTO, R. P. Avaliação de programas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. p. 101-126.

BASCIA, N.; CUMMING, A.; DATNOW, A.; LEITHWOOD, K.; LIVINGSTONE, D. (Eds.). **International Handbook of Educational Policy**. Dordrecht: Springer, 2005.

BASTOS, H. Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 54-59, 1944.

BATHMAKER, A.-M. Thinking with Bourdieu: thinking after Bourdieu. Using ‘field’ to consider in/equalities in the changing field of English higher education. **Cambridge Journal of Education**, v. 45, n. 1, p. 61-80, 2015.

BEISIEGEL, C. de R. Ação política e expansão da rede escolar: os interesses eleitorais do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no Estado de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, v. 8, 1964. (In: BEISIEGEL, C. de R. A qualidade do ensino na escola pública. Brasília: Liber Livro, 2005. p. 15-95).

BELL, L.; STEVENSON, H. **Education policy process, themes and impact**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2006.

BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. 2014.

BERNARDO, M. V. C. et al. (Org.). **Pensando a educação**: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional. São Paulo: UNESP, 1989.

BEZERRA, A. A. Modalidade de provimento do dirigente escolar: mais um desafio para as políticas da educação municipal. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 59-70, jan./abr. 2009.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BITTAR, M. A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 3-22, mar. 2009.

BITTAR, M.; BITTAR, M.; MOROSINI, M. Producción de conocimiento y política educativa en América Latina: la experiencia brasilera. In: GOROSTIAGA, J.; PALAMIDESSI, M.; SUASNÁBAR, C. (Comps.). **Investigación educativa y política en América Latina**. Buenos Aires: Noveduc, 2012. p. 79-112.

BONALS, L. P.; ARENS, A. G. L.; TRUJILLO, A. R. P. La política educativa: un componente necesario en la formación de docentes que investigan sobre su práctica. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-21.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. 2. ed. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerario de un concepto. Tucumán, Capital Federal: Montessor, 2002.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004c. (Coleção Estudos, 20).

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011a.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRAGANÇA, I. F. de S. Algumas imagens sobre docência e formação na década de 60: revisitando a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 7-14, jan./dez. 2001.

BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BREJON, M. **Alguns aspectos da formação de administradores escolares**. Salvador: ANPAE, 1966. (Caderno de Administração Escolar III).

BRITTO, J. de M. INEP: laboratório de ideias em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 74, n. 177, p. 475-486, maio/ago. 1993.

BRUNO, A. **Um programa de política educacional**. Recife: Directoria tecnica de educação, 1935.

CALHOUN, C. (Ed.). **Dictionary of the Social Sciences**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CAPANEMA, G. Apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-4, 1944.

CAMPOS, M. A. P. Política de Pós-Graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 128, p. 232-240, out./dez. 1972.

CAMPOS, M. M.; FÁVERO, O. A pesquisa em educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, p. 5-17, fev. 1994.

CARLEY, M. **Rational techniques in policy analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1980.

CARVALHO, L. M. **A construção de conhecimento sobre políticas públicas de educação em Portugal**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (e-book).

CASTRO, A. D. de. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 291-300, maio/ago. 1984.

CASTRO, M. L. S. de; WERLE, F. O. C. Temáticas privilegiadas em periódicos nacionais: uma análise das publicações na área de administração da educação (1982-2000). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 491-521, set./dez. 2009.

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5., 2004, Braga. **Actas...** Braga, 2004.

CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011.

CATANI, A. M.; AZEVEDO, M. L. N. de. Estudos de políticas de educação em uma perspectiva comparada: uma antecipação crítica de Bourdieu e Passeron. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, n. 14, p. 51-61, jul./dez. 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316. (Coleção Sociologia).

CHAVOYA PEÑA, M. L.; GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, J. A. El potencial de las redes académicas para el desarrollo de la educación superior. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA, 20., 2012, Guadalajara. **Anais...** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2012. p. 1-17.

CIBULKA, J. G. Policy analysis and the study of the politics of education. **Journal of Education Policy**, v. 9, n. 5, p. 105-125, 1994.

CIRINO, S. D. et al. (Orgs.). **Diretório brasileiro de periódicos em Educação do FEPAE**. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Rio de Janeiro: ANPED, 2013. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/fepae/publicacoes/diretorio>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CIZEK, G. J. **Handbook of educational policy**. San Diego; London: Academic Press, 1999.

COLETÂNEA CBE. **Estado e educação**. Campinas, SP: Papirus; CEDES; São Paulo: ANDE; ANPED, 1992.

COOPER, B. S.; CIBULKA, J. G.; FUSARELLI, L. D. (Eds.). **Handbook of education politics and policy**. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

COSTA, A. de C.; MURANAKA, M. A. S.; BORGHI, R. F. A contribuição da disciplina PEB à formação de professores do ensino básico: estudo do caso das licenciaturas em uma universidade estadual. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-24.

COSTA, L. C. B. F. **A política educacional brasileira face aos planos nacionais de desenvolvimento**: aula magna. Rio Branco: Universidade Federal de Acre, 1976.

CUNHA, L. A. **O ensino técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio**. 1972. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Educacional) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

CUNHA, L. A. **Política educacional no Brasil**: a profissionalização no Ensino Médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. (Coleção META).

CUNHA, N. F. da. Implicações de uma redefinição da política educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 135, p. 291-304, jul./set. 1974.

CUNHA, K. S. Teoria do discurso e conceito de campo: categorias para análise das políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, 2016. (No prelo).

CHRISPINO, A. Resultado do Saeb 97/Química e a reforma do ensino médio: um exercício de aproximação para a política educacional, o planejamento de ensino e a gestão da prática docente voltados para a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 114-147, jan./abr. 1999.

CNPQ/CAPES/FINEP. Comissão Especial de Estudos. **Nova tabela das áreas do conhecimento**: versão preliminar proposta para discussão. Brasília, set. 2005.

DALE, R. **The State and education policy**. Milton Keynes: Open University, 1989.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010.

DALL'IGNA, M. A. Políticas públicas de educação: a (des)articulação entre a união, o estado e os municípios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 394-397, set./dez. 1991.

DIAS, J. A. **Sistema escolar brasileiro**. Niterói: ANPAE, 1972. (Caderno de Administração Escolar V).

DIAS, J. A. O contexto cultural da política educacional: Brasil e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 86-97, jul./dez. 1985.

DIAS, J. A. Estudos de administração escolar na Cadeira de Administração Escolar da USP-FFCL entre 1951 e 1970. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 551-559, set./dez. 2007.

DIDONET, V. **Sugestões de uma política educacional para o pré-escolar**. 1977. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

DIÓGENES, E. M. N. Análise das bases epistemológicas do campo teórico da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 333-353, jul./dez. 2014.

DOMINGUEZ PASTORELO, V. L. **Prodasec-urbano**: reflexões sobre um programa especial e a política educacional atual. São Paulo: Cenafor, 1982.

DRABACH, N. P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 258-285, jul./dez. 2009.

DUTRA, A. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de 1983 a 1987. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 85, p. 33-42, 1993.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Editorial. O CEDES e seus 30 anos em defesa do direito universal à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 945-947, set./dez. 2009.

ESPOSITO, Y. L. **Cartilhas e materiais didáticos**: critérios norteadores para uma política educacional. 1985. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

EVERS, J.; KNEYBER, R. (Eds.). **Flip the system**: changing education from the ground up. Abingdon, Oxon: Routledge, 2016.

FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. (Orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 11-21.

FARIAS, D. R.; AMARAL, L. M. S. do; SOARES, R. C. Biobibliografia de Anísio Teixeira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001.

FERNANDES, C. de O. A promoção automática na década de 50: uma revisão bibliográfica na RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 76-88, jan./abr. 2000.

FERNÁNDEZ-SORIA, J. M. Uncertainties and risks in Education Politics. **New Approaches in Educational Research**, v. 2, n. 2, p. 45-47, jul. 2013.

FERREIRA, M. S. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.

FLACH, S. de F.; MASSON, G. A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-18.

FREITAG, B. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREITAS, H. et al. **Sphinx Aprendiz**. Canoas: Sphinx Brasil, 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FUHRMAN, S. H.; COHEN, D. K.; MOSHER, F. (Eds.). **The state of educational policy research**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

GALE, T. Critical policy sociology: historiography, archaeology and genealogy as methods of policy analysis. **Journal of Education Policy**, v. 16, n. 5, p. 379-393, 2001.

GARCIA FRANCO, J. S. El surgimiento del campo de la política educativa en Argentina: los casos de las Universidades Nacionales de Buenos Aires y La Plata. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 461-484, jul./dez. 2014.

GATTI, B. A. Pós-Graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, p. 3-17, fev. 1983.

GATTI, B. A. Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 68, n. 159, p. 279-288, maio/ago. 1987.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil – 1964/1985**: um estudo sobre a política educacional. 1990. 444 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

GERRARD, J.; FARRELL, L. ‘Peopling’ curriculum policy production: researching educational governance through institutional ethnography and Bourdieuan field analysis. **Journal of Education Policy**, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2013.

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. What to do about values in social research: the case of ethical reflexivity in the sociology of education. **British Journal of Sociology of Education**, v. 27, n. 1, p. 141-155, 2006.

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. **Understanding education**: a sociological perspective. Cambridge: Polity Press, 2009.

GIBTON, D. **Researching education policy, public policy, and policymakers**: qualitative methods and ethical issues. Abingdon, Oxon: Routledge, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. Educação Superior como sujeito-objeto de estudo. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. (Orgs.). **Reconfiguração do campo da Educação Superior**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 13-70. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

GOMES, N. F. DA C. **Análise do currículo de ensino de 2º grau**: implicações de uma redefinição da política educacional. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1976.

GÓMEZ CAMPO, V. M.; TENTI FANFANI, E. **Universidad y profesiones**: crisis y alternativas. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1989.

GONÇALVES, F. dos S. **A recuperação**: dissimulando o fracasso da política educacional. 1981. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981.

GONÇALVES, N. G. A relação Estado e educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 21-37, maio/dez. 2005.

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, J. A. El reto epistemológico que supone estudiar a la ReLePe. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2012, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UNTREF, 2012. p. 1-16.

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, J. A. **Redes de acción científica; configuraciones complejas en la construcción del conocimiento colaborativo y su relación con la política pública**. 2015. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 2015.

GOUVEIA, A. B. Direita e esquerda na política educacional: democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 224, jan./abr. 2009.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 122, abr./jun. 1971.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 19, p. 75-79, dez. 1976.

GULSON, K. N.; CLARKE, M.; PETERSEN, E. B. (Eds.). **Education policy and contemporary theory**: implications for research. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015.

HALPIN, D.; TROYNA, B. (Eds.). **Researching education policy**: ethical and methodological issues. London: The Falmer Press, 1994.

HARRINGTON, A. **Modern social theory**: an introduction. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HECK, R. H. **Studying educational and social policy**: theoretical concepts and research methods. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

HEIMANS, S. Education policy, practice, and power. **Educational Policy**, v. 26, n. 3, p. 369-393, 2012.

HEY, A. P. Fronteira viva: o campo acadêmico e o campo político no Brasil. In: AZEVEDO, M. L. N. de (Org.). **Políticas públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2008. p. 217-250.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HOGWOOD, B. W.; GUNN, L. A. **Policy analysis for the real world**. London: Oxford University Press, 1984.

HORTA, J. S. B. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores - MEC).

HUSEN, T. Pesquisa e elaboração de uma política educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 115, p. 184-192, jul./set. 1969.

INEP. Bibliografia pedagógica brasileira (1812-1900). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 100-123, jul. 1944a.

INEP. Bibliografia pedagógica brasileira (1901-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 281-303, ago. 1944b.

INEP. Bibliografia pedagógica brasileira (1931 a 1940). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 418-448, set. 1944c.

INEP. Bibliografia pedagógica brasileira (1941 e 1942). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 108-133, out. 1944d.

INEP. Bibliografia brasileira de educação: ano de 1943. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 287-294, nov. 1944e.

INEP. Bibliografia brasileira de educação: ano de 1944. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 263-274, maio 1945.

JENKINS, W. I. **Policy analysis**: a political and organisational perspective. London: Martin Robertson, 1978.

JIMÉNEZ EGUIZÁBAL, A.; PALMERO CÁMARA, C.; LUIS RICO, I. The spectre of educational policy spreads throughout Europe. Its presence as a discipline in postgraduate education. **New Approaches in Educational Research**, v. 2, n. 2, p. 82-87, jul. 2013.

JOHNSON JR., B. L. Those nagging headaches: perennial issues and tensions in the politics of education field. **Educational Administration Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 41-67, fev. 2003.

JONES, C. O. **An introduction to the study of public policy**. Belmont, CA: Wadsworth, 1970.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Curitiba: UFPR, v. 6, n. 12, jul./dez. 2012.

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 3-11, jul./dez. 2012.

LADWIG, J. G. For whom this reform?: outlining educational policy as a social field. **British Journal of Sociology of Education**, v. 15, n. 3, p. 341-363, 1994.

LADWIG, J. G. Theoretical notes on the sociological analysis of school reform networks. **British Journal of Sociology of Education**, v. 35, n. 3, p. 371-388, 2014.

LAUWERYS, J. A. Políticas educacionais europeias. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 115, p. 197-202, jul./set. 1969.

LEÃO, A. C. **Introdução à administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LEITE, M. do C. B. **Projeto de revitalização das escolas normais do Piauí**: um estudo de política educacional. 1989. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

LERNER, D.; LASWELL, H. D. **The policy sciences**: recent developments in scope and method. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

LIMA, L. C.; GUIMARÃES, P. **European strategies in lifelong learning**: a critical introduction. Leverkusen Opladen, Germany: Barbara Budrich Publishers, 2011.

LIMA, R. P. A política da educação do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 117, p. 203-208, jan./mar. 1970.

LINGARD, B.; OZGA, J. (Eds.). **The RoutledgeFalmer Reader in Education Policy and Politics**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2007.

LINGARD, B.; RAWOLLE, S. Mediatizing educational policy: the journalistic field, science policy, and cross-field effects. **Journal of Education Policy**, v. 19, n. 3, p. 361-380, 2004.

LINGARD, B.; RAWOLLE, S. New scalar politics: implications for education policy. **Comparative Education**, v. 47, n. 4, p. 489-502, 2011.

LINGARD, B.; RAWOLLE, S.; TAYLOR, S. Globalizing policy sociology in education: working with Bourdieu. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 759-777, 2005.

LINGARD, B.; SELLAR, S.; BAROUTSIS, A. Researching the habitus of global policy actors in education. **Cambridge Journal of Education**, v. 45, n. 1, p. 25-42, 2015.

LOBO, Y. L. **A Associação Brasileira de Educação e a política educacional brasileira no período de 1928 a 1934**. 1978. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

LOURENÇO FILHO, M. B. A educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, 1944.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Educação comparada**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Organização e administração escolar**: curso básico. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

LOURENÇO FILHO, M. B. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.

MACHADO, L. Capital humano. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. (CD-ROM). p. 1-4.

MACHADO, L. Z. **Política educacional e ideologia**: a eternização do presente na ideologia dos secretários de educação. 1979. 414 f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

MADEIRA, V. de P. C. A ANPAE que queremos: do Estatuto ao Regulamento Geral e sua reforma (1ª parte). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 137-151, jan/jun. 2002a.

MADEIRA, V. de P. C. A ANPAE que queremos: do Estatuto ao Regulamento Geral e sua reforma (2ª parte). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 289-296, jul/dez. 2002b.

MAIA, G. Z. A. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2008.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J. Reflexiones sobre el objeto de estudio de la política educativa. In: TELLO, C. (Comp.). **Los objetos de estudios de la política educativa**: hacia una caracterización del campo teórico. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015a. p. 25-42.

MAINARDES, J. Entrevista com Stephen J. Ball. **Revista Olh@res**, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 161-171, nov. 2015b.

MAINARDES, J.; ALFERES, M. A. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 392-416, maio/ago. 2014.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 54, p. 1-18, jul. 2016.

MANGEZ, E.; HILGERS, M. The field of knowledge and the policy field in education: PISA and the production of knowledge for policy. **European Educational Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 189-205, 2012.

MANZON, M. **Comparative Education**: the construction of a field. Hong Kong: Springer and the Comparative Education Research Centre, The University of Hong Kong, 2011.

MARGINSON, S. Global field and global imagining: Bourdieu and worldwide higher education. **British Journal of Sociology of Education**, v. 29, n. 3, p. 303-315, 2008.

MARQUES JÚNIOR, R. **Política educacional republicana**: o ciclo da desoficialização do ensino. 1967. 351 f. Tese (Concurso de Doutorado na Cadeira de História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 1967.

MARRERO, A.; TEODORO, A. Introducción. Políticas de educación en tiempos de globalización. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 48, p. 15-14, 2008.

MARTIGNONI, L. La enseñanza de la política educativa en la formación docente el caso de la carrera de Geografía. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-13.

MARTINS, A. M. A pesquisa na área de política e gestão da educação básica: aspectos teóricos e metodológicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 379-393, maio/ago. 2011.

MARTINS, J. Fator humano na política educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 115, p. 192-196, jul./set. 1969.

MARTINS, M. A. R. Desenvolvimento de recursos humanos e magistério de 1º grau (análise crítica da política de desenvolvimento pessoal de 1º grau na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 8., 1985, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPEd, 1985.

MARTINS, R. D'A.; LOTTA, G. S. Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 846-860, out./dez. 2010.

MASCARO, C. C. **A administração escolar na América Latina**. Salvador: ANPAE, 1968. (Caderno de Administração Escolar IV).

MATON, K. A question of autonomy: Bourdieu's field approach and higher education policy. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 687-704, 2005.

MELCHIOR, J. C. de A. **Financiamento da educação no Brasil**: recursos financeiros públicos e privados. São Paulo: ANPAE, 1972. (Caderno de Administração Escolar VI).

MELLO, G. N. de. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 46, p. 67-72, ago. 1983.

MELLO, M. A. G. M. Isaías Alves de Almeida e a educação na Bahia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 125-140, jul./dez. 2005.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): ciência política**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3. p. 59-99.

MENDES, V. O estudo da política educacional nos cursos de licenciatura de uma Instituição Federal de Ensino Superior. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-21.

MENESES, J. G. de C. Uma contribuição para a memória da ANPAE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 261-269, jul./dez. 1997.

MENESES, J. G. de C. Da administração escolar à gestão democrática: um pouco da história da ANPAE... e de como entro nesta história. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 119-125, jan/jun. 2001.

MENESES, J. G. de C. A teoria de administração escolar de Querino Ribeiro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 543-549, set./dez. 2007.

MENESES, J. G. de C. Carlos Corrêa Mascaro e sua contribuição para a criação da ANPAE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 197-201, jan/abr. 2012.

MENEZES, D. Political science in Brazil during the last thirty years. In: UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Contemporary political science: a survey of methods, research and teaching**. Paris: Unesco, 1950. p. 228-232.

MILLER, S. I. Defining educational policy studies as a field. **Educational Studies: A Journal of the American Educational Studies Association**, v. 12, n. 2, p. 119-124, 1981.

MITCHELL, D. E. Educational policy analysis: the state of the art. **Educational Administration Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 129-160, 1984.

MOACYR, P. **A instrução e o Império: 1823-1853**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. 1.

MOACYR, P. **A instrução e o Império: 1854-1888**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 2.

MOACYR, P. **A instrução e o Império: 1854-1889**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 3.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias**: 1834-1889: das Amazonas às Alagoas. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939a. v. 1.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias**: 1835-1889: Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939b. v. 2.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias**: 1834-1889: Espírito Santo, Minas-Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. v. 3.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Reforma Benjamim Constant (1890-1892). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941a. v. 1.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Código Fernando Lobo (1892-1899). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941b. v. 2.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Código Eptácio Pessoa (1900-1910). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941c. v. 3.

MOACYR, P. **A instrução pública no estado de São Paulo**: primeira década republicana: 1890-1893. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942a. v. 1.

MOACYR, P. **A instrução pública e o estado de São Paulo**: primeira década republicana: 1890-1900. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942b. v. 2.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942c. v. 4.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Ensino Técnico Industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942d. v. 6.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Ensino Agrônômico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942e. v. 7.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Reforma João Luiz Alves – Rocha Vaz. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. 5.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: EDUCAT, 2002.

NAIDOO, R. Fields and institutional strategy: Bourdieu on the relationship between higher education, inequality and society. **British Journal of Sociology of Education**, v. 25, n. 4, p. 457-471, 2004.

NAPOLEÃO, H. **A política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1988.

NEVES, L. M. W. **A hora e a vez da escola pública**: um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje. 346 f. 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NEVES, L. M. W. **Política educacional nos anos 90**: determinantes e propostas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

NOGUEIRA, S. M. de A. Valores e objetivos da educação brasileira: a questão da relação entre Filosofia da Educação e Política Educacional, a partir de 1930. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 171, p. 145-174, maio/ago. 1991.

OLIVEIRA, A. P. de M. Os reflexos do pensamento de Anísio Teixeira na política de avaliação nacional. In: CUNHA, C. da; SILVA, M. A. da. (Orgs.). **Pensamento pedagógico e políticas de educação**. Brasília: Universidade de Brasília; Liber Livro, 2013. p. 141-158. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

OLIVEIRA, D. A. Construindo a Rede Estrado no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 37, p. 173-182, jul. 2003.

OLIVEIRA, D. A. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: DUARTE, A.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Políticas públicas e educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 71-89. (Edvcere, 9).

OLIVEIRA, L. A. de. **A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública – as ações imperiais e republicanas**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

OLIVEIRA, O. M. M. de. A prática do avanço progressivo numa escola de 1º grau em Santa Catarina. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 8., 1985, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPED, 1985.

OLSEN, M.; CODD, J.; O'NEILL, A-M. **Education policy globalization, citizenship & democracy**. London: SAGE Publications, 2004.

ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

ORTIZ, R. Pierre Bourdieu: a procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002. p. 149-174.

ORTIZ, R. Introdução: A porosidade das fronteiras nas ciências sociais. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003. p. 7-29.

OZGA, J. Studying educational policy through the lives of policy makers: an attempt to close the macro-micro gap. In: WALKER, S.; BARTON, L. (Eds.). **Changing policies, changing teachers**. Milton Keynes: Open University Press, 1987. p. 138-150.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais**: terreno de contestação. Porto: Porto Editora, 2000.

PAIVA, V. Que política educacional queremos? **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 21, p. 122-140, ago. 1985.

PAIVA, V. Pesquisa educacional e decisão política. In: WARDE, M. J. (Org.). **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC/SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, 1998. p. 125-137.

PARO, V. H. José Querino Ribeiro e o paradoxo da administração escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 561-570, set./dez. 2007.

PARO, V. H. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009.

PASQUALE, C. Política brasileira de financiamento em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 119, p. 16-36, jul./set. 1970.

PAULILO, A. L. Sobre as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922-1935. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 54-66, jan./dez. 2003.

PAULILO, A. L. A pesquisa em políticas públicas de educação numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 481-510, set./dez. 2010.

PEREIRA, G. R. de M. ; ANDRADE, M. da C. L. de. A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1393-1411, set./dez. 2005.

PETERSON, P. E. The emerging field of education policy. In: KING, G.; SCHLOZMAN, L. K.; NIE, N. H. (Eds.). **The future of political science: 100 perspectives**. New York: Routledge, 2009. p. 227-229.

PINTO, F. C. F. A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 27-32, jan./jun. 1986.

PINTO, R. M. F. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PORTO ALEGRE. **Planejamento da política educacional do município de Porto Alegre: 1965-66**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1966.

POWER, S. The Detail and the Bigger Picture: the use of state-centred theory in explaining education policy and practice. **International Studies in Sociology of Education**, v. 5, n. 1, p. 77-92, 1995.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-17.

PUELLES BENÍTEZ, M. de. Reflections on education policy in Spain: a problematic discipline. **New Approaches in Educational Research**, v. 2, n. 2, p. 48-53, jul. 2013.

QUIANÉ, L. M. J.; LÓPEZ, V. M. S. El estudio de la política educativa en la maestría en educación básica de la Universidad Pedagógica Nacional-México: un relato reflexivo y crítico desde sus orígenes, diseño y operación. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-19.

RAWOLLE, S.; LINGARD, B. The sociology of Pierre Bourdieu and researching education policy. **Journal of Education Policy**, v. 23, n. 6, p. 729-741, 2008.

RAWOLLE, S.; LINGARD, B. Bourdieu and doing policy sociology in education. In: GULSON, K. N.; CLARKE, M.; PETERSEN, E. B. (Eds.). **Education policy and contemporary theory: implications for research**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015. p. 15-26.

RBEP. Política educacional do Presidente Castelo Branco. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 94, p. 189-194, abr./jun. 1964.

RBEP. Editorial. Considerações sobre uma política nacional de investimento em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 119, p. 5-15, jul./set. 1970.

RBEP. Editorial. O ensino supletivo na política educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 131, p. 367-370, jul./set. 1973.

REALI, A. M. de M. R.; CALVO, V. M. C. Política educacional: um estudo comparativo sobre os impactos de um novo modelo pedagógico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 290-309, maio/ago. 1999.

RIBEIRO, D. S. **Teoria de administração escolar em José Querino Ribeiro e M. B. Lourenço Filho: raízes e processos de constituição de modelos teóricos**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2006.

RIBEIRO, D. S.; MACHADO, L. M. Teorias de administração escolar em Querino Ribeiro e Lourenço Filho: raízes e processos de constituição de modelos teóricos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 13-28, jan./abr. 2007.

RIBEIRO, J. Q. **Fayolismo na administração de escolas públicas**. São Paulo: Linotechnica, 1938.

RIBEIRO, J. Q. **Introdução à administração escolar**. Salvador: ANPAE, 1965. (Caderno de Administração Escolar II).

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria da administração escolar**. São Paulo: Saraiva, 1978.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1984.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZVI, F.; LINGARD, B. **Globalizing education policy**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2010.

RODRIGUES, N. **Estado, educação e desenvolvimento econômico: a radicalização do projeto de desenvolvimento brasileiro e a política educacional**. 1979. 177 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979.

ROMERO, S. A.; GARCIA, M. G. Sentidos y desafíos de enseñar política educativa en la formación docente. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-15.

ROSAS, P. A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio/ago. 1984.

ROTHEN, J. C. **Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação**. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

ROTHEN, J. C. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005.

RUS PEREZ, J. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 65-73.

RUS PEREZ, J. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out./dez. 2010.

SÁ, A. de. Nova política educacional nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 98, p. 298-303, abr./jun. 1965.

SÁ, N. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1979.

SACCHETTI, I. Constituída a Rede Ibero-americana de Investigação em Políticas de Educação. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 9, p. 204, 2007.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil: evolução do conhecimento**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: ANPAE, 1982. (Caderno de Administração Escolar VII).

SANDER, B. A ANPAE e a administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 12-26, jan./jun. 1986.

SANDER, B. Quadragésimo aniversário da ANPAE: reassumindo o nosso compromisso com a administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 107-118, jan./jun. 2001.

SANDER, B. A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2005.

SANDER, B. A ANPAE só é possível, reinventada. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 173-179, jan./jun. 2006.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007a.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007b.

SANDER, B. Introdução à história da ANPAE como entidade educacional da sociedade civil. In: SANDER, B. (Org.). **ANPAE – Relatório de Gestão 2006-2011: sonhos e realizações**. Niterói, RJ: Edições ANPAE, 2011a. p. 271-285. (Coleção Biblioteca ANPAE, Série Cadernos, n. 12).

SANDER, B. Jubileu de Ouro da Anpae (1961-2011). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 346-351, maio/ago. 2011b.

SANTOS, A. L. F. dos. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, A. L. F. dos. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, A. L. F. dos. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A Pós-Graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. Regulação e legitimação da pesquisa sobre a política educacional como campo acadêmico: um estudo a partir dos programas de Pós-Graduação do Nordeste brasileiro. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 71-93. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. O GT 05 – Estado e Política Educacional – no contexto do Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: um olhar sobre a sua produção. In: GOMES, A. M.; LEAL, T. F. (Orgs.). **Pesquisas em educação nas regiões Norte e Nordeste: balanço e perspectivas**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 67-82.

SANTOS, A. V. dos. A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico na era Vargas: vestígios na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 225, p. 511-527, maio/ago. 2009.

SANTOS, W. G. dos. **Política educacional do SESC**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 1960.

SÃO PAULO. **Política educacional**: lei 5692/71: a implantação administrativa da reforma do ensino. São Paulo: FUNDAP, 1982.

SARTI, I. Educação e estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 115-139, 1979.

SAVIANI, D. A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 273-290, maio/ago. 1984.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008b.

SAVIANI, D. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234 (número especial), p. 291-322, maio/ago. 2012.

SCHEURICH, J. Policy archaeology: A new policy studies methodology. **Journal of Education Policy**, v. 9, n. 4, p. 297-316, 1994.

SCHIEFELBEIN, E.; CARIOLA, P. Investigación y políticas educativas en América Latina: síntesis de Reunión de Expertos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 70, n. 165, p. 265-278, maio/ago. 1989.

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista Educação (PUC-Campinas)**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2014.

SCRIBNER, J. D.; ALEMAN, E.; MAXCY, B. Emergence of the politics of education field: making sense of the messy center. **Educational Administration Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 10-40, fev. 2003.

SCRIBNER, J. D.; LAYTON, D. H. (Eds.). **The Study of Educational Politics**. The 1994 Commemorative Yearbook of the Politics of Education Association (1969-1994). London: The Falmer Press, 1995.

SELLAR, S.; LINGARD, B. The OECD and the expansion of PISA: new global modes of governance in education. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 6, p. 917-936, 2014.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período 1968-1995. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 95-112, set./dez. 1998.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

SHORE, C.; WRIGHT, S. (Eds.). **Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power**. London: Routledge, 1997.

SILVA JÚNIOR, C. A. da. **Supervisão escolar e política educacional no Brasil**. 1977. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, L. G. do N. Fundamentos para uma política educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 115, p. 202-212, jul./set. 1969.

SILVA, M. R. da. **Configuração do campo da educação no Brasil: estudo bibliométrico da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação**. 2008. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SILVA, S. R.; NEGRÃO, M. Normatividade, políticas públicas educacionais e a questão racial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 864-882, set./dez. 2012.

SILVEIRA, E. C. C. da. O espaço das Conferências Internacionais de Educação (CIEs) da OIE/Unesco e o processo de políticas públicas educativas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 440-450, set./dez. 1999.

SODRÉ, R. C. A.; CINTRA, A. B. U.; AZANHA, J. M. P. **A política de educação do estado de São Paulo: uma notícia**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado, 1969.

SOUSA, J. N. A. de. Breve comentário sobre a contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 33-35, jan./jun. 1986.

SOUZA, A. R. de. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. 2006. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, A. R. de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014a.

SOUZA, A. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 2., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014b. p. 1-3. (Resumo de mesa redonda).

SOUZA, A. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, 2016. (No prelo).

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, M. I. S. de. **Empresários e a educação**: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, R. F. de; STUMPF, I. R. C. Ciência da Informação como área de conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 41-58, 2009.

SPOSITO, M. P. **Escolas comunitárias**: contribuição para o debate de novas políticas educacionais. São Paulo: Cedi, 1989.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. Reflexões iniciais sobre a disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-25.

STREMEL, S.; MAINARDES, M. A disciplina Política Educacional em cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**. (No prelo).

SUASNÁBAR, C.; PALAMIDESSI, M. Notas para una historia del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina. In: PALAMIDESSI, M; SUASNÁBAR, C.; GALARZA, D. (Comps.). **Educación, conocimiento y política**: Argentina, 1983-2003. Buenos Aires: Manantial, 2007. p. 39-63.

SUSEN, S.; TURNER, B. S. (Eds.). **The legacy of Pierre Bourdieu**: critical essays. London: Anthem Press, 2011.

SWARTZ, D. **Culture and power**: the sociology of Pierre Bourdieu. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

SYKES, G.; SCHNEIDER, B.; PLANK, D. N. (Eds.). **Handbook of education policy research**. New York: AERA; Routledge, 2009.

TEIXEIRA, A. S. **Educação pública, sua organização e administração**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Distrito Federal, 1935.

TEIXEIRA, A. S. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 84, p. 84-89, out./dez. 1961.

TEIXEIRA, A. S. **Natureza e função da administração escolar**. Salvador: ANPAE, 1964. (Caderno de Administração Escolar I).

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TEIXEIRA, A. S.; MASCARO, C. C.; RIBEIRO, J. Q.; BREJON, M. **Administração escolar**. Salvador: ANPAE, 1968. (Edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar).

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa en Latinoamérica: notas históricas y epistemológicas sobre el campo. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 282-299, jul./dez. 2012a.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7 n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012b.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: notas históricas y epistemológicas sobre el campo. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013a. p. 23-68.

TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013b.

TELLO, C. El campo teórico de la política educacional: modelos, abordajes y objetos de estudio. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, n. 14, p. 62-75, jul./dez. 2013c.

TELLO, C. The theoretical field of education policy: characteristics, objects of study, and mediations. A Latin American perspective. **American Journal of Educational Research**, v. 2, n. 4, p. 197-203, 2014.

TELLO, C. **La/s política/s educativa/s**. Campo teórico, campo de intervención y la preocupación ética en la investigación. Curso de Posgrado. UNLP-ReLePe. Buenos Aires, 2015a. p. 1-29.

TELLO, C. Los objetos de estudio de la política educativa: tres argumentaciones epistemológicas para su análisis. In: TELLO, C. (Comp.). **Los objetos de estudios de la política educativa: hacia una caracterización del campo teórico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015b. p. 43-62.

TELLO, C. (Comp.). **Los objetos de estudios de la política educativa: hacia una caracterización del campo teórico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015c.

TELLO, C. La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo. Entre las matrices históricas y la episteme de época. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 125-151, jan./abr. 2015d.

TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y posestructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, p. 1-37, 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revistando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

TEODORO, A. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Coleção Prospectiva, v. 9).

TEODORO, A. «A fortuna é de quem agarrar» A Rede Iberoamericana de Investigación em Políticas de Educação (RIAIPE) e as perspectivas de trabalho futuro. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación**, Madrid, v. 4, n. 1, p. 6-18, 2011.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

THOMSON, P. Bringing Bourdieu to policy sociology: codification, misrecognition and exchange value in the UK context. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 741-758, 2005.

TRIGUEIRO, D. Nova política para o Ensino Superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 84, p. 187-192, out./dez. 1962.

TROWLER, Paul. **Education Policy**: a policy sociology approach. London: Routledge, 1998.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Contemporary political science**: a survey of methods, research and teaching. Paris: Unesco, 1950.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VAN ZANTEN, A. Bourdieu as education policy analyst and expert: a rich but ambiguous legacy. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 671-686, 2005.

VIDAL, D. G.; CAMARGO, M. J. G. de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

VIEIRA, S. L. O ensino Superior e o discurso do projeto de reforma de 1968. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 5., 1982, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 1982.

VIEIRA, S. L. **Universidade Federal nos anos 80**: o jogo da política educacional. 261 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VIEIRA, S. L. **Educação básica**: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

VISACOVSKY, N. ¿Cómo enseñar política educativa desde un abordaje interdisciplinar? In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos, SP. **Anais...** Guarulhos, SP: UNIFESP, 2015. p. 1-12.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002.

WACQUANT, L. J. D. Pierre Bourdieu. In: STONES, R. (Ed.). **Key Contemporary Thinkers**. 2. ed. London; New York: Macmillan, 2006. p. 261-277.

WALFORD, G. (Ed.). **Investigating educational policy through ethnography**. Amsterdam; New York; Oxford: JAI Press, 2003. (Studies in Educational Ethnography, v. 8).

WEBB, P. T.; GULSON, K. N. Policy scientificity 3.0: theory and policy analysis in-and-for this world and other-worlds. **Critical Studies in Education**, v. 56, n. 1, p. 161-174, 2015a.

WEBB, P. T.; GULSON, K. N. **Policy, Geophilosophy and Education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015b.

WEBER, S. A Rbep e as políticas educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234 (número especial), p. 323-352, maio/ago. 2012.

WEDEL, J. R.; SHORE, C.; FELDMAN, G.; LATHROP, S. Toward an Anthropology of Public Policy. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 600, p. 30-51, jul. 2005.

WHITTY, G. **Making sense of education policy: studies in the sociology and politics of education**. London: Paul Chapman Publishing, 2002.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

WONG, K. K. The politics of education: from political science to interdisciplinary inquiry. In: SCRIBNER, J. D.; LAYTON, D. H. (Eds.). **The Study of Educational Politics**. The 1994 Commemorative Yearbook of the Politics of Education Association (1969-1994). London: The Falmer Press, 1995. p. 21-35.

**APÊNDICE A – PUBLICAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA EDUCACIONAL
QUE CONSTAM NO LEVANTAMENTO ORGANIZADO PELO INEP REFERENTE
À BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1812-1944)**

Quadro 7 - Publicações relacionadas à política educacional que constam no levantamento organizado pelo Inep referente à bibliografia pedagógica brasileira (1812-1944)

(continua)

	Ano	Publicação
1	1826	AMERICUS. Cartas Políticas. Londres. 1826. R. Greenlaw. (S/nº p.). <i>A XII destas cartas, de autoria de Martim Francisco.</i>
2	1830	JOBIM, José Martins da Crus. Plano de Organização das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro. 1830. Tip. do “Diário”. 15 p.
3	1839	DEGERANDO, Barão de. Curso Normal para Professores de Primeiras Letras. Trad. de Dr. João Cândido de Deus e Silva. Niterói. 1839. Tip. Niterói de M. G. de S. Rego. <i>Orientação para o ensino normal; a tradução é acompanhada das leis gerais e provinciais sobre o ensino primário da época.</i>
4	1842	ROCHA, Justiniano José da. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1842. Tip. Universal Laemmert. 27 p. <i>Relatório sobre a situação do ensino na província do Rio de Janeiro.</i>
5	1846	Instrução Pública. Pelo Conselho de Instrução Pública. Bahia. 1846. Tip. de Galdino Bezerra & Cia (S/nº p.) <i>Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Bahia.</i>
6	1846	MOTA, Peruando Sebastião Dias da. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1846. Tip. do “Diário” de N. L. Viana. 16 p. <i>Relatório sobre o estado do ensino na Província do Rio de Janeiro.</i>
7	1851	REBELO, Guilherme Pereira (Dr.). Instrução Pública. Sergipe. 1851. Tip. Província de Sergipe. 22 p. <i>Relatório da inspeção geral das aulas públicas da Província de Sergipe.</i>
8	1855	AZEVEDO, Joaquim Gonçalves (cônego). Instrução Pública. Amazonas. 1855. M. S. Ramos. 7 p. <i>Relatório sobre a situação da instrução pública na Província do Amazonas.</i>
9	1856	BORGES, Abílio César. Instrução Pública. Bahia. 1856. S/Edit. 71 p. <i>Relatório sobre a situação do ensino na Província da Bahia.</i>
10	1857	SILVEIRA, Manoel Lourenço da. Instrução Pública. Pernambuco. 1857. Tip. De Manuel Figueiroa de Faria. 32 p. <i>Relatório sobre a situação da instrução pública na Província de Alagoas.</i>
11	1858	BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa (Dr.). Relatório do estado da Instrução Pública na Província do Ceará no ano de 1857. Ceará 1858. Tip. Cearense. 75 p.
12	1858	Programa do Ensino da Instrução Secundária do Município da Corte. Rio de Janeiro. 1858. Tip. Nacional (S/ n.º p.).
13	1858	OLIVEIRA, João José Barbosa d’ (Dr.). Instrução Pública. Bahia. 1858. S/Edit. (S/nº p.) <i>Relatório sobre o movimento do ensino na Província da Bahia.</i>
14	1858	MOTA, Joaquim Inácio Silveira, da (Dr.). Instrução Pública. Curitiba. 1858. Cândido Martins Lopes. 64 p. <i>Relatório sobre a situação da Instrução Pública da Província do Paraná.</i>
15	1859	PINTO, Diogo de Mendonça. Instrução Pública. São Paulo. 1859. Antônio Lousada Antunes. (S/nº p.). <i>Relatório sobre o movimento da instrução pública na Província de São Paulo, no ano anterior.</i>
16	1861	OLIVEIRA, João José Barbosa d’ (Dr.). Instrução Pública. Bahia. 1861. S/Edit. (S/nº p.) <i>Relatório sobre o movimento do ensino na Bahia no ano de 1860.</i>
17	1861	Regulamento geral e programas do ensino e horários das escolas normais primárias. Bahia. 1861. Tip. A. D. da França Guerra. 24 p. c/ I mapa.
18	1864	FRAZÃO, Manuel José Pereira. Cartas do Professor da Roça. Rio de Janeiro. 1864. Tip. Paula Brito. 44 p. <i>Artigos relativos ao ensino na Corte, publicados no “Constitucional”, de março e abril de</i>

		1863.
19	1864	ASSIS, Joaquim José de. Instrução Pública. Pará. 1864. Fred. C. Rhorsard. (S/n.º p.). <i>Relatório sobre a situação do ensino na província do Grão Pará.</i>
20	1867	BARROSO, José Liberato (Conselheiro). A Instrução Pública no Brasil. Rio de Janeiro. 1867. B. L. Garnier. 265 p. <i>Dados históricos acompanhados de comentários sobre a situação do ensino no Brasil, nos seus diferentes graus.</i>
21	1870	BASTOS, Tavares. A Província. Parte III. Interesses Provinciais. Cap. I. pg. 227 a 254. Rio de Janeiro. 1870. B. L. Garnier. 418 p. <i>O autor apresenta nesse capítulo ideias sobre liberdade e obrigatoriedade do ensino, taxa escolar e organização do ensino nas províncias.</i>
22	1870	SOUZA, Paulino José Soares de. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1870. Tip. Nacional. 24 p. <i>Projeto apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 6-8-1870, propondo a criação de uma universidade na capital do Império, bem como de um Conselho Superior de Instrução Pública.</i>
23	1871	MACEDO, Joaquim Teixeira de. A Instrução Pública na Prússia. Rio de Janeiro. 1871. Tip. Nacional. 311 p. <i>Estudos sobre a legislação e organização da instrução na Prússia.</i>
24	1871	Instrução Pública. Por diversos professores públicos. Rio de Janeiro. 1871. Júlio Villeneuve & Cia. 21 p. <i>Manifesto dos professores públicos de Instrução Primária da Corte ao Imperador, ao primeiro Ministro do Império, sobre a situação de penúria em que viviam.</i>
25	1871	OLIVEIRA, Fernandes de. Ensino Obrigatório. Rio de Janeiro. 1871. Tip. Perseverança. 36 p. <i>Discursos pronunciados na Assembleia Provincial Legislativa de São Paulo, sobre a necessidade da obrigatoriedade escolar no país.</i>
26	1872	MONTEIRO, Joaquim dos Remédios (Dr.). O Ensino Obrigatório. Santa Catarina. 1872. Tif. De J. J. Lopes. 18 p. <i>Carta aos membros da Assembleia Provincial de Sta. Catarina, na qual se advoga o ensino obrigatório.</i>
27	1873	BELFORT, J. J. Tavares. A criação de uma Universidade no Brasil. Pernambuco. 1873. Tip. Mercantil. 191 p. <i>Parecer sobre o projeto de criação de uma Universidade no Brasil, da autoria do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.</i>
28	1873	LEITÃO, Antônio Cândido Cunha. Ensino Livre. Rio de Janeiro. 1873. L. Winter. 26 p. <i>Projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados sobre o ensino particular.</i>
29	1873	Comissões reunidas de Instrução Pública. Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Rio de Janeiro. 1873. Tip. Nacional (S/n.º p.) <i>Projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 18-8-1873, sobre a organização do referido Instituto.</i>
30	1874	BRANCO, F. Gil Castelo. Instrução Pública. S/Local. 1874. S/Edit. 144. P. <i>Relatório sobre a situação do ensino na Província do Rio de Janeiro.</i>
31	1874	LEITE, Nicolau França. Educação Pública. São Paulo. 1874. Tip. Americana. (S/n.º p.). <i>Conferências de propaganda.</i>
32	1874	MATOS, João Wilkens de. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1874, Tip. Nacional (S/n.º p.). <i>Relatório sobre o estado da instrução pública do Pará.</i>
33	1874	MOURA, Francisco. As Conferências Populares no Brasil. (Iniciativa do Sr. Cunha Leitão). Rio de Janeiro. 1874. Pinheiro & Cia. 16 p. <i>Dados históricos e comentários sobre a situação do ensino no país.</i>
34	1874	OLIVEIRA, A. de Almeida. O Ensino Público. Maranhão. 1874. M. V. V. Pires. 472 p. <i>Situação em que se achava o ensino público no Brasil e sugestões para sua completa reforma.</i>
35	1874	PESSOA, Cirilo. Reorganização do Ensino na Bahia. Rio de Janeiro 1874. Tip.

		Comercial. 128 p. <i>Informações relativas à reforma do ensino na Província da Bahia.</i>
36	1874	Plano Nacional de Educação de 1826. Por Januário da Cunha Barbosa. José Cardoso Pereira de Melo e Antônio Ferreira França. Rio de Janeiro. 1874. Tip. Imperial Instituto Artístico. (S/n.º p.). <i>Reprodução do projeto apresentado pela Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, em 16 de junho de 1826. Esse projeto, que não leve andamento, dividia a instrução pública em quatro graus: pedagogia, liceus, ginásios e academias. A denominação “plano nacional de educação” e desta publicação e não do trabalho original, que vem reproduzido na obra de Primitivo Moacir, “A Instrução e o Império”. 1.º vol., p. 149 e seg., (Brasiliense, vol. 66. Ed. Nacional, S. Paulo, 1936).</i>
37	1874	Reorganização do Ensino Público em Pernambuco. Recife. 1874. M. Figueiroa & Filhos. 160 p. <i>Leis e regulamentos do ensino público na Província de Pernambuco.</i>
38	1875	CAVALCANTE, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Recife. 1875. Tip. De Manuel Figueiroa de Faria & Filhos. (S/n.º p.). <i>Relatório sobre a situação da instrução pública na Província de Pernambuco.</i>
39	1875	CRUZ, Guilherme Francisco. Colonização e Ensino Popular. Pará. 1875. Tip. Da Constituição. 76 p. <i>Subsídios para a história do ensino público no Pará; crítica à equiparação das escolas normais aos liceus ou ginásios.</i>
40	1875	MACEDO, Joaquim Teixeira de. O Ensino Primário na Prússia. Rio de Janeiro. 1875. Tip. Nacional. 189 p. <i>Exposição pormenorizada da organização do ensino público na Prússia.</i>
41	1875	REIS, Aarão Leal de Carvalho. A Instrução Superior do Império. Rio de Janeiro. 1875. Domingos Luis dos Santos. 91 p. <i>Coletânea de artigos publicados na imprensa da Corte.</i>
42	1876	CARMO, José Joaquim do. A reforma da Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1876. Tip. 5 de Março. 187 p.
43	1876	CORREIA, Manuel Francisco (Cons.). Ensino Obrigatório. Rio de Janeiro. 1876. M. de Oliveira e H. Chaves. 13 p. <i>Conferência em que o autor discute se as assembleias provinciais, na legislação do ensino, podem impor penas administrativas e disciplinares por atos ou omissões não previstos Código Penal.</i>
44	1876	RIO BRANCO, (Visconde de). Escola Politécnica. Rio de Janeiro. 1876. Tip. Universal. (S/n.º p.). <i>Relatório apresentado pelo diretor ao Ministro do Império.</i>
45	1877	CARVALHO, José Eduardo Freire. Instrução Pública. Bahia. 1877. Tip. do Correio da Bahia. 18 p. e 14 mapas. <i>Relatório sobre a situação do ensino na Bahia.</i>
46	1877	DÓRIA, Franklin. A Instrução. Rio de Janeiro. 1877. Tip. Nacional. 15 p. <i>Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados sobre a reorganização do ensino primário e o ensino livre superior.</i>
47	1877	LEITÃO, Antônio Cândida da Cunha. Liberdade do Ensino Superior. Rio de Janeiro 1877. J. Villeneuve & Cia. 14 p. <i>Discurso proferido na Câmara dos Deputados em prol da liberdade ampla do ensino superior.</i>
48	1878	MOTA, Joaquim Inácio Silveira da. Instrução Pública e Educação Nacional. Rio de Janeiro, 1878. Dias da Silva Júnior. 174 p. <i>Conferências.</i>
49	1878	RIO BRANCO, (Visconde de). Escola Politécnica. Rio de Janeiro. 1878. Tip. Nacional. (S/n.º p.). <i>Relatório da diretoria da escola, apresentado ao Governo Imperial em março de 1878.</i>

50	1879	CARVALHO, Carlos Leôncio de. O Ensino Primário e Secundário no Município da Corte e o Superior em todo o Império. Rio de Janeiro. 1879. Imp. Nacional. 22 p. <i>Reforma aprovada pelo Dec. Nº 7.247, de 19/4/1879.</i>
51	1879	FIGUEIREDO, José Bento da Cunha (Cons.). Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1879. Tip. Nacional. 68 p. <i>Relatório sobre a situação do ensino primário e secundário no município da Corte.</i>
52	1879	Instrução Pública. Recife, 1879. M. Figueiroa & Filhos. 174 p. <i>Conferências pedagógicas feitas em abril de 1878, no Recife. Publicação ordenada pelo Governo Provincial.</i>
53	1880	CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Pernambuco 1880. Tip. de M. Figueiroa & Cia. 64 p. <i>Relatório sobre o ensino primário, normal e secundário da Província.</i>
54	1880	MACEDO, Joaquim Teixeira de. Questões relativas à Educação Nacional. Rio de Janeiro. 1880. Tip. Nacional. 291 p. <i>Exposição e crítica da legislação alemã sobre as escolas normais e jardins da infância.</i>
55	1880	SANTA ISABEL (Visconde de). Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro. 1880. Tip. Nacional. 15 p. <i>Crítica à legislação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.</i>
56	1882	CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Recife. 1882. Manuel Figueiroa de Faria e Filhos. (S/n.º p.). <i>Relatório sobre o ensino na Província de Pernambuco.</i>
57	1882	MENDES, Teixeira. A Universidade. Rio de Janeiro. 1882. Tip. da “Gazeta de Notícias”. 70 p. <i>Coletânea de artigos sobre a organização universitária.</i>
58	1882	Reforma do Ensino Secundário e Superior. Parecer e projeto (relativo ao Decreto n.º 7.247, de 19/4/1879) apresentado pela Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, composta dos Srs. Rui Barbosa (Relator), Tomas de Bonfim Spínola e Ulisses Machado Pereira Viana. Rio de Janeiro. 1882. Tip. Nacional. 114 p. <i>Análise e crítica do projeto de lei referido [...].</i>
59	1883	CELSONO, Afonso (Cons.). Algumas ideias sobre a instrução primária e secundária. Rio de Janeiro. 1883. Tip. Nacional. 92 p. <i>O autor discorre, larga e documentalmente, sobre os seguintes assuntos: criação de um fundo escolar na Corte e nas Províncias; competência dos Poderes Gerais para criar estabelecimentos de ensino; condições do ensino obrigatório no Brasil.</i>
60	1883	DIÉGUER JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. Liberdade de Ensino. Maceió. 1883. Amintas de Mendonça. 8 p. <i>Conferência em prol da liberdade ampla do ensino.</i>
61	1883	Ensino Superior e Secundário. Por uma Comissão da Escola Politécnica. Rio de Janeiro. 1883. Tip. Nacional. 14 p. <i>Parecer sobre o projeto de reforma do ensino superior e secundário.</i>
62	1883	Reforma do Ensino Primário e várias instruções complementares da Instrução Pública. Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados composta dos Deputados Rui Barbosa, Tomaz de Bonfim Spínola e Ulisses Machado Pereira Viana. Relator: Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 1883. Tip. Nacional. 378 p. 7 graf. <i>Análise e crítica do projeto relativo ao Decreto n.º 7.247 de 19/4/1879, na parte relativa ao ensino primário [...].</i>
63	1883	SILVA, Domingos Carlos (Dr.). Da Reforma do Ensino Superior no Brasil. Bahia. 1883. Impr. Econômica. 120 p. <i>Estudos sobre o ensino superior no Brasil e suas necessidades, sugestões para uma reforma.</i>
64	1884	Atas e Pareceres do Congresso da Instrução. Rio de Janeiro. 1884. Tip. Nacional. <i>Embora não se tenha realizado o Congresso de Instrução, mas simplesmente uma Exposição Pedagógica, publicaram-se as memórias e pareceres, sobre os vários temas do programa, os quais se apresentam neste volume de 976 ps., com numeração própria de cada trabalho. [...]</i>

65	1884	AZAMBUJA, Conselheiro de. Doutrinas Pedagógicas e Elementos de Instrução Pública. Pará. 1884. João Cardoso & Cia. 126 p. <i>Relatório acompanhado de considerações gerais sobre o ensino na Província do Amazonas.</i>
66	1884	CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Pernambuco. 1884. Manuel Figueiroa de Faria & Cia. 164 p. <i>Relatório sobre o ensino primário da província.</i>
67	1885	LIMA, César Augusto Viana (Dr.). O Ensino Primário no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Rio de Janeiro. 1885. Imprensa Nacional. 98 p. <i>Estudo sobre o ensino primário no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.</i>
68	1886	CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Pernambuco. 1886. Manuel Figueiroa de Faria & Filhos. 166 p. <i>Relatório sobre a situação do ensino primário, normal e secundário nessa Província.</i>
69	1886	LEITÃO, Antônio Cândido da Cunha (Dr.) — O Ensino Primário e Secundário em um “Plano Nacional de Ensino”. Rio de Janeiro. 1886. Impr. Nacional. (S/n.º p.). <i>Bases para a reorganização do Ensino Primário e Secundário no Município Neutro, desenvolvimento da Instrução Pública nas Províncias e elevação do ensino secundário em todo o Império.</i>
70	1887	SOUSA FILHO, Tarquinio de. O Ensino técnico no Brasil. Rio de Janeiro. 1887. Impr. Nacional. 243 p. <i>A situação do ensino no Brasil e especialmente a do ensino técnico.</i>
71	1890	LEMOES, Miguel. A Obrigatoriedade do ensino. Rio de Janeiro. 1890. Ev. da Costa. 2 p. <i>Exposição da doutrina positivista em relação à obrigatoriedade do ensino.</i>
72	1890	RIBEIRO, João. A Instrução Pública primária, secundária e técnica. Rio de Janeiro. 1890. Tip. Montenegro. (S/n.º p.). <i>Memória escrita para o concurso ao lugar de Diretor da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais.</i>
73	1890	VERÍSSIMO, José. A Educação Nacional. Pará. 1890. Livr. Universal. 182 p. <i>Coletânea de estudos vários, versando o tema central sobre a necessidade de organizar-se a educação do país com sentido nacional.</i>
74	1891	CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1891. Impr. Nacional. 136 p. c/anexos. <i>Relatório.</i>
75	1891	VERÍSSIMO, José. A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890. Pará. 1891. S/ Edit. 205 p. <i>Relatório apresentado ao Governador do Pará pelo Diretor Geral de Instrução Pública do Estado.</i>
76	1892	PRESTES, Gabriel. A Reforma do Ensino Público. São Paulo. 1892. Leroy King. 102 p. <i>Coletânea de artigos publicados na imprensa sobre reformas do ensino primário.</i>
77	1892	REIS, LUÍS Augusto. O Ensino Público Primário em Portugal, Espanha, França e Bélgica. Rio de Janeiro. 1892. Impr. Nacional. 650 p. <i>Relatório apresentado à Inspeção Geral da Instrução Pública da Capital federal.</i>
78	1893	COSTA, Amélia Fernandes da. O Ensino Público Primário na Itália, França e Bélgica. Rio de Janeiro. 1893. Impr. Nacional. 148 p. <i>Relatório apresentado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Capital Federal.</i>
79	1893	FRAZÃO, Manuel José Pereira. O Ensino Público Primário. Rio de Janeiro. 1893. Tip. da “Gazeta de Notícias”. 516 p. c/gravuras. <i>Relatório apresentado à Inspeção Geral de Instrução Primária da Capital Federal.</i>
80	1895	ESTRADA, L. Duque e FREIRE, Laudelino. In “Revista do Instituto Didático”. Vol. I. 1895. Rio de Janeiro. <i>Notícia sobre a evolução do ensino no Brasil.</i>

81	1896	PIMENTEL, T. Mendes. Organização do Ensino Profissional Primário no Estado de Minas Gerais. Ouro Preto. 1896. Impr. Oficial de Minas Gerais. 26 p. <i>Justificação de um projeto de lei sobre o ensino profissional em grau elementar.</i>
82	1896	PORTOCARRERO, Leopoldina Tavares. O ensino público primário em França, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro. 1896. Ofs. Do Instituto Profissional. (S/ n.º p.). <i>Relatório de uma viagem de estudos.</i>
83	1897	GOMES, Alfredo. Ensino Municipal. Rio de Janeiro, 1897. Rodrigues & Cia. 82 p. <i>Crítica e comentário ao decreto de 9 de abril de 1897, que reformou o ensino municipal do Distrito Federal.</i>
84	1907	BRANDÃO, Teixeira. A Educação Nacional no Regime Republicano. Rio de Janeiro. 1907. Impr. Nacional. 118 p. <i>Considerações gerais em torno da situação do ensino no país.</i>
85	1907	COSTA, Afonso. O Ensino e a minha atitude na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. 1907. Impr. Nacional. 80 p. <i>Discursos parlamentares.</i>
86	1907	GUIMARÃES, Pinheiro. O Ensino Público. Rio de Janeiro. 1907. Tip. do “Jornal do Comércio”. 280 p. <i>Estudos sobre vários assuntos de organização escolar.</i>
87	1907	GUIMARÃES, Pinheiro. O Ensino Público elementar, integral e técnico. Rio de Janeiro. 1907. Tip. do “Jornal do Comércio”. XXV. 285 p. <i>Coletânea de artigos sobre a organização escolar brasileira.</i>
88	1907	ORLANDO, Artur. Reforma do Ensino. Rio de Janeiro. 1907. Rodrigues & Cia. 41 p. <i>Discurso pronunciado na Câmara Federal, sobre questões de ensino.</i>
89	1908	TAVARES, Paulo. Questões de Ensino. Rio de Janeiro. 1908. Impr. Nacional. 162 p. <i>Plano geral de reorganização do ensino secundário.</i>
90	1909	LEÃO, Antonio Carneiro. Educação. Recife. 1909. Impr. Industrial. (S/n.º p.) <i>Conferência no 1º Congresso Brasileiro de Estudantes reunido em São Paulo.</i>
91	1909	CARVALHO, Leôncio de. Projeto de Ensino profissional. Rio de Janeiro. 1909. Tip. do “O país”. 29 p. <i>Projeto de ensino profissional, organizado por incumbência da Prefeitura do Distrito Federal.</i>
92	1910	CARVALHO, Reis de. A questão do ensino. (Bases de uma reforma da Instrução pública no Brasil). Rio de Janeiro. 1910. Tip. do “Jornal do Comércio”. 86 p. <i>Coletânea de artigos sobre administração e política educacional.</i>
93	1910	REFORMA DO ENSINO. Rio de Janeiro. 1910. Impr. Nacional. 24 p. <i>Projeto de reforma do ensino organizado por uma Comissão nomeada e presidida pelo Dr. Esmeraldino Olímpio de Tôrres Bandeira.</i>
94	1910	SOUSA, A. Monteiro de.. Relatório sobre a Instrução Pública no Amazonas, em 1905. Rio de Janeiro. 1910. Tip. do “Jornal do Comércio”. (S/n.º p.).
95	1914	RIBEIRO, Faustino. Às claras... A Instrução Pública em São Paulo. Ribeirão Preto. 1914. Tip. Guimarães. 7 p. <i>Panfleto de crítica.</i>
96	1914	SOUSA, A. Monteiro de. Educação Nacional. Rio de Janeiro. 1914. Tip. do “Jornal do Comércio”. 71 p. <i>Projeto e discurso justificativo da criação de uma “Repartição Geral do Ensino”, com sede no Rio de Janeiro, apresentado pelo autor à Câmara dos Deputados.</i>
97	1915	MENESES, José Augusto Bezerra de. Pela Educação Nacional. Rio de Janeiro. 1915. Impr. Nacional. 43 p. <i>Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 5 e 6 de outubro de 1915.</i>
98	1916	BOCCANERA JÚNIOR, Silvio. Campanha contra o analfabetismo. Bahia. 1916. Impr. Oficial. 23 p. <i>Discurso de propaganda.</i>

99	1916	C. C. D. A. As reformas do ensino superior e a Faculdade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1916. Impr. Nacional. (S/n.º p.). <i>Coletânea de artigos sobre a equiparação dos institutos livres de ensino superior aos estabelecimentos oficiais congêneres.</i>
100	1916	Estatística da Instrução. 1ª parte. Estatística escolar. Vol. I. (Diretoria Geral de Estatística). Brasil. 1916. Tip. da Estatística. CCXXXII 396 p. <i>Inquérito censitário da instrução pública e particular de todo o Brasil e memória sobre o seu estado e os antecedentes da estatística escolar com esclarecimentos e comentários relativos à sua organização e aos resultados obtidos. [...].</i>
101	1916	MOACYR, Primitivo. O Ensino Público no Congresso Nacional. Rio de Janeiro. 1916. Tip. do “Jornal do Comércio”. 206 p. <i>Os projetos e leis de ensino apresentado ao Congresso Nacional desde o início da República até a Reforma Rivadavia.</i>
102	1917	LEÃO, A. Carneiro. O Brasil e a educação popular. Rio de Janeiro. 1917. Tip. do “Jornal do Comércio”. 203 p. <i>Discursos e conferências proferidas em 1915 e 1916, no Rio de Janeiro e em São Paulo.</i>
103	1917	CUNHA, Ranulfo Bocaiuva. Pela educação nacional. Rio de Janeiro. 1917. (S/Edit.) 68 p. <i>Artigo de imprensa e discursos.</i>
104	1917	Instrução Pública do Departamento do Alto Purus. Sena Madureira. 1917. Of. do “Alto Purus”. 28 p. <i>Regulamento do ensino.</i>
105	1917	KONDER, Marcos. Pela Instrução. Florianópolis. 1917. Tip. do “Novidades”. 8 p. <i>Discurso.</i>
106	1917	SOUSA, Raul Alves de. Educação primária escolar. Rio de Janeiro. 1917. Impr. Nacional. 112 p. <i>A situação das escolas estrangeiras em território nacional.</i>
107	1918	Instrução pública. Documentos parlamentares. Volume 1.º Rio de Janeiro. 1918. Tip. do “Jornal do Comércio”. 212 p. <i>Instrução primária; acordos e subvenções; escolas normais; repartição geral de ensino, no período de 1904-1915.</i>
108	1918	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 2.º. Rio de Janeiro. 1918. Tip. do “Jornal do Comércio”. 613 p. <i>Plano integral de ensino; projeto Tavares de Lira, no período de 1907-1908.</i>
109	1918	Instrução pública. Documentos Parlamentares. Volume 3.º. Rio de Janeiro 1918. Tip. do “Jornal do Comércio”. 316 p. <i>Lei orgânica do ensino superior e do fundamental, na República; reforma Rivadavia Correia, no período de 1911-1914.</i>
110	1918	MARTINS, João Pedro. No templo de Minerva. Distrito Federal. 1918. Of. Grafts. Ezilda. 160 p. <i>Estudos sobre várias questões referentes ao ensino primário no Distrito Federal.</i>
111	1918	MENESES, José Augusto Bezerra de. Pela Educação Nacional. Rio de Janeiro. 1918. Tip. do “Jornal do Comércio”. 254 p. <i>Discursos e pareceres sobre a liberdade de ensino e liberdade de profissão; regime eleitoral e educação; a União e o ensino primário.</i>
112	1918	MORAIS, Teodoro de. Mais uma reforma (A Instrução Pública no Estado de São Paulo). São Paulo. 1918. (S/Edit.). 95 p. <i>Críticas à reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, consubstanciada na lei estadual número 1.579 de 19-12-917.</i>
113	1918	SILVA, José Bernardino Paranhos da. Consolidação da Legislação Federal do Ensino Superior e do Secundário. Rio de Janeiro. 1918. Tip. da “Revista dos Tribunais”. 562 p. <i>Principais leis do regime constitucional republicano, sobre ensino superior e secundário, comentadas.</i>

114	1918	SOUSA, Monteiro de. A União e o Ensino Primário. Manaus 1918. Impr. Pública. 82 p. <i>Projeto substitutivo e discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 16 e 22 de novembro, e 28 de dezembro de 1917.</i>
115	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 4.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 964 p. <i>Reforma Carlos Maximiliano; Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915, no período de 1914-1918.</i>
116	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 5.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 801 p. <i>Ensino secundário; exames parcelados; regime de madureza; competência dos Estados; fiscalização dos Institutos de Ensino, no período de 1891-1909; dispensa de exames, em 1918.</i>
117	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 6.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 406 p. <i>Desoficialização do ensino superior e secundário no período de 1891-1918; regime universitário, no período de 1892-1918; criação do Ministério da Instrução Pública, em 1894.</i>
118	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 7.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 508 p. <i>Códigos de ensino, no período de 1891-1901.</i>
119	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 8.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 554 p. <i>O ensino jurídico no período de 1894-1906.</i>
120	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 9.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 555 p. <i>Curso politécnico; curso médico; escolas agrícolas e comerciais e outras de natureza técnica, no período de 1891-1919.</i>
121	1919	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 10.º. Rio de Janeiro. 1919. Tip. do "Jornal do Comércio". 488 p. <i>A difusão do ensino primário nos Estados; subvenção às escolas primárias nas colônias estrangeiras, no período de 1915-1918.</i>
122	1919	MIRANDA FILHO, Passos. Instrução Nacional. Rio de Janeiro. 1919. Impr. Nacional. 31 p. <i>Estudo crítico sobre a situação do ensino no Brasil e sugestões para uma reforma.</i>
123	1920	Prefeitura do Distrito Federal. Programas de Ensino para as escolas primárias diurnas. Rio de Janeiro. 1920. Publ. Of. da Prefeitura do Distrito Federal. 40 p.
124	1921	ARAGÃO, Egas Muniz Barreto de. Problemas de educação nacional e de instrução pública. Bahia. 1921. Impr. Oficial do Estado. 356 p. <i>Coletânea de estudos diversos sobre a educação do país.</i>
125	1922	Anais da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Convocada em nome de S. Ex.ª o Sr. Dr. Eptácio Pessoa, Presidente da república e realizada de 12 de outubro a 1 de novembro do mesmo ano. Rio de Janeiro. 1922. Emp. Indust. "O Norte". 439 p. <i>Contém os documentos relativos à convocação da conferência; as atas da Comissão Preparatória e os relatórios a esta Comissão apresentados; os trabalhos da Conferência, com transcrição dos discursos; as memórias apresentadas e a ainda um relatório especial apresentado ao Ministério da Justiça sobre a difusão do ensino primário. [...].</i>
126	1922	GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Instrução Pública. Rio de Janeiro. 1922. Tip. dos "Tribunais". 19 p. <i>Exposição apresentada ao Conselho Superior de Ensino na sessão de 17-7-1922.</i>
127	1922	RODRIGUES, Álvaro. Escolas Profissionais. Rio de Janeiro. 1922. S/Edit. 248 p. <i>Estudo sobre a organização do ensino profissional no Rio de Janeiro.</i>
128	1922	Trabalhos do Congresso Pedagógico. (Governo do Estado do Maranhão) São Luiz (Maranhão). 1922. Publ. Of. do Estado. 600 p. <i>Histórico, atas das sessões e teses do congresso de ensino, realizado em São Luiz, em 22-2-1922.</i>

129	1923	CARVALHO, Mário G. de. Almanaque do Ensino Municipal. Rio de Janeiro – 1923 a 1924. Edit. “O Norte”. 163 p. <i>Esboço histórico da instrução primária no Rio de Janeiro e organização do ensino na época.</i>
130	1923	DORIA, A. de Sampaio (Dr.). Questões de Ensino (A reforma de 1920 em São Paulo). 1923. Monteiro Lobato & Cia. 131 p. <i>Conferências e artigos de imprensa em defesa da reforma da instrução pública paulista de 1920.</i>
131	1923	Prefeitura do Distrito Federal. Programas de Ensino para as escolas primárias diurnas. Rio de Janeiro. 1923. Publ. Oficial. 14 p. <i>Programas organizados por uma comissão de inspetores e professores.</i>
132	1923	SERVA, Mário Pinto. A virilização da raça. São Paulo. 1923. Comp. Melhoramentos. 181 p. <i>Estudos sobre política educacional.</i>
133	1923	VELOSO, Osvaldo. Plano de difusão do ensino primário no Brasil. Juiz de Fora. 1923. Cia. Dias Cardoso. 11 p. <i>Memória apresentada ao concurso aberto pela Academia Brasileira de Letras.</i>
134	1924	VALE, Freitas. O ensino público no governo Washington Luiz. São Paulo. 1924. Tip. Casa Garraux. (S/nº p.). <i>Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados de São Paulo.</i>
135	1925	ASSIS, Alberto de. Problemas e Aspectos da Educação Popular. Bahia. 1925. Impr. Oficial. 55 p. <i>Conferência realizada no Instituto Histórico da Bahia.</i>
136	1926	Anais do 4.º Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária. Setembro e outubro de 1922. Rio de Janeiro. 1926. Tip. Rua do Carmo, 55. 881 p. <i>Contém os discursos proferidos na sessão inaugural e na de encerramento, pelo Ministro da Justiça e outras autoridades; o regulamento e o programa do Congresso; os pareceres emitidos pelas várias comissões de estudo; e, na parte final, as atas taquigráficas das sessões realizadas.</i>
137	1926	FREITAS, Oscar Rodrigues de. Consultor dos funcionários do ensino. São Paulo. 1926. Irmãos Ferraz. 539 p. <i>Legislação escolar e prática pedagógica.</i>
138	1926	SONDRÉ, A. A. de Azevedo. O problema da educação nacional. Rio de Janeiro. 1926. Tip. do “Jornal do Comércio”. 35 p. <i>Conferência.</i>
139	1927	Anais da 1.ª Conferência Estadual de Ensino Primário. Florianópolis. 1927. (S/Edit.) (S/n.º p.). <i>Atas, teses e pareceres da conferência convocada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em julho de 1927.</i>
140	1927	AZEVEDO, Fernando de. A instrução pública do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1927. Mendonça Machado. 134 p. <i>Projeto e justificação de uma reforma do ensino primário e técnico-profissional do Distrito Federal.</i>
141	1927	BELO, José Maria. O problema da Educação. Rio de Janeiro. 1927. Impr. Nacional. 20 p. <i>Parecer e discursos lidos na Câmara dos Deputados a propósito de um projeto no sentido de tornar obrigatório o ensino técnico-profissional.</i>
142	1927	COUTO, Miguel. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro. 1927. Tip. do “Jornal do Comércio”. 20 p. <i>Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação.</i>
143	1927	LIMA, Nestor. Um século de ensino primário. Natal. 1927. Tip. da “A República”. 208 p. <i>Memória sobre a evolução do ensino primário no Rio Grande do Norte.</i>
144	1927	MATOS, Arch. Um século de ensino. Vitória. 1927. Ofs. Da “Vida Capichaba”. 126 p. <i>Memória sobre a evolução do ensino no Espírito Santo.</i>
145	1927	Sugestões à Reforma do Ensino nos Cursos de Direito. Por uma comissão de Estudantes da

		Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo. 1927. “Ver. dos Tribunais”. 52 p. <i>Representação mandada ao Congresso Federal; organização e métodos de ensino; promoções.</i>
146	1928	Associação Brasileira de Educação. Problema Universitário Brasileiro (Bases para inquérito). Rio de Janeiro. 1928. “A Encadernadora”. 56 p. <i>Inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação em torno do problema universitário.</i>
147	1928	CARNEIRO, Levi. O problema universitário brasileiro. Rio de Janeiro. 1928. “A Encadernadora”. 22 p. <i>Resposta a um inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação.</i>
148	1928	DRUMOND, Orosimbo Neto Magalhães e ROTHE, Oto. Resposta ao inquérito da A. B. E. sobre o Ensino Universitário. Rio de Janeiro. 1928. (S/Edit.). 9 p.
149	1928	FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis (Visconde de Ouro Preto). Reformas das Faculdades de Direito. In “Ver. do Inst. Hist. Geogr. E Etnogr. Do Brasil”. Tomo 103, 1928. Pág. 305 a 394. <i>Plano de reforma.</i>
150	1928	MOSCOSO, Tobias. Sobre o problema universitário. Rio de Janeiro. 1928. Tip. “A Encadernadora”. 31 p. <i>Resposta a um inquérito da Associação Brasileira de Educação.</i>
151	1928	TEIXEIRA, Anísio Spínola. Instrução Pública do Estado da Bahia. 1928. Impr. Oficial. 123 p. <i>Relatório sobre o ensino público e particular na Bahia, no quarto triênio 1924-1928.</i>
152	1929	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 11.º. Rio de Janeiro. 1929. Tip. do “Jornal do Comércio”. 881 p. <i>Ensino secundário e superior no período de 1917-1928.</i>
153	1929	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 12.º. Rio de Janeiro. 1929. Tip. do “Jornal do Comércio”. 650 p. <i>Ensino primário no período de 1917-1928.</i>
154	1929	Instrução Pública. Documentos Parlamentares. Volume 13.º. Rio de Janeiro. 1929. Tip. do “Jornal do Comércio”. 413 p. <i>Ensino profissional; ensino agrícola; ensino comercial no período de 1917-1927.</i>
155	1929	Prefeitura do Distrito Federal. Lei e Regulamento do ensino. Rio de Janeiro. 1929. Publ. Oficial da Prefeitura. 405 p. <i>Texto dos decretos municipais ns. 3.281, de 31-1-928, 2.940, de 22-11-928 (reforma Fernando de Azevedo).</i>
156	1929	LEÃO, A. Carneiro. O ensino na Capital do Brasil. Rio de Janeiro. 1929. 265 p. <i>Relatório das atividades de reforma do ensino no Distrito Federal.</i>
157	1929	LEÃO, A. Carneiro. Organização da Educação no Estado de Pernambuco. Recife. 1929. Impr. Oficial. 252 p. <i>Justificação apresentada ao Senhor Secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado, lei orgânica estadual; comentários, opiniões de associações e da imprensa.</i>
158	1929	MAGALHÃES, E. Belfort e SARAIVA, S. Luiz. A educação popular no Brasil. Bahia. 1929. Tip. do Comércio. 104 p. <i>Educação e instrução; a educação da mulher; a escola; o nosso sistema de educação.</i>
159	1929	MÁS, R. Fernandes. Instrução Primária Obrigatória e Democracia. Rio de Janeiro. 1929. Tip. do Patronato. 24 p. <i>Tese de concurso à cadeira de “Noções de Direito Público e Privado”, da Escola Normal do Distrito Federal.</i>
160	1929	Problema (o) Brasileiro da Escola Secundária. Rio de Janeiro. 1929. S/Edit. 332 p. <i>Reuniões de trabalhos de vários autores. Diferentes aspectos por que pode ser encarado o problema do ensino secundário no Brasil.</i>
161	1931	AZEVEDO, Fernando de. Novos caminhos e novos fins. Bibliot. Pedag. Brasileira. Vol. I. São Paulo. 1931. Cia. Edit. Nacional. 268 p. <i>Conferências em que o autor expõe os fundamentos da reforma do ensino, realizada sob sua</i>

		<i>direção no Distrito Federal em 1928.</i>
162	1931	ESTATÍSTICA Escolar em 1930. São Paulo. 1931. Diretoria Geral do ensino do Estado de São Paulo. 114 p. <i>Análise estatística do movimento escolar no Estado de São Paulo, com uma introdução relativa à importância da estatística na organização do ensino e histórico da estatística escolar nesse Estado, trabalho esse de autoria do Prof. Lourenço Filho.</i>
163	1931	FONTES, Sebastião. Política e Ensino. Rio de Janeiro. 1931. L. C. Barros & Cia. 244 p. <i>Coletânea de artigos sobre problemas do ensino secundário.</i>
164	1932	CONVÊNIO celebrado na cidade do Rio de Janeiro, em 20-12-1931, entre a União, os Estados e o Distrito Federal e Território do Acre, para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas. (Ministério da Educação e saúde). Rio de Janeiro. 1932. Impr. Nacional. 64 p. <i>Atos oficiais de autorização, outorga de poderes e ratificação.</i>
165	1933	AFILHADO, L. Castro. Rumos Novos. Rio de Janeiro. 1933. Renascença Edit. 196 p. <i>O problema educacional brasileiro; a crise moral; outros problemas de educação.</i>
166	1934	Associação Brasileira de Educação. O problema Educacional e a Nova Constituição. São Paulo. 1934. Comp. Edit. Nacional. 141 p. <i>Texto e justificação de anteprojetos para capítulo da Constituição referente à educação, redigidos pela 3.ª Conferência Nacional de Educação.</i>
167	1934	FREITAS, M. A. Teixeira de. O ensino primário no Brasil. (Bibl. Educação. Vol. XXI). São Paulo. 1934. Comp. Melhoramentos. 199 p. <i>Exposição geral da organização do ensino no país.</i>
168	1934	MATOS, Pedro. Desenvolvimento do Sistema Escolar do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1934. Serviço de Publ. Do Inst. Pesq. Educacionais. (S/n.º p.). <i>Situação estatística do ensino no Distrito Federal no 1.º semestre de 1934.</i>
169	1934	PROGRAMAS de Educação Primária. (Dir. Tec. De Educ. do Est. De Pernambuco). 1934. Recife. 28 p. <i>Programas e orientação metodológica.</i>
170	1934	RÊGO, Luís. Questões de educação. São Luís do Maranhão. 1934. Tip. M. Silva. 100 p. <i>A situação do ensino no Maranhão, e sugestões para sua melhoria.</i>
171	1934	RESUMO da estatística do ensino primário geral no Brasil, em 1932. (Secretaria do Estado de educação e Saúde Pública). Rio de Janeiro. Imp. Nacional. 1934. 34 p. <i>Apresentação dos primeiros levantamentos estatísticos, segundo o Convênio Interestadual celebrado em 1931.</i>
172	1934	SOUSA, J. Moreira. Por uma escola melhor. Ceará – Fortaleza. 1934. Imp. Oficial. 148 p. <i>Relatório dos trabalhos da Diretoria de Instrução pública no Estado do Ceará.</i>
173	1935	BUSCH, Reinaldo Kuntz. O ensino normal em São Paulo. São Paulo. 1935. Livr. Record. 132 p. <i>Legislação, evolução, organização e administração do ensino normal.</i>
174	1935	TEIXEIRA, Anísio S. Educação Pública, sua organização e administração. Rio de Janeiro. 1935. Of. do Departamento de Educação. 295 p.
175	1935	VIEIRA, P. Arlindo. A decadência do ensino no Brasil. Suas causas e seus remédios. Rio de Janeiro. 1935. Briguier & Cia. 172 p. <i>Críticas à organização do ensino secundário.</i>
176	1936	Algumas sugestões ao Plano Nacional de Educação. São Paulo. 1936. Centro D. Vital de São Paulo. 108 p. <i>Contribuição para o referido plano, indicado na Constituição de 1934.</i>
177	1936	ALVES, Isaías. Estudos objetivos da Educação. Rio de Janeiro. 1936. 248 p. <i>Estudos sobre vários problemas de política e administração escolar.</i>
178	1936	ALVES, Isaías. O ensino normal no plano nacional de educação. In “Revista brasileira de pedagogia”. Rio de Janeiro. Julho e agosto. 1936. 24-42 p.

		<i>Considerações sobre a formação do professorado primário.</i>
179	1936	Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936. Edit. Por A. Almeida Júnior. São Paulo. Tip. Siqueira. 575 p. <i>Relatório dos trabalhos da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo, nos anos referidos; abundante documentação.</i>
180	1936	Contribuição Mineira ao Plano Nacional de Educação. Belo Horizonte. 1936. Imp. Oficial. 63 p. <i>Relatório de uma comissão de educadores incumbida pelo governo do Estado de Minas Gerais para dar resposta ao questionário que o Ministério da Educação fez distribuir, sobre o plano nacional de educação.</i>
181	1936	LEÃO, A. Carneiro. Tendências e diretrizes da Escola Secundária. Rio de Janeiro. 1936. Tip. Jornal do Comércio. 293 p. <i>Estudo de educação comparada e sugestões para a organização do ensino secundário no país.</i>
182	1936	LOURENÇO FILHO M. B. Pesquisa sobre programa mínimo. In Bol. Educ. Públ., Secretaria Geral de Educação e Cultura. Rio, 1936. 20 p. <i>Apresentação dos resultados de um inquérito feito entre professores, diretores de escolas e superintendentes escolares sobre os programas de ensino primário.</i>
183	1936	MAGALHÃES, Fernando de. A Educação e a Democracia. Rio de Janeiro. 1936. Of. Gráf. De Renato Americano. 16 p. <i>Conferência.</i>
184	1936	MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império. (Subsídios para a História da educação Brasileira). 1823-1853. 1.º Vol. São Paulo. 1936. Cia Editora Nacional. 614 p. <i>Depois de um cap. Preliminar sobre o ensino dos jesuítas e as escolas régias, contém o volume a seguinte matéria: O ensino na Constituinte de 1823; Reforma Januário Cunha Barbosa (1826); Lei de 15 de outubro de 1827; Projetos Legislativos; Ensino sedário; Ensino jurídico; Ensino médico; Projetos de Universidade; Ensino profissional Ensino artístico; instituições científicas; Ensino militar; Estatística da instrução.</i>
185	1936	Plano Nacional de Educação. Questionário para um inquérito (Ministério da Educação e Saúde pública). Rio. 1936. Imp. Nacional. 42 p. <i>A constituição de 1934 estabelecia que a União organizasse um plano nacional de educação: como medida preparatória, o Ministério da Educação organizou e fez publicar este questionário.</i>
186	1936	TEIXEIRA, Anísio S. Educação para a Democracia. Rio de Janeiro. 1936. Liv. José Olímpio. 286 p. <i>Os problemas sociais e a educação; fundamentos da administração escolar.</i>
187	1936	VIEIRA, Arlindo (Pe.). O problema do ensino secundário. Rio. 1936. Liv. Jacinto. 384 p. <i>Combate à orientação dos programas oficiais do ensino secundário, que considera de "enciclopedismo absurdo".</i>
188	1937	ALMEIDA JÚNIOR. A. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1936-1937. São Paulo. 1937. Secretaria de Educação e Saúde pública. 654 p. <i>Documentos das atividades do ensino público no Estado de São Paulo nos anos de 1936 e 1937: administração regional, distrital e local de ensino; problemas gerais do ensino primário; as atividades da escola primária; ensino secundário e normal; despesas e vencimentos; estatística escolar de 1936.</i>
189	1937	AQUÍLLES, Paula. Uma escola para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil. Rio. 1937. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 330 p. <i>Ensaio de pedagogia nacionalista para o Brasil; o livro compreende duas partes: O Brasil; A escola e o método.</i>
190	1937	AZEVEDO, Fernando de. A educação e seus problemas. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 359 p. <i>Estudos sobre os grandes problemas da educação brasileira.</i>
191	1937	Educação (A) pública em São Paulo. Edit. Por Fernando de Azevedo. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 457 p. <i>Reúnem-se neste volume as respostas dadas por vinte educadores, cientistas e intelectuais, a</i>

		<i>um inquérito aberto pelo jornal “O Estado de São Paulo”, no ano de 1926, sobre o ensino primário e normal, o ensino técnico-profissional e ensino secundário e superior. Introdução e Fernando de Azevedo.</i>
192	1937	FREITAS, M. A. Teixeira de. O que dizem os números sobre o ensino primário. São Paulo. 1937. Cia. Melhoramentos. 174 p. <i>A situação real do ensino primário brasileiro, em sua extensão e em sua qualidade, À luz dos dados estatísticos colhidos pelo Ministério da Educação.</i>
193	1937	MOACYR, Primitivo. A instrução e o império. São Paulo. 1937. Edit. Nacional. Vol. 2.º. 614 p. <i>Sistematização dos documentos históricos da educação no Brasil; compreende o movimento da educação brasileira de 1859 a 1883.</i>
194	1937	TEIXEIRA, Anísio. Educação para a democracia. São Paulo. 1937. Edit. Nacional. (S/n.º p.). <i>Fundamentos e aplicações na administração escolar.</i>
195	1937	VARGAS, Getúlio e CAPANEMA, Gustavo. Panorama da educação nacional. Discursos do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Rio. (ministério da Educação e Saúde. Realizações, 1). 1937. 47 p. <i>Pontos de vista do governo federal quanto ao problema da educação nacional, expostas na solenidade comemorativa do I centenário da fundação do Colégio Pedro II.</i>
196	1937	Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. 18 p. <i>Lei estadual que reorganiza a Instrução Pública e estabelece o Departamento de Educação.</i>
197	1938	RODRIGUES, Milton C. da Silva. Educação comparada (Tendências e organizações escolares). São Paulo. 1938. Edit. Nacional. 297 p. <i>Bases e fins da educação na Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos; tendências e sistematização da educação nos mesmos países; histórico do ensino no Brasil.</i>
198	1938	VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro. 1938. Olímpio. 5 vols. Vol. I, 250 p.; Vol. 2, 200 p.; Vol. 3, 206 p.; Vol. 4, 232 p.; Vol. 5, 310 p. <i>Nesta obra de documentação das ideias e realizações do governo do Presidente Vargas, vários capítulos são dedicados aos problemas da educação [...].</i>
199	1939	ALVES, Isaías. Educação e brasilidade. Ideias, forças do Estado Novo. Rio de Janeiro. 1939. Livraria José Olímpio. 208 p. <i>Conferência sobre a orientação educacional segundo a Constituição de 1937.</i>
200	1939	Diretoria de Estatística. O Ensino no Brasil. (Ano I. 1939). Rio de Janeiro. 1939. Imprensa Nacional. 236 p. <i>Resultados do Convênio de Estatísticas Educacionais, celebrado em 1931.</i>
201	1939	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O Ensino no Brasil No quinquênio 1932-1936. Rio de Janeiro. 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 84 p. <i>Movimento do ensino brasileiro em todos os graus e ramos, no período de 1932-1936.</i>
202	1939	LEÃO, A. Carneiro. Introdução à administração escolar. São Paulo. 1939. Cia Editora Nacional. 426 p. <i>Organização e administração escolar; técnica da administração escolar; flexibilidade dos cursos; articulação dos cursos; o problema do método.</i>
203	1939	MENEZES, Djacir. Educação no Ceará. Fortaleza. 1939. Editora Fortaleza. 12 p. <i>Histórico do ensino no Estado do Ceará.</i>
204	1939	OGNIBENE, Armando. O problema educacional. Botucatu. 1939. Tip. Sta. Teresinha. 18 p. <i>A organização dos curós primário e normal.</i>
205	1939	SERRANO, Jônatas. Grandes e pequenos problemas do ensino secundário. In: estudos Brasileiros. Ano II. Vol. 7. N.º 7. Julho-agosto de 1939. P. 49 a 62. Rio de Janeiro. <i>Estudo crítico e discussão de soluções.</i>
206	1940	BONFIM, Pedro Calheiros. Nacionalização do ensino. Rio de Janeiro. 1940. Caton & Reille. 60 p. <i>Histórico e situação das populações “marginais” do Brasil.</i>
207	1940	CAMPOS, Ernesto de Sousa (Prof.). Educação Superior no Brasil. Rio de Janeiro. 1940.

		Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 611 p. c/ 43 grav. <i>Estudo histórico, fortemente documentado; o problema da organização universitária; importância das faculdades de filosofia, ciências e letras no processo cultural dos povos; legislação referente à organização da Universidade do Brasil.</i>
208	1940	FREIRE, Anibal. A atualidade e o ensino. Rio de Janeiro. 1940. In: Estudos e Conferências, n.º 1. Departamento de Imprensa e Propaganda. 28 p. <i>As condições de organização e as diretrizes do ensino brasileiro nos últimos anos.</i>
209	1940	FREITAS, M. A. Teixeira de. Dispersão Demográfica e Escolaridade. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 31 p. <i>Estudo da capacidade real e capacidade virtual da escola primária brasileira, em face da densidade da população, variável de região a região do país.</i>
210	1940	GUERRA, Odilon pereira de Sousa. A nacionalização do ensino no Brasil. Rio de Janeiro. 1940. C. Sertaneja. 20 p. <i>Ensaio sobre uma política de nacionalização do ensino.</i>
211	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. II – Estado do Pará. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 46 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
212	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. III – Estado do Maranhão. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 54 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
213	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. IV – Estado do Piauí. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 44 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
214	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. V – Estado do Ceará. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 56 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
215	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. VI – Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 40 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
216	1940	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do Ensino primário e normal. VII – Estado da Paraíba. Rio de Janeiro. 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 32 p. <i>Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.</i>
217	1940	LEÃO, A. Carneiro. A educação nos Estados Unidos. (da chegada do Mayflower aos dias presentes). Rio de Janeiro. 1940. Jornal do Comércio. 100 p. 438 gravuras e 5 gráficos. <i>A política escolar na Europa e na América do Norte; razões essenciais de suas diferenças; os pioneiros da renovação escolar europeia e sua fascinação pelo experimentalismo norte-americano.</i>
218	1940	LOURENÇO FILHO, M. B. Tendências da educação brasileira. São Paulo. (1940). Edições Melhoramento. 164 p. <i>A evolução educacional no Brasil, nas instituições e no pensamento pedagógico; aspectos da educação primária; educação e segurança nacional.</i>
219	1940	LOURENÇO FILHO, M. B. Alguns aspectos da educação primária. Rio de Janeiro. 1940. In: Revista Brasileira de Estatística. I, 4. 18 p. <i>A educação primária brasileira sob os aspectos geográficos, demográfico, político-social, a administrativo e de rendimento do ensino.</i>
220	1940	MAGALHÃES, Lúcia. Evolução e situação atual do ensino secundário no Brasil. Rio de Janeiro. 1940. In: Formação III, 22, 12 p.

		<i>Sumário histórico e apreciação do regime brasileiro.</i>
221	1940	MOACYR, Primitivo. O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1835-1888). Porto Alegre. 1940. Livraria do Globo. 14 p. <i>Memória apresentada ao II Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, reunido em Porto Alegre.</i>
222	1940	MOACYR, Primitivo. A instrução e as Províncias (3.º vol.). São Paulo. 1940. Comp. Editora Nacional. 592 p. <i>Continuando o plano dos volumes anteriores, sobre a organização do ensino nas antigas províncias do Império, apresenta-se aqui a matéria referente a Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.</i>
223	1940	PEIXOTO, Afrânio e outros. Um grande problema nacional (Estudos sobre ensino secundário). Rio de Janeiro. 1940. Irmãos Pongetti, Editores. 347 p. <i>Simpósio preparado pela Associação Brasileira de Educação, sobre o ensino secundário brasileiro; resumo histórico.</i>
224	1940	SILVEIRA, Horácio A. A escola técnica superior. (Publ. Da Super. Do Ensino Profissional do Estado de São Paulo). Santos. 1940. E. Rosa. 34 p. <i>Exposição de um plano para a formação de técnicos necessários à indústria e ao comércio.</i>
225	1940	Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo. O ensino profissional no Brasil. Santos. 1940. Instituto E. Rosa. 66 p. <i>Plano de organização do ensino profissional no Brasil.</i>
226	1940	Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo. Realização do ensino profissional em São Paulo (1930-1940). São Paulo. 1940. Ver. dos Tribunais. 52 p. <i>Resenha histórica do ensino profissional do Estado de São Paulo, no decênio indicado.</i>
227	1940	TOLEDO, Odete. Consolidação das leis Educacionais do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1940. Serviço de Divulgação do Departamento de Difusão Cultural. 486 p. <i>Leis, decretos e regulamentos municipais, relativos ao sistema escolar do Distrito Federal e sua administração, vigentes em 31 de dezembro de 1939.</i>
228	1940	VENÂNCIO FILHO, Francisco. A evolução da educação no Brasil. Rio de Janeiro. 1940. In: Formação III, 23. <i>O autor divide o histórico da educação no Brasil em cinco períodos: 1) da chegada dos jesuítas à sua expulsão; 2) de então, à chegada de D. João VI; 3) do início do império à República; 4) da República à reforma do ensino, no Distrito Federal, em 1928, com Fernando de Azevedo; 5) dessa data aos nossos dias.</i>
229	1940	Questão (A) educacional no Japão. Rio de Janeiro. 1940. S/Edit. 204 p. <i>A organização do ensino no Japão e seus resultados.</i>
230	1941	ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação. Instruindo e divulgando (Comunicados de imprensa). Vol. I. Rio de Janeiro. 1941. Serviço Gráf. Do inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. 372 págs. <i>Coletânea de duzentos pequenos estudos, organizados para divulgação de conhecimentos técnicos, e de informações, sobre o ensino no país.</i>
231	1941	DOCUMENTÁRIO da I Conferência Nacional de Educação. In Formação. Rio de Janeiro. 1941. Ano IV. Número 41, dezembro, pag. 18 a 113. <i>Documentos legislativos referentes a I Conferência Nacional da Educação, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, de 3 a 9 de novembro de 1941; discurso inaugural do Ministro Gustavo Capanema; resoluções e moções aprovadas.</i>
232	1941	FREITAS, M. A. Teixeira de. Ainda a evasão escolar no ensino primário. In Ver. Bras. De Estatística. Rio de Janeiro. 1941. Ano II, n.º 7. Julho-setembro. Pág. 553 a 642. <i>Réplica à apreciação crítica feita pelo Prof. Lourenço Filho a uma comunicação do autor à Sociedade Brasileira de Estatística, com relação À deserção de alunos nas escolas primárias brasileiras.</i>
233	1941	GRANDE, Humberto. A pedagogia no Estado Novo. Rio de Janeiro. 1941. Gráf. Guarani Ltda. 105 págs.

		<i>Ensaio de política educacional.</i>
234	1941	IBIAPINA, J. de Matos. A verdade sobre o ensino secundário. In Cultura Pública. Rio de Janeiro. 1941. Ano I, n.º 2, abril. Pág. 54 a 64. <i>Estudo sobre as deficiências do ensino secundário, atribuídas pelo autor especialmente à falta de seleção do professorado, ao efetivo muito numeroso das classes de ensino e à inadequação dos programas.</i>
235	1941	Organização do ensino primário e normal. VIII. Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional. 42 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
236	1941	Organização do ensino primário e normal. X. Estado de Sergipe. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional. 36 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
237	1941	Organização do ensino primário e normal. XI. Estado da Bahia. Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 50 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
238	1941	Organização do ensino primário e normal. XII. Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 43 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
239	1941	Administração dos serviços de educação. Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 127 págs. <i>Descrição e análise da organização administrativa dos serviços educacionais em cada Estado brasileiro, no Distrito Federal e Território do Acre; pessoal empregado; remuneração.</i>
240	1941	Situação geral do ensino primário. Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 143 págs. <i>O ensino primário brasileiro, já no seu crescimento nos últimos anos, já na sua organização, já ainda no seu rendimento, é apresentado num capítulo de introdução, a que se seguem outros de estudo especial referente à situação em cada Estado brasileiro.</i>
241	1941	LOURENÇO FILHO, M. B. A educação, problema nacional. In Brasil. 1940-1941. Rio de Janeiro. 1941. Ministério das Relações Exteriores. Págs. 55 a 66. <i>Proposição dos problemas atuais da educação brasileira, sob o ponto de vista das tendências históricas, da situação política atual, da organização técnica necessária e dos recursos.</i>
242	1941	LOURENÇO FILHO, M. B. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. In Ver. Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro. 1941. Ano II. n.º 7. Julho-setembro, página 539 a 552. <i>Apreciação crítica de uma comunicação do Dr. M. A. Teixeira de Freitas, relativa à deserção dos alunos no ensino primário brasileiro, apresentado Sociedade Brasileira de Estatística em novembro de 1940.</i>
243	1941	MARINHO, Inezil Pena. A organização da Educação Física no Brasil. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. Ano I. pag. 9 a 35. <i>Legislação e descrição da situação da educação física no país.</i>
244	1941	Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à Educação Física. In Boletim de educação Física. Rio de Janeiro. 1941. Ano I, n.º 1. Página 33 a 64. <i>Legislação relativa às instalações para educação física nas escolas secundárias brasileiras.</i>
245	1941	Organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Serv. De Documentação. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nac. 37 págs. <i>Legislação referente à organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.</i>
246	1941	1.ª Conferência Nacional de educação e 1.ª Conferência Nacional de Saúde. Rio de Janeiro. 1941. Serv. De Documentação. 40 págs. <i>Exposição de motivos apresentada ao presidente da República com o decreto que convocou as mencionadas conferências; decretos e portaria, referente ao assunto; questionários sobre a situação educacional e cultural do país.</i>
247	1941	MOACYR, Primitivo. A instrução e a República. Publicação do instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional.

		Vol.1 – Reformas Benjamim Constant (1889 a 1892) 258 págs. Vol. II – Código Benjamin Lobo (1892 a 1899) 240 págs. Vol. III – Código Eritácio Pessoa (1900 a 1910) 250 págs. [...]
248	1941	PINTO, Adriano. Bethencourt da Silva e a política educacional no Brasil. Rio de Janeiro. 1941. 40 págs.
249	1941	PINTO, Zaíra. A estatística do ensino primário segundo convênio de 1931. In Ver. Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro. 1941. Ano II. n.º 7. Julho-setembro. Pág. 657 a 666. <i>Estudo sobre a extensão e vitalidade da rede escolar do ensino primário brasileiro.</i>
250	1941	REIS, Sólton Borges dos. Algumas considerações sobre programas escolares. São Carlos. 1941. Tip. Vera Cruz. 55 págs. <i>Ensaio sobre a necessidade dos programas escolares e princípios relativos à sua organização nas escolas primárias.</i>
251	1941	SOARES, Manuel Monteiro. Legislação e Organização da Educação Física nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura do Distrito Federal. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. Ano I. n.º 2. Setembro. Pág. 11 a 28. <i>Exposição referente à organização da educação física nas escolas primárias e escolas técnico-secundárias do rio de Janeiro.</i>
252	1941	ALMEIDA, João Carlos de. O ensino primário e a execução do convênio de estatísticas educacionais. I.B.G.E., Departamento Estadual de Estatística de Sergipe. 80 págs. <i>Reajustamento do aparelho escolar brasileiro; estudo da situação do sistema escolar para analfabetos, em idade não escolar.</i>
253	1942	BACKHEUSER, Everardo. A educação primária como fator da unidade nacional. In Cultura Política. Rio de Janeiro. 1942. Ano II. n.º 15. Maio. Pág. 64 a 71. <i>Comentários sobre a evolução da política educacional brasileira.</i>
254	1942	BICUDO, Joaquim de Campos. O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação. São Paulo. 1942. S/Edit. 652 págs. <i>Decretos, leis e decretos-leis, portarias e circulares que, direta ou indiretamente dispõem sobre o ensino secundário no Brasil, no período 1931 a 1941.</i>
255	1942	BICUDO, Joaquim de Campos. O ensino secundário no Brasil e a sua atual legislação com a Reforma Capanema e seus regulamentos. Suplemento n.º 1. São Paulo. 1942. S/Edit. 104 págs. <i>Decretos-leis, portarias e circulares referentes à reforma de ensino de abril de 1942.</i>
256	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XII. Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 52 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
257	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XIV. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 81 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
258	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XV. Estado do Paraná. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 38 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
259	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XVI. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 60 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
260	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XVII. Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 37 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
261	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XIX. Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 40 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
262	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. XVIII. Estado de Goiás. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 40 págs. <i>Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.</i>
263	1942	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. O ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940.

		Rio de Janeiro. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 82 págs. <i>Análise do movimento do ensino brasileiro no período referido; escolas; aluno; conclusões de curso; professorado; despesas com a educação; providências governamentais.</i>
264	1942	LOURENÇO FILHO, M. B. A educação nacional. In “Os grandes problemas nacionais”. Vol. I. Rio de Janeiro. 1942. Dep. De Imprensa e Propaganda. Págs. 45 a 66. <i>Educação, problema político social: fatores que, na evolução política e social brasileira, têm influído nesse problema; situação atual, o estado nacional e a educação.</i>
265	1942	MINISTÉRIO da Educação e Saúde. Anais. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro 1942. Ind. Do Livro. 6 fasc. de janeiro a junho. 4, 133, 186, 119, 184, 134, 126 págs. <i>Repositório dos documentos legislativos e noticiário das atividades do ministério da Educação e Saúde.</i>
266	1942	MINISTÉRIO da Educação e Saúde. No quinquênio 1937-1942. Cultura Política. Ano II. n.º 21. Novembro. Pág. 21 a 38. <i>Relato das realizações do ministério da Educação e Saúde no período referido.</i>
267	1942	MOACYR, Primitivo. A instrução primária e secundária, no município da corte, na regência e na maioria. (Separata dos anais do III Congresso de História Nacional). Vol. V. pág. 505 a 564. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. <i>Sumário histórico da educação brasileira no período de 1831 a 1840.</i>
268	1942	MOACYR, Primitivo. A instrução e a república. 4.º volume. (Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano). Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 361 págs. <i>Legislação e decisões do governo relativos à educação brasileira no período de 1911 a 1924.</i>
269	1942	MOACYR, Primitivo. A instrução e a república. 6.º volume. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 193 págs. <i>Ensino técnico-industrial (1892-1929) e Ensino Comercial (1892-1928).</i>
270	1942	MOACYR, Primitivo. A instrução e a república. 7.º volume. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 129 págs. <i>Ensino agrônomo (1892-1929).</i>
271	1942	SÃO-PAYO, Maria do Carmo Vidigal. Histórico da escola primária do Brasil, inclusive no Distrito Federal. In Formação. Rio de Janeiro. 1942. Ano V. n.º 51. Outubro. Página 27 a 42. <i>Sumário histórico e situação do ensino público primário no Distrito Federal.</i>
272	1942	SILVA, Alexandre Passos da. Observações ao Plano Nacional de Educação. Rio de Janeiro 1942. “Jornal do Comércio”. 14 págs. <i>Sugestões para o Plano Nacional de Educação.</i>
273	1942	FRANÇA, Hilarião. Leis protetoras do professor. Págs. 300 a 304. <i>Estudo do Decreto-lei número 2.028, de 22-2-940, que regulamenta o trabalho dos professores particulares, necessidade de sua modificação.</i>
274	1943	AQUINO, Ivo d'. Nacionalização do ensino. Aspectos políticos. Florianópolis. 1943. Imprensa Oficial. 184 pág. <i>O autor, que desempenha as funções de Secretário da Justiça e Educação, no Estado de Santa Catarina, justifica a política de nacionalização do ensino adotada no país, expõe as providências postas em prática naquele Estado, para a execução da legislação sobre o assunto, e junta, por fim, abundante documentação sobre as escolas nas zonas de colonização estrangeira.</i>
275	1943	AZEVEDO, Fernando de. Velha e nova política. São Paulo. 1943. Companhia Editora Nacional. Atualidades Pedagógicas. Vol. 40. 188 pág. <i>Coletânea de artigos e discursos produzidos de 1932 a 1941, sobre aspectos e figuras da educação nacional.</i>
276	1943	GORREIA, Jonas. Educação pública. In Revista de Educação Pública. Rio. 1943. Vol. 1, n.º 1, janeiro-março, págs. 5 a 20. <i>Professores e programas; a estatística e a educação na Prefeitura do Distrito Federal; tipos de ensino; o plano de matrícula nas escolas municipais em 1943; despesas com ensino primário e construções escolares.</i>

277	1943	LEÃO, A. Carneiro. A evolução da educação nos Estados Unidos. In: Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro. 1943. Vol. 1, n.º 1, janeiro, págs. 18 a 46. <i>Sumário histórico.</i>
278	1943	LOURENÇO FILHO, M. B. A educação nos Estados Unidos. 1943. Ano V, n.º 61. Págs. 11 a 27. <i>Descrição objetiva das instituições de educação e da administração do ensino nos Estados Unidos.</i>
279	1943	MAGALHÃES, Lúcia. A atual organização do ensino secundário brasileiro. In: Formação. Rio de Janeiro. 1943. Ano V, n.º 63, outubro. Págs. 24 a 35. <i>Resumo das aulas ministradas no curso de Organização do Ensino Secundário, da Universidade do Ar (Rádio Nacional) em maio de 1943.</i>
280	1943	PINTO, Pithon A. Impressões dos Estados Unidos. Aspectos americanos de educação. Bahia. 1943. Imprensa Vitória. 245 págs. <i>Relatório de uma viagem de estudos: a administração escolar; o ensino e a educação extraescolar nos Estados Unidos.</i>
281	1943	SILVA, Benedito. O ensino de administração pública nos Estados Unidos. In: Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro. 1943. Vol.1, n.º 2, maio, págs. 77 a 109. <i>A preparação dos servidores públicos nos Estados Unidos; impressões sobre a organização social, e administração pública americana.</i>
282	1943	VENÂNCIO FILHO, Francisco. A educação de após-guerra. In: estudos Brasileiros. Rio de Janeiro. 1943. Ano VI, vol. XI, n.ºs 32, 32, 33 – dezembro. Págs. 129 a 139. <i>Comentários sobre a educação atual no Brasil; o autor sugere para a educação após guerra, as normas estabelecidas no manifesto publicado em 1932 por um grupo de educadores.</i>
283	1943	VIANA, Gaspar. A transformação do ensino secundário. In: Formação. Rio de Janeiro. 1943, ano V, n.º 54, janeiro. Págs. 16 a 28. <i>Notas sobre a evolução do ensino secundário no Brasil, e importância da reforma de 1942.</i>
284	1944	ALMEIDA JÚNIOR, A. Os objetivos da escola primária rural. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 29 a 35. <i>A escola primária rural como órgão de ensino comum não deverá visar a profissionalização.</i>
285	1944	ALMEIDA, Rui Guimarães de. A política de educação de Alberto Torres. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 5, Nov. de 1944, págs. 212 a 220. <i>As normas de ação política, fundamentadas nos fins sociais da educação, tais como foram formuladas por Alberto Torres.</i>
286	1944	AUGUSTO, José. Política americana de educação. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 6, Dez. de 1944, págs. 339 a 350. Grandes vultos americanos e política de educação; Sarmiento, Varela, Horace, Mann, Rui Barbosa.
287	1944	BASTOS, Humberto. Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 54 a 59. <i>Os jesuítas e os frades carmelitas; o ensino depois de 1827; as consequências da lei 1834; a instrução na República.</i>
288	1944	BRIQUET, Raul. Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889). In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 5 a 20. <i>Esboços históricos sobre a evolução do ensino oficial, primário e secundário.</i>
289	1944	Conferência (1) de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 226 a 280. <i>Texto integral das convenções e recomendações da Conferência realizada em 1943 no Panamá.</i>
290	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de abril de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º I, julho de 1944, págs. 124 a 135.
291	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de junho de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 304 a 315.

292	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de junho de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, setembro de 1944, págs. 449 a 458.
293	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de julho de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 134 a 144.
294	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de agosto de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 5, novembro de 1944, págs. 295 a 304.
295	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. A educação brasileira no mês de setembro de 1944. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 436 a 445.
296	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Despesas dos estudos e do Distrito federal com os serviços de educação, em 1943. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 84 a 99. <i>As dotações reservadas aos serviços de educação em geral, segundo os orçamentos dos Estados e do Distrito Federal; tabelas e quadros com discriminação dos diferentes ramos de ensino.</i>
297	1944	INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 83 a 100. <i>Estudo geral segundo os levantamentos estatísticos anuais de 1932 a 1942.</i>
298	1944	JARDIM, Germano. A coleta da estatística educacional. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, e vol. II n.º 5, set. e Nov. de 1944, págs. 361 a 370 e 221 a 230. <i>Organização dos inquéritos de estatística escolar segundo as disposições do Convênio Interestadual Brasileiro de 1931.</i>
299	1944	LACERDA, Virginia Cortes de. Formação e desenvolvimento dos sistemas públicos de educação. In: “Formação”. Rio de Janeiro, n.º 77, Ano VII, dez. de 1944, págs. 7 a 13. <i>Os sistemas públicos de educação e condições que estimulam a atividade educativa do Estado.</i>
300	1944	LEÃO, A. Carneiro. A educação para o após guerra. Rio de Janeiro. 1944. Tip. Jornal do Comércio. 118 págs. <i>A educação e o espírito público; a democracia em crise; a educação democrática e o respeito pelo homem; educação para um mundo livre; departamento nacional de educação. [...].</i>
301	1944	LOURENÇO FILHO, M. B. A educação, problema nacional. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 7 a 28. <i>Estudo geral da organização da educação no Brasil; o problema em seus termos históricos, políticos, de quantidade e de recursos.</i>
302	1944	LOURENÇO FILHO, M. B. A margem dos “Pareceres” de Rui Barbosa sobre o ensino. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 5, Nov. de 1944, págs. 183 a 205. <i>O autor estuda os célebres pareceres apresentados à Câmara do Império em 1882, pelo deputado Rui Barbosa; gênese dos pareceres; bibliografia neles referida; atualidade de muitas das ideias e princípios expostos.</i>
303	1944	LOURENÇO FILHO, M. B. Modalidades de educação geral. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 219 a 225. <i>Análise das situações de educação geral, no ensino primário e secundário.</i>
304	1944	LOURENÇO FILHO, M. B. Programa mínimo. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, set. de 1944, págs. 393 a 402. <i>Pontos de vista administrativo, sociológico e psicológico na organização do programa; funções do programa mínimo; necessidade de pesquisa sobre o trabalho escolar.</i>
305	1944	MENEZES, Djacir. Seminário histórico da educação no Estado do Ceará. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 351 a 374. <i>A educação através de atos administrativos; a primeira escola; a educação no século XIX; a</i>

		<i>renovação educacional.</i>
306	1944	MOACYR, Primitivo. A instrução e a República. Reforma João Luiz Alves. Rocha Vaz (1925-1930). 5.º volume. (Ministério da Educação e Saúde). Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. 1944. Imp. Nacional. 236 págs. <i>Esse trabalho completa a obra em sete volumes publicados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o resumo da legislação do ensino no período republicano.</i>
307	1944	MOACYR, Primitivo. O Congresso de Instrução Superior e Secundária, em 1922. In: “Ver. Bras. de Estudos Pedagógicos”. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, setembro de 1944, págs. 403 a 417. <i>Organização do congresso e suas primeiras resoluções.</i>
308	1944	NUNES, Janari Gentil (Capitão). Novos rumos da educação no Amapá. In: “Formação”, Rio de Janeiro, ano VI, n. 72, julho de 1944. <i>Declarações do governador do Território do Amapá sobre a educação dessa unidade federada.</i>
309	1944	REORGANIZAÇÃO do ensino público primário no Distrito Federal. In: “Formação”, Rio de Janeiro, ano VI, n.º 68, março de 1944, págs. 3 a 12. Comentários em torno do Decreto n.º 7.718 de 5-2-944.
310	1944	RIBEIRO, Adalberto Mário. A escola técnica nacional. In: Ver. Do Serviço Público, Rio de Janeiro, ano VII, n.º 3, 1944, págs. 64 a 77. <i>Dados históricos sobre ensino industrial no país; organização do ensino técnico.</i>
311	1944	TOCHWICZ, Paulo (PE. Dr.). A segunda grande reforma na Polônia. In: “Formação”. Rio de Janeiro. Ano VII, n.º 75, out. de 1944, págs. 5 a 11. <i>Os problemas educacionais poloneses e a reforma de 1932; seus princípios fundamentais.</i>

Fonte: Organizado pela autora com base no levantamento do Inep sobre a bibliografia pedagógica brasileira, publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (INEP, 1944a, 1944b, 1944c, 1944d, 1944e, 1945).
Observação: As informações das referências e descrição das publicações equivalem à publicação original. Optou-se por suprimir descrições muito longas, utilizando “[...]”.

**APÊNDICE B – PRINCIPAIS DENOMINAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS SEÇÕES
DA RBEP**

Quadro 8 - Principais denominações e alterações das seções da RBEP

(continua)

Números	Seções
v. 1, n. 1, 1944 ao v. 1, n. 3, 1944	Editorial Ideias e debates Documentação Vida educacional A educação brasileira no mês... Informação dos Estados Informação do estrangeiro Bibliografia Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 2, n. 4, 1944 ao v. 7, n. 20, 1946	Editorial Ideias e debates Documentação Vida educacional A educação brasileira no mês... Informação do país Informação do estrangeiro Bibliografia Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 7, n. 21, 1946 ao v. 33, n. 76, 1959	Editorial (*) Ideias e debates Documentação Vida educacional A educação brasileira no mês... (*) Informação do país Informação do estrangeiro Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 33, n. 77, 1960	Estudos e debates Documentação Vida educacional Informação do país Informação do estrangeiro Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 33, n. 78, 1960	Estudos e debates Documentação Notas para a História da Educação Informação do país Informação do estrangeiro Livros, revistas e jornais Atos oficiais
v. 34, n. 79, 1960	Estudos e debates Documentação Notas para a História da Educação Informação do estrangeiro Livros Revistas Jornais Atos oficiais
v. 34, n. 80, 1960 ao v. 36, n. 84, 1961	Editorial Estudos e debates Documentação Notas para a História da Educação Informação do país

(continuação)

	Informação do estrangeiro Livros Revistas Jornais Atos oficiais
v. 37, n. 85, 1962 ao v. 39, n. 90, 1963	Editorial Estudos e debates Documentação Notas para a História da Educação Informação do país Informação do estrangeiro Livros Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 40, n. 91, 1963	Editorial Estudos e debates Documentação Notas para a História da Educação Informação do país Informação do estrangeiro Crítica de livros Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 41, n. 92, 1963 ao v. 42, n. 96, 1964	Editorial Estudos e debates Documentação Informação do país Informação do estrangeiro Crítica de livros Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 43, n. 97, 1965	Editorial Estudos e debates Documentação Atos oficiais Informação do país Informação do estrangeiro Resenha de livros Através de revistas e jornais
v. 43, n. 98, 1965 ao v. 45, n. 102, 1966	Editorial Estudos e debates Documentação Resenha de livros Informação do país Informação do estrangeiro Através de revistas e jornais
v. 46, n. 103, 1966	Editorial Estudos e debates Educação Resenhas de livros
v. 46, n. 104, 1966	Editorial Estudos e debates Documentação Educação Resenhas de livros
v. 47, n. 105, 1967	Editorial Estudos e debates Documentação Resenhas de livros
v. 47, n. 106, 1967	Editorial

(continuação)

	Estudos e debates Documentação
v. 48, n. 107, 1967 ao v. 52, n. 116, 1970	Editorial Estudos e debates Documentação Resenha de livros Através de revistas e jornais Atos oficiais
v. 53, n. 117, 1970 ao v. 54, n. 120, 1970	Editorial Estudos e debates Documentação Resenha de livros Através de revistas e jornais Legislação Resumos
v. 55, n. 121, 1971	Editorial Estudos e debates Documentação Resumos
v. 55, n. 122, 1971 ao v. 57, n. 125, 1972	Editorial Estudos e debates Documentação Através de revistas e jornais Livros em revista Legislação Resumos
v. 57, n. 126, 1972 ao v. 60, n. 135, 1974	Editorial Estudos e debates Documentação Livros em revista Através de revistas e jornais Resumos
v. 60, n. 136, 1974 ao v. 61, n. 140, 1976	Estudos e debates Documentação Livros em revista Resumos
v. 62, n. 141, 1977 ao v. 62, n. 142, 1978	Estudos e debates Destaque Documentação
v. 62, n. 143, 1979 ao v. 63, n. 146, 1980	Estudos e Debates Documentação
v. 64, n. 147, 1983 ao v. 68, n. 160, 1987	Editorial (*) Destaque (*) Estudos Segunda edição (*) Debates e propostas Notas de pesquisa Dissertações e teses Resenhas críticas Comunicações e informações
v. 69, n. 161, 1988 ao v. 73, n. 174, 1992	Estudos Segunda edição (*) Debates e propostas Notas de pesquisa Resenhas críticas Comunicações e informações
v. 73, n. 175, 1992 ao v. 74, n. 177, 1993	Nota do editor Estudos Segunda edição Questão em debate

(conclusão)

	Notas de pesquisa Resenhas críticas Comunicações e informações
v. 74, n. 178, 1993 ao v. 76, n. 182/183, 1995	Estudos Questão em debate Traduções Segunda edição Notas de pesquisa Resenhas críticas Comunicações e informações
v. 76, n. 184, 1995 ao v. 78, n. 188/189/190, 1997	Estudos Resenhas críticas Comunicações e informações
v. 79, n. 191, 1998 ao v. 87, n. 217, 2006	Apresentação (*) Estudos Segunda edição Avaliação Estatística CIBEC
v. 88, n. 218, 2007 ao v. 90, n. 226, 2009	Apresentação (*) Editorial Estudos Teses e dissertações (*) Resenhas (*)
v. 91, n. 227, 2010 ao v. 95, n. 241, 2014	Editorial Estudos Resenhas (*)

Fonte: Organizado pela autora com base nas edições da RBEP (1944-2014).

Nota: (*) Seção descontinuada.

Observação: Alguns números contam com seções exclusivas, como: In memoriam, Orientação pedagógica, Documentação histórica, Nota, Entrevistas, Palestras.

**APÊNDICE C – PUBLICAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA EDUCACIONAL
DIVULGADAS NA RBEP (1944-2014)**

Quadro 9 - Publicações relacionadas à política educacional divulgadas na RBEP (1944-2014)

(continua)

	Título do artigo	Autor	Edição	Ano	Seção	Temática
1	A educação, problema nacional	Lourenço Filho	v. 1, n. 1	1944	Ideias e debates	Situação da educação
2	Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas	Humberto Bastos	v. 1, n. 1	1944	Ideias e debates	Aspectos históricos da instrução
3	Despesas dos estados e do Distrito Federal com os serviços de educação, em 1943	INEP	v. 1, n. 1	1944	Documentação	Gastos públicos com educação
4	Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889)	Raul Briquet	v. 2, n. 4, out.	1944	Ideias e debates	Aspectos históricos da instrução
5	Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942	*	v. 2, n. 4, out.	1944	Documentação	Situação da educação
6	Discurso pronunciado pelo Ministro Gustavo Capanema na solenidade de inauguração da Escola Técnica Nacional	Gustavo Capanema	v. 2, n. 5, nov.	1944	Sem seção específica	Discurso oficial sobre educação
7	A política de educação de Alberto Tôres	Rui Guimarães de Almeida	v. 2, n. 5, nov.	1944	Ideias e debates	Política educacional
8	Democratização do ensino	Emílio Willems	v. 2, n. 5, nov.	1944	Através de revistas e jornais	Democratização do ensino
9	Política americana de educação	José Augusto	v. 2, n. 6, dez.	1944	Ideias e debates	Política educacional
10	Sumário histórico da instrução no Estado do Ceará	Djacir Menezes	v. 2, n. 6, dez.	1944	Ideias e debates	Aspectos históricos da instrução
11	Democratização e educação	Nogueira de Matos	v. 2, n. 6, dez.	1944	Através de revistas e jornais	Democratização do ensino
12	O ensino industrial em São Paulo	Horácio Silveira	v. 3, n. 8, fev.	1945	Ideias e debates	Ensino industrial
13	Fundo Nacional de Ensino Primário e Convênio Nacional de Ensino Primário	*	v. 3, n. 9, mar.	1945	Documentação	Ensino primário
14	Fundo Nacional e Convênio Nacional de Ensino Primário	*	v. 3, n. 9, mar.	1945	Editorial	Ensino primário
15	Passado e presente de nosso ensino industrial	João Luderitz	v. 4, n. 11, maio	1945	Ideias e debates	Ensino industrial
16	Novos objetivos para a educação no Brasil	M. A. Teixeira de Freitas	v. 4, n. 12, jun.	1945	Ideias e debates	Educação em geral
17	O ensino primário em São Paulo de 1934 a 1943	João Carlos de Almeida	v. 4, n. 12, jun.	1945	Ideias e debates	Ensino primário
18	Planos nacionais	Bueno de Azevedo Filho	v. 4, n. 12, jun.	1945	Através de revistas e jornais	Planos educacionais
19	A remuneração do professor primário	*	v. 4, n. 12, jun.	1945	Editorial	Remuneração de professores
20	Oportunidades de educação na capital do país	*	v. 5, n. 13, jul.	1945	Documentação	Oportunidades

						educacionais
21	Evolução do ensino técnico-industrial no Brasil	Adolfo Morales de Los Rios Filho	v. 5, n. 14, ago.	1945	Ideias e debates	Ensino industrial
22	Despesas dos estados e do Distrito Federal com os serviços de educação no ano de 1944	*	v. 5, n. 15, set.	1945	Documentação	Gastos públicos com educação
23	Despesas dos municípios com os serviços de educação no ano de 1944	*	v. 5, n. 15, set.	1945	Documentação	Gastos públicos com educação
24	Despesas com os serviços de educação	*	v. 5, n. 15, set.	1945	Editorial	Gastos públicos com educação
25	O ensino primário no Estado de São Paulo	*	v. 6, n. 16, out.	1945	Documentação	Ensino primário
26	O ensino secundário no Brasil, em 1945	*	v. 6, n. 17, nov.	1945	Documentação	Ensino secundário
27	O problema da educação nacional	Eurico Gaspar Dutra	v. 7, n. 19, jan.	1946	Ideias e debates	Situação da educação
28	Programa de educação nacional	*	v. 7, n. 19, jan.	1946	Editorial	Sistema educacional
29	Leis orgânicas do ensino primário e do ensino normal	*	v. 7, n. 20, fev.	1946	Documentação	Legislação
30	Entrevista do Ministro da Educação e Saúde sobre a situação do ensino primário	*	v. 7, n. 21, mar./abr.	1946	Documentação	Ensino primário
31	Plano para desenvolvimento do ensino primário	*	v. 7, n. 21, mar./abr.	1946	Documentação	Ensino primário
32	O ensino primário e o governo federal	*	v. 7, n. 21, mar./abr.	1946	Editorial	Ensino primário
33	A constituição e a educação	Alfredo Gomes	v. 8, n. 22, maio/jun.	1946	Ideias e debates	Legislação educacional
34	Igualdade de oportunidades	*	v. 8, n. 22, maio/jun.	1946	Editorial	Oportunidades educacionais
35	Os problemas do ensino secundário	Antônio Grompone	v. 8, n. 23, jul./ago.	1946	Ideias e debates	Ensino secundário
36	Desenvolvimento do ensino secundário	*	v. 8, n. 23, jul./ago.	1946	Ideias e debates	Ensino secundário
37	O ensino técnico no Distrito Federal	Teobaldo Miranda Santos	v. 9, n. 24, set./out.	1946	Através de revistas e jornais	Ensino técnico
38	O ensino primário e as escolas normais	*	v. 9, n. 24, set./out.	1946	Editorial	Ensino primário
39	O magistério superior na nova reforma do ensino	Cândido Mota Filho	v. 9, n. 25, nov./dez.	1946	Através de revistas e jornais	Ensino superior
40	O problema do ensino secundário	Corinto da Fonseca	v. 10, n. 28, maio/jun.	1947	Através de revistas e jornais	Ensino secundário
41	Pela reforma da escola secundária	*	v. 11, n. 30, set./out.	1947	Ideias e debates	Ensino secundário
42	O ensino secundário e normal no Estado de São Paulo em 1946	*	v. 11, n. 30, set./out.	1947	Documentação	Ensino secundário
43	Educação nacional	Sampaio Dória	v. 11, n. 30, set./out.	1947	Através de revistas e jornais	Sistema educacional
44	Desenvolvimento do ensino primário	*	v. 11, n. 30, set./out.	1947	Editorial	Ensino primário

45	Reformas do ensino secundário	Alfredo Gomes	v. 12, n. 32, jan./abr.	1948	Ideias e debates	Ensino secundário
46	Da cooperação dos Municípios com o Estado em matéria de educação	Lourenço Filho	v. 13, n. 35, jan./abr.	1949	Ideias e debates	Sistema educacional
47	O problema da repetência na escola primária	Ofélia Boisson Cardoso	v. 13, n. 35, jan./abr.	1949	Ideias e debates	Ensino primário
48	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	*	v. 13, n. 36, maio/ago.	1949	Editorial	Legislação educacional
49	Plano de Educação Nacional (projeto de 1937)	*	v. 13, n. 36, maio/ago.	1949	Documentação	Legislação educacional
50	As mensagens presidenciais e a educação	*	v. 14, n. 38, jan./abr.	1950	Documentação	Discurso oficial sobre educação
51	O problema da educação no regime constitucional	Antônio de Campos Gonçalves	v. 14, n. 38, jan./abr.	1950	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
52	A União e o ensino primário	Antônio de Campos Gonçalves	v. 14, n. 38, jan./abr.	1950	Através de revistas e jornais	Ensino primário
53	Amplia-se a rede escolar primária	Rosalvo Florentino	v. 14, n. 38, jan./abr.	1950	Através de revistas e jornais	Ensino primário
54	Auxílio federal para a educação	*	v. 14, n. 40, set./dez.	1950	Editorial	Financiamento
55	Financiamento da educação pública	Walter D. Cocking; Edgard L. Morphet	v. 14, n. 40, set./dez.	1950	Ideias e debates	Financiamento da educação
56	Funções do governo no controle da educação	Lee O. Garber; William B. Castetter	v. 14, n. 40, set./dez.	1950	Ideias e debates	Funções do Estado
57	Organização do sistema educacional	Theodore L. Reller	v. 14, n. 40, set./dez.	1950	Ideias e debates	Sistema educacional
58	Alguns elementos para estudo dos problemas do ensino secundário	Lourenço Filho	v. 14, n. 40, set./dez.	1950	Documentação	Ensino secundário
59	Crise no Ensino Médio	*	v. 15, n. 41, jan./mar.	1951	Editorial	Ensino médio
60	Antes do “ensino livre” (Balanço geral do ensino superior brasileiro até 1879)	A. Almeida Júnior	v. 15, n. 41, jan./mar.	1951	Ideias e debates	Ensino superior
61	O ensino primário e o sistema educacional	*	v. 15, n. 42, abr./jun.	1951	Editorial	Ensino primário
62	O ensino normal e o sistema educacional	*	v. 16, n. 43, jul./set.	1951	Editorial	Ensino normal
63	Auxílio federal para a educação	William C. Reavis	v. 16, n. 43, jul./set.	1951	Ideias e debates	Financiamento da educação
64	Desenvolvimento do ensino industrial	*	v. 17, n. 45, jan./mar.	1952	Editorial	Ensino industrial
65	O “ensino livre” de Leôncio de Carvalho (I): o ensino superior brasileiro entre 1879 e 1895	A. Almeida Júnior	v. 17, n. 45, jan./mar.	1952	Ideias e debates	Ensino superior
66	A mensagem presidencial de 1952 e a educação	Presidente da República	v. 17, n. 45, jan./mar.	1952	Documentação	Discurso oficial sobre educação
67	Educação pré-primária e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Pedro Gouveia Filho	v. 17, n. 45, jan./mar.	1952	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
68	Reconstrução educacional	*	v. 17, n. 46, abr./jun.	1952	Editorial	Sistema educacional

69	O “ensino livre” de Leôncio de Carvalho (II): O ensino superior brasileiro entre 1879 e 1895	A. Almeida Júnior	v. 18, n. 47, jul./set.	1952	Ideias e debates	Ensino superior
70	Notas sobre a educação e a unidade nacional	Anísio Teixeira	v. 18, n. 47, jul./set.	1952	Ideias e debates	Sistema educacional
71	Estrutura administrativa e técnica da Educação	Lourenço Filho	v. 18, n. 47, jul./set.	1952	Ideias e debates	Administração
72	O regime federativo e a educação	Osvaldo Trigueiro	v. 18, n. 47, jul./set.	1952	Ideias e debates	Funções do Estado
73	XIV Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 18, n. 47, jul./set.	1952	Documentação	Educação em geral
74	Lei e educação	*	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Editorial	Legislação educacional
75	Análise do Projeto da Lei de Diretrizes e Bases	A. Almeida Júnior	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Ideias e debates	Legislação educacional
76	O ensino superior no novo projeto de lei	Álvaro Alberto	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Ideias e debates	Ensino superior
77	Estudo sobre o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Anísio Teixeira	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Ideias e debates	Legislação educacional
78	A educação nacional e o novo projeto de lei	Lourenço Filho	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Ideias e debates	Legislação educacional
79	Municipalização do ensino primário	João de Deus Cardoso de Melo	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Documentação	Ensino primário
80	A lei de Diretrizes	Anísio Teixeira	v. 18, n. 48, out./dez.	1952	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
81	Condições para a reconstrução educacional brasileira	Anísio Teixeira	v. 19, n. 49, jan./mar.	1953	Ideias e debates	Sistema educacional
82	XV Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 19, n. 49, jan./mar.	1953	Documentação	Educação em geral
83	A crise educacional brasileira	Anísio Teixeira	v. 19, n. 50, abr./jun.	1953	Ideias e debates	Sistema educacional
84	Projeto de Lei Orgânica do Ensino da Bahia	*	v. 20, n. 51, jul./set.	1953	Documentação	Legislação educacional
85	A educação na evolução constitucional do Brasil	Inezil Pena Marinho	v. 20, n. 51, jul./set.	1953	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
86	Sugestões e críticas ao Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional	A. Brandão Filho	v. 20, n. 52, out./dez.	1953	Ideias e debates	Legislação educacional
87	Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro	Anísio Teixeira	v. 20, n. 52, out./dez.	1953	Ideias e debates	Financiamento da educação
88	Plano de distribuição de recurso federais para o ensino primário e normal dos Estados	*	v. 20, n. 52, out./dez.	1953	Documentação	Financiamento da educação
89	Financiamento dos sistemas públicos de Educação	Trabalhos de Lauro Esmanhoto e Emanuel Brandão Fontes apresentados na XI Conferência Nacional de Educação	v. 21, n. 53, jan./mar.	1954	Documentação	Financiamento da educação
90	A educação que nos convém	Anísio Teixeira	v. 21, n. 54, abr./jun.	1954	Ideias e debates	Educação em geral
91	Avaliação, promoção e seriação nas escolas inglesas	H. Martin Wilson	v. 22, n. 55, jul./set.	1954	Ideias e debates	Promoção, avaliação

						e seriação
92	XVI Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 22, n. 55, jul./set.	1954	Documentação	Educação em geral
93	O desvirtuamento da escola primária urbana pela multiplicação de turnos e pela desarticulação com o ensino médio	J. Roberto Moreira	v. 22, n. 56, out./dez.	1954	Ideias e debates	Ensino primário
94	A evasão escolar no ensino primário	Moysés I. Kessel	v. 22, n. 56, out./dez.	1954	Ideias e debates	Ensino primário
95	A palestra presidencial e a educação	*	v. 23, n. 57, jan./mar.	1955	Documentação	Discurso oficial sobre educação
96	A educação secundária no Brasil	Jayme Abreu	v. 23, n. 58, abr./jun.	1955	Ideias e debates	Ensino secundário
97	As condições atuais da educação secundária	Cândido Motta Filho	v. 23, n. 58, abr./jun.	1955	Através de revistas e jornais	Ensino secundário
98	O ensino industrial no plano nacional de educação	Flávio Penteado Sampaio	v. 23, n. 58, abr./jun.	1955	Através de revistas e jornais	Ensino industrial
99	Significado político da escola	Cândido Motta Filho	v. 24, n. 59, jul./set.	1955	Ideias e debates	Educação em geral
100	Educação popular e obrigatoriedade do ensino	Celso Kelly	v. 24, n. 59, jul./set.	1955	Documentação	Obrigatoriedade do ensino
101	XVII Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 24, n. 59, jul./set.	1955	Documentação	Educação em geral
102	Fundo Nacional do Ensino Médio	*	v. 24, n. 60, out./dez.	1955	Documentação	Ensino médio
103	A administração pública brasileira e a educação	Anísio Teixeira	v. 25, n. 61, jan./mar.	1956	Ideias e debates	Administração da educação
104	XVIII Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 25, n. 62, abr./jun.	1956	Documentação	Educação em geral
105	Educação não é privilégio	Anísio Teixeira	v. 26, n. 63, jul./set.	1956	Ideias e debates	Educação em geral
106	Recomendações da Conferência Regional Latino-Americana sobre educação primária gratuita e obrigatória	*	v. 26, n. 63, jul./set.	1956	Documentação	Ensino primário
107	Recomendações da Segunda Reunião Interamericana de Ministros da Educação	*	v. 26, n. 63, jul./set.	1956	Documentação	Educação em geral
108	Extensão da escolaridade do ensino primário	Entrevista com Clovis Salgado, Ministro da Educação e Cultura	v. 26, n. 63, jul./set.	1956	Documentação	Ensino primário
109	A escola pública, universal e gratuita	Anísio Teixeira	v. 26, n. 64, out./dez.	1956	Ideias e debates	Democratização do ensino
110	O problema da formação de professores primários	Eny Caldeira	v. 26, n. 64, out./dez.	1956	Ideias e debates	Formação de professores
111	Os problemas do ensino elementar no Brasil	J. Roberto Moreira	v. 26, n. 64, out./dez.	1956	Ideias e debates	Ensino elementar
112	Repetência ou promoção automática?	A. Almeida Júnior	v. 27, n. 65, jan./mar.	1957	Ideias e debates	Promoção automática

113	Bases para uma programação da educação primária no Brasil	Anísio Teixeira	v. 27, n. 65, jan./mar.	1957	Ideias e debates	Ensino primário
114	Sugestões para uma nova política no Brasil: a urbana	Gilberto Freyre	v. 27, n. 65, jan./mar.	1957	Ideias e debates	Educação rural
115	XIX Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 27, n. 65, jan./mar.	1957	Documentação	Educação em geral
116	Reforma do ensino primário com base no sistema de promoção automática	Juscelino Kubitschek	v. 27, n. 65, jan./mar.	1957	Documentação	Promoção automática
117	A municipalização do ensino primário	Anísio Teixeira	v. 27, n. 66, abr./jun.	1957	Ideias e debates	Ensino primário
118	O ensino secundário no Brasil está longe de desempenhar sua verdadeira função	Alberto Rovai	v. 27, n. 66, abr./jun.	1957	Através de revistas e jornais	Ensino secundário
119	A escola brasileira e a estabilidade educacional	Anísio Teixeira	v. 28, n. 67, jul./set.	1957	Ideias e debates	Sistema educacional
120	Educação rural e educação de base	J. Roberto Moreira	v. 28, n. 67, jul./set.	1957	Ideias e debates	Educação rural
121	A educação elementar em face do planejamento econômico	J. Roberto Moreira, com base em diretrizes formuladas por Anísio S. Teixeira e estudos estatísticos de Ovídio de Andrade Jr.	v. 28, n. 67, jul./set.	1957	Documentação	Ensino elementar
122	XX Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 28, n. 68, out./dez.	1957	Documentação	Educação em geral
123	Democracia, expansão econômica e reforma do ensino	Raymond Poignant	v. 29, n. 69, jan./mar.	1958	Ideias e debates	Reforma do ensino
124	Rui Barbosa e as reformas de ensino	*	v. 29, n. 69, jan./mar.	1958	Documentação	Reforma do ensino
125	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	*	v. 29, n. 69, jan./mar.	1958	Documentação	Legislação educacional
126	A escola primária não tem sido tratada pelos governos com o cuidado que merece	Carlos Mascaro	v. 29, n. 69, jan./mar.	1958	Através de revistas e jornais	Ensino primário
127	A propósito da atualização do projeto de diretrizes e bases da educação nacional	A. Almeida Júnior	v. 29, n. 70, abr./jun.	1958	Ideias e debates	Legislação educacional
128	Educação – problema da formação nacional	Anísio Teixeira	v. 29, n. 70, abr./jun.	1958	Ideias e debates	Sistema educacional
129	Reforma do Ensino Normal da Bahia	*	v. 29, n. 70, abr./jun.	1958	Documentação	Reforma do ensino
130	Educação e economia	José Querino Ribeiro	v. 30, n. 71, jul./set.	1958	Através de revistas e jornais	Educação em geral
131	As metas da educação para o desenvolvimento	Clóvis Salgado	v. 30, n. 72, out./dez.	1958	Documentação	Metas educacionais
132	XXI Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 30, n. 72, out./dez.	1958	Documentação	Educação em geral
133	A promoção automática na escola primária	Luís Pereira	v. 30, n. 72, out./dez.	1958	Através de revistas e jornais	Promoção automática
134	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	*	v. 31, n. 74, abr./jun.	1959	Documentação	Legislação educacional
135	Convênio entre o Estado de São Paulo e a União para aplicação dos recursos do Plano Federal de	*	v. 32, n. 75, jul./set.	1959	Documentação	Financiamento da educação

	Construções Escolares					
136	Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno	Dante Moreira Leite	v. 32, n. 75, jul./set.	1959	Através de revistas e jornais	Promoção automática
137	Ainda as diretrizes e bases da educação nacional	A. Almeida Júnior	v. 33, n. 76, out./dez.	1959	Ideias e debates	Legislação educacional
138	A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional?	Anísio Teixeira	v. 33, n. 76, out./dez.	1959	Ideias e debates	Legislação educacional
139	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	*	v. 33, n. 76, out./dez.	1959	Documentação	Legislação educacional
140	XXII Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 33, n. 76, out./dez.	1959	Documentação	Educação em geral
141	Uma apreciação do ensino primário	Solon T. Kimbal	v. 33, n. 77, jan./mar.	1960	Estudos e debates	Ensino primário
142	A educação e a constituição de 1946	Anísio Teixeira	v. 33, n. 77, jan./mar.	1960	Estudos e debates	Legislação educacional
143	Diretrizes e Bases – Projeto aprovado na Câmara	*	v. 33, n. 77, jan./mar.	1960	Documentação	Legislação educacional
144	Os estudantes paulistas e a Lei de Diretrizes e Bases	Almeida Júnior; Eliseu Paglioli; Fernando de Azevedo; Jaime Abreu	v. 33, n. 77, jan./mar.	1960	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
145	A educação na mensagem presidencial	*	v. 33, n. 78, abr./jun.	1960	Documentação	Discurso oficial sobre educação
146	A propósito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Luís F. Carranca	v. 33, n. 78, abr./jun.	1960	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
147	Sobre o projeto de Diretrizes e Bases	Sérgio Duarte	v. 33, n. 78, abr./jun.	1960	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
148	Lei de Diretrizes e Bases	M. B. Lourenço Filho	v. 34, n. 79, jul./set.	1960	Estudos e debates	Legislação educacional
149	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	*	v. 34, n. 79, jul./set.	1960	Documentação	Legislação educacional
150	Emendas da 1ª convenção em defesa da escola pública ao projeto de diretrizes e bases	*	v. 34, n. 79, jul./set.	1960	Documentação	Legislação educacional
151	Custeio da educação e as reformas programadas	Carlos Corrêa Mascaro	v. 34, n. 80, out./dez.	1960	Estudos e debates	Financiamento da educação
152	Ensino médio em geral e ensino secundário	Jaime Abreu	v. 35, n. 81, jan./mar.	1961	Estudos e debates	Ensino médio
153	Financiamento do ensino primário na América Latina	Abgar Renault	v. 35, n. 81, jan./mar.	1961	Estudos e debates	Financiamento da educação
154	Custo mínimo da educação primária por aluno	*	v. 35, n. 82, abr./jun.	1961	Editorial	Financiamento da

						educação
155	XXIII Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 35, n. 82, abr./jun.	1961	Documentação	Educação em gral
156	Financiamento do ensino primário	Carlos Correia Mascaro	v. 35, n. 82, abr./jun.	1961	Documentação	Financiamento da educação
157	O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases	Florestan Fernandes	v. 35, n. 82, p. abr./jun.	1961	Jornais	Legislação educacional
158	A expansão do Ensino Superior no Brasil	Anísio Teixeira	v. 36, n. 83, jul./set.	1961	Editorial	Ensino superior
159	A reforma universitária e a faculdade de filosofia	Valnir Chagas	v. 36, n. 83, jul./set.	1961	Estudos e debates	Reforma universitária
160	Diretrizes e bases da educação: I. Substitutivo Nogueira da Gama; II. Emendas aprovadas no Senado	*	v. 36, n. 83, jul./set.	1961	Documentação	Legislação educacional
161	Pronunciamento dos senadores Mem de Sá e Nogueira da Gama sobre Diretrizes e Bases da Educação	*	v. 36, n. 83, jul./set.	1961	Notas para a História da Educação	Discurso oficial sobre educação
162	Diretrizes e Bases	Roque Spencer Maciel de Barros	v. 36, n. 83, jul./set.	1961	Jornais	Legislação educacional
163	Plano Nacional de Educação	*	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Editorial	Plano Nacional de Educação
164	O princípio de planejamento no Cap. “Educação e Cultura” do Programa de Governo	Jayme Abreu	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Estudos e debates	Planejamento educacional
165	Planificação educacional	José Querino Ribeiro	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Estudos e debates	Planejamento educacional
166	Financiamento educacional no Brasil (estudo solicitado pela Organização dos Estados Americanos)	*	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Documentação	Financiamento da educação
167	Que é administração escolar?	Anísio Teixeira	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Documentação	Administração escolar
168	Nova política para o Ensino Superior	Durmeval Trigueiro	v. 36, n. 84, out./dez.	1962	Jornais	Ensino superior
169	Lei de Diretrizes e Bases da Educação – íntegra do texto sancionado e dos dispositivos vetados	*	v. 37, n. 85, jan./mar.	1962	Documentação	Legislação educacional
170	Reparos à Lei nº 4.024, de 27-12-61	A. Almeida Júnior	v. 37, n. 85, jan./mar.	1962	Documentação	Legislação educacional
171	Conselho Federal de Educação	*	v. 37, n. 85, jan./mar.	1962	Documentação	Legislação educacional
172	Novos currículos para o ensino médio	*	v. 37, n. 85, jan./mar.	1962	Documentação	Ensino médio
173	Programa de emergência para a educação	*	v. 37, n. 85, jan./mar.	1962	Documentação	Sistema educacional

174	Educação e desenvolvimento econômico na América Latina – Expressão de uma Conferência	Jayme Abreu	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Estudos e debates	Educação em geral
175	O desenvolvimento econômico e o investimento em educação	Joaquim Faria Góis	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Estudos e debates	Financiamento da educação
176	Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras	Anísio Teixeira	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Estudos e debates	Sistema educacional
177	Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina	*	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Documentação	Educação em geral
178	Plano decenal de educação da Aliança para o Progresso	*	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Documentação	Plano de educação
179	XXIV Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 37, n. 86, abr./jun.	1962	Documentação	Educação em geral
180	O ensino industrial de nível médio no Brasil	Joaquim Faria Góis	v. 38, n. 87, jul./set.	1962	Estudos e debates	Ensino industrial
181	Conselho Federal de Educação	*	v. 38, n. 87, jul./set.	1962	Documentação	Legislação educacional
182	Escola média no Brasil	Jayme Abreu	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Estudos e debates	Ensino médio
183	A educação e o desenvolvimento político no Brasil	Frank Bonilla	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Estudos e debates	Educação em geral
184	Financiamento da educação no Brasil	*	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Documentação	Financiamento da educação
185	Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário	Anísio Teixeira	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Documentação	Planejamento educacional
186	Plano Nacional de Educação	*	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Documentação	Plano Nacional de Educação
187	Conselho Federal de Educação	*	v. 38, n. 88, out./dez.	1962	Documentação	Legislação educacional
188	Plano trienal para a educação	*	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Editorial	Plano para a educação
189	Estado atual da educação	Anísio Teixeira	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Estudos e debates	Situação da educação
190	Ensino médio brasileiro: tendências de sua expansão	Jayme Abreu	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Estudos e debates	Ensino médio
191	A educação no Plano Trienal	*	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Documentação	Plano de educação
192	Diretrizes e Bases da Educação – dispositivos sancionados após a apreciação dos vetos	*	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Documentação	Legislação educacional
193	XXV Conferência Internacional de Instrução	*	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Documentação	Planejamento

	Pública: Recomendação 54 – sobre planejamento educacional e 55 – sobre aperfeiçoamento de professores primários					educacional
194	A nova lei federal de ensino industrial e a educação secundária	Geraldo Bastos Silva	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Através de revistas e jornais	Ensino secundário
195	Conselho Federal de Educação	*	v. 39, n. 89, jan./mar.	1963	Documentação	Legislação educacional
196	Mensagem presidencial – capítulo da educação	*	v. 39, n. 90, abr./jun.	1963	Documentação	Discurso oficial sobre educação
197	Lei de diretrizes e bases da educação – texto definitivo	*	v. 39, n. 90, abr./jun.	1963	Documentação	Legislação educacional
198	A reforma universitária	Ernesto Luís de Oliveira Júnior	v. 39, n. 90, abr./jun.	1963	Através de revistas e jornais	Reforma universitária
199	O vestibular e a lei	Nair Fortes Abu-Merhy	v. 39, n. 90, abr./jun.	1963	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
200	Conselho Federal de Educação	*	v. 39, n. 90, abr./jun.	1963	Documentação	Legislação educacional
201	Princípios da educação de grau médio na Lei de Diretrizes e Bases	Newton Sucupira	v. 40, n. 91, jul./set.	1963	Estudos e debates	Legislação educacional
202	Conselho Federal de Educação: seleção de estudos e pareceres	*	v. 40, n. 91, jul./set.	1963	Documentação	Legislação educacional
203	Lei de diretrizes – reforma de base da educação nacional	*	v. 40, n. 92, out./dez.	1963	Editorial	Legislação educacional
204	Obstáculos ao planejamento educacional nos países em desenvolvimento	Jayme Abreu	v. 40, n. 92, out./dez.	1963	Documentação	Planejamento educacional
205	Conselho Federal de Educação: seleção de estudos e pareceres	*	v. 40, n. 92, out./dez.	1963	Documentação	Legislação educacional
206	A equivalência de cursos na Lei de Diretrizes e Bases	Jayme Abreu	v. 40, n. 92, out./dez.	1963	Através de revistas e jornais	Legislação educacional
207	Educação e descentralização	*	v. 41, n. 93, jan./mar.	1964	Editorial	Planejamento educacional
208	Plano e finanças da educação	Anísio Teixeira	v. 41, n. 93, jan./mar.	1964	Estudos e debates	Financiamento da educação
209	XXVI Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 41, n. 93, jan./mar.	1964	Documentação	Educação em geral
210	Perspectivas para a escola média no desenvolvimento brasileiro	Jayme Abreu	v. 41, n. 94, abr./jun.	1964	Estudos e debates	Ensino médio
211	Política educacional do Presidente Castelo Branco	*	v. 41, n. 94, abr./jun.	1964	Documentação	Política educacional

212	Salário-Educação para o ensino primário	*	v. 41, n. 94, abr./jun.	1964	Documentação	Ensino primário
213	Conselho Federal de Educação	*	v. 41, n. 94, abr./jun.	1964	Documentação	Legislação educacional
214	Conselho Federal de Educação	*	v. 42, n. 95, jul./set.	1964	Documentação	Legislação educacional
215	Reforma do Ensino Superior	B. Girod Le L'ain	v. 42, n. 95, jul./set.	1964	Através de revistas e jornais	Ensino superior
216	Modernos estudos de custos e investimentos em educação	Jayme Abreu	v. 42, n. 95, jul./set.	1964	Através de revistas e jornais	Financiamento da educação
217	Salário-educação e a escolaridade primária	*	v. 42, n. 96, out./dez.	1964	Editorial	Financiamento da educação
218	Pela racionalização dos recursos destinados ao ensino	Carlos Pasquale	v. 42, n. 96, out./dez.	1964	Estudos e debates	Financiamento da educação
219	Salário-Educação: Lei nº 4.440 de 27-11-64 e Razões do veto art. 6º	*	v. 42, n. 96, out./dez.	1964	Documentação	Legislação educacional
220	Conselho Federal de Educação	*	v. 42, n. 96, out./dez.	1964	Documentação	Legislação educacional
221	Aspectos da expansão do Ensino Superior no Brasil	Jayme Abreu	v. 43, n. 97, jan./mar.	1965	Estudos e debates	Ensino superior
222	Aperfeiçoamento do Sistema Universitário Brasileiro	Paulo de Góes	v. 43, n. 97, jan./mar.	1965	Estudos e debates	Ensino superior
223	Educação e cultura na mensagem presidencial	*	v. 43, n. 97, jan./mar.	1965	Documentação	Discurso oficial sobre educação
224	Plano Nacional de Educação e equilíbrio orçamentário	Clóvis Salgado	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Estudos e debates	Plano Nacional de Educação
225	Alguns aspectos do planejamento e do financiamento da educação no Brasil	João Roberto Moreira	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Estudos e debates	Financiamento da educação
226	Planejamento do ensino superior	Durmeval Trigueiro	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Estudos e debates	Ensino superior
227	Plano Nacional de Educação (1965)	*	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Documentação	Plano Nacional de Educação
228	Duração dos cursos superiores: parecer do Cons. Fed. De Educação e portaria ministerial	*	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Documentação	Legislação educacional
229	Aplicação dos recursos provenientes do salário-educação	*	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Documentação	Financiamento da educação
230	Nova política educacional nos Estados Unidos	Ayres de Sá	v. 43, n. 98, abr./jun.	1965	Através de revistas e jornais	Política educacional
231	Alguns aspectos comparativos do ensino médio	João Roberto Moreira	v. 44, n. 99, jul./set.	1965	Estudos e	Ensino médio

					debates	
232	Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil	Manoel Marques de Carvalho	v. 44, n. 99, jul./set.	1965	Estudos e debates	Ensino técnico
233	Reunião técnica sobre planejamento do ensino médio	*	v. 44, n. 99, jul./set.	1965	Documentação	Ensino médio
234	Conselho Federal de Educação	*	v. 44, n. 99, jul./set.	1965	Documentação	Legislação educacional
235	XXVIII Conferência Internacional de Instrução Pública	*	v. 44, n. 100, out./dez.	1965	Documentação	Educação em geral
236	Estatuto do Magistério – Lei nº 4.881-A, de 6/12/1965	*	v. 44, n. 100, out./dez.	1965	Documentação	Legislação educacional
237	Planejamento da educação no Brasil – sugestões	Robert Davée	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Estudos e debates	Planejamento educacional
238	Economia e educação no Brasil	Jayme Abreu	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Estudos e debates	Financiamento da educação
239	Ensino e educação na mensagem presidencial	*	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Documentação	Discurso oficial sobre educação
240	Aspectos da expansão quantitativa do ensino no Brasil	CBPE	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Documentação	Situação da educação
241	Repercussões da Lei de Diretrizes e Bases na organização do ensino superior	Maurício Rocha e Silva	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Documentação	Legislação educacional
242	Sobre o regimento dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do estado de São Paulo – Voto do Conselheiro Carlos Pasquale	*	v. 45, n. 101, jan./mar.	1966	Documentação	Planejamento educacional
243	Desenvolvimento do ensino primário e o Plano Nacional de educação	Carlos Pasquale	v. 45, n. 102, abr./jun.	1966	Estudos e debates	Planejamento educacional
244	Temas de reflexão sobre a 5ª e 6ª séries primárias	Pierre Vaast	v. 45, n. 102, abr./jun.	1966	Estudos e debates	Ensino primário
245	Plano Nacional de educação: complementação de 1966	*	v. 45, n. 102, abr./jun.	1966	Documentação	Planejamento educacional
246	Gastos públicos orçados para educação no Brasil, em 1965: aproximação preliminar	*	v. 45, n. 102, abr./jun.	1966	Documentação	Financiamento da educação
247	Conselho Federal de Educação	*	v. 45, n. 102, abr./jun.	1966	Documentação	Legislação educacional
248	Conselho Federal de Educação	*	v. 46, n. 103, jul./set.	1966	Documentação	Legislação educacional
249	Construção e equipamento de escolas e o Plano Nacional de Educação	Zenaide Cardoso Schultz	v. 46, n. 104, out./dez.	1966	Estudos e debates	Plano Nacional de Educação

250	Receitas e despesas com o ensino no Brasil	Jacques Torfs	v. 46, n. 104, out./dez.	1966	Estudos e debates	Financiamento da educação
251	Plano de Educação no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico	Jacques Torfs	v. 46, n. 104, out./dez.	1966	Estudos e debates	Plano de educação
252	Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento	Rômulo Almeida	v. 47, n. 105, jan./mar.	1967	Estudos e debates	Planejamento educacional
253	Educação e cultura na Constituição de 1967	*	v. 47, n. 105, jan./mar.	1967	Documentação	Legislação educacional
254	Educação, cultura e pesquisa na mensagem presidencial	*	v. 47, n. 105, jan./mar.	1967	Documentação	Discurso oficial sobre educação
255	Extensão da escolaridade	Carlos Corrêa Mascaro	v. 47, n. 106, abr./jun.	1967	Estudos e debates	Ensino primário
256	Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?	Maria Avany da Gama Rosa	v. 47, n. 106, abr./jun.	1967	Estudos e debates	Ensino primário
257	Reestruturação das Universidade Federais (Decretos Leis n. 53 – de 18-11-1966 e 252 – de 28-2-1967)	*	v. 47, n. 106, abr./jun.	1967	Documentação	Legislação educacional
258	Problemas brasileiros de educação	Jayme Abreu	v. 48, n. 107, jul./set.	1967	Estudos e debates	Situação da educação
259	Desigualdades no acesso à educação de nível médio	Aparecida Joly Gouveia	v. 48, n. 107, jul./set.	1967	Estudos e debates	Ensino médio
260	O problema dos excedentes e a reforma universitária	Durmeval Trigueiro	v. 48, n. 107, jul./set.	1967	Documentação	Ensino superior
261	Expansão do ensino superior	Durmeval Trigueiro	v. 48, n. 108, out./dez.	1967	Estudos e debates	Ensino superior
262	Matemáticas do Planejamento Educacional	Jacques Torfs	v. 48, n. 108, out./dez.	1967	Estudos e debates	Planejamento educacional
263	Bases para a reforma da Universidade Federal da Bahia	J. Lauwerys	v. 49, n. 109, jan./mar.	1968	Estudos e debates	Ensino superior
264	Planejamento educacional e desenvolvimento social	Oracy Nogueira	v. 49, n. 109, jan./mar.	1968	Através de revistas e jornais	Planejamento educacional
265	Um modelo econômico para planejamento de educação	Paulo Novais	v. 49, n. 110, abr./jun.	1968	Estudos e debates	Planejamento educacional
266	O ensino primário e as novas constituições	João Eduardo Rodrigues Vilalobos	v. 49, n. 110, abr./jun.	1968	Estudos e debates	Ensino primário
267	Financiamento da educação no estado de São Paulo	José Carlos de Araújo Melchior	v. 49, n. 110, abr./jun.	1968	Documentação	Financiamento da educação
268	Reforma e revolução na universidade	Paul Ricoeur	v. 50, n. 111, jul./set.	1968	Estudos e debates	Ensino superior

269	A reestruturação das universidades federais	Newton Sucupira	v. 50, n. 111, jul./set.	1968	Estudos e debates	Ensino superior
270	Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho	*	v. 50, n. 111, jul./set.	1968	Estudos e debates	Ensino superior
271	Operação-escola: subsídios para reformulação do ensino primário brasileiro	*	v. 50, n. 112, out./dez.	1968	Documentação	Ensino primário
272	Reestruturação do ensino universitário no Brasil	José Fernando Carneiro	v. 50, n. 112, out./dez.	1968	Através de revistas e jornais	Ensino superior
273	Financiamento da Educação Superior	Gustavo de Sá e Silva	v. 50, n. 112, out./dez.	1968	Através de revistas e jornais	Financiamento da educação
274	Conselho Federal de Educação	*	v. 51, n. 113, jan./mar.	1969	Documentação	Legislação educacional
275	Planejamento para a educação de professores	Lawrence D. Harkew	v. 51, n. 114, jan./mar.	1969	Estudos e debates	Planejamento educacional
276	Instalação e desenvolvimento das Faculdades de Educação no Brasil	J. Lauwerys	v. 51, n. 114, abr./jun.	1969	Documentação	Ensino superior
277	Parecer do CFE: Graduação em Pedagogia – Currículo Mínimo e Duração	*	v. 51, n. 114, abr./jun.	1969	Documentação	Legislação educacional
278	Desafio ao planejamento educacional	Philip H. Coombs	v. 51, n. 114, abr./jun.	1969	Através de revistas e jornais	Planejamento educacional
279	Pesquisa e planejamento educacional	Arlindo Lopes Correia	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Estudos e debates	Planejamento educacional
280	O estado e a pesquisa educacional	Michael John McCarthy	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Estudos e debates	Estado
281	Pesquisa e elaboração de uma política da educação	Torsten Husen	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Através de revistas e jornais	Política educacional
282	Fator humano na política educacional	Joel Martins	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Através de revistas e jornais	Política educacional
283	Políticas educacionais europeias	J. A. Lauwerys	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Através de revistas e jornais	Política educacional
284	Fundamentos para uma política educacional brasileira	Luís Nascimento Silva	v. 52, n. 115, jul./set.	1969	Através de revistas e jornais	Política educacional
285	Educação e cultura na Emenda constitucional	*	v. 52, n. 116, out./dez.	1970	Documentação	Legislação educacional
286	Educação Fundamental	Nise Pires	v. 53, n. 117, jan./mar.	1970	Estudos e debates	Ensino fundamental
287	Desenvolvimento democrático pela escola primária	Editorial	v. 53, n. 117, jan./mar.	1970	Editorial	Ensino primário
288	A política da educação do Estado de São Paulo	Rodolpho Pereira Lima	v. 53, n. 117, jan./mar.	1970	Através de	Política educacional

					revistas e jornais	
289	Criatividade na reestruturação do sistema universitário	Editorial	v. 53, n. 118, abr./jun.	1970	Editorial	Ensino superior
290	A crise da educação escolar e as tarefas da universidade	Nádia Franco da Cunha	v. 53, n. 118, abr./jun.	1970	Estudos e debates	Ensino superior
291	A seleção e o vestibular na reforma universitária	Valnir Chagas	v. 53, n. 118, abr./jun.	1970	Estudos e debates	Ensino superior
292	Considerações sobre uma política nacional de investimento em educação	Editorial	v. 54, n. 119, jul./set.	1970	Editorial	Financiamento da educação
293	Política brasileira de financiamento em educação	Carlos Pasquale	v. 54, n. 119, jul./set.	1970	Estudos e debates	Financiamento da educação
294	Salário-educação e financiamento da educação primária	Fábio Veloso	v. 54, n. 119, jul./set.	1970	Documentação	Financiamento da educação
295	Ensino técnico de nível médio: aspectos de sua programação	João Paulo dos Reis Velloso	v. 54, n. 120, out./dez.	1970	Estudos e debates	Ensino técnico
296	Financiamento das despesas educacionais	Raymond Poignant	v. 55, n. 121, jan./mar.	1971	Estudos e debates	Financiamento da educação
297	Por que tanta repetência na primeira série?	Lucia Marques Pinheiro	v. 55, n. 122, abr./jun.	1971	Estudos e debates	Reprovação
298	A estatística no planejamento educacional	Walter Augusto do Nascimento	v. 55, n. 122, abr./jun.	1971	Estudos e debates	Planejamento educacional
299	O desafio da reforma do ensino de 1º e 2º graus	*	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Editorial	Reforma do ensino
300	Reforma das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura: dificuldades e caminhos	Michel Debrun	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Estudos e debates	Reforma administrativa
301	Implantação do ensino de 1º grau	Eurides Brito da Silva	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Estudos e debates	Ensino fundamental
302	A democratização do ensino médio e a reforma	Nádia Franco da Cunha	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Estudos e debates	Ensino médio
303	Ensino de 1º e 2º graus: Lei 5.692, de 11-8-71	*	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Documentação	Legislação educacional
304	Relatório do grupo de trabalho para a reforma do ensino de 1º e 2º graus	*	v. 56, n. 123, jul./set.	1971	Documentação	Reforma do ensino
305	Objetivos qualitativos do plano educacional	Raymond Poignant	v. 56, n. 124, out./dez.	1971	Estudos e debates	Plano de educação
306	Implantação da rede escolar primária no projeto de assentamento de Iguatemi	Maria Pelegrini	v. 56, n. 124, out./dez.	1971	Documentação	Ensino primário
307	A implantação da nova lei	Maria Terezinha Tourinho Saraiva	v. 57, n. 125, jan./mar.	1972	Estudos e debates	Legislação educacional

308	Bases para a reformulação de currículos e programas do ensino fundamental	Lúcia Marques Pinheiro	v. 57, n. 125, jan./mar.	1972	Estudos e debates	Reformulação Curricular
309	Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus	Valnir Chagas	v. 57, n. 125, jan./mar.	1972	Estudos e debates	Reformulação Curricular
310	O currículo e a implantação da reforma	Maria Graziela Peregrino	v. 57, n. 125, jan./mar.	1972	Estudos e debates	Reformulação Curricular
311	A educação do excepcional em face da lei 5.692	Yesis Ilcia e Amoedo Passarinho	v. 58, n. 127, jul./set.	1972	Documentação	Legislação educacional
312	Ensino Superior: expansão, reforma e Pós-Graduação	Newton Sucupira	v. 58, n. 128, out./dez.	1972	Estudos e debates	Ensino superior
313	Política de Pós-Graduação no Brasil	Maria Aparecida Pourchet Campos	v. 58, n. 128, out./dez.	1972	Estudos e debates	Pós-Graduação
314	Pós-Graduação: jurisprudência e legislação	*	v. 58, n. 128, out./dez.	1972	Documentação	Pós-Graduação
315	A Pós-Graduação e o papel da CAPES	Celso Barroso Leite	v. 58, n. 128, out./dez.	1972	Documentação	Pós-Graduação
316	Formação do magistério para a educação fundamental – currículo básico	Lúcia Marques Pinheiro	v. 59, n. 129, jan./mar.	1973	Estudos e debates	Formação de professores
317	Sobre os indicadores em educação	Aldo E. Solari	v. 59, n. 129, jan./mar.	1973	Estudos e debates	Indicadores educacionais
318	A universidade e a reforma do ensino de 1º e 2º graus	Newton Sucupira	v. 59, n. 129, jan./mar.	1973	Estudos e debates	Reforma do ensino
319	O ensino supletivo na política educacional brasileira	Sérgio Guerra Duarte	v. 59, n. 131, jul./set.	1973	Editorial	Política educacional
320	Política para o ensino supletivo	*	v. 59, n. 131, jul./set.	1973	Documentação	Ensino supletivo
321	Reforma Capanema	*	v. 60, n. 134, abr./jun.	1974	Documentação	Reforma do ensino
322	Avaliação de sistemas e tomada de decisões	João Batista Araújo e Oliveira	v. 60, n. 135, jul./set.	1974	Estudos e debates	Avaliação educacional
323	Implicações de uma redefinição da política educacional	Nádia Franco da Cunha	v. 60, n. 135, jul./set.	1974	Estudos e debates	Política educacional
324	Reforma Francisco Campos: ensino secundário	*	v. 60, n. 135, jul./set.	1974	Documentação	Reforma do ensino
325	Ensino de 2º grau: antecedentes e objetivos	Nádia Franco da Cunha Gomes	v. 61, n. 137, jan./mar.	1976	Estudos e debates	Ensino médio
326	Reforma Francisco Campos: ensino superior	*	v. 61, n. 137, jan./mar.	1976	Documentação	Reforma do ensino
327	Educação pré-escolar e universalização do ensino de 1º grau	Ana Bernardes da Silveira Rocha	v. 61, n. 140, out./dez.	1976	Estudos e debates	Democratização do ensino
328	Grau de adaptação dos cursos de licenciatura às exigências da Lei nº 5692/71	Lília da Rocha Bastos Malvina Cohen Zaide	v. 62, n. 142, maio/ago.	1978	Estudos e debates	Legislação educacional
329	O problema do ensino de 2º grau na América Latina	Juan Carlos Tedesco	v. 64, n. 148, set./dez.	1983	Estudos	Ensino médio
330	Diagnóstico educacional dos municípios periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro	David Michel Vetter; José Carmelo Bráz de Carvalho	v. 64, n. 148, set./dez.	1983	Estudos	Situação da educação

331	Reflexões sobre a educação de adultos como uma prática social do Estado	Helena Lewin	v. 65, n. 149, jan./abr.	1984	Estudos	EJA
332	Emenda João Calmon: recursos para a educação (mesa-redonda)	*	v. 65, n. 149, jan./abr.	1984	Debates e propostas	Financiamento da educação
333	O manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira	Paschoal Lemme	v. 65, n. 150, maio/ago.	1984	Estudos	Sistema educacional
334	Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Ester Buffa	v. 65, n. 150, maio/ago.	1984	Estudos	Legislação educacional
335	O manifesto dos pioneiros da Educação Nova (Mesa redonda sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o desenvolvimento da educação brasileira)	*	v. 65, n. 150, maio/ago.	1984	Debates e propostas	Sistema educacional
336	Atualidade do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	Célio da Cunha	v. 65, n. 150, maio/ago.	1984	Debates e propostas	Sistema educacional
337	O sentido histórico do Manifesto dos Pioneiros	Vanilda Paiva	v. 65, n. 150, maio/ago.	1984	Debates e propostas	Sistema educacional
338	A educação nos textos constitucionais	Luiz Navarro de Britto	v. 65, n. 151, set./dez.	1984	Estudos	Legislação educacional
339	MOBRAL: do discurso à realidade	T. Nádia Jaime Mendonça	v. 65, n. 151, set./dez.	1984	Estudos	Programas
340	Sociologia política da Lei de Diretrizes e Bases	João Roberto Moreira	v. 65, n. 151, set./dez.	1984	2ª edição	Legislação educacional
341	Educação e cultura na Constituição Brasileira	*	v. 65, n. 151, set./dez.	1984	Debates e propostas	Legislação educacional
342	Educação e cultura na Constituição do Estado da Bahia (1947)	Anísio Teixeira	v. 65, n. 151, set./dez.	1984	Debates e propostas	Legislação educacional
343	Capanema e a Educação Brasileira	*	v. 66, n. 153, maio/ago.	1985	Destaque	Sistema educacional
344	Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação	Simon Schwartzman	v. 66, n. 153, maio/ago.	1985	Estudos	Sistema educacional
345	Educação e política – em busca de uma compreensão	Gerusa de Mendonça Gomes; Arlindo Cavalcanti de Queiróz	v. 66, n. 153, maio/ago.	1985	Debates e propostas	Educação e política
346	A universalização da educação básica: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais	Acacia Zeneida Kuenzer; Luiz Celso Tarnowski; Sônia Maria Coimbra Kenski	v. 67, n. 155, jan./abr.	1986	Estudos	Democratização do ensino
347	Ciclo básico: um estudo de implementação de políticas públicas na Universidade Brasileira	Antonio Augusto Pereira Prates; Antonio Luiz Paixão; Lília Maria Gardenal da Silva Pereira; Luís	v. 67, n. 155, jan./abr.	1986	Estudos	Implementação de política

		Aureliano Gama de Andrade				
348	Mudança e estagnação na universidade brasileira: o impacto do Programa MEC/BIR II	Luis Aureliano Gama de Andrade; Ana Maria de Rezende Pinto; Miracy Barbosa de Sousa Gustin	v. 67, n. 156, maio/ago.	1986	Estudos	Ensino superior
349	Carta Brasileira de Educação Democrática	*	v.67, n.156, maio/ago.	1986	2ª edição	Educação em geral
350	Políticas públicas e escolarização nas séries iniciais (mesa-redonda)	*	v. 67, n. 156, maio/ago.	1986	Debates e propostas	Políticas públicas e educação
351	Planejamento educacional e clientelismo político no Nordeste	*	v. 68, n. 158, jan./abr.	1987	Notas de pesquisa	Planejamento educacional
352	Educação de adultos: necessidades e políticas – agenda para um debate	Juan Educardo García-Huidobro	v. 68, n. 159, maio/ago.	1987	Estudos	EJA
353	Educação e Constituinte; implicações de uma pedagogia da qualidade (mesa-redonda)	*	v. 68, n.159, maio/ago.	1987	Debates e propostas	Legislação educacional
354	O ensino de 2º grau no Brasil; caracterização e perspectivas no Estado de Goiás	*	v. 68, n. 159, maio/ago.	1987	Notas de pesquisa	Ensino médio
355	O ensino de 2º grau em Minas Gerais: expansão e desenvolvimento (1971-1984)	Ana Zuleima de Castro Lüscher; Leila de Alvarenga Mafra	v. 68, n. 160, set./dez.	1987	Estudos	Ensino médio
356	Educação democrática e a Nova Carta	D. Cândido Padin	v. 68, n. 160, set./dez.	1987	2ª edição	Legislação educacional
357	Educação e Constituição	Florestan Fernandes	v. 68, n. 160, set./dez.	1987	2ª edição	Legislação educacional
358	Proposta Educacional para Constituição	*	v. 68, n. 160, set./dez.	1987	Debates e propostas	Legislação educacional
359	A educação na Assembleia Nacional Constituinte	Candido Alberto Gomes; Maria do Céu Jurema Garrido	v. 68, n. 160, set./dez.	1987	Debates e propostas	Legislação educacional
360	Evolução da educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986	Alceu Ravello Ferrari	v. 69, n. 161, jan./abr.	1988	Estudos	Educação pré-escolar
361	A gestão educacional: relação união/estado/município	*	v. 69, n. 161, jan./abr.	1988	Debates e propostas	Gestão educacional
362	Subsídios ao pensamento e à ação com vista a uma Nova Política para os Cursos de Formação de Professores ao Nível de 2º grau	*	v. 69, n. 161, jan./abr.	1988	Notas de pesquisa	Formação de professores
363	Ensino público superior noturno e democratização	Maria Stela Grossi Porto; Mariza Veloso Motta Santos	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Estudos	Ensino superior
364	Os quatro anos da Emenda Calmon: qual o seu impacto?	Candido Alberto Gomes	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Estudos	Legislação educacional
365	Considerações sobre o texto “Os quatro anos da Emenda Calmon: qual o seu impacto?”	Armando Mendes	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Estudos	Legislação educacional

366	Os quatro anos da Emenda Calmon e seu impacto: um comentário	Jacques Velloso	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Estudos	Legislação educacional
367	Contribuição do CONSED à discussão sobre a Nova LDB	*	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Debates e propostas	Legislação educacional
368	Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos	*	v. 69, n. 162, maio/ago.	1988	Notas de pesquisa	Democratização do ensino
369	A educação na Nova Ordem Constitucional	Maria do Céu Jurema Garrido; Candido Alberto Gomes	v. 69, n. 163, set./dez.	1988	Destaque	Legislação educacional
370	O público e o privado na expansão do Ensino Supletivo em São Paulo	Elba Siqueira de Sá Barretto	v. 70, n. 164, jan./abr.	1989	Estudos	Ensino supletivo
371	A Nova Lei da Educação	Florestan Fernandes	v. 70, n. 164, jan./abr.	1989	2ª edição	Legislação educacional
372	Educação superior e pesquisa científica na Constituição de 1988	Claudio Souto	v. 70, n. 165, maio/ago.	1989	Estudos	Ensino superior
373	Investigación y políticas educativas en América Latina: síntesis de Reunión de Expertos	Ernesto Schiefelbein; Patricio Cariola	v. 70, n. 165, maio/ago.	1989	2ª edição	Política educacional
374	Levantamento de estudos e pesquisas sobre a Lei de Profissionalização do 2º grau sob as Leis 5.692/71 e 7.044/82	*	v. 70, n. 165, maio/ago.	1989	Notas de pesquisa	Legislação educacional
375	O ensino supletivo – função suplência – no Brasil: indicações de uma pesquisa	Maria Clara Di Pierro Siqueira; Maria Virginia de Freitas; Sérgio Haddad	v. 70, n. 166, set./dez.	1989	Estudos	Ensino supletivo
376	Educação Física e a Nova Lei de Diretrizes e Bases: subsídios para discussão	Apolônio Abadio do Carmo	v. 70, n. 166, set./dez.	1989	Estudos	Legislação educacional
377	Os interesses público e privado na educação brasileira: males crônicos, soluções longínquas	David N. Plank	v. 72, n. 170, jan./abr.	1991	Estudos	Público-privado na educação
378	Valores e objetivos da educação brasileira: a questão da relação entre Filosofia da Educação e Política Educacional, a partir de 1930	Sônia Martins de Almeida Nogueira	v. 72, n. 171, maio/ago.	1991	Estudos	Política educacional
379	Seminário: A Pesquisa e o Processo de Construção das Leis de Educação Nacional. INEP/FLACSO. Brasília, 26 a 28 jul. 1991.	*	v. 72, n. 171, maio/ago.	1991	Comunicação e informação	Legislação educacional
380	Financiamento da Educação: Gestão Democrática dos Recursos Financeiros Públicos em Educação	José Carlos de Araújo Melchior	v. 72, n. 172, set./dez.	1991	Estudos	Financiamento da educação
381	Políticas Públicas de Educação: a (Des)articulação entre a União, o Estado e os Municípios	Maria Antonieta Dall'Igna	v. 72, n. 172, set./dez.	1991	Notas de pesquisa	Política educacional
382	A Lei de Diretrizes e Bases – depoimento e debate sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases (1ª	Anísio Teixeira	v. 73, n. 173, jan./abr.	1992	2ª edição	Legislação educacional

	parte)					
383	Acompanhamento da implementação da proposta de orientação educacional do Sistema Oficial de Ensino do Distrito Federal	Kleide Márcia Barbosa Alves; Clélia Maduro de Abreu; Ormeizinda Costa; Maria Helena Bernardes Cangussú; Maria das Graças de Araújo Muniz, Nadir Maria do Socorro; Patrícia Lima Torres (notas de pesquisa)	v. 73, n. 173, jan./abr.	1992	Notas de pesquisa	Implementação de política
384	O recente processo de descentralização e de gestão democrática da educação no Brasil	José Camilo dos Santos Filho	v. 73, n. 174, maio/ago.	1992	Estudos	Gestão da educação
385	Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade	Vitor Henrique Paro	v. 73, n. 174, maio/ago.	1992	Estudos	Gestão da educação
386	Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos	Maria Célia Marcondes de Moraes	v. 73, n. 174, maio/ago.	1992	Estudos	Educação e política
387	A Lei de Diretrizes e Bases – Depoimento e Debate sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases (2ª Parte)	Anísio Teixeira	v. 73, n. 174, maio/ago.	1992	2ª edição	Legislação educacional
388	Reforma universitária e mudança social	Florestan Fernandes	v. 73, n. 175, set./dez.	1992	2ª edição	Reforma universitária
389	Políticas de alfabetização de adultos para o estado da Bahia (1950-1980)	Celma Borges	v. 73, n. 175, set./dez.	1992	Notas de pesquisa	Política de alfabetização
390	Padrões Mínimos de Oportunidades Educacionais: Uma Proposta	Ediruald de Mello; Messias Costa	v. 74, n. 176, jan./maio	1993	Estudos	Oportunidades educacionais
391	Educação para Todos: Acordo Nacional – Proposta final	*	v. 74, n. 176, jan./maio	1993	Comunicação e informação	Educação em geral
392	O ensino médio noturno e a sociedade brasileira: expansão e organização pedagógica	Leila de Alvarenga Mafra	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Estudos	Ensino médio
393	Os caminhos e descaminhos dos recursos financeiros em educação	Candido Alberto Gomes	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Estudos	Financiamento da educação
394	Rupturas e permanências na busca de uma melhoria qualitativa: o ensino público no Distrito Federal (1979 -1988)	Diva do Couto Gontijo Muniz	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Estudos	Sistema educacional
395	Gestão da Escola Pública: alguns Fundamentos	Vitor Henrique Paro	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Comunicação e informação	Gestão da educação
396	Projeto de LDB – A Estratégia da Negociação	Lúcia Maria da Franca Rocha; Eva Waisros Pereira	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Comunicação e informação	Legislação educacional
397	Impasses na Legislação sobre Educação Escolar Indígena no Congresso Nacional	Luis Donisele Benzi Grupioni	v. 75, n. 179/180/181, jan./dez.	1994	Comunicação e informação	Legislação educacional

398	Legislação e Política Educacional Brasileira	Alvaro Sobralino de Albuquerque Neto	v. 76, n. 184, set./dez.	1995	Comunicação e informação	Política educacional
399	Rupturas e continuidades de la política de Educación Superior Brasileña: la admisión a las universidades durante los gobiernos de Sarney y Collor de Mello	Adriana Chiroleu	v. 77, n. 186, maio/ago.	1996	Estudos	Ensino superior
400	Políticas públicas: formação de gestores governamentais em tempos de mudança	Eda Castro Lucas de Souza	v. 79, n. 191, jan./abr.	1998	Estudos	Políticas públicas
401	O sistema de avaliação brasileiro	Maria Inês Pestana	v. 79, n. 191, jan./abr.	1998	Avaliação	Avaliação educacional
402	A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades	Jefferson Mainardes	v. 79, n. 192, maio/ago.	1998	Estudos	Promoção automática
403	O Exame Nacional de Curso (ENC)	Tancredo Maia Filho; Orlando Pilati; Sheyla Carvalho Lira	v. 79, n. 192, maio/ago.	1998	Avaliação	Avaliação educacional
404	Federalismo e gasto público com educação no Brasil	Jorge Abrahão de Castro	v. 79, n. 192, maio/ago.	1998	Estatística	Financiamento da educação
405	Gastos públicos com a educação básica	Jorge Abrahão de Castro	v. 79, n. 193, set./dez.	1998	Avaliação	Gastos públicos educacionais
406	A produção de indicadores educacionais no Brasil e a comparação internacional	Ivan Castro de Almeida; Elisa Wolynech	v. 79, n. 193, set./dez.	1998	Estatística	Indicadores educacionais
407	Tribunal de contas: faz as contas ou faz-de-conta na avaliação dos gastos governamentais com educação?	Nicholas Davies	v. 80, n. 194, jan./abr.	1999	Estudos	Gastos públicos educacionais
408	Resultado do Saeb 97/Química e a reforma do ensino médio: um exercício de aproximação para a política educacional, o planejamento de ensino e a gestão da prática docente voltados para a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)	Alvaro Chrispino	v. 80, n. 194, jan./abr.	1999	Avaliação	Política educacional
409	Avaliação da oferta de ensino fundamental pela rede pública e sua distribuição espacial: aplicação ao município de Niterói (RJ)	Nelio D. Pizzolato; Satie Mizubuti; Guilherme Gomes da Silva	v. 80, n. 195, maio/ago.	1999	Avaliação	Ensino fundamental
410	História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19	Luciano Mendes de Faria Filho; Fernanda Mendes Resende	v. 80, n. 195, maio/ago.	1999	Estudos	Situação da educação
411	Política educacional: um estudo comparativo sobre os impactos de um novo modelo pedagógico	Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali; Vicente Manuel Cristofolletti Calvo	v. 80, n. 195, maio/ago.	1999	Estudos	Política educacional
412	Bases para uma programação da educação primária	Anísio Teixeira	v. 80, n. 196, set./dez.	1999	2ª edição	Ensino primário

	no Brasil					
413	O espaço das Conferências Internacionais de Educação (CIEs) da OIE/Unesco e o processo de políticas públicas educativas	Elisabete Cristina Cruvello da Silveira	v. 80, n. 196, set./dez.	1999	Estudos	Política educacional
414	A matrícula no ensino fundamental em perspectiva: Brasil e unidades de Federação – 2000-2001	Carlos Eduardo Moreno Sampaio; João Vicente Pereira; Liliane Oliveira Brant; Vanessa Néspoli	v. 80, n. 196, set./dez.	1999	Estatística	Ensino fundamental
415	O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas	Roselane Fátima Campos; Eneida Oto Shiroma	v. 80, n. 196, set./dez.	1999	Estudos	Reforma do ensino
416	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) na vertente da avaliação do rendimento escolar	Maria Iaci Cavalcante Pequeno	v. 81, n. 197, jan./abr.	2000	Avaliação	Avaliação educacional
417	A promoção automática na década de 50: uma revisão bibliográfica na RBEP	Cláudia de Oliveira Fernandes	v. 81, n. 197, jan./abr.	2000	Estudos	Promoção automática
418	Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena	Luís Donisete Benzi Grupioni	v. 81, n. 198, maio/ago.	2000	Estudos	Políticas de inclusão
419	Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil	José Marcelino de Rezende Pinto; Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant; Carlos Eduardo Moreno Sampaio; Ana Roberta Pati Pascom	v. 81, n. 199, set./dez.	2000	Avaliação	Indicadores educacionais
420	Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação	José Marcelino de Rezende Pinto	v. 82, n. 200/201/202, jan./dez.	2001	Avaliação	Financiamento da educação
421	Gastos com educação no período de 1994 a 1999	Ivan Castro de Almeida	v. 82, n. 200/201/202, jan./dez.	2001	Estatística	Financiamento da educação
422	Ensino técnico-profissional no Brasil e em Portugal na perspectiva da integração regional	Maria Sylvia Simões Bueno	v. 83, n. 203/204/205, jan./dez.	2002	Estudos	Ensino técnico
423	A União e a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino	Paulo Sena	v. 83, n. 203/204/205, jan./dez.	2002	Estudos	Financiamento da educação
424	Governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa “Toda Criança na Escola”: a fragilidade das estatísticas oficiais	Nicholas Davies	v. 83, n. 203/204/205, jan./dez.	2002	Estudos	Programa
425	Avances y estanciamientos con las reformas educativas neoliberales en la América Latina: algunas consecuencias para la equidad de género	Nelly P. Stromquist	v. 83, n. 203/204/205, jan./dez.	2002	Estudos	Reforma do ensino
426	Sobre as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922-1935	André Luiz Paulilo	v. 84, n. 206/207/208, jan./dez.	2003	Estudos	Política educacional
427	Qualidade da educação: uma nova leitura do	*	v. 84, n. 206/207/208,	2003	Avaliação	Qualidade da

	desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental		jan./dez.			educação
428	A expansão do ensino médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização?	Candido Alberto Gomes; Beatrice Laura Carnielli; Isolêta Rodrigues Assunção	v. 85, n. 209/210/211, jan./dez.	2004	Estudos	Ensino médio
429	Índice de Qualidade da Educação Fundamental (IQE): proposta para discussão	Carlos Henrique Araújo; Frederico Neves Conde; Nildo Luzio	v. 85, n. 209/210/211, jan./dez.	2004	Avaliação	Indicadores educacionais
430	Programa de Legislação Educacional Integrada: dinâmica e tendências (ProLei Histórico, 1961-1996)	Maria Eliza Brefere Arnoni	v. 85, n. 209/210/211, jan./dez.	2004	Documentação	Legislação educacional
431	Educação e sistema: a questão educacional atual – por ocasião dos 60 anos da RBEP	Fernando Haddad	v. 86, n. 212, jan./abr.	2005	Apresentação	Sistema educacional
432	A relação Estado e Educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000)	Nadia Gaiofatto Gonçalves	v. 86, n. 213/214, maio/dez.	2005	Estudos	Estado
433	A importância das estatísticas como instrumento de construção da modernidade educativa no Brasil – décadas de 1930 e 1940	Natália de Lacerda Gil	v. 86, n. 213/214, maio/dez.	2005	Estudos	Estatísticas educacionais
434	Assistência financeira do FNDE/MEC a programas e projetos educacionais: formato e implicações	Cláudia da Mota Darós Parente	v. 87, n. 215, jan./abr.	2006	Estudos	Financiamento da educação
435	Gestão municipal e formação: a educação infantil no Estado do Rio de Janeiro	Sonia Kramer; Maria Fernanda Nunes	v. 88, n. 218, jan./abr.	2007	Estudos	Gestão da educação
436	Aplicação dos recursos vinculados à educação: as verificações do Tribunal de Contas de Mato Grosso	Nicholas Davies	v. 88, n. 219, maio/ago.	2007	Estudos	Financiamento da educação
437	Gestão democrática como processo de alteração estrutural	Carlos Antonio Ferreira Monteiro	v. 88, n. 219, maio/ago.	2007	Estudos	Gestão da educação
438	A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto	Sofia Lerche Vieira	v. 88, n. 219, maio/ago.	2007	Estudos	Legislação educacional
439	Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: aspectos teóricos e históricos	Elisângela Alves da Silva Scaff	v. 88, n. 219, maio/ago.	2007	Estudos	Planejamento educacional
440	O “problema nacional”: a história de uma emenda que transformou o financiamento da educação no Brasil	Wellington Ferreira de Jesus	v. 88, n. 220, set./dez.	2007	Estudos	Financiamento da educação
441	Dívida política, educação popular e republicanismo	Flávio Henrique Albert Brayner	v. 89, n. 222, maio/ago.	2008	Estudos	Educação em geral
442	O salário-educação: fragilidades e incoerências	Nicholas Davies	v. 89, n. 223, set./dez.	2008	Estudos	Financiamento da educação
443	Modalidade de Provimento do Dirigente Escolar: mais um desafio para as políticas da educação municipal	Aldenice Alves Bezerra	v. 90, n. 224, jan./abr.	2009	Estudos	Política educacional

444	Mapeamento das políticas de escolha de diretores da escola e de avaliação na rede pública das capitais brasileiras	Fatima Cristina Alves	v. 90, n. 224, jan./abr.	2009	Estudos	Gestão da educação
445	Direita e esquerda na política educacional: Democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil	Andrea Barbosa Gouveia	v. 90, n. 224, jan./abr.	2009	Estudos	Política educacional
446	A reforma do ensino técnico da década de 1990: entre a proposta e a prática	Celso Ferreti	v. 90, n. 224, jan./abr.	2009	Estudos	Ensino técnico
447	Supervisão e avaliação da educação superior	Magno Federici Gomes	v. 90, n. 225, maio/ago.	2009	Estudos	Ensino superior
448	Mudanças discursivas nas políticas de democratização da educação	Luciana Rosa Marques	v. 90, n. 225, maio/ago.	2009	Estudos	Democratização da educação
449	A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico na era Vargas: vestígios na escola primária	Ademir Valdir dos Santos	v. 90, n. 225, maio/ago.	2009	Estudos	Política educacional
450	Progressão Continuada em uma perspectiva histórica	Lygia de Sousa Viégas	v. 90, n. 225, maio/ago.	2009	Estudos	Progressão continuada
451	Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética	Maria Isabel da Cunha; Marialva Moog Pinto	v. 90, n. 226, set./dez.	2009	Estudos	Ensino superior
452	Qualidade na educação e a ideia de uma formação pública	Vandré Gomes da Silva	v. 90, n. 226, set./dez.	2009	Estudos	Qualidade da educação
453	Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema	João Luiz Horta Neto	v. 91, n. 227, jan./abr.	2010	Estudos	Avaliação educacional
454	Um programa de formação de professores: o caso da Universidade de São Paulo	Maria Angélica Penatti Pipitone; Edna Maura Zuffi; Noeli Prestes Padilha Rivas	v. 91, n. 227, jan./abr.	2010	Estudos	Formação de professores
455	A pesquisa da prática pedagógica e a política de formação de professores: conhecimento, desafio, compromisso na representação social de ex-alunos de Pedagogia	Romilda Teodora Ens	v. 91, n. 227, jan./abr.	2010	Estudos	Formação de professores
456	Políticas de organização curricular para a escola pública em tempo integral: as lições de uma experiência	Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	v. 91, n. 227, jan./abr.	2010	Estudos	Políticas curriculares
457	Evolução das matrículas na etapa elementar de escolarização no Brasil de 1932 a 2003	Gilda Cardoso de Araujo	v. 91, n. 227, jan./abr.	2010	Estudos	Estatísticas educacionais
458	Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América	Adriana Bauer	v. 91, n. 228, maio/ago.	2010	Estudos	Avaliação educacional

459	O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas?	Dalila Andrade Oliveira	v. 91, n. 228, maio/ago.	2010	Estudos	Ensino médio
460	Expansão do ensino médio no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1999 a 2009	Dirce Nei Teixeira de Freitas	v. 91, n. 228, maio/ago.	2010	Estudos	Ensino médio
461	Políticas inclusivas no ensino superior: análise do acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do ProUni na Universidade do Vale do Itajaí, no período 2006-2007	Cássia Ferri; Regina Célia Linhares Hostins; Fabíola Lucy Fronza; Gildete Valdamari	v. 91, n. 228, maio/ago.	2010	Estudos	Políticas de inclusão
462	Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?	Maria Alice Setúbal	v. 91, n. 228, maio/ago.	2010	Estudos	Qualidade da educação
463	A pesquisa em políticas públicas de educação numa perspectiva histórica	André Luiz Paulilo	v. 91, n. 229, set./dez.	2010	Estudos	Política educacional
464	Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas	Rose Neubauer da Silva; Cláudia Davis; Gisela Lobo B. P. Tartuce; Marina M. R. Nunes	v. 92, n. 230, jan./abr.	2011	Estudos	Ensino médio
465	Delimitação de atribuições educacionais: sistemas de ensino e competência constitucional	Magno Federici Gomes	v. 92, n. 230, jan./abr.	2011	Estudos	Legislação educacional
466	As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na educação infantil: um estudo em municípios paulistas	Raquel Fontes Borghi; Theresa Adrião; Teise Garcia	v. 92, n. 231, maio/ago.	2011	Estudos	Público-privado na educação
467	Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?	Leonardo Claver Amorim Lima	v. 92, n. 231, maio/ago.	2011	Estudos	Democratização do ensino
468	Um quinquênio de cotas: as chances de ingresso de negros na Universidade de Brasília	Jacques Velloso; Claudete Batista Cardoso	v. 92, n. 231, maio/ago.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
469	A universidade na sua constituição: criação, reformas e implicações político-epistemológicas	Gildo Volpato	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Ensino superior
470	Por um olhar democrático às ações afirmativas	Luis Otávio Vincenzi Agostinho; Vladimir Brega Filho	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
471	Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil	Sueli Menezes Pereira; Clarice Zientarski	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
472	As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais	Letícia Pereira Sousa; Écio Antônio Portes	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
473	Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a	Marilda Moraes Garcia Bruno	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão

	permanência e a cultura universitária					
474	Ações afirmativas: o critério racial e a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Michele Barcelos Doebber; Gregório Durlo Grisa	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
475	O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena	Marcos Antonio Braga de Freitas	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
476	Gestão da educação escolar indígena diferenciada: contradições, limites e possibilidades	Lúcia Bruno	v. 92, n. 232, set./dez.	2011	Estudos	Políticas de inclusão
477	A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors	Jorge Paiva da Silva; Maiane Liana Hatschbach Ourique	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Ensino superior
478	Políticas de ação afirmativa no contexto da sociedade brasileira	Telmo Marcon	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
479	Políticas públicas complementares para a inclusão social: uma análise do Pré-Vestibular Social	Maria Durvalina Fernandes Bastos; Maria de Fatima Cabral Marques Gomes; Lenise Lima Fernandes; Bruno Alves de França	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
480	Alunos cotistas e atividades extracurriculares: análise do Censo da Educação Superior 2009	Rodrigo Travitzki; Rafael Luís Galdini Raimundo	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
481	Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC	Sidney Jard da Silva; Ana Keila Mosca Pinezi; Artur Zimerman	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
482	Ações afirmativas no ensino superior e o programa de bônus para ingresso nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais	Maria do Carmo de Lacerda Peixoto; Mauro Mendes Braga	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
483	Ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão	Regimeire Oliveira Maciel	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
484	As políticas de discriminação positiva e a democratização das grandes escolas francesas	Joiciane Aparecida de Souza	v. 93, n. 233, jan./abr.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
485	Avaliação educacional: tratamento do tema na Rbep no período de 1998 a 2010	Sandra M. Zákia L. Sousa	v. 93, n. 234, maio/ago.	2012	Estudos	Avaliação educacional
486	A Rbep e as políticas educacionais	Silke Weber	v. 93, n. 234, maio/ago.	2012	Estudos	Política educacional
487	Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção	Jocélio Teles dos Santos	v. 93, n. 234, maio/ago.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
488	O financiamento da educação na Rbep: temas dos últimos 15 anos	Jacques Velloso	v. 93, n. 234, maio/ago.	2012	Estudos	Financiamento da educação
489	Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento	Maria Dirléia Espíndola Fernandes; Sílvia Helena Andrade de Brito; Vera Maria Vidal Peroni	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Plano Nacional de Educação
490	O impacto do Programa de Inclusão Social da	Maurício dos Santos Matos; Selma	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Políticas de inclusão

	Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito	Garrido Pimenta; Maria Isabel de Almeida; Maria Amélia de Campos Oliveira				
491	A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni	Edna Imaculada Inácio de Oliveira; Rosane Maria Kreusburg Molina	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Ensino superior
492	A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul	Naira Estela Roesler Mohr; Felipe Mattos Monteiro; Joaquim Gonçalves Costa; João Costa de Oliveira	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Ensino superior
493	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?	Celia Maria Haas; Milton Linhares	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Políticas de inclusão
494	Normatividade, políticas públicas educacionais e a questão racial no Brasil	Sidney Reinaldo Silva; Mário Negrão	v. 93, n. 235, set./dez.	2012	Estudos	Política educacional
495	Arranjos institucionais entre o poder público municipal e instituições privadas para oferta de vagas na educação infantil	Jaqueline dos Santos Oliveira, Raquel Fontes Borghi	v. 94, n. 236, jan./abr.	2013	Estudos	Público-privado na educação
496	O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente	Gilvan Luiz Machado Costa	v. 94, n. 236, jan./abr.	2013	Estudos	Ensino médio
497	Políticas socioculturais brasileiras e os interesses formativos do Programa Cultura Viva	Rodrigo Manoel Dias da Silva	v. 94, n. 236, jan./abr.	2013	Estudos	Programa
498	Remuneração inicial dos professores das redes municipais do Paraná no contexto municipal	Juliana Aparecida Alves Subirá	v. 94, n. 237, maio/ago.	2013	Estudos	Remuneração de professores
499	Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica	Luciana Bagolin Zambon; Eduardo Adolfo Terrazzan	v. 94, n. 237, maio/ago.	2013	Estudos	Programa
500	A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação	Jamerson Antonio de Almeida da Silva; Katharine Ninive Pinto Silva	v. 94, n. 238, set./dez.	2013	Estudos	Programa
501	Encceja: cenário de disputas na EJA	Roberto Catelli Jr.; Bruna Gisi; Luis Felipe Soares Serrao	v. 94, n. 238, set./dez.	2013	Estudos	EJA
502	O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais	Luis Roberto de Paula	v. 94, n. 238, set./dez.	2013	Estudos	Ensino superior
503	Condições do trabalho docente: uma análise da carreira na rede municipal de ensino de São Paulo	Lisete Regina Gomes Arelaro, Márcia Aparecida Jacomini, Nilson Alves de Souza, Kátia Aparecida Santos	v. 95, n. 239, jan./abr.	2013	Estudos	Carreira docente

504	Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular	Erinaldo Ferreira Carmo; José Aercio Silva Chagas; Dalson Britto Figueiredo Filho; Enivaldo Carvalho Rocha	v. 95, n. 240, maio/ago.	2014	Estudos	Democratização do ensino
505	Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato do Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação	Carla Busato Zandavalli, Dirceu Martins Pedrosa	v. 95, n. 240, maio/ago.	2014	Estudos	Implementação de política
506	A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica	Andreia Couto Ribeiro; Wellington Ferreira de Jesus	v. 95, n. 241, set./dez.	2014	Estudos	Programa

Fonte: Organizado pela autora com base nas publicações da RBEP (1944-2014).

Nota: (*) Sem indicação de autor.

APÊNDICE D – TEMAS DOS EVENTOS DA ANPAE E ANPED

Quadro 12 - Temas dos Simpósios Brasileiros promovidos pela ANPAE (1961-2015)

Nº	Ano	Cidade	Tema
I	1961	São Paulo/SP	Condições para o estudo e diretrizes para o ensino da administração escolar: conceitos e terminologia
II	1963	Porto Alegre/RS	O ensino e a formação de profissionais de administração escolar: terminologia de administração
III	1966	Salvador/BA	Planejamento, supervisão e profissionalização do administrador escolar e terminologia especializada
IV	1969	Manaus/AM	A faculdade de educação na estrutura universitária e os programas de ensino de administração escolar
V	1971	Niterói/RJ	O estágio em administração escolar, absorção do administrador escolar no mercado de trabalho e diretores em perspectiva
VI	1974	Recife/PE	A formação de especialistas em educação
VII	1975	Belo Horizonte/MG	Estágio supervisionado: condições de realização
VIII	1976	Brasília/DF	A administração escolar no contexto dos modernos estudos de educação
IX	1978	Curitiba/PR	A administração da educação no contexto das ciências sociais
X	1980	Rio de Janeiro/RJ	Universidade e administração da educação
XI	1982	Natal/RN	Administração da educação básica
XII	1984	Brasília/DF	Administração da educação e o desafio da mudança
XIII	1986	João Pessoa/PB	A democratização da educação e a gestão democrática da educação
XIV	1989	Belo Horizonte/MG	Da constituição à legislação e à prática de administração da educação
XV	1991	Brasília/DF	Das políticas educacionais ao planejamento e à gestão da educação
XVI	1993	Rio de Janeiro/RJ	Administração da Educação: desafios dos anos 1990
XVII	1995	Brasília/DF	Gestão e qualidade da educação
XVIII	1997	Porto Alegre/RS	Sistemas e instituições educacionais: repensando a teoria na prática
XIX	1999	Santos/SP	A prática social da educação: questões contemporâneas
XX	2001	Salvador/BA	Política e administração da educação: momentos e movimentos
XXI	2003	Recife/PE	Produção do conhecimento em política e gestão da educação
XXII	2005	Rio de Janeiro/RJ	Desafios da educação brasileira
XXIII	2007	Porto Alegre/RS	Por uma escola de qualidade para todos: formação, financiamento e gestão da educação
XXIV	2009	Vitória/ES	Direitos humanos e cidadania: desafios para a política e a gestão democrática da educação
XXV	2011	São Paulo/SP	Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas
XXVI	2013	Recife/PE	Políticas, planos e gestão da educação: democratização e qualidade social
XXVII	2015	Olinda/PE	Política, avaliação e gestão da educação: novos governos, novas agendas?

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados disponibilizados no site da ANPAE <<http://www.anpae.org.br>>.

Quadro 13 - Temas dos Congressos Internacionais promovidos pela ANPAE (1968-2014)

Evento	Ano	Cidade	Tema do Congresso
Simpósio Interamericano	1968	Brasília/DF	A administração como instrumento de planejamento, execução e avaliação educacional
I Congresso Interamericano	1979	Brasília/DF	O papel da administração da educação no contexto político e cultural
II Congresso Interamericano	1984	Brasília/DF	Administração da educação e o desafio da mudança
I Congresso Luso-Brasileiro	1999	Santos/SP	A prática social da educação: questões contemporâneas
II Congresso Luso-Brasileiro	2001	Braga/Portugal	Política e administração da educação: investigação, formação e práticas
V Congresso Latinoamericano	2002	Santiago/Chile	Política e gestão da educação na sociedade do conhecimento: uma ação interdisciplinar
III Congresso Luso-Brasileiro	2003	Recife/PE	Espaço público e gestão da educação: desafios de um novo tempo
IV Congresso Luso-Brasileiro	2007	Lisboa/Portugal	O governo das escolas: os novos referenciais, as práticas e a formação
V Congresso Luso-Brasileiro	2007	Porto Alegre/RS	Por uma escola de qualidade para todos: formação, financiamento e gestão da educação
Colóquio Ibero-Americano	2007	Porto Alegre/RS	Por uma escola de qualidade para todos: formação, financiamento e gestão da educação
III Congresso Interamericano	2009	Vitória/ES	Direitos humanos e cidadania: desafios para a política e a gestão democrática da educação
VI Congresso Luso-Brasileiro	2010	Elvas/Portugal	Espaço público da educação: emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional
I Congresso Ibero-Brasileiro	2010	Cáceres e Mérida/Espanha	Espaço público da educação: emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional
II Congresso Ibero-Americano	2011	São Paulo/SP	Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas
III Congresso Ibero-Americano	2012	Zaragoza/Espanha	Gestão pedagógica e política educacional: desafios para a melhoria da formação e profissionalização dos educadores
IV Congresso Ibero-Americano e VII Congresso Luso-Brasileiro	2014	Porto/Portugal	Políticas e práticas de administração e avaliação na educação ibero-americana

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados disponibilizados no site da ANPAE <<http://www.anpae.org.br>>.

Quadro 14 - Temas das reuniões da ANPED (1978-2015)

Reuniões	Ano	Cidade	Tema
1ª Reunião Científica	1978	Fortaleza/CE	Concepção do Mestrado em Educação no Brasil
2ª Reunião Científica	1979	São Paulo/SP	Doutoramento no Brasil
3ª Reunião Científica	1979	Salvador/BA	Seletividade no Ensino de 1º Grau
4ª Reunião Anual	1981	Belo Horizonte/MG	Núcleos temáticos em pesquisa educacional
5ª Reunião Anual	1982	Rio de Janeiro/RJ	Instalação dos Grupos de Trabalho da ANPED
6ª Reunião Anual	1983	Vitória/ES	A proposta pedagógica da Pós-Graduação em Educação no Brasil
7ª Reunião Anual	1984	Brasília/DF	Doutorado em Educação no país
8ª Reunião Anual	1985	São Paulo/SP	A pesquisa nos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação no Brasil
9ª Reunião Anual	1986	Rio de Janeiro/RJ	Educação e Constituinte
10ª Reunião Anual	1987	Salvador/BA	Educação brasileira: dos dispositivos constitucionais às diretrizes e bases
11ª Reunião Anual	1988	Porto Alegre/RS	Em direção às Novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional
12ª Reunião Anual	1989	São Paulo/SP	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: propostas específicas e subsídios
13ª Reunião Anual	1990	Belo Horizonte/MG	Neoliberalismo e educação, ciência e tecnologia
14ª Reunião Anual	1991	São Paulo/SP	Política nacional de educação
15ª Reunião Anual	1992	Caxambu/MG	Educação 92
16ª Reunião Anual	1993	Caxambu/MG	Educação – paradigmas, avaliação e perspectivas
17ª Reunião Anual	1994	Caxambu/MG	Ética, ciências e educação
18ª Reunião Anual	1995	Caxambu/MG	Poder, política e educação
19ª Reunião Anual	1996	Caxambu/MG	A política de educação no Brasil: globalização e exclusão social
20ª Reunião Anual	1997	Caxambu/MG	Educação, crise e mudança: tensões entre a pesquisa e a política
21ª Reunião Anual	1998	Caxambu/MG	Conhecimento e poder: em defesa da universidade pública
22ª Reunião Anual	1999	Caxambu/MG	Diversidade e desigualdade: desafios para a educação na fronteira do século
23ª Reunião Anual	2000	Caxambu/MG	Educação não é privilégio (Centenário de Anísio Teixeira)
24ª Reunião Anual	2001	Caxambu/MG	Intelectuais, conhecimento e espaço público
25ª Reunião Anual	2002	Caxambu/MG	Educação: manifestos, lutas e utopias
26ª Reunião Anual	2003	Poços de Caldas/MG	Novo governo. Novas políticas? O papel histórico da ANPED na produção de novas políticas
27ª Reunião Anual	2004	Caxambu/MG	Sociedade, democracia e educação: qual universidade?
28ª Reunião Anual	2005	Caxambu/MG	40 Anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil: produção de conhecimentos, poderes e práticas
29ª Reunião Anual	2006	Caxambu/MG	Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos
30ª Reunião Anual	2007	Caxambu/MG	ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social
31ª Reunião Anual	2008	Caxambu/MG	Constituição brasileira, direitos humanos e educação
32ª Reunião Anual	2009	Caxambu/MG	Sociedade, cultura e educação: novas regulações?
33ª Reunião Anual	2010	Caxambu/MG	Educação no Brasil: o balanço de uma década
34ª Reunião Anual	2011	Natal/RN	Educação e justiça social
35ª Reunião Anual	2012	Porto de Galinhas/PE	Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI
36ª Reunião Nacional	2013	Goiânia/GO	Sistema Nacional de Educação e participação popular: desafios para as políticas educacionais
37ª Reunião Nacional	2015	Florianópolis/SC	PNE: Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira

Fonte: Organizado pela autora com base nos boletins, anais e informes da ANPED.

**APÊNDICE E – RBAE (1983-1996) E RBPAE (1997-2015): TEMÁTICAS DAS
PUBLICAÇÕES**

Tabela 2 - Temáticas das publicações da RBAE (1983-1996)

1ª fase - RBAE (1983-1996) Temáticas	Qt.
Administração (da educação, escolar, educacional, universitária, participativa, solidária)	35
Universidade (organização, estrutura, etc.)	32
Gestão (da educação, educacional, escolar, democrática, compartilhada)	13
Qualidade (do ensino, da educação)	10
Eleições de diretores	8
Formação de administradores e educadores	7
Educação e trabalho	5
ANPAE	4
Descentralização	4
Política educacional	4
Ensino Superior (gratuidade, organização, gestão)	3
Financiamento da educação	3
Neoliberalismo	3
Organização do trabalho	3
Redes sociais	3
Sistemas de educação	3
Colegiado e Conselho	2
Constituição	2
Escola e comunidade	2
Funções do diretor/administrador da educação	2
Planejamento educacional	2
Prática pedagógica	2
Supervisão em educação	2
Avaliação	1
Cerceamento social da escola	1
Comportamento institucional	1
Direito educacional	1
Economia da educação	1
Educação básica	1
Erradicação da miséria	1
Escola e capitalismo	1
Escola pública	1
Ética e educação	1
Funções da escola	1
Governo central e local	1
LDB	1
Modernização	1
Movimentos por educação	1
Participação de pais e alunos	1
Partidos políticos	1
Regimento escolar	1
Repetência	1
Total	173

Fonte: Organizada pela autora com base nas edições da RBAE.

Observações: 1) Não foram incluídos os artigos do v. 12, n. 2, 1996. Esse número inclui uma seleção de artigos já publicados em anos anteriores da revista; 2) Outras publicações que não foram incluídas: resenhas, legislação e normas, resumos e abstracts, cartas, discursos de posse, documentos; 3) Algumas publicações poderiam ser incluídas em mais de uma temática, a categorização levou em conta o recorte dado pelo título.

Tabela 3 - Temáticas das publicações da RBPAE (1997-2014)

(continua)

2ª fase - RBPAE (1997-2015) Temáticas	Qt.
Gestão (da educação, educacional, escolar, democrática)	65
Política (educacionais, públicas, sociais, curriculares, de formação, etc.)	41
Financiamento da educação	27
Formação de profissionais da educação, professores, conselheiros, diretores	23
Administração (da educação, educacional, escolar, participada, pública)	21
Ensino Superior (estudos comparados, gestão, aspectos legais, expansão, recursos, etc.)	21
Avaliação (educacional, institucional, etc.)	13
ANPAE	8
Direito à educação	8
Universidade (organização, modelos, ensino/pesquisa/extensão, etc.)	8
Análise de políticas e programas específicos (PAR, PDE, PROUNI, PNAE, Ensino Médio em Rede)	6
Planejamento educacional	6
Conselhos	5
Reformas educacionais	5
Constituição	4
Curso de Pedagogia	4
Custo-educação/custo-aluno-qualidade	4
Descentralização	4
Ensino Médio (reformas, currículo, aspectos legais, etc.)	4
Inclusão	4
Qualidade da educação	4
Municipalização	3
Organização escolar, organizações educacionais	3
Plano Nacional de Educação	3
Valorização docente/profissional	3
Cidadania	2
Conferência Nacional de Educação	2
Cultura escolar	2
Currículo	2
Diretores de escola/atuação	2
Educação integral/em tempo integral	2
Educação profissional	2
Educação secundária	2
Escola em ciclos	2
Ética na educação	2
Oferta educacional	2
Trabalho docente	2
Ações afirmativas	1
Autonomia da escola	1
Competências	1
Condições de trabalho docente e custo-aluno	1
Conflitos funcionais em instituições escolares	1
Coordenação pedagógica	1
Democracia, Estado e Educação	1
Demografia do desenvolvimento da educação	1

	(conclusão)
Desigualdades raciais	1
Despesa em educação	1
Dirigentes municipais	1
Diversidade e inclusão	1
Educação a distância	1
Educação comunitária	1
Educação de adultos	1
Educação infantil	1
Eleições de diretores	1
Ensino fundamental de 9 anos	1
Escola pública e Estado	1
Escolarização obrigatória	1
Escolas profissionais	1
Escolha de carreira	1
Exclusão social	1
Federalismo	1
Gerencialismo	1
Globalização	1
Indicadores educacionais	1
Inspeção escolar	1
Instituição escolar	1
Justiça em educação	1
Material apostilado	1
Mobilidade estudantil	1
Multiculturalismo	1
Novas tecnologias na educação	1
Ouvidorias públicas	1
Participação da sociedade civil	1
Perfil do diretor	1
Pesquisa em educação	1
Planos de governo	1
Poder local	1
Pós-Graduação	1
Pós-modernidade educativa	1
PPP	1
Questões pedagógicas	1
Razão educativa	1
Relação professor-aluno	1
Relações de poder	1
Secularização e laicidade do Estado	1
Sistema de ensino	1
Total	370

Fonte: Organizada pela autora com base nas edições da RBPAE.

Observações: 1) Publicações que não foram incluídas: resenhas, legislação e normas, resumos e abstracts, cartas, discursos de posse, documentos; 2) Algumas publicações poderiam ser incluídas em mais de uma temática, a categorização levou em conta o recorte dado pelo título.

**APÊNDICE F – LINHAS DE PESQUISA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
DA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE PESQUISA
DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL (2012)**

Quadro 16 - Linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área da educação e descrição das linhas de pesquisa de/sobre política educacional (2012)

(continua)

	IES	Programa	Linha de Pesquisa (LP)	Descrição da LP de/sobre Política Educacional
1	CEFET/MG	Educação Tecnológica	1. Ciência, tecnologia e trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas 2. Processos formativos em educação tecnológica 3. Tecnologias da informação e educação 4. Práticas educativas em ciência e tecnologia	
2	CUML	Educação	5. Constituição do sujeito no contexto escolar 6. Currículo, cultura e práticas escolares	
3	FUFPI	Educação [1]	7. Educação, movimentos sociais e políticas públicas [1] 8. Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas 9. Formação docente e prática educativa	Educação, movimentos sociais e políticas públicas: Desenvolve análises sobre processos educativos ocorridos nas práticas dos movimentos sociais, em busca da construção da cidadania. Estuda, ainda, a relação dos movimentos sociais com o Estado (políticas públicas) e com o conjunto da sociedade, em particular as ONGs, principalmente, nas lutas em prol da escola pública e gratuita.
4	FUFSE	Educação	10. Formação de educadores: saberes e competências 11. História, sociedade e pensamento educacional	
5	FUPF	Educação [2]	12. Fundamentos da educação 13. Políticas educacionais [2] 14. Processos educativos e linguagem	Políticas educacionais: Investigação da natureza complexa e plural das sociedades contemporâneas, análise das novas configurações assumidas pelo Estado e pela sociedade civil, a persidade sociocultural, a descentração da autoridade, buscando visualizar suas implicações da relação pedagógica entre educador e educando e, de modo especial, a construção de políticas educacionais públicas destinadas à formação de educadores.
6	FURB	Educação	15. Educação, cultura e dinâmicas sociais 16. Linguagem e educação 17. Processos de ensinar e aprender	
7	FURG	Educação	18. Culturas, linguagens e utopias	

			19. Espaços e tempos educativos	
8	FURG	Educação Ambiental	20. Educação ambiental não formal 21. Educação ambiental: ensino e formação de educadores(as) 22. Fundamentos da educação ambiental	
9	IFSul	Educação e Tecnologia [3]	23. Linguagens verbo-visuais e tecnologias 24. Políticas e práticas de formação [3]	Políticas e práticas de formação: Abrange os estudos relativos à formação, desde as políticas públicas, o cenário contemporâneo educacional, a natureza e a especificidade da organização do trabalho pedagógico em diferentes contextos de formação, currículo e saberes profissionais.
10	PUC-GOIÁS	Educação [4]	25. Educação, sociedade e cultura 26. Estado, políticas e instituições educacionais [4] 27. Teorias da educação e processos pedagógicos	Estado, políticas e instituições educacionais: Compreende estudos e investigações sobre a organização do Estado e das políticas sociais, em especial, das políticas educacionais, das políticas de formação de profissionais da educação e de currículo, dos sistemas e organizações educacionais e dos paradigmas de gestão escolar diante do processo de reordenamento do Estado, da reestruturação das forças produtivas e das mudanças culturais, científicas e tecnológicas. Incluem-se nesta linha temas mais específicos como os movimentos sociais de educadores, as relações entre educação e trabalho, o financiamento da educação, teorias de currículo, as diretrizes curriculares nacionais e sua projeção na formação de professores e na escola básica.
11	PUC-RIO	Educação [5]	28. Educação, relações sociais e construção democrática [5] 29. Formação de professores: tendências e dilemas 30. História das ideias e instituições educacionais 31. Processos culturais, instâncias de socialização e a educação	Educação, relações sociais e construção democrática: Esta linha de pesquisa investiga o tema da democratização da educação. Inclui a análise de políticas macrossociais e de práticas formuladas e implementadas no contexto das famílias e de instituições educacionais. Enfatiza a compreensão tanto dos processos de produção de desigualdades sociais quanto de iniciativas eficazes na promoção de equidade. O tema da

				democratização da educação é abordado por meio de investigações sobre as condições de acesso, fluxo educacional e desempenho educacional, bem como sobre os processos acionados pelas diferentes instâncias da sociedade política e civil para ampliar o nível cultural e educacional de crianças, jovens e adultos.
12	PUC/MG	Educação [6]	32. Educação escolar: políticas e práticas curriculares, cotidiano e cultura 33. Educação: direito à educação e políticas educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino [6] 34. Profissão docente: constituição e memória	Educação: direito à educação e políticas educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino: Desenvolvimento de estudos e projetos que compreendam e façam avançar o conhecimento na relação direito, educação e políticas educacionais no âmbito da educação básica e educação superior; avaliação de programas e propostas educacionais.
13	PUC/PR	Educação [7]	35. História e políticas da educação [7] 36. Teoria e prática pedagógica na formação de professores	História e políticas da educação: Pensamento educacional brasileiro na sua relação com a história da educação e com a política educacional, em especial, para a formação de professores.
14	PUC/RS	Educação [8]	37. Formação, políticas e práticas em educação [8] 38. Pessoa e educação 39. Teorias e culturas em educação	Formação, políticas e práticas em educação: Investiga a educação e os processos educacionais em diferentes espaços formativos, nas perspectivas sociopolíticas, históricas e culturais, visando uma análise crítica de políticas, práticas de formação e planejamento educacional em diferentes contextos.
15	PUC/SP	Educação (Currículo) [9]	40. Currículo e avaliação educacional 41. Currículo, conhecimento e cultura 42. Formação de educadores 43. Interdisciplinaridade 44. Novas tecnologias em educação 45. Políticas públicas e reformas educacionais e curriculares [9]	Políticas públicas e reformas educacionais e curriculares: Estuda políticas de currículos na realidade contemporânea, privilegiando projetos inovadores que caminham na linha da proposição de um currículo emancipatório.
16	PUC/SP	Educação (Psicologia da Educação)	46. Desenvolvimento, ensino e aprendizagem 47. Processos psicossociais na formação e no exercício	

			profissional de educadores	
17	PUC/SP	Educação: História, Política, Sociedade	48. Escola e cultura: história e historiografia da educação 49. Escola e cultura: perspectivas das Ciências Sociais	
18	PUCCAMP	Educação [10]	50. Estudos em avaliação 51. Formação de professores e práticas pedagógicas 52. Políticas públicas em educação [10] 53. Práticas pedagógicas e formação do educador	Políticas públicas em educação: Estuda os fundamentos e a atuação do Estado na perspectiva da garantia da Educação como direito social nos diversos níveis e modalidades de ensino, enfocando os processos de formulação, planejamento, implantação, gestão e avaliação das políticas públicas.
19	UCB	Educação [11]	54. Dinâmica Curricular e Ensino-Aprendizagem 55. Educação, Juventude, Sociedade 56. Política, gestão e economia da educação [11]	Política, gestão e economia da educação: Investiga a formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos na área de educação, nos seus diferentes níveis e modalidades. É dedicada especial atenção aos aspectos ligados aos impactos na sala de aula.
20	UCDB	Educação [12]	57. Diversidade cultural e educação indígena 58. Políticas educacionais, gestão da escola e formação docente [12] 59. Práticas pedagógicas e suas relações com a formação docente	Políticas educacionais, gestão da escola e formação docente: Estuda as relações entre as políticas públicas de educação, a organização e gestão educacional nos vários níveis e modalidades de ensino, além das políticas públicas para formação de professores no Brasil.
21	UCP/RJ	Educação [13]	60. Instituições educacionais e suas práticas pedagógicas 61. Políticas e instituições educacionais e seus atores [13]	Políticas e instituições educacionais e seus atores: Analisam-se políticas educacionais no país, identificando organizações, propostas e planos definidos em níveis nacional, estadual e local, bem como estudam-se instituições educacionais e o papel de sujeitos históricos responsáveis pelos processos sociais.
22	UCS	Educação	62. Educação, linguagem e tecnologia 63. História e filosofia da educação	
23	UDESC	Educação	64. Educação, comunicação e tecnologia 65. História e historiografia da educação	
24	UECE	Educação [14]	66. Formação e desenvolvimento profissional em educação 67. Formação e políticas educacionais [14] 68. Formação, didática e trabalho docente	Formação e políticas educacionais: Estudos e pesquisas sobre dimensões históricas e contemporâneas da articulação entre formação

			69. Marxismo e formação do educador	docente e políticas educacionais. Procura compreender as questões centrais do debate sobre o tema, focalizando a gestão educacional, sistemas de avaliação e EaD.
25	UEFS	Educação [15]	70. Culturas, formação e práticas pedagógicas 71. Políticas educacionais, história e sociedade [15]	Políticas educacionais, história e sociedade: Esta linha busca explorar as interfaces conceituais e analíticas do passado e do presente em torno das lógicas, sentidos e dinâmicas que dão feições à educação. Nesse universo, situamos as pesquisas que se voltam para a apreensão das dinâmicas sócio-educacionais, as políticas e as trajetórias de organização e fazeres da educação, na linha tênue entre as continuidades e as rupturas com os modos e condições de ser e de existir dos atores sociais e das instituições.
26	UEL	Educação [16]	72. Aprendizagem e desenvolvimento humano em contextos escolares 73. Docência: saberes e práticas 74. Perspectivas filosóficas, históricas e políticas da educação [16]	Perspectivas filosóficas, históricas e políticas da educação: Desenvolver estudos acerca de temas que adentrem à área da Educação sob o ponto de vista histórico, social e/ou filosófico com implicações políticas.
27	UEM	Educação [17]	75. Ensino, aprendizagem e formação de professores 76. História, historiografia e educação 77. Políticas e gestão em educação [17]	Políticas e gestão em educação: A linha de pesquisa tem como campo de investigação os processos de mudança no Estado e nas políticas educacionais num contexto de reestruturação dos processos produtivos e de globalização das economias.
28	UEMG	Educação	78. Educação, trabalho e formação humana 79. Sociedade, educação e formação humana	
29	UEMS	Educação	80. Linguagem, literatura, educação e sociedade 81. Teorias e práticas educacionais	
30	UEPA	Educação	82. Formação de professores 83. Saberes culturais e educação na Amazônia	
31	UEPB	Formação de Professores	84. Linguagens e letramento digital 85. Práticas de leitura e produção textual	
32	UEPG	Educação [18]	86. Ensino e aprendizagem 87. História e política educacionais [18]	História e política educacionais: Analisa a história e a política na práxis pedagógica, nos sistemas, nas instituições educacionais e na

				formação dos educadores e as políticas públicas nos processos de formulação, implementação e avaliação das ações educacionais.
33	UERJ	Educação	88. Cotidianos, redes educativas e processos culturais 89. Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura 90. Educação inclusiva e processos educacionais 91. Infância, juventude e educação 92. Instituições, práticas educativas e história	
34	UERJ	Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais [19]	93. Formação de professores, história, memória e práticas educativas 94. Políticas, direitos e desigualdades [19]	Políticas, direitos e desigualdades: A linha compreende investigações sobre a produção dos processos educativos, escolares ou não-escolares, considerando, especialmente, as tensões entre desigualdades e direitos que atuam nessa produção.
35	UERJ	Educação, Cultura e Comunicação	95. Educação, comunicação e cultura 96. Educação, escola e seus sujeitos sociais	
36	UERN	Educação [20]	97. Formação humana e desenvolvimento profissional docente 98. Políticas e gestão da educação [20]	Políticas e gestão da educação: Estudo das políticas educacionais nos diferentes âmbitos, níveis e modalidades de ensino. A gestão, as práticas profissionais, a construção dos movimentos locais, da democracia participativa e da cidadania em nosso país.
37	UFAL	Educação [21]	99. Educação e linguagem 100. História e política da educação [21] 101. Processos educativos 102. Tecnologias da informação e comunicação na educação	História e política da educação: Estudo das teorias sobre a História da Educação e o Estado moderno e suas repercussões no campo das políticas educacionais do cenário brasileiro e alagoano, bem como suas implicações para a prática e a formação docente.
38	UFAM	Educação [22]	103. Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional [22] 104. Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos 105. História da educação na região amazônica 106. Processos educativos e identidades amazônicas	Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional: Educação, Estado, Sociedade e Desenvolvimento Regional: história da educação, movimentos sociais, políticas públicas e educação superior, trabalho e educação, educação profissional, políticas afirmativas da educação escolar indígena e da educação do campo, políticas públicas e educação básica, gestão

				educacional, educação de pessoas jovens e adultas.
39	UFBA	Educação [23]	107. Currículo e [in] formação 108. Educação e diversidade 109. Educação, cultura corporal e lazer 110. Educação: história, trabalho e sociedade 111. Filosofia, linguagem e práxis pedagógica 112. Políticas e gestão da educação [23]	Políticas e gestão da educação: Investiga os processos da gestão da educação presencial, aberta, continuada e a distância, bem como questões relativas às políticas públicas da educação, planejamento, descentralização e municipalização do ensino, autonomia, avaliação e financiamento.
40	UFC	Educação	113. Avaliação educacional 114. Desenvolvimento, linguagem e educação da criança 115. Educação, currículo e ensino 116. Filosofia e sociologia da educação 117. História da educação comparada 118. História e memória da educação 119. Marxismo, educação e luta de classes 120. Movimentos sociais, educação popular e escola 121. Trabalho e educação	
41	UFES	Educação [24]	122. Cultura, currículo e formação de educadores 123. Diversidade e práticas educacionais inclusivas 124. Educação e Linguagens 125. História, sociedade, cultura e políticas educacionais [24]	História, sociedade, cultura e políticas educacionais: Aborda políticas, instituições, modos de pensamento e produção de conhecimento vinculados à educação em diferentes configurações históricas imbricadas nas dimensões sócio-cultural, afetivo-emocional e psicossocial. Investiga temas como infância, juventude, educação de adultos, e questões mais amplas da pesquisa educacional considerando a constituição de subjetividades, relações de gênero, trabalho, cultura, cidadania, direitos humanos, violência, representações sociais e práticas educativas, bem como os diferentes aspectos do processo de ensinar e aprender a História e as Ciências Sociais.
42	UFF	Educação [25]	126. Alfabetização de Alunos e Alunas das Classes Populares 127. Avaliação de políticas e financiamento da educação [25] 128. Classes Sociais, Gênero, Raça e Educação 129. Cotidiano da Escola e dos Movimentos Populares 130. Didática das Ciências	Avaliação de políticas e financiamento da educação: Políticas públicas para a educação. Propostas governamentais e da sociedade civil organizada. Determinantes políticos, sociais e econômicos. Formulação, gestão,

			131. Filosofia política e processos históricos em educação 132. Formação de professores de Ciências 133. Formação de profissionais da educação 134. História social da educação 135. Linguagem: processos de produção de linguagens, identidades culturais e práticas educativas 136. O mundo do trabalho e a formação humana 137. Práticas sociais e educativas de jovens e adultos 138. Reconstrução histórica da relação trabalho e educação 139. Subjetividade: produção de subjetividades e conhecimentos em suas relações com processos educativos e culturais	implementação e financiamento, em seus diferentes níveis e instâncias.
43	UFG	Educação [26]	140. Cultura e processos educacionais 141. Educação, trabalho e movimentos sociais 142. Estado, políticas e história da educação [26] 143. Formação, profissionalização docente, práticas educativas 144. Fundamentos dos processos educativos	Estado, políticas e história da educação: Analisa o Estado, as transformações decorrentes de suas ações na formulação e implementação de políticas sociais, particularmente das políticas educacionais. Analisa também, no campo da história da educação, a trajetória das instituições escolares, a memória e as representações sociais ligadas a essas instituições. Destacam-se nestas análises, seus elementos constitutivos, desdobramentos em sua formulação e os processos intervencionistas delas decorrentes.
44	UFG	Educação - Campus Catalão [27]	145. História e culturas educacionais 146. Práticas educativas, políticas educacionais e inclusão [27]	Práticas educativas, políticas educacionais e inclusão: Essa linha de pesquisa se dedica a investigação dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, inclusão, formação docente em contextos educacionais. Desenvolve pesquisas sobre aprendizagens, leitura e escrita, inclusão, práticas educativas, gestão e políticas educacionais. A educação é compreendida em suas relações com os contextos histórico, social, cultural e político que orienta as concepções, práticas pedagógicas e a formação docente.
45	UFOD	Educação [28]	147. Educação e diversidade 148. História da Educação, memória e sociedade 149. Políticas e gestão da educação [28]	Políticas e gestão da educação: Realiza estudos, pesquisas, ensino e extensão sobre o Estado no contexto contemporâneo e sua

				atuação na área da educação, contemplando instituições, organizações, atores, processos, mecanismos, estratégias e instrumentos.
46	UFJF	Educação [29]	150. Gestão, políticas públicas e avaliação educacional [29] 151. Linguagem, conhecimento e formação de professores	Gestão, políticas públicas e avaliação educacional: Estuda o desenvolvimento de instrumentos de gestão, avaliação e planejamento em educação focalizando também as relações entre educação, desenvolvimento, economia, trabalho e tecnologia.
47	UFJF	Gestão e Avaliação da Educação Pública [30]	152. Avaliação, currículos e desenvolvimento profissional de gestores e professores da Educação Básica 153. Equidade, políticas e financiamento da educação pública [30] 154. Gestão, avaliação e reforma da educação pública [31] 155. Modelos, instrumentos e medidas educacionais	Equidade, políticas e financiamento da educação pública: Dedicar-se: ao estudo da desigualdade de oportunidades educacionais, sua relação com a estratificação social, as diferenças de raça, gênero e orientação sexual, ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, e ao desenvolvimento de modelos analíticos e de instrumentos de pesquisa para a regular apreciação da eficácia do direito universal à educação; a análise das políticas públicas orientadas para favorecer o acesso, a permanência, a inclusão e o rendimento escolares, e ao desenvolvimento de instrumentos e estratégias de pesquisa para a apreciação de seus efeitos e processos de implementação; ao estudo da legislação educacional, aos mecanismos de cooperação entre os entes federados, às estruturas de financiamento e à redistribuição orçamentária, em face dos imperativos de equidade; ao estudo dos processos de elaboração do orçamento da educação pública, nos entes federados, à gestão dos orçamentos e ao padrão resultante de alocação de recursos, e seus efeitos relativamente à realização dos objetivos gerais da Educação Básica; à apreciação global dos efeitos da escolarização e da desigualdade de oportunidades educacionais na esfera social e econômica, e

(continuação)

				ao estudo prospectivo em face de mudanças nas formas de organização e gestão, nos padrões de financiamento e alocação. Gestão, Avaliação e Reforma da Educação Pública: Dedicar-se: ao desenho de programas de avaliação de unidades e redes de educação básica, com o objetivo de produzir informação sobre a realização de objetivos educacionais, a eficácia escolar e a eficiência dos sistemas de ensino; ao estudo e ao desenvolvimento de sistemas de responsabilização de gestores, professores e alunos, associados a indicadores, metas e critérios ajustados ao contexto local, e à história da educação pública, regional e brasileira; à construção de indicadores educacionais que apoiem a gestão da escola, os processos de tomada de decisão e a formulação de políticas e programas educacionais, informem a comunidade escolar, e contribuam para a formação da opinião pública; ao estudo dos processos de reforma educacional em curso em diferentes contextos nacionais e no Brasil, os padrões de mudança observados e os resultados alcançados; ao estudo das práticas de gestão de escolas, redes e sistemas de educação básica, ao papel dos órgãos colegiados e dos gestores na elevação da qualidade do ensino, e à implementação de reformas da educação pública; ao desenvolvimento de sistemas de gestão de unidades e redes de Educação Básica e sistemas de apoio à avaliação do ensino na escola, com o recurso às tecnologias da informação, e ao desenho de processos administrativos que assegurem um ambiente de aprendizagem.
48	UFLA	Educação	156.Linguagens, diversidade cultural e inovações pedagógicas	

49	UFMA	Educação [31]	157. Estado e gestão educacional [32] 158. Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas	Estado e gestão educacional: Analisa a articulação das diferentes esferas da administração do sistema Nacional de educação, tendo com referência as políticas de gestão democrática no contexto da escola, de expansão e qualidade da educação escolar e políticas de inclusão.
50	UFMG	Educação [32]	159. Educação e Ciências 160. Educação e linguagem 161. Educação escolar: instituições, sujeitos e currículos 162. Educação Matemática 163. Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas 164. História da Educação 165. Política, trabalho e formação humana [33] 166. Políticas públicas e educação: formulação, implementação e avaliação [34] 167. Psicologia, Psicanálise e Educação	Política, trabalho e formação humana: O trabalho como realidade constitutiva do gênero humano e das sociedades humanas; as condições sociais e históricas das dimensões produtivas, reprodutivas e destrutivas do trabalho; o trabalho como princípio educativo; os usos sociais do tempo de trabalho; os saberes, as qualificações e as competências como objeto de disputa política e de reconhecimento social; características e transformações educacionais da força de trabalho segundo o sexo, idade, origem, nível salarial, setores da economia e do mercado de trabalho. Políticas de gestão e formação do trabalhador. A constituição do ser trabalhador e suas implicações para a educação; condições históricas e sociais de reprodução da força de trabalho e sua variabilidade segundo as diferenças internas ao trabalhador coletivo. Os sentidos e as condições da mobilização subjetiva dos trabalhadores na atividade de trabalho. Os trabalhadores e os movimentos sociais e seus processos educativos; organização do trabalho escolar; trabalho docente e discente e suas condições de produção e reprodução; trabalho e organização curricular. O trabalho docente e as mediações tecnológicas da relação trabalho e educação. Políticas públicas e educação: formulação, implementação e avaliação: Análise dos

				fundamentos políticos, históricos, filosóficos, sociológicos e pedagógicos das políticas públicas educacionais. Análise e avaliação de programas, projetos e propostas educacionais governamentais e comunitárias para a educação.
51	UFMS	Educação [33]	168.Educação e trabalho 169.Educação, Psicologia e prática docente 170.Ensino de Ciências e Matemática 171.Escola, cultura e disciplinas escolares 172. História, políticas e educação [35]	História, políticas e educação: Investiga, refletindo sobre a ação do Estado, as políticas educacionais em diferentes configurações históricas e contextos sociais. Aborda as contribuições da história para a análise dos processos educativos, nos distintos níveis e modalidades de ensino.
52	UFMS	Educação [34]	173.Formação de educadores e diversidade 174. Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social [36]	Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social: Estudos sobre os diferentes cenários socioeconômicos e culturais da sociedade contemporânea e sua relação com a construção dos Direitos Humanos, em especial relativos à Infância e à Adolescência, abrangendo diferentes temáticas.
53	UFMT	Educação [35]	175.Cultura, memória e teorias em educação 176.Culturas escolares e linguagens 177.Educação em ciências e educação matemática 178. Movimentos sociais, política e educação popular [37] 179.Organização escolar, formação e práticas pedagógicas	Movimentos sociais, política e educação popular: Faz a interlocução da Educação, em seu sentido amplo e restrito, com diferentes áreas de conhecimento, abordando temáticas como movimentos sociais, políticas educacionais, relações raciais e educação ambiental.
54	UFMT	Educação [36]	180. Formação de professores e políticas públicas educacionais [38] 181.Linguagens, cultura e construção do conhecimento: perspectivas histórica e contemporânea	Formação de professores e políticas públicas educacionais: Estuda o processo de aprendizagem profissional e o exercício da docência investigando: natureza do trabalho docente, mediação pedagógica, conhecimento escolar, fontes sociopolíticas, culturais e formativas, políticas públicas de gestão e formação docente.
55	UFOP	Educação	182.Diversidade, inclusão e práticas educativas 183.Instituição escolar, formação e profissão docente	
56	UFPA	Educação [37]	184.Educação, cultura e sociedade	Políticas públicas educacionais: Estuda as

			185.Educação: currículo, epistemologia e história 186. Políticas públicas educacionais [39]	ações do Estado e da sociedade voltadas para a educação, os pressupostos das políticas públicas educacionais e as reformas educativas bem como as práticas da sociedade civil e dos movimentos sociais relacionados ao campo educacional.
57	UFPB/J.P.	Educação [38]	187.Educação popular 188.Estudos culturais da educação 189.História da educação 190. Políticas educacionais [40] 191.Processos de ensino-aprendizagem	Políticas educacionais: Perspectivas de análise sobre Estado e Sociedade. Políticas e práticas sociais, educativas e escolares. Políticas de gestão, participação e controle social na educação. Políticas de formação de professores, de financiamento e de avaliação da educação.
58	UFPE	Educação [39]	192.Didática de conteúdos específicos 193.Educação e espiritualidade 194.Educação e linguagem 195.Formação de professores e prática pedagógica 196. Política educacional, planejamento e gestão da educação [41] 197.Teoria e história da educação	Política educacional, planejamento e gestão da educação: Compreende estudos sobre a atuação do Estado/esferas de governo na educação, buscando entender o padrão educativo/cultural brasileiro em suas distintas manifestações e suas potencialidades de mudança.
59	UFPE	Educação Contemporânea [40]	198. Educação, Estado e diversidade [42] 199.Formação de professores e processos de ensino e aprendizagem	Educação, Estado e diversidade: Estuda os fenômenos educativos no campo de atuação do Estado e das organizações da sociedade civil. Aborda temáticas relacionadas à política educacional e à gestão da Educação, no contexto escolar e não-escolar.
60	UFPEL	Educação	200.Cultura escrita, linguagens e aprendizagem 201.Currículo, profissionalização e trabalho docente 202.Filosofia e história da educação 203.Formação de professores, ensino, processos e práticas educativas	
61	UFPR	Educação [41]	204.Cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano 205.Cultura, escola e ensino 206.História e historiografia da educação 207. Políticas educacionais [43] 208.Trabalho, tecnologia e educação	Políticas educacionais: Estuda as formas pelas quais se definem as políticas públicas no âmbito da educação, considerando as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil no contexto sócio-econômico contemporâneo. Neste sentido, seus professores e alunos realizam pesquisas no âmbito: da avaliação da proposição e implementação de políticas

				educacionais nos níveis municipal, estadual e federal; de estudos comparados sobre as políticas educacionais de outros países; da relação das políticas com as demandas dos movimentos sociais; do processo de gestão tanto nas unidades escolares quanto nos sistemas e redes de ensino; das políticas para o ensino superior; do financiamento da educação; das políticas afirmativas e de inclusão; das políticas para o ensino médio e educação profissional; e das políticas curriculares.
62	UFRGS	Educação [42]	209. Conhecimento, subjetividade e práticas educacionais 210. Políticas de formação, políticas e gestão da educação [44] 211. Cultura, currículo e sociedade	Políticas de formação, políticas e gestão da educação: Voltado para as políticas que atravessam o campo da educação nas suas mais variadas intencionalidades e nos múltiplos campos do fazer-pensar em que se projeta o ato educativo.
63	UFRJ	Educação [43]	212. Currículo e linguagem 213. Políticas e instituições educacionais [45]	Políticas e instituições educacionais: Compreende aspectos da formação e transformação do sistema escolar brasileiro, registro e avaliação de políticas educacionais inovadoras, análise de experiências e práticas escolares.
64	UFRN	Educação [44]	214. Educação e inclusão social em contextos escolares e não escolares 215. Educação Matemática e ensino das Ciências 216. Educação, linguagem e formação do leitor 217. Estratégias de pensamento e produção de conhecimento 218. Formação e profissionalização docente 219. História da educação, práticas sócio-educativas e usos da linguagem 220. Política e práxis da educação [46] 221. Práticas pedagógicas e currículo	Política e práxis da educação: Desenvolve estudos e pesquisas sobre temáticas relacionadas às políticas educacionais em uma perspectiva crítica e contextualizada. Contempla os eixos: políticas e experiências educacionais, educação e trabalho, educação e ensino municipal e rural, políticas de formação de docentes, financiamento e gestão.
65	UFRPE	Tecnologia e Gestão em Educação a Distância	222. Ferramentas tecnológicas para educação a distância 223. Gestão e produção de conteúdo para educação a distância	
66	UFRRJ	Educação Agrícola [45]	224. Construção de saberes na educação agrícola: conhecimento técnico e ciência 225. Educação agrícola, ambiente e sociedade	Formação docente e políticas para a educação agrícola: Contempla estudos de processos e políticas da formação inicial e

			226. Formação docente e políticas para a educação agrícola [47] 227.Identidades culturais e representações coletivas 228.Metodologia do ensino e da pesquisa para a educação agrícola	continua de docentes; da implantação e desenvolvimento curricular da educação profissional e agrícola; os fundamentos epistemológicos, pedagógicos, históricos, políticos e culturais da área.
67	UFRRJ	Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares [46]	229. Desigualdades sociais e políticas educacionais [48] 230.Educação e diversidades étnico-raciais 231.Estudos contemporâneos e práticas educativas	Desigualdades sociais e políticas educacionais: Esta linha tem como base estruturante a história, sociologia, a antropologia e a política da educação. Suas trajetórias analíticas perpassam as teorias do Estado, da educação e das desigualdades sociais.
68	UFSC	Educação [47]	232.Educação e comunicação 233.Educação e infância 234.Educação e movimentos sociais 235. Educação, Estado e políticas públicas [49] 236.Ensino e formação de educadores 237.Filosofia da educação 238.Sociologia e história da educação 239.Trabalho e educação	Educação, Estado e políticas públicas: Estudos e pesquisas no âmbito da relação entre educação e políticas públicas. Estado, organismos internacionais e relação capital-trabalho na definição de políticas públicas no contexto capitalista contemporâneo. Reformas educacionais na América Latina e Caribe.
69	UFSCAR	Educação [48]	240.Educação e trabalho 241.Educação em Ciências e Matemática 242.Educação escolar: teorias e práticas 243.Educação, cultura e subjetividade 244.Ensino de Ciências e de Matemática 245. Estado, política e formação humana [50] 246. Estado, políticas e gestão educacional [51] 247.Formação básica e continuada de professores e outros agentes educacionais 248.Formação de professores e outros agentes educacionais, novas tecnologias e ambientes de aprendizagem 249.História, filosofia e sociologia da educação 250.Práticas sociais e processos educativos 251.Processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos 252.Teorias e práticas pedagógicas e em educação	Estado, política e formação humana: Formação humana, educação e sociabilidade no capitalismo. Estado e instituições educacionais. Políticas públicas, Educação e práticas sociais. Trabalho e educação. Aspectos históricos, sociais, políticas e culturais da educação e formação humana. Estado, políticas e gestão educacional: Realiza estudos empíricos e teóricos visando compreender o padrão de intervenção do Estado nas políticas educacionais brasileiras bem como a gestão da escola pública.
70	UFSCAR	Educação	253.Educação, comunidade e movimentos sociais 254.Formação de professores e práticas educativas 255.Teorias e fundamentos da educação	
71	UFSCAR	Educação Especial	256.Aprendizagem e cognição de indivíduos com necessidades	

		(Educação do Indivíduo Especial)	especiais de ensino 257.Atenção primária e secundária em educação especial: prevenção de deficiências 258.Currículo funcional: implementação e avaliação de programas alternativos de ensino especial 259.Práticas educativas: processos e problemas 260.Produção científica e formação de recursos humanos em educação especial	
72	UFSJ	Processos Socioeducativos e Práticas Escolares	261.Discurso e produção de saberes nas práticas educativas	
73	UFSM	Educação [49]	262.Educação e artes 263.Educação especial 264.Formação, saberes e desenvolvimento profissional 265. Práticas escolares e políticas públicas [52]	Práticas escolares e políticas públicas: Desenvolve investigações que buscam compreender a organização das propostas educacionais através das políticas públicas, do espaço pedagógico da organização escolar, priorizando pesquisas sobre: as políticas públicas, o ensino, a aprendizagem, o currículo.
74	UFT	Educação [50]	266.Currículo, formação de professores e saberes docentes 267. Estado, sociedade e práticas educativa [53]	Estado, sociedade e práticas educativa: Pesquisa a educação como política pública na tensão entre Estado e sociedade e as práticas educativas na perspectiva histórica, sua dimensão processual do ensinar e aprender na sociedade contemporânea.
75	UFU	Educação [51]	268.Educação em Ciências e Matemática 269. Estado, políticas e gestão da educação [54] 270.História e historiografia da educação 271.Saberes e práticas educativas 272.Trabalho, sociedade e educação	Estado, políticas e gestão da educação: Visa a produção de conhecimentos, envolvendo estudos sobre transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e seus impactos no campo educacional e nas mudanças ocorridas no Estado; formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais.
76	UFV	Educação [52]	273. Educação, Estado e Sociedade [55] 274.Formação de Professores e Práticas Educativas	Educação, Estado e Sociedade: Investiga a ação política nas diversas esferas da sociedade, pesquisando a atuação do Estado sobre os sistemas educacionais, o desenvolvimento das instituições educativas, bem como a relação entre educação e os

				movimentos sociais que atuam no campo.
77	ULBRA	Educação	275.Ciências, tecnologias e currículo 276.Infância, juventude e espaços educativos 277.Pedagogias e políticas da diferença	
78	UMESP	Educação [53]	278.Formação de Educadores 279. Políticas e Gestão Educacionais [56]	Políticas e Gestão Educacionais: Investiga e analisa criticamente ações, processos e movimentos relacionados às políticas e gestão educacionais, discutindo fundamentos, métodos e orientações filosóficos, epistemológicos e históricos, visando avanço de conhecimentos e transformação social.
79	UNB	Educação [54]	280.Educação ambiental e educação do campo 281.Educação em Ciências e Matemática 282.Educação, tecnologias e comunicação 283.Escola, aprendizagem, ação pedagógica e subjetividade na educação 284. Políticas públicas e gestão da educação [57] 285.Profissão docente, currículo e avaliação	Políticas públicas e gestão da educação: Estudos e pesquisas sobre as políticas públicas no Brasil para a educação básica, educação superior, educação profissional, tecnológica e a distância. Gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino e controle social das políticas educacionais. Políticas e gestão das instituições educacionais. Avaliação institucional, regulação e reorganização das instituições de ensino básico e superior. Estudos e pesquisas sobre as relações de gênero, étnico/raciais e geracionais em espaços de educação e formação. Gestão e avaliação de políticas educacionais voltadas para a redução das desigualdades de gênero, étnico/raciais e geracionais. Políticas públicas de/para/com juventudes e desafios educacionais.
80	UNB	Educação [55]	286. Políticas e gestão da educação profissional e tecnológica [58] 287. Políticas públicas e gestão da educação básica [59] 288. Políticas públicas e gestão da educação superior [60] 289.Sistema de inovação, cultura e desenvolvimento regional	Políticas e gestão da educação profissional e tecnológica: Estudos sobre modelos comparados de sistemas e de políticas públicas para a EP&T e suas consequências para o desenvolvimento de políticas institucionais. Políticas públicas e gestão da educação básica: Análise das políticas de educação básica no Brasil, no contexto político,

				econômico e cultural, destacando os embates na formulação e na materialização destas políticas e os desdobramentos no que concerne ao papel social da educação e da escola. Políticas públicas e gestão da educação superior: Conceitos e modelos de educação superior e de universidade. Políticas de educação superior e categorias de análise.
81	UNEB	Educação e Contemporaneidade [56]	290. Educação, currículo e processos tecnológicos 291. Educação, gestão e desenvolvimento local sustentável [61] 292. Educação, práxis pedagógica e formação do educador 293. Processos civilizatórios: educação, memória e pluralidade cultural	Educação, gestão e desenvolvimento local sustentável: Estudo dos processos educativos e dos fenômenos implicados na relação educação-gestão desenvolvimento, com ênfase nas problemáticas contemporâneas vivenciadas pelas diferentes comunidades e regiões. Analisa as características socioeconômicas, político-culturais e educacionais da realidade local/regional dos municípios sede da UNEB e seus entornos, buscando explicar as determinações do processo educativo na formulação e a avaliação de políticas públicas.
82	UNEB	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação [57]	294. Educação, processos tecnológicos e redes sociais 295. Gestão da educação e redes sociais [62]	Gestão da educação e redes sociais: Análise e aplicação de medidas de gestão, voltadas para o desenvolvimento de políticas, planos, programas, projetos e avaliação educacional. Visa atender a formação de profissionais que atuam na educação básica e na educação superior em especial gestores, tendo em vista projetos e produtos para intervenção nos processos educacionais, a exemplo do desenvolvimento de aplicativos, materiais didáticos e instrucionais, estudos de caso, planos e programas.
83	UNEMAT	Educação [58]	296. Educação e diversidade 297. Formação de professores, políticas e práticas pedagógicas [63]	Formação de professores, políticas e práticas pedagógicas: Estudos e pesquisas para a formação inicial e continuada de professores, enfatizando processo ensino-

				aprendizagem, relação universidade-escola, políticas educacionais, teorias e práticas pedagógicas.
84	UNESA	Educação [59]	298. Políticas públicas e gestão [64] 299. Representações sociais e práticas educativas 300. Tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais	Políticas públicas e gestão: Focaliza as políticas públicas e práticas da gestão educacional e suas relações com a sociedade civil, privilegiando a realização de estudos empiricamente alicerçados nos contextos global e local, dando ênfase à descentralização da educação.
85	UNESC	Educação [60]	301. Educação e produção do conhecimento nos processos pedagógicos 302. Educação, linguagem e memória 303. Formação e gestão em processos educativos [65]	Formação e gestão em processos educativos: Bases teórico-práticas de formação e gestão em processos educativos, escolares e não escolares. Currículo. Saberes e práticas pedagógicas. Avaliação de sistemas e processos educativos.
86	UNESP/ARAR	Educação Escolar [61]	304. Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura 305. Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas 306. Política e gestão educacional [66] 307. Sexualidade, cultura e educação sexual 308. Teorias pedagógicas, trabalho educativo e sociedade	Política e gestão educacional: Esta linha reúne pesquisas relacionadas aos pressupostos históricos, políticos, sociais e organizacionais de instituições, sistemas e níveis educacionais, considerando as concepções e teorias da educação escolarizada, como referenciais do Estado Moderno.
87	UNESP/MAR	Educação [62]	309. Abordagens pedagógicas do ensino de linguagem 310. Educação especial no Brasil 311. Ensino, aprendizagem escolar e desenvolvimento humano 312. Filosofia e história da educação no Brasil 313. Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares [67]	Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares: A linha contempla o estudo e a análise das políticas educacionais do Estado e de outros agentes sociais nos âmbitos nacional e internacional. Analisa, também, teorias e práticas de administração, gestão e avaliação educacional.
88	UNESP/PP	Educação [63]	314. Infância e Educação 315. Políticas públicas, organização escolar e formação de professores [68] 316. Práticas e processos formativos em educação 317. Processos formativos, diferença e valores	Políticas públicas, organização escolar e formação de professores: Investiga os impactos das políticas educacionais nacionais e internacionais; análise das correlações existentes entre o processo de globalização e políticas públicas de um lado, e o papel da escola, formação de professores e identidade docente, de outro.

89	UNESP/RC	Educação [64]	318.Educação ambiental 319. Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo [69] 320.Formação de professores e trabalho docente 321.Linguagem - Experiência - Memória - Formação	Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo: Os focos centrais de investigação desta linha são as políticas educacionais e sociais bem como a gestão de sistemas e instituições educacionais, tendo como referencial os contextos econômico e político e as ações cotidianas dos sujeitos contemporâneos.
90	UNICAMP	Educação [65]	322.Desenvolvimento humano, psicologia e educação 323.Educação e trabalho 324.Educação matemática, científica e tecnológica 325.Filosofia, história, educação e sociedade 326.Formação do professor, currículo e ensino superior 327. Planejamento educacional, políticas públicas e gestão educacional [70] 328.Sociedade, cultura e educação	Planejamento educacional, políticas públicas e gestão educacional: Estudos e pesquisas sobre sistemas de ensino, planejamento e gestão educacional, os sistemas organizacionais nos níveis de ensino e esferas administrativas; políticas educacionais do Brasil e de outros países, políticas do Estado, seus determinantes e o papel do educador e sua qualificação.
91	UNICENTRO	Educação [66]	329.Educação, cultura e diversidade 330. Políticas educacionais, história e organização da educação [71]	Políticas educacionais, história e organização da educação: Aspectos históricos, políticos e organizacionais da educação brasileira, mediados pelas ações estatais e intervenções da sociedade civil. Esta linha busca desenvolver pesquisas sobre a história da educação brasileira, da política e da gestão educacional contemporâneas, assim como dos projetos educativos elaborados no âmbito do poder público, das instituições educativas, das classes sociais, dos movimentos sociais e organizações não-governamentais.
92	UNICID	Educação [67]	331. Políticas públicas de educação [72] 332.Sujeitos, formação e aprendizagem	Políticas públicas de educação: Investiga os processos de formulação e implantação de políticas educacionais. Contribui para a elaboração de propostas de equacionamento de questões educacionais, tendo como horizonte a construção de uma sociedade democrática.
93	UNIJUÍ	Educação nas Ciências	333.Currículo e formação de professores 334.Educação popular em movimentos e organizações sociais	

			335. Teorias pedagógicas e dimensões éticas e políticas da educação	
94	UNILASALLE	Educação [68]	336. Culturas, linguagens e tecnologias na educação 337. Formação de professores, teorias e práticas educativas 338. Gestão, educação e políticas públicas [73]	Gestão, educação e políticas públicas: Investiga a gestão de sistemas de ensino e/ou de instituições educativas, no contexto das políticas públicas sociais, considerando as diferentes concepções teóricas de Estado e de cidadania. Focaliza os mecanismos de produção das desigualdades sociais.
95	UNIMEP	Educação [69]	339. Formação de professores 340. História e filosofia da educação 341. Política e gestão da educação [74] 342. Práticas educativas e processos de interação	Política e gestão da educação: Estuda as políticas educacionais e seus impactos nos sistemas e programas de educação, e a gestão dos sistemas de educação em sua relação com essas políticas. Estes campos são compreendidos no interior das relações de poder e organização Estado e Sociedade.
96	UNINOVE	Educação [70]	343. Políticas em educação [75] 344. Práticas educacionais 345. Teorias e educação	Políticas em educação: Investiga as reformas educacionais, sua implantação e impacto nas sociedades contemporâneas; o papel das agências multilaterais e de formação nas políticas educacionais e na formação profissional e a atuação dos sindicatos e dos partidos políticos.
97	UNINOVE	Gestão e Práticas Educacionais [71]	346. Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional [76] 347. Linha de Pesquisa e de Intervenção em Práticas Pedagógicas 348. Linha de Pesquisa e de Intervenção em Práticas Político-Sociais	Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional: Esta linha realiza suas investigações científicas sobre as concepções e ações que incidem na gestão educacional e escolar, envolvendo sistemas e unidades educacionais da escola básica, para que suas finalidades precípuas e específicas possam ser atingidas com a otimização dos meios de que dispõem. As pesquisas desenvolvidas na LPIGES têm como referência as concepções de gestão educacional, escolar e do conhecimento, abrangendo as políticas públicas em educação, o processo de avaliação institucional, o planejamento estratégico, a inovação, a formação e o trabalho dos profissionais comprometidos

(continuação)

				com a gestão participativa e democrática. Coerentemente com a área de Concentração do PROGEPE, realiza seus estudos com base na investigação das práticas dos agentes envolvidos nas atividades escolares.
98	UNIOESTE	Educação [72]	349. Educação, políticas sociais e Estado [77] 350. Formação de professores e processos de ensino e de aprendizagem 351. História da educação	Educação, políticas sociais e Estado: Articula estudos e pesquisas voltadas para a compreensão das distintas dimensões teórico-práticas da Educação, a partir da análise dos fundamentos, funções e/ou ações do Estado e da sociedade civil nos diferentes campos das políticas sociais.
99	UNIOESTE	Educação	352. Cultura, processos educativos e formação de professores 353. Sociedade, conhecimento e educação	
100	UNIPAMPA	Educação [73]	354. Gestão das práticas docentes na diversidade cultural e territorial 355. Política e gestão da educação [78]	Política e gestão da educação: Voltada à qualificação das práticas de profissionais da educação que atuam na gestão de sistemas de ensino, em diferentes instâncias e âmbitos.
101	UNIPLAC/SC	Educação [74]	356. Educação, processos socioculturais e sustentabilidade 357. Políticas e processos formativos em educação [79]	Políticas e processos formativos em educação: Modalidades de formação discente e docente. Educação formal e não formal, básica, profissional, superior. Perspectivas: histórica, epistemológica e emancipatória. Inclusão/exclusão. Articulação ciência, universidade e sociedade. Políticas educacionais.
102	UNIR	Educação [75]	358. Formação docente 359. Políticas e gestão educacional [80]	Políticas e gestão educacional: Investigar as articulações estruturais entre política e educação, a partir dos determinantes sociais e históricos. Avaliar os impactos das políticas educacionais vigentes. Investigar os processos de gestão e avaliação das políticas públicas e privadas na perspectiva de subsidiar propostas de trabalho junto à diferentes organizações públicas e privadas.
103	UNIRIO	Educação [76]	360. Políticas em educação [81] 361. Práticas educativas, linguagens e tecnologia 362. Subjetividade, cultura e história da educação	Políticas em educação: Investiga a política educacional no contexto das políticas públicas, com ênfase nas reformas educacionais; na legislação; nos programas e

				projetos governamentais; nas formas de avaliação e controle público; no funcionamento da educação.
104	UNISAL	Educação	363.A intervenção educativa sociocomunitária: linguagem, intersubjetividade e práxis 364.Análise histórica da práxis educativa nas experiências sociocomunitárias e institucionais	
105	UNISANTOS	Educação [77]	365.Formação e profissionalização docente 366. Instituições educacionais, história, política e processos de gestão [82]	Instituições educacionais, história, política e processos de gestão: A linha investiga as instituições educacionais em diferentes sistemas e configurações: a história e memória de instituições educacionais; inserção da escola no contexto sociocultural; políticas e processos de gestão.
106	UNISC	Educação	367.Aprendizagem, tecnologias e linguagens na educação 368.Educação, trabalho e emancipação 369.Identidade e diferença na educação	
107	UNISINOS	Educação [78]	370.Educação, desenvolvimento e tecnologias 371. Educação, história e políticas [83] 372.Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas	Educação, história e políticas: Investiga políticas e processos vinculados à educação em diferentes configurações históricas e contextos. Estuda questões relativas a política em diferentes níveis de ensino, gestão e sistemas de ensino.
108	UNISO	Educação [79]	373.Cotidiano escolar 374.Educação superior 375. História e historiografia: políticas e práticas escolares [84]	História e historiografia: políticas e práticas escolares: Realiza investigações de história e historiografia, apreendendo as instituições educativas como expressões das relações e mediações da sociabilidade produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais.
109	UNISUL	Educação [80]	376.Educação em Ciências 377. Educação, história e política no Brasil e na América Latina [85] 378.Relações culturais e históricas na educação	Educação, história e política no Brasil e na América Latina: Processos, reformas, projetos e programas nas diferentes abordagens, dimensões, níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro e latino-americano e a organização dos processos educacionais.
110	UNIT	Educação	379.Educação e comunicação 380.Educação e formação docente	

111	UNIUB	Educação	381.Cultura e processos educativos 382.Desenvolvimento profissional e trabalho docente	
112	UNIVALI	Educação [81]	383.Cultura, tecnologia e aprendizagem 384. Políticas para a Educação Básica e Superior [86] 385.Práticas docentes e formação profissional	Políticas para a Educação Básica e Superior: Esta linha pesquisa as questões relativas às políticas públicas da educação básica e superior, políticas públicas de currículo e avaliação, assim como, as políticas de formação de professores.
113	UNIVILLE	Educação [82]	386. Políticas e práticas educativas [87] 387.Trabalho e formação docente	Políticas e práticas educativas: Essa linha tem como objetivo investigar as questões das políticas públicas educacionais e as diferentes formas de práticas educativas formais e não-formais que envolvem aspectos ambientais, estéticos e histórico-culturais.
114	UNOCHAPECÓ	Educação	388.Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativas 389.Formação de professores, produção do conhecimento e processos pedagógicos	
115	UNOESC	Educação [83]	390. Educação, políticas públicas e cidadania [88] 391.Processos Educativos	Educação, políticas públicas e cidadania: Propõe-se a investigar as políticas educacionais para o país e a região, enquanto marcos regulatórios da relação do Estado com a sociedade civil, nos seus diferentes períodos e contextos históricos.
116	UNOESTE	Educação [84]	392.Formação e prática pedagógica do profissional docente 393. Instituição educacional: organização e gestão [89]	Instituição educacional: organização e gestão: Esta linha de pesquisa abrange investigações sobre a instituição educacional como organização intermediária ou de nível “meso”, considerando seus aspectos filosóficos, políticos, sociais, psico-sociais, culturais, gestores e tecnológicos, dentro de um contexto de complexidade da sociedade, do saber e da educação.
117	URI	Educação [85]	394.Formação de professores e práticas educativas 395. Políticas públicas e gestão da educação [90]	Políticas públicas e gestão da educação: Enfoca as questões atinentes às políticas educacionais da esfera pública e seus impactos socioeducacionais/culturais na organização e gestão da Educação. Estuda, também, nos processos em curso, as

				possibilidades emancipatórias de tais medidas.
118	USF	Educação	396.História, historiografia e ideias educacionais 397.Linguagem, discurso e práticas educativas 398.Matemática, cultura e práticas pedagógicas	
119	USP	Educação [86]	399.Cultura, organização e educação 400.Didática, teorias de ensino e práticas escolares 401.Educação Especial 402.Ensino de Ciências e Matemática 403. Estado, sociedade e educação [91] 404.Filosofia e educação 405.História da educação e historiografia 406.Linguagem e educação 407.Psicologia e educação 408.Sociologia da educação	Estado, sociedade e educação: Desenvolve investigações sobre: ação política na multiplicidade de esferas sociais em que a educação incide, com ênfase na atuação do Estado no âmbito das políticas públicas; dinâmica da cidadania e os direitos humanos; relação entre educação e trabalho.
120	USP/RP	Educação [87]	409.Fundamentos filosóficos, científicos e culturais da educação 410. Políticas públicas e organização do trabalho educacional [92]	Políticas públicas e organização do trabalho educacional: Abrange pesquisas que têm por objetivo a educação escolar, compreendendo investigações sobre políticas para a educação e as práticas escolares em seus aspectos relativos à democratização, acesso e qualidade do ensino, financiamento e formação docente.
121	UTP	Educação [88]	411. Políticas públicas e gestão da educação [93] 412.Práticas pedagógicas: elementos articuladores	Políticas públicas e gestão da educação: Investiga a relação Estado, políticas públicas, gestão da educação e os processos pedagógicos que ocorrem na escola; políticas de formação de profissionais da educação; autonomia da escola, democratização e qualidade da educação; ética e justiça.

Fonte: Organizada pela autora com base nos dados do Caderno de Indicadores da Capes do ano de 2012.

Observação: As linhas de pesquisa cuja situação constava como “desativada” não foram consideradas. Em algumas linhas de pesquisa, a sua descrição constava incompleta ou indisponível no Caderno de Indicadores da Capes. Nesses casos, as descrições foram localizadas no *site* dos respectivos Programas de Pós-Graduação.

**APÊNDICE G – LINHAS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL,
ORGANIZADAS POR CATEGORIAS (2012)**

Quadro 17 - Linhas de pesquisa de/sobre política educacional, organizadas por categorias (2012)

(continua)

	Linha de Pesquisa	IES-PPG	Nº
1	Políticas educacionais, gestão da escola e formação docente	UCDB	35
2	Política educacional, planejamento e gestão da educação	UFPE	
3	Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares	UNESP/MAR	
4	Políticas públicas e gestão da educação	URI	
5	Políticas públicas e gestão da educação	UTP	
6	Políticas públicas e gestão da educação	UNB	
7	Políticas e gestão educacional	UNIR	
8	Política e gestão da educação	UNIPAMPA	
9	Política e gestão da educação	UNIMEP	
10	Política, gestão e economia da educação	UCB	
11	Políticas e gestão em educação	UEM	
12	Políticas e gestão da educação	UERN	
13	Políticas e gestão da educação	UFBA	
14	Políticas e gestão da educação	UFGD	
15	Gestão da educação e redes sociais	UNEB	
16	Gestão, políticas públicas e avaliação educacional	UFJF	
17	Políticas de formação, políticas e gestão da educação	UFRGS	
18	Estado, políticas e gestão educacional	UFSCAR (**)	
19	Estado, políticas e gestão da educação	UFU	
20	Políticas e gestão educacionais	UMESP	
21	Políticas e gestão da educação profissional e tecnológica	UNB (***)	
22	Políticas públicas e gestão da educação básica	UNB (***)	
23	Políticas públicas e gestão da educação superior	UNB (***)	
24	Políticas públicas e gestão	UNESA	
25	Política e gestão educacional	UNESP/ARAR	
26	Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo	UNESP/RC	
27	Planejamento educacional, políticas públicas e gestão educacional	UNICAMP	
28	Linha de pesquisa e de intervenção em gestão educacional	UNINOVE	
29	Gestão, educação e políticas públicas	UNILASALLE	
30	Instituições educacionais, história, política e processos de gestão	UNISANTOS	
31	Políticas públicas e organização do trabalho educacional	USP/RP	
32	Gestão, avaliação e reforma da educação pública	UFJF (**)	
33	Educação, gestão e desenvolvimento local sustentável	UNEB	
34	Instituição educacional: organização e gestão	UNOESTE	
35	Formação e gestão em processos educativos	UNESC	
36	História e política educacionais	UEPG	12
37	História e política da educação	UFAL	
38	Políticas educacionais, história e organização da educação	UNICENTRO	
39	Políticas educacionais, história e sociedade	UEFS	
40	História, sociedade, cultura e políticas educacionais	UFES	
41	História e políticas da educação	PUC/PR	
42	Perspectivas filosóficas, históricas e políticas da educação	UEL	
43	Educação, história e política no Brasil e na América Latina	UNISUL	
44	História e historiografia: políticas e práticas escolares	UNISO	
45	Educação, história e políticas	UNISINOS	
46	Estado, políticas e história da educação	UFG	
47	História, políticas e educação	UFMS	

48	Políticas educacionais	UFPB	10
49	Políticas educacionais	UFPR	
50	Políticas educacionais	FUPF	
51	Políticas públicas em educação	PUCCAMP	
52	Políticas públicas educacionais	UFPA	
53	Políticas públicas de educação	UNICID	
54	Políticas em educação	UNINOVE	
55	Políticas em educação	UNIRIO	
56	Políticas para a educação básica e superior	UNIVALI	
57	Políticas públicas e educação: formulação, implementação e avaliação	UFMG (**)	
58	Estado, políticas e instituições educacionais	PUC-GOÍAS	9
59	Educação, Estado e políticas públicas	UFSC	
60	Estado, política e formação humana	UFSCAR (**)	
61	Educação, políticas sociais e Estado	UNIOESTE	
62	Educação, Estado e diversidade	UFPE	
63	Estado, sociedade e práticas educativa	UFT	
64	Educação, Estado e sociedade	UFV	
65	Estado, sociedade e educação	USP	
66	Estado e gestão educacional	UFMA	
67	Formação e políticas educacionais	UECE	8
68	Políticas e práticas de formação	IFSul	
69	Formação, políticas e práticas em educação	PUC/RS	
70	Formação de professores e políticas públicas educacionais	UFMT	
71	Formação docente e políticas para a educação agrícola	UFRRJ	
72	Formação de professores, políticas e práticas pedagógicas	UNEMAT	
73	Políticas públicas, organização escolar e formação de professores	UNESP/PP	
74	Políticas e processos formativos em educação	UNIPLAC	
75	Educação: direito à educação e políticas educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino	PUC/MG	6
76	Políticas, direitos e desigualdades	UERJ	
77	Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social	UFMS	
78	Educação, políticas públicas e cidadania	UNOESC	
79	Práticas educativas, políticas educacionais e inclusão	UFG	
80	Desigualdades sociais e políticas educacionais	UFRRJ	
81	Política e práxis da educação	UFRN	3
82	Práticas escolares e políticas públicas	UFMS	
83	Políticas e práticas educativas	UNIVILLE	
84	Avaliação de políticas e financiamento da educação	UFF	2
85	Equidade, políticas e financiamento da educação pública	UFJF (**)	
86	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	FUFPI	2
87	Movimentos sociais, política e educação popular	UFMT	
88	Políticas e instituições educacionais	UFRJ	2
89	Políticas e instituições educacionais e seus atores	UCP/RJ	
90	Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional	UFAM	1
91	Políticas públicas e reformas educacionais e curriculares	PUC/SP	1
92	Educação, relações sociais e construção democrática	PUC-RIO	1
93	Política, trabalho e formação humana	UFMG (**)	1

Fonte: Organizada pela autora com base nos dados do Caderno de Indicadores da Capes do ano de 2012.

Notas: (**) O Programa de Pós-Graduação possui 2 linhas de pesquisa de/sobre política educacional.

(***) O Programa de Pós-Graduação possui 3 linhas de pesquisa de/sobre política educacional.

**APÊNDICE H – PALAVRAS E SEGMENTOS RECORRENTES NAS DESCRIÇÕES
DAS LINHAS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL**

Tabela 5 - Principais palavras recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa de/sobre política educacional

(continua)

Palavras do léxico	Quantidade de ocorrências Repetições / Descrições
políticas	110 / 76
educação	106 / 60
educacionais	69 / 51
gestão	46 / 39
sociais	39 / 29
públicas	37 / 30
processos	35 / 28
formação	34 / 29
estado	32 / 31
educacional	26 / 22
trabalho	25 / 13
avaliação	24 / 22
ensino	24 / 17
sistemas	24 / 18
práticas	23 / 21
sociedade	22 / 20
instituições	19 / 16
escola	14 / 12
escolar	14 / 11
política	13 / 13
história	12 / 12
movimentos	12 / 11
níveis	12 / 12
culturais	11 / 11
docente	11 / 8
escolares	11 / 9
formulação	11 / 10
educativas	10 / 10
programas	10 / 8
social	10 / 9
educativos	9 / 8
financiamento	9 / 8
históricos	9 / 9
professores	9 / 9
projetos	9 / 8
ações	8 / 8
implementação	8 / 8
políticos	8 / 8
processo	8 / 8
pública	8 / 6
atuação	7 / 7
currículo	7 / 6
históricas	7 / 6
modalidades	7 / 7

	(conclusão)
profissionais	7 / 7
profissional	7 / 7
propostas	7 / 7
impactos	6 / 6
inclusão	6 / 5
planejamento	6 / 6
reformas	6 / 6
cidadania	5 / 5
desigualdades	5 / 5
gênero	5 / 4
cultural	4 / 4
democrática	4 / 4
democratização	4 / 3
direitos	4 / 4
governamentais	4 / 4
implantação	4 / 4
político	4 / 4
qualidade	4 / 4

Fonte: Organizada pela autora com base no relatório de análise de léxicos do software Sphinx.

Tabela 6 - Principais segmentos recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa de/sobre política educacional

Segmentos recorrentes	Quantidade de ocorrências Repetições / Descrições
políticas públicas	35 / 29
políticas educacionais	32 / 30
educação básica	10 / 8
movimentos sociais	10 / 9
sociedade civil	9 / 9
gestão educacional	8 / 7
instituições educacionais	8 / 7
processos educativos	7 / 6
formação de professores	6 / 6
história da educação	6 / 6
sistemas de ensino	6 / 6
formação docente	6 / 5
educação superior	6 / 5
níveis e modalidades	6 / 6
trabalho e educação	6 / 6
atuação do estado	5 / 5
avaliação de políticas	5 / 5
políticas de formação	5 / 5
gestão da educação	4 / 4
instituições educativas	4 / 4
educação profissional	4 / 4
práticas educativas	4 / 4
estado e sociedade	4 / 4
gestão e avaliação	4 / 4
análise das políticas	3 / 3
gestão de sistemas	3 / 3
política educacional	3 / 3
reformas educacionais	3 / 3
desigualdades sociais	3 / 3
políticas públicas educacionais	3 / 3
políticas sociais	3 / 3
direitos humanos	3 / 3
trabalho docente	3 / 2
avaliação de políticas educacionais	3 / 3
práticas pedagógicas	3 / 3
propostas educacionais	3 / 3
implementação e avaliação	3 / 3
processos de formulação	3 / 3
políticas de gestão	3 / 3

Fonte: Organizada pela autora com base no relatório de segmentos repetidos do software Sphinx.

**APÊNDICE I – GRUPOS DE PESQUISA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL
CADASTRADOS NO CNPQ (2015)**

Quadro 18 - Grupos de pesquisa de/sobre política educacional cadastrados no CNPq (2015)

(continua)

	Região	Grupo	Área	IES	Ano de formação	Líderes	Número de pesquisadores (P), estudantes (E), técnicos (T) e colaboradores estrangeiros (C)			
							P	E	T	C
1	Centro-Oeste	Avaliação das Políticas Públicas em Educação	Educação	IFB	2011	Claudio Nei Nascimento da Silva	9	2	0	0
2	Centro-Oeste	As interfaces da Política e Gestão da Educação	Educação	IFB	2014	Bibiani Borges Dias	2	0	0	0
3	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Fundamentos da Educação - GEPPFE	Educação	IFTM	2013	Luiz Alberto Rezende Geraldo Gonçalves de Lima	12	0	0	0
4	Centro-Oeste	Políticas Educacionais e Gestão Escolar	Educação	PUC Goiás	1998	Iria Brzezinski Maria Esperança Fernandes Carneiro	41	28	0	0
5	Centro-Oeste	Educação Superior: políticas, governança e cidadania	Educação	UCB	2011	Ranilce Mascarenhas Guimaraes- Iosif Sinara Pollom Zardo	6	8	0	1
6	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar - GEPPES/MB	Educação	UCDB	1999	Carina Elisabeth Maciel Ana Luisa Alves Cordeiro	25	34	1	0
7	Centro-Oeste	Políticas Públicas e Gestão da Educação	Educação	UCDB	2004	Regina Tereza Cestari de Oliveira Celeida Maria Costa de Souza e Silva	9	15	2	0
8	Centro-Oeste	Políticas Públicas e Gestão Educacional	Educação	UEMS	2004	Alaíde Pereira Japécanga Aredes	6	1	0	0
9	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Política, Planejamento Educacional e História Étnico Racial, GEPPEHER/UEMS	Educação	UEMS	2008	Bartolina Ramalho Catanante Vilma Miranda de Brito	7	11	0	0
10	Centro-Oeste	Estado, Política e História da Educação	Educação	UFG	2000	João Ferreira de Oliveira Karine Nunes de Moraes	30	31	0	0
11	Centro-Oeste	Grupo de Estudo e Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação - GEPGE	Educação	UFGD	2008	Maria Alice de Miranda Aranda Elisângela Alves da Silva Scaff	15	17	2	0
12	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisa em Política e Avaliação da Educação Superior - PAES	Educação	UFGD	2010	Giselle Cristina Martins Real Jonas de Paula Oliveira	6	10	1	0
13	Centro-Oeste	Políticas Públicas de Educação	Educação	UFMS	1994	Silvia Helena Andrade de Brito	10	15	3	0

						Margarita Victoria Rodriguez				
14	Centro-Oeste	Políticas Públicas de educação e educação especial	Educação	UFMS	2008	Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	9	14	0	0
15	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação Docente e Educação (GEPEFE)	Educação	UFMS	2011	Hellen Jaqueline Marques Fabiano Antonio dos Santos	3	9	0	0
16	Centro-Oeste	Grupo de Pesquisa de Políticas Educacionais de Mato Grosso	Educação	UFMT	2003	Renata Cristina Cabrera Antonio Carlos Maximo	4	0	0	0
17	Centro-Oeste	Grupo de estudos e pesquisas em Política e Formação Docente: educação infantil, fundamental e superior	Educação	UFMT	2004	Filomena Maria de Arruda Monteiro	24	4	0	0
18	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais	Educação	UFMT	2009	Maria das Graças Martins da Silva Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso	6	10	0	0
19	Centro-Oeste	Políticas Públicas Educacionais e Práticas Pedagógicas	Educação	UFMT	2009	Lindalva Maria Novaes Garske Ademar de Lima Carvalho	5	6	0	0
20	Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Educação	Ciência Política	UFMT	2010	Ivanete Rodrigues dos Santos	1	0	0	0
21	Centro-Oeste	Núcleo de Pesquisa em Política e Gestão da Educação	Educação	UNB	1999	Regina Vinhaes Gracindo José Vieira de Sousa	13	10	0	0
22	Centro-Oeste	ÁGUIA: Grupo de pesquisa sobre organismos internacionais, política e gestão da Educação Básica	Educação	UNB	2002	Maria Abádia da Silva Neila Nunes de Souza	5	6	0	0
23	Centro-Oeste	Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior - GEPAES	Educação	UNB	2008	José Vieira de Sousa Girlene Ribeiro de Jesus	6	13	7	0
24	Centro-Oeste	GEPPHERG - Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero	Educação	UNB	2012	Renisia Cristina Garcia Filice	12	7	0	0
25	Centro-Oeste	Grupo de Pesquisa em Educação, Políticas Públicas e Sociedade - GPEPPS	Educação	UNEMAT	2008	Kilwangy kya Kapitango-a-Samba	12	3	0	0
26	Centro-Oeste	Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação	Educação	UNEMAT	2014	Josete Maria Cangussú Ribeiro	3	0	0	0
27	Centro-Oeste	Teorias do Direito, Sociedade, e Política Educacional	Psicologia	UNIFAN	2014	Humberto César Machado Einstein Almeida Ferreira Paniago	10	2	0	0
28	Nordeste	Políticas, Programas e Práticas na Educação Infantil	Educação	FUNDAJ	2006	Patrícia Maria Uchôa Simões Juceli Bengert Lima	5	6	0	0

(continuação)

29	Nordeste	Trabalho, Educação, Formação Profissional e Políticas Públicas	Educação	IFCE	2012	Teresinha de Sousa Feitosa Demetrius Oliveira Tahim	9	2	1	0
30	Nordeste	Núcleo de Educação, Políticas Públicas e Serviço Social	Educação	IFCE	2013	Maria Madalena da Silva Evelyne Medeiros Pereira	4	5	0	0
31	Nordeste	Educação Superior: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas	Educação	IFPE	2013	Edlamar Oliveira dos Santos José Henrique Duarte Neto	5	13	0	0
32	Nordeste	Núcleo de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Social - NUPEADIS	Educação	IFRN	2012	Márcio Adriano de Azevedo	6	0	0	0
33	Nordeste	Política Educacional, Gestão e Aprendizagem	Educação	UECE	1995	Sofia Lerche Vieira Eloisa Maia Vidal	11	9	1	0
34	Nordeste	História e Políticas Públicas	Educação	UEMA	2002	Antonia Valtéria Melo Alvarenga Lucimeire Rodrigues Barbosa	6	0	0	0
35	Nordeste	Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Formação Docente	Educação	UEPB	2010	Maria das Graças Ferreira de Lima	3	10	0	0
36	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade	Educação	UERN	2002	Francisca de Fátima Araújo Oliveira Brígida Lima Batista Félix	13	25	0	0
37	Nordeste	Formação, Memória e Políticas Educacionais (FORMEPE)	Educação	UERN	2013	Débora Maria do Nascimento Maria Edgleuma de Andrade	3	9	0	0
38	Nordeste	Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacionais	Educação	UESB	2004	Claúdio Pinto Nunes Nilma Margarida de Castro Crusoé	7	10	0	0
39	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Políticas e Práticas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (GEPHEJA/CNPQ)	Educação	UESB	2008	Sheila Cristina Furtado Sales Flávia Cristina Batista Caires	17	2	1	0
40	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	Educação	UESB	2012	Sandra Márcia Campos Pereira Maria Iza Pinto de Amorim Leite	10	3	0	0
41	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação - GP-TESE	Educação	UFAL	2009	Georgia Sobreira dos Santos Cêa Sandra Regina Paz da Silva	2	9	0	0
42	Nordeste	Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE)	Educação	UFAL	2010	Elione Maria Nogueira Diogenes Maria das Graças Correia Gomes	13	15	0	0
43	Nordeste	Política e Gestão da Educação	Educação	UFBA	1995	Robinson Moreira Tenório José Albertino Carvalho Lordêlo	22	51	0	0
44	Nordeste	Gir@ - Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação	Educação	UFBA	2015	Felipe Bruno Martins Fernandes Mariangela Moreira Nascimento	3	7	1	0

(continuação)

45	Nordeste	POLEDUC - Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Educação	UFC	2006	Wagner Bandeira Andriola	16	10	0	0
46	Nordeste	Trabalho, Estado, Educação e a Crítica Marxista	Educação	UFC	2007	Ana Maria Dorta de Menezes	7	8	0	0
47	Nordeste	Políticas Públicas, Educação, Movimentos Sociais e Juventudes	Educação	UFC	2013	Sonia Pereira Barreto Tania Maria Batista de Lima	3	8	0	0
48	Nordeste	Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional	Educação	UFCG	2003	Melânia Mendonça Rodrigues Andréia Ferreira da Silva	6	13	0	0
49	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Políticas de Planejamento e Gestão Educacional	Educação	UFCG	2012	Wiana de Jesus Freitas Lopes Stella Marcia de Moraes Santiago	3	5	0	0
50	Nordeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Política, Educação e Cultura do Campo - NEPHECC	Educação	UFMA	2005	Adelaide Ferreira Coutinho Cacilda Rodrigues Cavalcanti	8	10	0	0
51	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas de Políticas Educacionais	Educação	UFMA	2010	Maria José Pires Barros Cardozo Francisca das Chagas Silva Lima	9	9	3	0
52	Nordeste	Educação, Cultura, Sociedade e Políticas Públicas	Educação	UFMA	2012	Cláudio Gonçalves da Silva	7	1	0	0
53	Nordeste	Trabalho, Educação e Políticas Públicas	Educação	UFPB	1991	Emília Maria da Trindade Prestes Maria da Salete Barboza de Farias	10	16	0	0
54	Nordeste	Políticas Públicas, Gestão Educacional e Participação Cidadã	Educação	UFPB	2007	Virgínia de Oliveira Silva Marília Lopes de Campos	5	16	0	0
55	Nordeste	Políticas Públicas de Educação	Educação	UFPE	1991	Janete Maria Lins de Azevedo Márcia Angela da Silva Aguiar	9	20	0	0
56	Nordeste	Política Educacional e Prática Pedagógica	Educação	UFPE	1994	Márcia Maria de Oliveira Melo	3	3	0	0
57	Nordeste	Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (Lappes)	Educação	UFPE	2008	Alfredo Macedo Gomes Edson Francisco de Andrade	4	9	0	0
58	Nordeste	Política, Gestão e Docência na Educação Básica de Pernambuco	Educação	UFPE	2010	Luis Carlos Marques Sousa Cleidilene Almeida Silva	3	1	0	0
59	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação do Campo	Educação	UFPE	2012	Angela Maria Monteiro da Motta Pires Irenilda de Souza Lima	2	2	0	0
60	Nordeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação - NUPPEGE	Educação	UFPI	2000	Rosana Evangelista da Cruz Luís Carlos Sales	16	30	0	0
61	Nordeste	Infância, Políticas Públicas e Educação Infantil	Educação	UFRB	2014	Karina de Oliveira Santos Cordeiro	3	7	0	0
62	Nordeste	Cultura, Política e Educação	Sociologia	UFRN	1992	Jose Willington Germano Vânia de Vasconcelos Gico	24	26	0	3

63	Nordeste	Políticas e Gestão da Educação	Educação	UFRN	2002	Magna França Alda Maria Duarte Araújo Castro	10	33	0	0
64	Nordeste	Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Políticas Educacionais - GETEPE	Educação	UFRN	2003	Fernando Bomfim Mariana Francisca Geny Lustosa	9	5	0	0
65	Nordeste	Grupo de Estudo em Política, Educação e Ética (GEPEDE)	Filosofia	UFRPE	2012	José Antônio Feitosa Apolinário Ricardo George de Araujo Silva	3	7	0	0
66	Nordeste	Grupo de Pesquisa em Avaliação, Política, Gestão e Organização da Educação - APOGEU	Educação	UFS	2009	Heike Schmitz Gracyanne Freire de Araujo	4	8	0	0
67	Nordeste	Gestão, Avaliação e Políticas Públicas - GAPP	Educação	UNEAL	2012	Maria das Graças Correia Gomes	1	3	0	0
68	Nordeste	Educação, Políticas Públicas e Tecnologias Sociais	Educação	UNEB	2009	Ronaldi Barreto Silva Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo	13	7	3	0
69	Nordeste	Gestão, Organização e Políticas Públicas em Educação - GP-GEPE	Educação	UNEB	2011	Antonio Amorim	6	15	0	0
70	Nordeste	Política, gestão, memória e pesquisa em educação - POGEDUC	Educação	UNEB	2012	Minervina Joseli Espíndola Reis	15	16	1	0
71	Nordeste	Cultura, Currículo e Políticas na Educação de Jovens e Adultos (CCPEJA)	Educação	UNEB	2013	Maria de Fátima Mota Urpia Antonio Francisco Ribeiro de Freitas	10	0	0	0
72	Nordeste	Grupo de Pesquisa em Juventude, Políticas Públicas e Formação dos Sujeitos	Educação	UNEB	2013	Fausta Porto Couto Anna Donato Gomes Teixeira	8	9	2	0
73	Nordeste	Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS	Educação	UNEB	2014	Ivonete Barreto de Amorim Selma Barros Daltro de Castro	16	15	1	0
74	Nordeste	Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGF0P)	Educação	UNIT	2002	Ada Augusta Celestino Bezerra Marilene Batista da Cruz Nascimento	171	61	0	2
75	Nordeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer (GEPPOL)	Ciência Política	UNIVASF	2013	Edmilson Santos dos Santos	3	5	0	0
76	Nordeste	Estudos Multidisciplinares: Cultura, Práticas Educativas, Políticas e Gestão Educacional e Meio Ambiente	Educação	UPE	2005	Maria de Fátima Gomes da Silva Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues	13	16	0	0
77	Nordeste	Avaliação e Políticas Educacionais	Educação	UPE	2014	Maria do Carmo Tinoco Bezerra Brandão Muniz	6	13	0	0
78	Nordeste	Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais	Educação	URCA	2004	Zuleide Fernandes de Queiroz Josier Ferreira da Silva	16	5	0	0
79	Nordeste	Educação e Políticas Públicas	Educação	URCA	2005	Maria da Conceição Parente	7	80	0	0

						Jardim Sislândia Maria Ferreira Brito				
80	Norte	Grupo de Políticas Públicas, Educação e Inclusão Social - GPPEIS	Educação	UEP	2006	Adriane Giugni da Silva	26	4	0	0
81	Norte	Estudos de Políticas Públicas e Práticas Educativas	Educação	UFAC	2004	Minoru Martins Kimpara Maria de Lourdes Esteves Bezerra	5	0	0	0
82	Norte	Núcleo de Pesquisa em Política Educacional, Gestão e Financiamento da Educação	Educação	UFAC	2009	Mark Clark Assen de Carvalho Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza	8	7	0	0
83	Norte	GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente	Educação	UFAC	2011	Ednaceli Abreu Damasceno Lúcia de Fátima Melo	11	4	0	0
84	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas - Políticas Públicas e Educação - GPPE	Educação	UFAM	2008	Selma Suely Baçal de Oliveira Sonia Selene Baçal de Oliveira	14	29	0	0
85	Norte	Grupo de Pesquisas em Políticas Educacionais	Educação	UFAM	2010	Nídia Regina Limeira de Sá	6	1	0	0
86	Norte	Estado e Educação na Amazônia (GESTAMAZON)	Educação	UFPA	2000	Ney Cristina Monteiro de Oliveira Maria do Socorro da Costa Coelho	4	10	0	0
87	Norte	Sociedade, Estado e Educação: governos municipais e educação do campo	Educação	UFPA	2006	Afonso Welliton de Sousa Nascimento Lina Gláucia Dantas Elias	7	4	0	0
88	Norte	Laboratório de Avaliação, Política, Planejamento e Gestão da Educação - LAPLANGE	Educação	UFPA	2007	Maria de Fátima Sousa Lima Maria Raimunda Santos da Costa	5	0	0	0
89	Norte	Grupo de Estudo e Pesquisa de Política Educacional, Formação e Trabalho Docente	Educação	UFPA	2009	Olgaíses Cabral Maués Arlete Maria Monte de Camargo	3	15	0	0
90	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Práticas Educacionais - GEPPE	Educação	UFPA	2011	Maria Edilene da Silva Ribeiro Debora Alfaia da Cunha	4	2	0	0
91	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais no Arquipélago do Marajó - GEPEAMA	Educação	UFPA	2012	Alexandre Augusto Cals e Souza	3	5	0	0
92	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas para a Educação Básica - GEPPEB	Educação	UFPA	2014	Fabício Aarão Freire Carvalho	1	5	0	0
93	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação (GEPPEGE)	Educação	UFT	2004	Juciley Silva Evangelista Freire	3	3	0	0
94	Norte	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em	Educação	UFT	2004	José Damião Trindade Rocha	12	13	0	0

		Políticas Curriculares e Educativas - NEPCE				Rosilene Lagares				
95	Norte	Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade (GIEPEES)	Educação	UFT	2010	Cleomar Locatelli	11	7	0	0
96	Norte	OPTE - Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais	Educação	UFT	2011	Adao Francisco de Oliveira	6	12	0	0
97	Norte	Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Estado e Políticas Públicas em Educação - GEPPE	Educação	UFT	2014	Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva Rozilane Soares do Nascimento Queiroz	8	7	1	0
98	Norte	Política e gestão educacional no Amapá	Educação	UNIFAP	2006	Norma Iracema de Barros Ferreira	3	1	0	0
99	Norte	Políticas Públicas e Educação Inclusiva	Educação	UNIFAP	2012	Leila do Socorro Rodrigues Feio	9	2	0	0
100	Norte	Política e gestão em avaliação educacional	Educação	UNIFAP	2014	Maria Nazaré do Nascimento Guimarães	2	0	0	0
101	Norte	Grupo de Pesquisa em Política, Gestão e Avaliação da Educação Escolar	Educação	UNIR	2005	Flavine Assis de Miranda	6	7	0	0
102	Norte	Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão da Educação	Educação	UNITINS	2006	Holda Coutinho Barbosa Silma Rosa da Silva Moreira	10	3	0	0
103	Norte	Núcleo Interinstitucional de Estudos em Políticas Públicas Educacionais - NIEPPE	Educação	UNITINS	2012	Maria Lourdes Fernandez Gonzalez Aires	13	2	0	0
104	Sudeste	Políticas e Práticas de Educação Básica e Formação de Professores	Educação	FCC	2006	Angela Maria Martins Claudia Leme Ferreira Davis	10	0	0	0
105	Sudeste	Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas em Educação - NUPPED	Educação	IFF	2015	Wania Manso de Almeida Nelma Ferreira dos Santos	10	2	0	0
106	Sudeste	Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica	Educação	IFSP	2014	Diva Valério Novaes	6	0	1	0
107	Sudeste	Políticas Educacionais: inclusão no ensino superior	Educação	MACKENZIE	2008	Ani Martins da Silva	3	0	0	0
108	Sudeste	Gestão e Políticas Públicas em Educação	Educação	PUC Campinas	1998	Adolfo Ignacio Calderón	3	14	0	1
109	Sudeste	Política e Fundamentos da Educação	Educação	PUC Campinas	2004	Samuel Mendonça	2	12	0	0
110	Sudeste	Direito à Educação e Políticas Educacionais	Educação	PUC Minas	2002	Carlos Roberto Jamil Cury Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira	7	16	0	0
111	Sudeste	Políticas Públicas e Educação	Educação	PUC Minas	2008	Maria José Viana Marinho de Mattos Robson dos Santos Marques	7	1	0	0
112	Sudeste	PEC - Políticas de Educação/Currículo	Educação	PUC/SP	1996	Antonio Chizzotti	10	25	0	0

						Branca Jurema Ponce				
113	Sudeste	Gestão e Políticas Públicas da Educação	Educação	PUC/SP	2003	Helena Machado de Paula Albuquerque	4	6	0	0
114	Sudeste	História e memória das políticas educacionais no território fluminense	Educação	UCP	2006	Maria Celi Chaves Vasconcelos	2	9	1	0
115	Sudeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais	Educação	UEMG	2007	Elias José Lopes de Freitas	8	0	0	0
116	Sudeste	Política e Gestão Educacional	Educação	UENF	1999	Sonia Martins de Almeida Nogueira	2	2	0	0
117	Sudeste	Políticas, Gestão e Avaliação em Educação	Educação	UERJ	2000	Zacarias Jaegger Gama André Malina	4	6	0	0
118	Sudeste	Trabalho, Formação Humana e Políticas Públicas	Educação	UERJ	2008	Gaudencio Frigotto Marise Nogueira Ramos	16	21	0	0
119	Sudeste	Grupo de pesquisa em política e história da educação municipal	Educação	UERJ	2011	Donaldo Bello de Souza Maria Celi Chaves Vasconcelos	8	0	0	0
120	Sudeste	Políticas de Inclusão e Educação para as Relações Étnico-Raciais	Educação	UFES	2010	Cleyde Rodrigues Amorim Osvaldo Martins de Oliveira	15	7	0	0
121	Sudeste	Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais - GEPE	Educação	UFES	2012	Edson Maciel Junior	8	0	0	0
122	Sudeste	Educação e Políticas Públicas	Educação	UFES	2013	Marcia Helena Siervi Manso	5	9	0	0
123	Sudeste	Política e planejamento educacional	Educação	UFES	2013	Eliza Bartolozzi Ferreira	4	12	0	0
124	Sudeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação	Educação	UFF	2002	Giovanni Semeraro	6	10	0	0
125	Sudeste	Núcleo de Estudos de Política Educacional	Educação	UFF	2003	Nicholas Davies	1	0	0	0
126	Sudeste	Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão	Educação	UFF	2007	Valdelúcia Alves da Costa	3	4	0	0
127	Sudeste	Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação - GRUPPE	Educação	UFF	2009	Waldeck Carneiro da Silva Flavia Monteiro de Barros Araujo	20	0	0	0
128	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Política e Educação (GEPSPE)	Sociologia	UFF	2012	Marcos Marques de Oliveira	4	2	0	0
129	Sudeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas em Educação	Educação	UFF	2013	Jorge Nassim Vieira Najjar Flavia Monteiro de Barros Araujo	11	5	0	1
130	Sudeste	Política e Sociologia da Educação	Educação	UFJF	2002	Beatriz de Basto Teixeira Rosimar de Fátima Oliveira	5	3	0	0
131	Sudeste	Formação de Professores e Políticas	Educação	UFJF	2003	Maria da Assunção Calderano	9	10	0	0

		Educacionais				Margareth Conceição Pereira				
132	Sudeste	Coletivo de Estudos sobre Política Educacional	Educação	UFJF	2007	André Silva Martins Lucia Maria Wanderley Neves	13	0	0	0
133	Sudeste	Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública	Sociologia	UFJF	2010	Fernando Tavares Júnior Luiz Flávio Neubert	10	25	0	0
134	Sudeste	GIPEP - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Políticas Educacionais e Práticas	Educação	UFJF	2013	Lauriana Gonçalves de Paiva-Gutierrez Liliana Mendes	5	2	0	0
135	Sudeste	EduCAP - Educação, Currículo, Avaliação e Políticas Educacionais	Educação	UFJF	2014	Margareth Conceição Pereira	12	5	0	0
136	Sudeste	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente - GESTRADO	Educação	UFMG	2002	Dalila Andrade Oliveira Adriana Maria Cancellata Duarte	11	44	0	0
137	Sudeste	Observatório das Políticas para a Educação	Educação	UFMG	2010	Alexandre Borges Miranda Luciano Mendes de Faria Filho	6	1	0	0
138	Sudeste	Políticas de trans-formação: pesquisas em educação e comunicação	Educação	UFRRJ	2009	Sandra Regina Sales Gabriela Rizo	2	13	0	1
139	Sudeste	História, Filosofia e Políticas da Educação	Educação	UFSCAR	1998	Amarilio Ferreira Junior Marisa Bittar	4	2	0	0
140	Sudeste	Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão da Educação - GEPGE	Educação	UFSCAR	2000	Waldemar Marques Celso Luiz Aparecido Conti	7	20	0	0
141	Sudeste	Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana (GEPEFH)	Educação	UFSCAR	2007	Joao dos Reis Silva Junior Eric Spears	7	6	0	0
142	Sudeste	GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação	Educação	UFSCAR	2013	Paulo Gomes Lima	16	8	1	1
143	Sudeste	Observatório e pesquisa das políticas de avaliação da educação superior (POW1)	Educação	UFSCAR	2013	José Carlos Rothen Maria das Graças Medeiros Tavares	15	10	0	0
144	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política, Trabalho, Educação e Cultura	Sociologia	UFTM	2010	Idalice Ribeiro Silva Lima Larissa Brito Ribeiro	10	11	0	0
145	Sudeste	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política, História, Espaço, Educação e Sociedade	Educação	UFTM	2010	Wagner da Silva Teixeira Maria Terezinha Serafim Gomes	21	30	0	0
146	Sudeste	Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação	Educação	UFU	2007	Antonio Bosco de Lima Aldo Duran Gil	5	8	0	0
147	Sudeste	Pólis-Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Educação e Cidadania	Educação	UFU	2007	Maria Vieira Silva Valéria Moreira Rezende	11	12	0	0
148	Sudeste	GEDPROFTEC - Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Avaliação, História e Memória	Educação	UFU	2008	Marta Leandro da Silva Waldemar Marques	12	5	0	0

		da Educação Profissional e Tecnológica								
149	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão Educacional	Educação	UFU	2009	Lazara Cristina da Silva Claudia Dechichi	44	5	0	0
150	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPE	Educação	UFU	2010	Valéria Moreira Rezende Lucia de Fatima Valente	8	1	1	0
151	Sudeste	Políticas Públicas em Educação, Formação Humana e Desafios Contemporâneos	Educação	UMC	2013	Rosália Maria Netto Prados	8	7	0	0
152	Sudeste	Políticas Públicas de Educação: Direito à Educação, Direitos Humanos e Laicidade do Estado	Educação	UMESP	2012	Roseli Fischmann	1	7	0	0
153	Sudeste	Políticas Públicas e Gestão	Educação	UNESA	2010	Wânia Regina Coutinho Gonzalez	4	21	2	0
154	Sudeste	Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil: a implementação das propostas educacionais: mudanças e permanências	Educação	UNESP	1997	Célia Maria David Vânia de Fátima Martino	8	16	1	0
155	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE/Rio Claro)	Educação	UNESP	2005	Raquel Fontes Borghi Regiane Helena Bertagna	5	14	0	0
156	Sudeste	Avaliação e Políticas Educacionais	Educação	UNESP	2006	Sonia Maria Duarte Grego Sheila Zambello de Pinho	5	6	0	0
157	Sudeste	História e Política Educacional Brasileira	Educação	UNESP	2010	Julio Cesar Torres Silvana Fernandes Lopes	9	13	0	0
158	Sudeste	Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais - COPPE	Educação	UNESP	2012	Carlos da Fonseca Brandao Jaqueline Delgado Paschoal	6	12	0	0
159	Sudeste	Grupo de Pesquisa e Avaliação de Políticas Educacionais (GAPE)	Educação	UNESP	2015	Cláudia da Mota Darós Parente Elianeth Dias Kanthack Hernandes	3	10	0	0
160	Sudeste	Políticas Públicas e Gestão Escolar	Educação	UNIRARARAS	2005	Claudia Cristina Fiorio Guilherme Aneridis Aparecida Monteiro	5	0	0	0
161	Sudeste	Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional	Educação	UNICAMP	1993	Luis Enrique Aguilar Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis	6	48	0	0
162	Sudeste	GPPE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação	Sociologia	UNICAMP	1996	Debora Mazza Vicente Rodriguez	14	37	0	0
163	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional	Educação	UNICAMP	2014	Debora Cristina Jeffrey	9	8	0	0
164	Sudeste	Políticas públicas de educação e formação de	Educação	UNICID	1998	João Gualberto de Carvalho	4	21	0	0

		profissionais de educação				Meneses Jair Militão da Silva				
165	Sudeste	Políticas Educacionais e Cotidiano Escolar	Educação	UNIFESP	2007	Luiz Carlos Novaes Maria de Fátima Carvalho	9	7	0	0
166	Sudeste	Avaliação de Políticas Educacionais	Educação	UNIFESP	2009	Maria Angélica Pedra Minhoto Marieta Gouvêa de Oliveira Penna	8	7	0	0
167	Sudeste	Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (GEPPEGE)	Educação	UNIFESP	2010	Márcia Aparecida Jacomini Isabel Melero Bello	7	13	0	0
168	Sudeste	Gestão Escolar e Políticas Públicas GEPP	Educação	UNIG	2014	Ana Valéria de Figueiredo da Costa Edith Maria Marques Magalhães	17	5	0	0
169	Sudeste	Observatório de Avaliação, Gestão e Políticas Educacionais	Educação	UNIGRANRIO	2010	Herbert Gomes Martins	5	3	0	0
170	Sudeste	Neoliberalismo, Globalização e Políticas Educacionais	Educação	UNIMAR	2015	Walkiria Martinez Heinrich Ferrer Marisa Rossignoli	5	0	0	0
171	Sudeste	Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional	Educação	UNINOVE	2001	Miguel Henrique Russo Celso do Prado Ferraz de Carvalho	4	16	0	0
172	Sudeste	Grupo de Pesquisa em Políticas de Educação Superior - GRUPES	Educação	UNINOVE	2014	José Eduardo de Oliveira Santos	7	10	1	0
173	Sudeste	Políticas Públicas, Gestão e Formação de Professores	Educação	UNIP	2006	Nonato Assis de Miranda	10	0	0	0
174	Sudeste	Juventude: políticas públicas, processos sociais e educação	Educação	UNIRIO	2010	Eliane Ribeiro Andrade Diógenes Pinheiro	7	4	0	0
175	Sudeste	Educação Infantil e Políticas Públicas - EIPP	Educação	UNIRIO	2012	Maria Fernanda Rezende Nunes	5	9	0	0
176	Sudeste	Políticas Públicas em Educação: trabalho e formação	Educação	UNISANTOS	2013	Ivanise Monfredini	9	4	0	0
177	Sudeste	Instituição Escolar: História, Trabalho e Políticas de Educação Profissional	Educação	UNISO	2014	Jefferson Carriello do Carmo	3	10	1	0
178	Sudeste	NEPHEB - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, Política e História da Educação Brasileira	Educação	UNIVÁS	2014	Sônia Aparecida Siquelli	14	8	0	0
179	Sudeste	Política Educacional, Gestão Educativa e Neoliberalismo	Educação	USP	1995	Afrânio Mendes Catani	3	0	0	0
180	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação	Educação	USP	1998	Adriana Bauer Romualdo Luiz Portela de Oliveira	7	10	0	0

181	Sudeste	Políticas de Educação Especial	Educação	USP	2002	Rosângela Gavioli Prieto	3	3	0	0
182	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Financiamento e Administração Educacional - GEPFAE	Educação	USP	2003	Rubens Barbosa de Camargo	3	8	0	0
183	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional - GREPPE Ribeirão Preto	Educação	USP	2005	Teise de Oliveira Guaranha Garcia Theresa Maria de Freitas Adrião	5	8	0	0
184	Sudeste	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, História e Avaliação da Educação Superior (GEPHAES)	Educação	USP	2007	Gladys Beatriz Barreyro	4	13	0	2
185	Sudeste	Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural	Educação	USP	2010	Maria Eliza Mattosinho Bernardes	3	12	0	2
186	Sul	Políticas de Educação na Contemporaneidade	Educação	FURB	2006	Vania Tanira Biavatti Gicele Maria Cervi	6	11	0	0
187	Sul	Grupo de Pesquisa em Educação, Políticas e História da Educação Superior	Educação	FURG	2010	Cassiane de Freitas Paixão	7	5	0	0
188	Sul	Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (GEPGE)	Educação	IF-Farroupilha	2014	Calinca Jordânia Pergher Roberta Goergen	21	8	1	0
189	Sul	Políticas Públicas e Formação de Trabalhadores na Educação Profissional	Educação	IFPR	2012	Adriano Willian da Silva	6	1	0	0
190	Sul	Grupo de Pesquisa: Filosofia Política, Ética e Educação	Filosofia	IFPR	2014	Sidney Reinaldo da Silva Rogerio Baptistella	2	3	0	0
191	Sul	História e políticas da Educação Profissional	Educação	IFPR	2014	Wilson Lemos Júnior Carla Hamel Wojcik	3	6	0	0
192	Sul	Políticas Públicas e Formação de Professores para a Educação Básica e Profissional	Educação	IFRS	2010	Ana Sara Castaman Marilandi Maria Mascarello Vieira	7	0	5	0
193	Sul	GEPETE - Grupo de Estudos em Políticas Educacionais, Trabalho e Educação	Educação	IFSC	2013	Adriane Stroisch	4	0	0	0
194	Sul	História e Políticas de Educação e a Formação de Professores - HISTEDBR	Educação	PUC/PR	1993	Maria Elisabeth Blanck Miguel Rosa Lydia Teixeira Corrêa	3	21	0	0
195	Sul	Fundamentos epistemológicos das Políticas Educacionais e a problemática na escola na contemporaneidade	Educação	PUC/PR	2013	Lindomar Wessler Boneti Maria Lourdes Gisi	5	9	0	1
196	Sul	Do Projeto de Estado ao Projeto de Educação	Educação	UEL	2010	Soraia Chafic El Kfourri Salerno Samira Favez Kfourri da Silva	4	10	0	0
197	Sul	Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação	Educação	UEL	2010	Eliane Cleide da Silva Czernisz Maria José Ferreira Ruiz	9	14	0	0

198	Sul	Políticas públicas, tecnologia e educação	História	UEL	2011	Maria Renata da Cruz Duran Celso José da Costa	6	6	0	0
199	Sul	Políticas Públicas, Currículo, Gestão e Sociedade	Educação	UEL	2015	Tania da Costa Fernandes	1	1	0	0
200	Sul	Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade	Educação	UEM	2000	Cezar de Alencar Arnaut de Toledo	9	16	1	0
201	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional	Educação	UEM	2002	Irizelda Martins de Souza e Silva Maria Aparecida Cecílio	12	8	0	0
202	Sul	Grupo de Pesquisa em História, Estado e Educação	Educação	UEM	2003	Amélia Kimiko Noma	1	5	0	0
203	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação na América Latina e Caribe - PGEALC	Educação	UEM	2006	Amélia Kimiko Noma Marleide Rodrigues da Silva Perrude	7	4	0	0
204	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância - GEPPEIN	Educação	UEM	2010	Angela Mara de Barros Lara	12	10	0	0
205	Sul	GEPEFI - Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação	Educação	UEM	2014	Jani Alves da Silva Moreira	1	7	0	0
206	Sul	Políticas Públicas e Gestão Educacional	Educação	UEM	2014	Elma Júlia Gonçalves de Carvalho	4	7	0	0
207	Sul	GEPEPPE - Grupo de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas em Educação e Processos de Escolarização	Educação	UENP	2015	Maria Cristina Cavaleiro	2	0	0	0
208	Sul	Capital, Trabalho, Estado e Educação: Políticas Educacionais e Formação de Professores	Educação	UEPG	2002	Gisele Masson	6	9	0	0
209	Sul	Grupo de Pesquisa em Política Educacional e Formação de Professores	Educação	UEPG	2003	Beatriz Gomes Nadal Sydione Santos	7	12	0	0
210	Sul	Políticas públicas, educação permanente e práticas educacionais na educação de jovens, adultos e idosos	Educação	UEPG	2003	Rita de Cássia da Silva Oliveira	11	3	0	0
211	Sul	Educação Básica: Políticas Públicas e Práticas Escolares	Educação	UEPG	2004	Esméria de Lourdes Saveli Maria Odete Vieira Tenreiro	3	8	0	0
212	Sul	Políticas Educacionais e Práticas Educativas - GPPEPE	Educação	UEPG	2005	Jefferson Mainardes	1	5	1	1
213	Sul	Política Educacional e Avaliação	Educação	UEPG	2010	Mary Ângela Teixeira Brandalise	8	12	0	0
214	Sul	Políticas Educacionais e Formação de Professores	Educação	UEPG	2012	Ana Lúcia Pereira Baccon	6	9	0	0
215	Sul	Psicologia Política, Educação e Histórias do	Psicologia	UERGS	2011	Aline Reis Calvo Hernandez	4	0	0	0

		Presente				Helena Beatriz Kochenborger Scarpato				
216	Sul	Política Educacional e Prática Pedagógica	Educação	UESC	2000	Alba Lúcia Gonçalves Leila Pio Mororó	9	4	0	0
217	Sul	Políticas Públicas e Gestão Educacional	Educação	UESC	2006	Emilia Peixoto Vieira Ana Maria Alvarenga	6	17	0	0
218	Sul	História, Política e Educação: Sujeitos e Saberes	Educação	UESC	2011	Raimunda Alves Moreira de Assis Luciana Santos Leitao	5	5	0	0
219	Sul	Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas de Educação	Educação	UFFS	2010	Siomara Aparecida Marques Patricia Guerrero	12	1	0	0
220	Sul	Gestão, Currículo e Políticas Educativas	Educação	UFPEL	2004	Maria Cecília Lorea Leite Álvaro Luiz Moreira Hypolito	24	21	0	0
221	Sul	GEPPEAD - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Políticas de Formação de Professores e Educação a Distância	Educação	UFPEL	2007	Eliana Povoas Pereira Estrela Brito	9	3	0	0
222	Sul	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Eduacionais - NEPPE	Educação	UFPEL	2015	Maria de Fátima Cossio	7	12	0	0
223	Sul	Políticas e Gestão da Educação	Educação	UFPR	2008	Ângelo Ricardo de Souza Andréa Barbosa Gouveia	20	66	0	0
224	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Comparada de Políticas Educacionais - GEPEC	Educação	UFPR	2012	Rose Meri Trojan	3	8	1	0
225	Sul	Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação	Educação	UFRGS	1988	Maria Beatriz Moreira Luce Nalú Farenzena	51	5	0	0
226	Sul	Estado e políticas públicas de educação básica	Educação	UFRGS	2010	Vera Maria Vidal Peroni Theresa Maria de Freitas Adrião	13	13	0	5
227	Sul	GEPETO - Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho	Educação	UFSC	1995	Olinda Evangelista Eneida Oto Shiroma	12	31	0	0
228	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas na Educação Infantil - GEPPEI	Educação	UFSC	2011	Jodete Bayer Gomes Füllgraf Juliane Mendes Rosa La Banca	10	1	0	0
229	Sul	Políticas Públicas e Gestão Educacional	Educação	UFSM	2000	Sueli Menezes Pereira	5	6	0	0
230	Sul	KAIROS - Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas	Educação	UFSM	2008	Liliana Soares Ferreira	12	29	0	0
231	Sul	Formação de Professores, Políticas e Gestão Educacional	Educação	UNESPAR	2012	Mary Sylvia Miguel Falcão Sydney Roberto Kempa	9	2	0	0
232	Sul	Políticas Públicas e Processos Formativos em Educação	Educação	UNIARP	2012	Ludimar Pegoraro Marialva Linda Moog Pinto	8	1	0	0
233	Sul	Políticas Públicas e Educação	Educação	UNICENTRO	2007	Angela Maria Hidalgo	8	5	0	0

						Almir Paulo dos Santos				
234	Sul	Estado, Políticas e Gestão em Educação	Educação	UNICENTRO	2013	Michelle Fernandes Lima Marisa Schneckenberg	4	11	0	0
235	Sul	GEPPED - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação	Educação	UNICSUL	2008	Rosemary Aparecida Santiago	5	12	0	0
236	Sul	Políticas Públicas e Fundamentos da Educação Inclusiva - GPFI	Educação	UNIDAVI	2014	Naiara Gracia Tibola	3	1	0	0
237	Sul	Teorias Pedagógicas e Dimensões Éticas e Políticas na Educação	Educação	UNIJUI	2002	Jose Pedro Boufleuer Cláudio Boeira Garcia	7	20	0	0
238	Sul	Gestão, Educação e Políticas Públicas	Educação	UNILASALLE -Canoas	2004	Evaldo Luis Pauly Miguel Alfredo Orth	10	16	0	0
239	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - GEPES	Educação	UNIOESTE	2006	João Batista Zanardini Roberto Antonio Deitos	17	18	0	0
240	Sul	Grupo de Pesquisa em Estado, Sociedade, Trabalho e Educação - GPESTE	Educação	UNIOESTE	2007	Fernando José Martins Vanessa Batista de Andrade	5	6	0	0
241	Sul	Grupo de Pesquisa em Políticas Educativas, Avaliação, Mídias e Formação de Professores - PAMFOR	Educação	UNIOESTE	2007	Denise Rosana da Silva Moraes Tamara Cardoso André	6	6	0	0
242	Sul	Grupo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar em Gestão e Política Educacional	Educação	UNIOESTE	2011	João Jorge Correa Amarildo Jorge da Silva	10	1	0	0
243	Sul	Política e Gestão da Educação	Educação	UNISUL	2002	Maria da Graça Nóbrega Bollmann Clovis Nicanor Kassick	7	2	0	0
244	Sul	Políticas Públicas de Currículo e Avaliação	Educação	UNIVALI	2000	Verônica Gesser Regina Célia Linhares Hostins	3	21	0	0
245	Sul	Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância - GPEI	Educação	UNIVILLE	2014	Rosânia Campos	9	2	0	0
246	Sul	Educação, Políticas Públicas e Cidadania	Educação	UNOESC	2002	Marilda Pasqual Schneider Elton Luiz Nardi	15	23	1	4
247	Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior da Região Sul - GEPES UNOESC/Sul	Educação	UNOESC	2014	Maria de Lourdes Pinto de Almeida Altair Alberto Fávero	10	12	0	0
248	Sul	Rede Iberoamericana de Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior	Educação	UNOESC	2014	Maria de Lourdes Pinto de Almeida Jaime Moreles Vázquez	28	6	0	0
249	Sul	GP Políticas Públicas, Gestão e Espaço Escolar Inclusivo	Educação	UNOESTE	2010	Augusta Boa Sorte Oliveira Klébis	4	9	0	0
250	Sul	Movimentos Sociais Populares, Estado e	Educação	UPF	2006	Telmo Marcon	4	7	0	0

		Políticas Públicas				Cristina Fioreze				
251	Sul	Ensino, Aprendizagem e Políticas Educacionais	Educação	UTFPR	2013	Shiderlene Vieira de Almeida	7	5	0	0
252	Sul	Estado, política e gestão da educação	Educação	UTP	2006	Naura Syria Carapeto Ferreira Joselia Schwanka Salome	4	7	0	0
253	Sul	Políticas públicas e gestão da educação	Educação	UTP	2006	Naura Syria Carapeto Ferreira Joselia Schwanka Salome	7	59	0	0
254	Sul	Estado e Políticas Educacionais	Educação	UTP	2009	Anita Helena Schlesener Darlan Faccin Weide	5	13	0	0
255	Sul	Trabalho, Educação e Políticas Educacionais	Educação	UTP	2012	Maria de Fátima Rodrigues Pereira	3	13	0	0
			TOTAL	120	-	406	2270	2531	50	25

Fonte: Quadro organizado a partir de informações do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq.

Observação: A pesquisa incluiu os grupos não atualizados. A busca no *site* do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (<http://dgp.cnpq.br>) foi realizada em julho de 2015. Os termos da busca foram os seguintes: política(s) educacional(is); política(s) educação; Estado educação; política(s) educativa(s); política(s) pública(s). Os filtros de busca incluíram: todas as palavras; nome do grupo; certificado; grande área: Ciências Humanas.

**APÊNDICE J – LEVANTAMENTO DE LIVROS E OBRAS OFICIAIS
RELEVANTES CUJOS TÍTULOS MENCIONAM SE TRATAR DE POLÍTICA
EDUCACIONAL (1935-2014)**

Levantamento de livros e obras oficiais relevantes cujos títulos mencionam se tratar de política educacional (1935-2014), organizado por década e em ordem crescente do ano de publicação

Década de 1930

1. BRUNO, A. **Um programa de política educacional**. Recife: Directoria technica de educação, 1935.
2. ALVES, I. **Técnica e política educacional**. Rio de Janeiro: Revista Infância e Juventude, 1937.

Década de 1960

1. SANTOS, W. G. dos. **Política educacional do SESC**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 1960.
2. PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Planejamento da política educacional do município de Porto Alegre: 1965-66**. Porto Alegre: SMEC, 1966.

Década de 1970

1. CUNHA, L. A. **Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
2. ADESG. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. **Política educacional mato-grossense**. Campo Grande: ADESG, 1975.
3. COSTA, L. C. B. F. **A política educacional brasileira face aos planos nacionais de desenvolvimento: aula magna**. Rio Branco: Universidade Federal de Acre, 1976.
4. GOMES, N. F. da C. **Análise de currículo do ensino de 2º grau: implicações de uma redefinição da política educacional**. Brasília: MEC/INEP, 1976.
5. ARAGÃO, J. G. de. **Política educacional**. Brasília: MEC, 1979.
6. SÁ, N. P. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1979.

Década de 1980

1. KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

2. SOUZA, M. I. S. de. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.
3. DOMINGUEZ PASTORELO, V. L. **Prodasec-urbano: reflexões sobre um programa especial e a política educacional atual**. São Paulo: Cernafor, 1982.
4. SÃO PAULO (Estado). **Política educacional: lei 5692/71: a implantação administrativa da reforma do ensino**. São Paulo: Fundap, 1982. (Cadernos FUNDAP, v. 5).
5. MACHADO, L. Z. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
6. PINTO, R. M. F. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.
7. FREITAG, B. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.
8. SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 1987.
9. NAPOLEÃO, H. **A política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1988.
10. BERNARDO, M. V. C. et al. (Org.). **Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional**. São Paulo: UNESP, 1989.
11. NOGUEIRA, M. G. **Supervisão educacional: a questão política**. São Paulo: Loyola, 1989.
12. SPOSITO, M. P. **Escolas comunitárias: contribuição para o debate de novas políticas educacionais**. São Paulo: Cedi, 1989.

Década de 1990

1. AGUIAR, M. A. **Supervisão escolar e política educacional**. São Paulo: Cortez; Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado de Pernambuco, 1991.
2. SILVA, D. F. da (Org.). **Para uma política educacional da alfabetização**. Campinas: Papirus, 1991.
3. MELLO, G. N. de; SILVA, N. da. **Política educacional no governo Collor: antecedentes e contradições**. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1992.
4. MARTINS, C. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
5. GATTI, B. A. **Questões estratégicas de uma política educacional**. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Fundamental, 1994. (Série Atualidades Pedagógicas; 5).
6. FERREIRA, M. O. V. (Coord.). **Política educacional para o ensino superior: o 'Pacote Portella'**. Brasília: INEP, 1995.
7. GOHN, M. da G. M. et al. **Políticas educacionais e cidadania**. Campinas: UNICAMP/GEMDEC, 1995.

8. NEVES, L. M. W. **Política educacional nos anos 90: determinantes e propostas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
9. OLIVEIRA, R. P. de (Org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.
10. BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
11. LIMA, A. de. **Políticas educacionais e ensino de literatura brasileira**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
12. TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; PUC-SP: Ação Educativa, 1996.
13. AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.
14. CABRAL NETO, A. **Política educacional no projeto Nordeste: discursos, embates e práticas**. Natal: Editora da UFRN, 1997.
15. CABRAL NETO, A.; ALMEIDA, M. D. de. **Estado e política educacional**. Natal: Editora da UFRN, 1997.
16. UNESCO. **Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1997.
17. BRITO, T. **Evolução das políticas educacionais no âmbito do MERCOSUL**. São Paulo: UNIBERO, 1998.
18. CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e a Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998.
19. FDE. **Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do estado**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1998.
20. SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.
21. WARDE, M. J. **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC/SP, 1998.
22. BARRETO, S. M. da C. **Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo 1900-1930**. Vitória: Edufes, 1999.
23. LAMPERT, E. (Org.). **Educação para a cidadania: gênero, etnia, políticas educacionais, competência docente/discente**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
24. LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

25. OLIVEIRA, M. N. de (Org.). **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus: Editus, 1999.
26. WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, 1999.

Década de 2000

1. ARRAIS NETO, E.; VALE, E. S. do. **Política educacional e social**. Fortaleza: Universidade Estadual do Vale do Acaraú, 2000.
2. NEVES, L. M. W. (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.
3. OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto: Porto Editora, 2000.
4. SENNA, E. (Org.). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais: análise e diagnóstico: 1980-1990**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
5. SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
6. VIEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de transição: 1985-1995**. Brasília: Plano Editora; Liber Livro, 2000.
7. DEITOS, R. A. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID / BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel: Edunioeste, 2001.
8. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
9. GENTILINI, J. A. (Org.). **Política educacional, planejamento e gestão**. São Paulo; Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; Cultura Acadêmica, 2001.
10. GIUBILEI, S. (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, 2001.
11. GOMES, C. A. **Dos valores proclamados aos valores vividos: traduzindo em atos os princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais**. Brasília: UNESCO, 2001. (Cadernos UNESCO Brasil; Série educação; v. 7).
12. PLANK, D. N. **Política educacional no Brasil caminhos para a salvação pública**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
13. VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

14. ARELARO, L. R. G.; VALENTE, I. **Educação e políticas públicas**. São Paulo: Editora Xamã, 2002.
15. CAPPELLETTI, I. F.(Org.). **Avaliação de políticas e práticas educacionais**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2002.
16. CHRISPINO, A. **Políticas educacionais de redução da violência**: mediação do conflito escolar. São Paulo: Biruta, 2002.
17. MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Coleção Biblioteca Anpae).
18. OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F.. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
19. SAMPAIO, M. das M. F. (Org.). **O cotidiano escolar face às políticas educacionais**. Araraquara: JM, 2002.
20. SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.
21. TEIXEIRA, L. H. G. (Org.). **LDB e PNE**: desdobramentos na política educacional brasileira. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002. (Coleção Biblioteca Anpae, Série Cadernos Anpae, n. 1).
22. CAVALCANTE, M. J. M.; BEZERRA, J. A. B. **Biografias, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
23. DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
24. DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; MANCEBO, D., OLIVEIRA, J. F. de. **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. Goiânia: Alternativa; São Paulo: Xamã 2003.
25. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (Orgs.). **Reinventar a escola pública**: política educacional para um novo Brasil. Petrópolis: Editora Vozes; Laboratório de Políticas Públicas; OLPED, 2003.
26. GONÇALVES, L. A. O. (Org.). **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
27. GRANATO, C. F. H. **A representação do conhecimento e as políticas educacionais**: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Vetor, 2003.
28. LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
29. LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L. F. E. C. P. (Orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

30. MOTTA, D. das G. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2003.
31. MIRANDA, J. V. A. das N. **Políticas educacionais.** Curitiba: Ibpx, 2003.
32. PENNA, M. L. (Org.). **O dito e o feito: política educacional e arte no ensino médio.** João Pessoa: Manufatura, 2003.
33. PEREIRA, M. Z. da C.; MOITA, F. M. G. da S. C. **Políticas educacionais no Brasil: (re)lendo a história da educação profissional.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. (Série Sala de Aula).
34. PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.
35. SAPELLI, M. L. S. **Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 a 2002).** Cascavel: Igol, 2003.
36. SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. **Políticas educacionais: o ensino nacional em questão.** São Paulo: Papirus, 2003.
37. TEODORO, A. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Coleção Prospectiva, v. 9).
38. BRITO, M. H. de O. (Org.). **Políticas educacionais, epistemologia e educação, saberes da educação e saúde.** Goiânia: Ed. da UCG, 2004. (Cadernos de área; 13).
39. CABRAL NETO, A. **Política educacional: desafios e tendências.** Porto Alegre: Sulina, 2004.
40. LIMA, A. B. de; OLIVEIRA, C. de; TULLIO, G. A. **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.** São Paulo: Xamã, 2004.
41. LIMA, A. B. de; VIRIATO, E. O.; SCALCON, S. (Orgs.). **Políticas educacionais dos anos 80 e 90: fundamentos e perspectivas.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.
42. RIBEIRO, J. M. C. **A política educacional em Tangará da Serra e os efeitos do Fundef.** Cáceres: Unemat Editora, 2004.
43. ALMEIDA, M. (Org.). **Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além de mercadorização do conhecimento.** Campinas: Alínea, 2005.
44. CRUZ, R. E. da. **Banco mundial e política educacional: o projeto nordeste para a educação básica e seus desdobramentos no Piauí.** Teresina: EDUFPI, 2005.
45. DELGADO, E. I. (Org.). **Políticas educacionais em crise e a prática docente.** Canoas: ULBRA, 2005.
46. FIGUEIREDO, I. M. Z. **A construção da 'centralidade da educação básica' e a política educacional paranaense.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2005.

47. ORTH, M. A.; RAMIREZ, V. L.; CASTRO, V. L. C.; FONSECA, S. M. V. **Políticas educacionais: aspectos legais**. Canoas: Centro Universitário La Salle, Salles, 2005.
48. PALMA FILHO, J. C. **Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos**. São Paulo: Cte Editora, 2005.
49. SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Liber Livro, 2005.
50. TAVARES, A. M. B. do N.; CABRAL NETO, A. (Orgs.). **Política educacional: a formação inicial de professores em serviço no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.
51. BELTRAMI, D. M. **Educação Física na política educacional do Brasil**. Maringá: EDUEM, 2006.
52. COLARES, M. L. I. S. **Políticas educacionais no município de Santarém**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.
53. CORRÊA, P. S. de A. (Org.). **Políticas educacionais, reformas curriculares e formação de professores nas produções científicas dos pós-graduandos em educação da UFPA**. Belém: Ed. da UFPA, 2006.
54. FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liber Livro, 2006.
55. GEMAQUE, R. M. O.; LIMA, R. N. (Orgs.). **Políticas públicas educacionais: o Governo Lula em questão**. Belém: CEJUP, 2006.
56. LIMA, A. B. de et al. **Políticas educacionais do Estado do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2006.
57. MÁXIMO, A. C. (Org.). **Políticas educacionais em Mato Grosso**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.
58. MACHADO, E. M.; MUELLER, H. I. (Orgs.). **Políticas públicas educacionais: múltiplos olhares**. Ijuí: Unijuí, 2006.
59. PEREIRA, M. Z. da C.; MOURA, A. P. (Orgs.). **Políticas educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas: Alínea, 2006.
60. SILVA, A. M. M. (Org.). **Políticas educacionais, tecnologias e formação do educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino**. Recife: Bagaço, 2006. (Endipe, 13).
61. VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de (Orgs.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).
62. VIÉGAS, L. de S. et al. (Orgs.). **Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

63. BAUER, C.; CARVALHO, C.; JARDILINO, J. R. L.; RUSSO, M. **Políticas educacionais e discursos pedagógicos**. Brasília: Líber Livro, 2007.
64. BRAGA, M. L. de S.; SILVEIRA, M. H. V. da. (Orgs.). **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília: Unesco; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
65. CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M.; QUEIROZ, M. A. (Orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro, 2007.
66. GRISOLIO, L. M.; JUSTAMAND, M. **Política educacional o projeto neoliberal em debate**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2007.
67. JACOMELI, M. R. M. **PCNs e temas transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras**. Campinas: Alínea, 2007.
68. OLIVEIRA, M. M. D. de; STAMATTO, M. I. S. (Orgs.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.
69. PALMA FILHO, J. C.; TOSI, P. G. (Orgs.). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação política educacional**. São Paulo: Páginas & Letras, 2007.
70. SALERNO, S. C. E. K. **Administração escolar e educacional: planejamento, política e gestão**. Campinas: Alínea, 2007.
71. SARMENTO, D. C. (Org.). **Políticas públicas: sistemas educacionais, escola e o pedagógico**. Juiz de Fora: FEME, 2007.
72. SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2007.
73. VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Líber Livro, 2007.
74. VIEITEZ, C. G.; BARONE, R. E. M. (Orgs.). **Educação e políticas públicas: tópicos para debate**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
75. ALBUQUERQUE, M. G. M.; FARIAS, I. M. S. de; RAMOS, J. F. P. (Orgs.). **Política e gestão educacional: contextos e práticas**. Fortaleza: EdUECE, 2008.
76. AGUIAR, L. C. **Política Educacional e a criação do curso de Pedagogia em Santa Catarina**. Palhoça: Unisul, 2008.
77. CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Orgs.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.
78. COUTINHO, A. F. **Políticas educacionais e ONGs**. São Luís: EDFMA, 2008.

79. DEMO, P. **Aprender bem/mal: aprendizagem, políticas educacionais, avaliação.** Campinas: Autores Associados, 2008.
80. GARCIA, R. **Consolidações das políticas educacionais do campo.** Tangará da Serra, MT: Gráfica e Editora Sanches, 2008.
81. HADDAD, S. et al. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.
82. MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Florianópolis: UFSC, 2008.
83. MANCEBO, D.; SILVA JR., J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de. **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil.** Campinas: Alínea, 2008.
84. MONFREDINI, I. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente.** São Paulo: Xamã, 2008.
85. NEY, A. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2008.
86. RODRIGUEZ, M. V.; ALMEIDA, M. de L. P. de (Orgs.). **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização.** Brasília: Líber Livro, Campo Grande: UCDB Editora, 2008.
87. ROSÁRIO, M. J. A. do; ARAÚJO, R. M. de L. (Orgs.). **Políticas públicas educacionais.** Campinas: Alínea, 2008.
88. SOUZA, C. B. G. de; RIBEIRO, P. R. M. (Orgs.). **Política, gestão educacional e formação de educadores: contribuições ibero-americanas para a educação.** Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2008. (Série temas em educação escolar, n. 10).
89. TEODORO, A. (Org.). **Tempos e andamentos nas políticas de educação: estudos iberoamericanos.** Brasília: Liber Livro, 2008.
90. BORGES, L. F. P. **Democracia e educação: uma análise da crítica às políticas educacionais no Brasil (1995-2002).** Cascavel: Edunioeste, 2009.
91. COUTINHO, A. F. (Org.). **Reflexões sobre políticas educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública.** São Luís: EDFMA, 2009.
92. COUTINHO, A. F. (Org.). **Sobre políticas educacionais no Brasil: interpretações acerca das lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI.** São Luís: EDFMA, 2009.
93. DALBERIO, M. C. B. **Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade.** São Paulo: Paulus, 2009. (Pedagogia e Educação).
94. DOURADO, L. F. (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009.

95. FAGUNDES, E. D.; LUZ, N. S. da (Orgs.). **Universidade tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores**. Curitiba: SINDUTF/PR, 2009.
96. FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
97. FRANÇA, M.; BEZERRA, M. C. (Orgs.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro; Niterói: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2009.
98. KFOURI, S. F. **Políticas educacionais: estruturas e sistemas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
99. LOBATO, S. da S. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
100. OLIVEIRA, R. de F. **Políticas educacionais no Brasil: qual o papel do poder legislativo?** Curitiba: Protexito, 2009.
101. PEREIRA, C. M. R. da C. **Democratização da política educacional brasileira e o FUNDEF: uma análise de suas práticas discursivas - do “dito feito” ao “feito não dito”**. Recife: Edições Bagaço, 2009.
102. SANTOS, A. L. F. dos. **A Pós-Graduação em educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
103. SILVA, M. V.; CORBALÓN, M. A. (Orgs.). **Dimensões políticas da educação contemporânea**. Campinas: Alínea, 2009.
104. SILVÉRIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (Org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.
105. SCHWARTZMAN, S.; COX, C. (Eds.). **Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana**. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: iFHC, 2009.
106. SOUZA, A. da S. Q.; MACIEL, A. C.; BRASILEIRO, T. S. A. (Orgs.). **Política educacional e formação de professores: interfaces, modelos e desafios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
107. VIEIRA, S. L. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.

2010-2014

1. BRUEL, A. L. de O. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.

2. BRUNO, A. R.; TEIXEIRA, B. de B.; CALDERANO, M. da A. **Linhas cruzadas: políticas educacionais, formação de professores e educação online**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
3. CAMINI, L. **Contradições e avanços na construção de políticas educacionais no Rio Grande do Sul (1999-2002)**. Ijuí: Unijuí, 2010.
4. CAMPÊLO, M. da C. M. (Org.). **Sinais e sentidos em educação: políticas educacionais e psicologia da educação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
5. DELPHINO, F. B. de B. **A educação profissional: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo**. São Paulo: Ícone, 2010.
6. DUARTE, M. R. T.; FARIA, G. G. **Recursos públicos para escolas públicas: as políticas de financiamento da Educação Básica no Brasil e a regulação do Sistema Educacional Federativo**. Belo Horizonte: RHJ, 2010.
7. GONÇALVES, R. P. **As políticas públicas educacionais: visões críticas na atualidade**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2010.
8. GOUVEIA, A. B. **Esquerda e direita na política educacional municipal: um estudo sobre uma administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina**. Curitiba: Honoris Causa, 2010.
9. LEITÃO, E. M. N. D. **Política educacional do Ceará em questão: avaliação das formas discursivas**. Campinas: Arte Escrita, 2010.
10. MARTINS, A. M.; WERLE, F. O. C. (Orgs.). **Políticas educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes, 2010.
11. AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.
12. ALMEIDA, M. de L. P. de; PEREIRA, E. M. de A. (Orgs.). **Políticas educacionais de Ensino Superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
13. AZEVEDO, M. L. N. de; LARA, A. M. de B. (Orgs.). **Políticas para a educação: análises e apontamentos**. Maringá: EDUEM, 2011.
14. BALDI, E. M. B.; PIRES, G. N. da L.; FERREIRA, M. S. (Orgs.). **Políticas educacionais e práticas educativas**. Natal: EDUFRN, 2011.
15. BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
16. CONDÉ, E. S.; OLIVEIRA, R. de F.; SCORZAFAVE, L. G.; NICOLELLA, A. (Orgs.). **Políticas educacionais e avaliação de programas**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011.
17. CORDIOLLI, M. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2011.

18. GOMES, A. M. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).
19. GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. de R.; CORBUCCI, P. R. **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.
20. OLIVEIRA, D. A.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
21. PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J. (Orgs.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Programa em Pós-Graduação em Educação da UFRGS, gráfica e editora UFPEL, 2011.
22. REGO, T. C. (Org.). **Currículo e política educacional**. Petrópolis: Vozes, 2011.
23. SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 2)
24. SCHNEIDER, G. **Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um Índice de Condições Materiais da Escola**. Curitiba: Appris, 2011.
25. SILVA, M. das G. M. da. **Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
26. SILVA, I. S. da; PAIXÃO, M. do S. E. **Política e legislação educacional**. São Luís: UemaNet, 2011.
27. SOUZA, A. R. de; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2011.
28. TEODORO, A. **A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais**. Brasília: Líber Livro, 2011.
29. ARAUJO, A. C. de. **Gestão, avaliação e qualidade da educação: políticas públicas reveladas na prática escolar**. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
30. ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. do S. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.
31. ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.
32. ARRUDA, A. L. B. de; GOUVEIA, K. R. (Orgs.). **Pesquisas em políticas e práticas educativas: questões e desafios**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
33. CARVALHO, E. J. G. de. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2012.

34. CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M. (Orgs.). **Política educacional: contexto e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.
35. CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. (Orgs.). **Avaliação de políticas públicas de educação**. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
36. CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. (Orgs.). **Universidade e Educação Básica: políticas e articulações possíveis**. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
37. FRANÇA, M. (Org.). **Política educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.
38. FREITAS, L. C. de et al. (Org.). **Avaliação e políticas públicas educacionais: ensaios contrarregulatórios em debate**. Campinas: Leitura crítica, 2012.
39. GUIMARÃES, R. (Org.). **Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília: Liber Livro, 2012.
40. JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Orgs.). **Política Educacional Brasileira: análises e entraves**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
41. LARA, A. M. de B.; DEITOS, R. A. (Orgs.). **Políticas educacionais: um exame de proposições e reformas educacionais**. Cascavel: Edunioeste, 2012.
42. MARINHO-ARAÚJO, C. M.; POLIDORI, M. M. (Orgs.). **Análise dos sistemas de educação superior no Brasil e em Portugal: o que apontam as políticas educacionais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
43. MARTINS, R. C. de R. **O poder legislativo e as políticas públicas educacionais no período 1995-2010**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. (Série memória e análise de leis; 3).
44. MEDEIROS, A. M. S. de; OLIVEIRA, F. de F. A.; DIEB, M. H. (Orgs.). **Educação na contemporaneidade: políticas e gestão dos sistemas e da escola pública**. Curitiba: CRV, 2012.
45. NOGUEIRA, I. da S. C.; SANTOS, V. L. F. dos. (Orgs.). **Políticas públicas para educação no Brasil: infância, Conselhos de Educação e formação de professores**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
46. NOVAES, I. L.; PARENTE, C. da M. **Múltiplos olhares sobre avaliação, política e gestão educacional**. Salvador: EDUNEB, 2012.
47. OLIVEIRA, A. P. de M. **Avaliação e regulação da educação: a prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
48. PEREIRA, M. Z. da C.; LIMA, I. de S. (Orgs.). **Currículo e políticas educacionais em debate**. Campinas: Alínea, 2012.

49. SANTOS, C. A. dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a Licenciatura em Educação do Campo na UnB.** Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
50. SANTOS, P. S. M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.
51. SANTOS, P. S. M. B. dos. **Questões polêmicas de política e legislação educacional.** Curitiba: Editora CRV, 2012.
52. SILVA, F. C. da (Org.). **Políticas públicas em educação: gestão educacional e democratização em Hortolândia.** Hortolândia, SP: Compacta, 2012.
53. SOUSA, J. V. de (Org.). **Políticas de educação no Distrito Federal: evolução e perspectivas.** Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
54. SOUZA, C. P. de; VILLAS BÔAS, L. P. S.; ENS, R. T. (Orgs.). **Representações sociais: políticas educacionais, justiça social e trabalho docente.** Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012.
55. TEDESCO, J. C. **Qualidade da educação e políticas educacionais.** Brasília: Liber Livro, 2012.
56. TEODORO, A.; JEZINE, E. (Orgs.). **Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais.** Brasília: Liber Livro, 2012.
57. AGUILAR, L. H. **A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória: ensaios.** Campinas: Edições Leitura Crítica, 2013.
58. ARAÚJO, G. C. de. **Políticas educacionais e Estado Federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil.** Curitiba: Appris, 2013.
59. BOTLER, A. H. (Org.). **Política e gestão educacional de redes públicas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.
60. CAMINI, L. **Política e gestão educacional brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.
61. COSTA, F. L. O. **Federalismo após a promulgação da Constituição de 1988 e as políticas de fundos contábeis para o financiamento da educação no Brasil.** Curitiba: CRV, 2013.
62. CUNHA, C. da; SILVA, M. A. da. (Orgs.). **Pensamento pedagógico e políticas de educação.** Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2013. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
63. DIÓGENES, E. M. N. **Ensino Médio no Brasil: consensos e dissensos. Um estudo de avaliação de políticas públicas no campo da educação brasileira.** Curitiba: CRV, 2013.

64. EUGENIO, B. G.; SANT'ANA, C. de C.; COSTA, J. S. (Orgs.). **Políticas educacionais, práticas pedagógicas e formação**. Campinas: Alínea, 2013.
65. FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. (Orgs.). **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.
66. GENTILI, P. (Org.). **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. (Projetos para o Brasil; 10).
67. JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Orgs.). **Balanco da política educacional brasileira (1999-2009)**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
68. LEITE, Y. U. F.; MILITÃO, S. C. N.; LIMA, V. M. M. (Orgs.). **Políticas educacionais e qualidade da escola pública**. Curitiba: editora CRV, 2013.
69. LIMA, A. B. de; FREITAS, D. N. T. de (Org.). **Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão**. Uberlândia: EDUFU, 2013.
70. MARTINS, A. M.; CALDERÓN, A. I.; GANZELI, P.; GARCIA, T. de O. G. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças**. Campinas: Autores Associados; ANPAE, 2013.
71. MELETI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. (Orgs.). **Políticas públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.
72. OLIVEIRA, M. E. N. (Org.). **Gestão escolar e políticas públicas educacionais: um embate entre o prescrito e o real**. Curitiba: Appris, 2013.
73. TELLO, C.; ALMEIDA, M. de L. P. de (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
74. YANNOULAS, S. C.; OLIVEIRA, D. A. **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Brasília: Liber Livro, 2013.
75. ALMEIDA, M. de L. P. de; BONETI, L. W.; PACIEVITCH, T. (Orgs.). **O social e as políticas educacionais na contemporaneidade: das desigualdades à violência no espaço educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
76. BRASILEIRO, T. S. A.; MACIEL, A. C.; FRANÇA, R. de F. C. (Orgs.). **Política educacional e formação docente na fronteira amazônica**. Curitiba: CRV, 2014. v. 1.
77. CARVALHO, C.; RUSSO, M. H. (Orgs.). **Estudos de políticas educacionais e administração escolar: fundamentos e perspectivas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
78. CÓSSIO, M. de F.; RODRIGUEZ, R. de C. (Orgs.). **Novos modos de regulação das políticas educacionais no contexto da terceira via**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014.
79. DIÓGENES, E. M. N. (Org.). **Avaliação de políticas públicas de educação (Texturas e tessituras do Programa Mais Educação)**. Curitiba: CRV, 2014.
80. EVANGELISTA, O. (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

81. FERNANDES, R.; SOUZA, A. P. F. de; BOTELHO, F.; SCORZAFAVE, L. G. (Orgs.). **Políticas públicas educacionais e desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino**. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora, 2014.
82. HORA, D. L.; SANTOS, T. de F. A. M. dos (Orgs.). **Políticas educativas e gestão educacional**. Campinas: Alínea, 2014.
83. KRAWCZYK, N. (Org.). **Sociologia do Ensino Médio**: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014.
84. MARQUES, E. P. de S. (Org.). **Políticas públicas educacionais**: novos contextos e diferentes desafios para educação no Brasil. Curitiba: CRV, 2014.
85. PUZIOL, J. K. P. **Políticas para educação do e no campo e os territórios de resistência do MST no Paraná**: forças contra-hegemônicas. Curitiba: CRV, 2014.
86. SANTOS, T. de F. A. M. dos; HORA, D. L. da. **Políticas educativas e gestão educacional**. Campinas: Alínea, 2014.
87. SCHWARTZMAN, S.; COX, C. **Políticas educacionais e coesão social**: uma agenda latino-americana. Elsevier Trade, 2014. (e-book).
88. SILVA, M. A. da; CUNHA, C. da (Orgs.). **Educação Básica**: políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação)
89. SILVA, R. R. D. da; SILVA, R. M. D. da; CARVALHO, R. S. de; BITTENCOURT, Z. A. (Orgs.). **Políticas contemporâneas de escolarização no Brasil**: uma agenda investigativa. Curitiba: CRV, 2014.
90. SILVEIRA, A. D.; GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **Conversas sobre políticas educacionais**. Curitiba: Appris, 2014.

Total: 245 livros

**APÊNDICE K – DISCIPLINA DE/SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL:
UNIVERSIDADES PESQUISADAS**

Quadro 20 - Disciplina de/sobre política educacional: universidades pesquisadas

(continua)

Região	Estado	Universidades	Universidades que ofertam ou não o curso de Pedagogia	Informações curriculares
Norte: 15	Acre: 1	UFAC	Ofertam: 14 Não ofertam: 1	Disponíveis: 8 Indisponíveis: 6
	Amapá: 2	UEAP, UNIFAP		
	Amazonas: 2	UEA, UFAM		
	Pará: 5	UEPA, UFOPA, UFPA, UFRA, UNIFESSPA		
	Rondônia: 1	UNIR		
	Roraima: 2	UERR, UFRR		
	Tocantins: 2	UFT, UNITINS		
Nordeste: 33	Alagoas: 3	UFAL, UNCISAL, UNEAL	Ofertam: 25 Não ofertam: 8	Disponíveis: 15 Indisponíveis: 10
	Bahia: 8	UEFS, UESB, UESC, UFBA, UFOB, UFRB, UFSB, UNEB		
	Ceará: 6	UECE, UFC, UFCA, UNILAB, URCA, UVA		
	Maranhão: 3	UEMA, UFMA, UNIVIMA		
	Paraíba: 3	UEPB, UFCG, UFPB		
	Pernambuco: 4	UFPE, UFRPE, UNIVASF, UPE		
	Piauí: 2	UESPI, UFPI		
	Rio Grande do Norte: 3	UERN, UFRSA, UFRN		
	Sergipe: 1	UFS		
Sul: 20	Paraná: 10	UEL, UEM, UENP, UEPG, UFPR, UNESPAR, UNICENTRO, UNILA, UNIOESTE, UTFPR	Ofertam: 18 Não ofertam: 2	Disponíveis: 17 Não tem disciplina denominada Política: 1
	Rio Grande do Sul: 7	FURG, UERGS, UFCSPA, UFPEL, UFRGS, UFSM, UNIPAMPA		
	Santa Catarina: 3	UDESC, UFFS, UFSC		
	Espírito Santo: 1	UFES		
Sudeste: 27	Minas Gerais: 13	UEMG, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSJ, UFTM, UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIMONTES	Ofertam: 24 Não ofertam: 3	Disponíveis: 23 Indisponíveis: 1
	Rio de Janeiro: 6	UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO		
	São Paulo: 7	UFABC, UFSCar, UNESP, UNICAMP, UNIFESP, USCS, USP		
Centro-Oeste: 8	Distrito Federal: 1	UnB	Ofertam: 8 Não ofertam: 0	Disponíveis: 7 Indisponíveis: 1
	Goiás: 2	UEG, UFG		
	Mato Grosso do Sul: 3	UEMS, UFGD, UFMS		
	Mato Grosso: 2	UFMT, UNEMAT		
Total de universidades: 103			Total - ofertam: 89 Total - não ofertam: 14	Total de universidades com informações curriculares disponíveis no site:

		70 Total de universidades com informações curriculares indisponíveis no <i>site</i>: 18 Total de universidades com Curso de Pedagogia que não tem a disciplina Política Educacional: 1
--	--	---

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados do sistema e-MEC e *sites* das universidades públicas brasileiras.

Observação: A consulta nos *sites* ocorreu durante o mês de março de 2015.

APÊNDICE L – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

Roteiro de Entrevista

Doutoranda: Silvana Stremel

Título da pesquisa: A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Mainardes

Data:

Local:

Horário:

Duração:

1 - Entrevistadas

2 - Instituição/vínculo profissional

3 - Formação

4 - Tempo de atuação profissional

5 - Como surgiu o interesse pela pesquisa no campo da política educacional? Em que período (ano) esse interesse teve início?

6 - Em suas opiniões, quando e como o campo da política educacional surgiu no Brasil enquanto um campo de estudo e pesquisa? Quais fatores consideram que foram importantes e contribuíram para a constituição desse campo no Brasil?

7 - Prof^a Márcia, como presidenta da ANPAE, como você vê a contribuição/papel da ANPAE na constituição do campo da política educacional? Prof^a Janete, como editora da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE, como você vê a contribuição da revista para a constituição do campo?

8 - Já trabalharam ou trabalham com a disciplina Política Educacional? Como vocês veem o ensino da Política Educacional?

9 - Em suas opiniões, o campo da política educacional é um campo definido e consolidado?

10 - Quais temáticas vocês consideram como integrantes da pesquisa no campo da política educacional?

11 - Em suas opiniões, quais são os pesquisadores mais representativos no campo da política educacional? Quais os grupos de pesquisa no Brasil que vocês consideram mais significativos? Quais podem ser considerados pioneiros (pesquisadores e grupos de pesquisa)?

12 - Quais as perspectivas futuras para o campo da política educacional no Brasil?